Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Conselho Estadual da Mulher - 25 ANOS

Constância Lima Duarte Dinorah Carmo Jalmelice Luz

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Em Comemoração aos 25 anos de Criação do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais

> Belo Horizonte/MG Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais Imprensa Oficial 2008

Ficha técnica

Capa e Projeto Gráfico

Programação Visual/IOMG - Leonardo Paiva Pacheco

Impressão e Acabamento

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Revisão

Maria do Rosário Alves Pereira Márcia Romano Michel Gannam Onamir Dias de Paiva

Ficha Catalográfica

DUARTE, Constância Lima. CARMO, Dinorah. LUZ, Jalmelice. (Autoras). Mulheres de Minas: lutas e conquistas. / Constância Lima Duarte; Dinorah Carmo; Jalmelice Luz. – Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.

 Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais – História. 2. História das Mulheres. 3. Mulheres Mineiras. I Título.

ISBN 978-85-62144-00-4

Equipe da atual Gestão (2007-2010)

Presidenta:

Carmen Rocha

Conselheiras:

Representantes do Poder Público:

Arlete Gonçalves Lages - Secretaria de Estado de Educação

Maria Teomar da Costa Oliveira Lopes – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior

Ignes Botelho Figueiredo Matias – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Magda Maria Melo de Seixas Salgado – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão Márcia Faria – Secretaria de Estado de Saúde

Maria Lúcia Tanure Nogueira - Secretaria de Estado de Governo

Mariza Helena Ferreira Salles – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

Olívia de Fátima Braga Melo - Secretaria de Estado de Defesa Social

Patrícia Miranda Maia Prado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Representantes da Sociedade Civil:

Ana Maria Aparecida Pereira – Federação das Trabalhadoras da Agricultura de MG Cristiana Fonseca Beaumond – Associação Médica de Minas Gerais

Dulcejane Vaz - Serviço Voluntário de Assistência Social

Judith Aurora Gonçalves Viegas - OAB Mulher

Mara Regina Veit – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Maria Beatriz de Oliveira - Rede Feminista de Saúde

Mariza Tavares Lima - Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais

Marlise Mírian de Mattos Almeida - Universidade Federal de Minas Gerais

Sheila Simone Fagundes – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de MG

Waneide Ferreira da Silva – Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra

Secretaria Executiva:

Maria de Nazareth Barreto de Carvalho Sônia Maria Nascimento França Thereza Christina Cavalcante Lamy Diniz Serra e Meira

Estatuto da Mulher

Jovita Levi1

Art. I Fica decretado
que a partir de agora
vale a utopia.
Valem os sonhos
os possíveis e os impossíveis.
E que eles se façam verdade
e se desdobrem em luz
no escuro de nossas incertezas.

Art. II Fica constituído,
por decisão soberana,
o Poder Feminino.
Porque feminina é a Lei
e feminina é a Justiça.
A Liberdade é feminina;
A Verdade, a Paz, a Igualdade,
a luta, a conquista, a vitória;
a paciência, a tolerância, a paixão;
e feminina é a Esperança
que nos permite confiar no futuro.

¹ Jovita Levi, militante feminista, licenciada em Letras e Pedagogia, atualmente, vice-presidente do MPM – Movimento Popular da Mulher.

Art. III A partir de agora...

Carolinas deixarão as janelas por onde o tempo passou ...e elas não viram; e se atirarão à vida, fazendo sua própria história.

Não mais "mulheres de Atenas que fustigadas não choram, se ajoelham, pedem, imploram mais duras penas, serenas."

A partir de agora, seremos todas Marias, de raça, de força, de gana;

Marias com mania de terem fé na vida.

Marias de nossos tempo,

Marias de nossos dias.

Art. IV Fica decretado

que, a partir de hoje, está banida dos dicionários a palavra violência pela inutilidade de seu uso. Os gestos serão suaves mesmo nas decisões mais fortes, porque a palavra será a grande espada na defesa dos direitos e da liberdade.

Art. V Nossas fichas registrarão:

Nome: Joana... ou Maria; Idade: Não importa... Sonhos: ... Negros ou brancos, homem ou mulher, viveremos os mesmos direitos, sonharemos os mesmos sonhos. . .

Art. VI Fica permitido o amor, sempre; e obrigatória a felicidade.

As manhãs serão azuis.

Não haverá filhos da miséria ou do medo.

Serão todos frutos do amor

Porque a mulher só se deitará com o homem que ama.

Art. VII Por decreto irrevogável

fica estabelecido

o reinado permanente da justica e da claridade.

Haverá trabalho para todas

e igualdade de salário;

a saúde será um bem

que passará de mãe para filho.

A lei será cumprida e os direitos respeitados.

À porta de cada escola brilhará um arco-íris

envolvendo em cores e luz nossas crianças.

Art.VIII Fica proibido

O desemprego, a discriminação.

Fica proibida a velhice

Porque seremos jovens de setenta, oitenta e cem anos.

Somente a paciência, a temperança e a sabedoria

Marcarão o tempo em nossas vidas.

Art. IX "Olharemos os gerânios nas janelas

E contemplaremos as flores nos campos.

Haverá sorriso nos rostos das crianças."

Art. X Governos governarão!

E ficará instituído, desde já, o Ministério da Vida

Onde a dignidade substituirá o lucro

E o cidadão será parte essencial de seu plano.

Art. XI E agora é definitivo...

Mulheres,

Tomem seus lugares,

Respirem fundo,

E alcem vôo na direção de seus sonhos!

Revoguem-se as disposições em contrário!

Saudação ao 8 de Março de 1984

Risoleta Neves In memorian

O dia Universal da Mulher é uma grata evocação aos corações sensíveis. A consagração da mulher é hoje um ponto alto em todas as civilizações e culturas.

Criatura subalterna e submissa até o início do século, recuperou a sua posição de liderança ombro a ombro com os homens na condução dos destinos da humanidade. Hoje ela está na chefia das nações, nos centros universitários de maior projeção, destacando-se na literatura e na arte.

Tornou-se também imprescindível nos laboratórios, nas oficinas e nas fábricas.

Não obstante, é no lar que ela exerce sua missão divina – mãe, esposa e filha – consolidando a família e preparando os seus filhos para a contribuição de inteligência e trabalho à sociedade e à Pátria, que se sublima em dedicação, sacrifício e devotamento.

Em todos os tempos, a Mulher Mineira tem sabido honrar as suas tradições cristãs e a sua formação heróica nas virtudes da bondade e na sua inacedível capacidade de sofrer batalha e sonhar pelo bem de seu próximo. Basta olhar nossa história para se encontrar em todos os seus lances uma grande mulher a inspirar, sustentar e lutar em prol de todos os grandes movimentos que iluminam e engrandeceram a nossa civilização.

Ao ensejo do transcurso do "Dia Internacional da Mulher" as mulheres de Minas, confraternizadas no mais puro sentimento cristão, se unem para manifestarem a sua fé e a sua confiança na plena realização dos seus objetivos maiores e na sua luta, para que tenhamos uma Pátria democratizada, mais Amor, Justiça e Liberdade.

Sumário

Apresentação – Carmen Rocha	19
Palavras das autoras	21
PARTE I: BRAVAS MULHERES: HISTÓRIA E POLÍTICA	
1. O feminismo no Brasil: história e protagonistas	
Constância Lima Duarte	26
As primeiras letras	28
Ampliando as conquistas	33
Rumo à cidadania	37
O recrudescimento do movimento feminista	43
Conclusão	46
2. O movimento de mulheres em Belo Horizonte – Dinorah Carmo	49
1975: ano das precursoras	49
Depoimentos (Mirian Chrystus, Beth Fleury e Bete Cataldo):	
Um grupo de meninas más	53
70 Horizontes e 70 motivos para ir à luta	58
Todas as barreiras podem ser rompidas	
3. Centro de Defesa dos Direitos da Mulher: seu começo, seus embates,	
sua história – Dinorah Carmo	65
Quem ama não mata	67
Políticas públicas	77
O papel pioneiro do CDDM	78
Mobilização Pioneira	80
O que foi o Centro	82
A dispersão	86
4. Mulheres em movimento em Minas – Jalmelice Luz	88

Elas não são de Vênus	88
Lutas feministas em Minas	91
Mulheres no Movimento pela Anistia	93
Criação da Delegacia de Mulheres: modelo para o País	
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher: breve história	
'Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher': o lobby do baton 1	
Avanços no texto constitucional	
Tratados Internacionais 1	
Movimentos de mulheres	
PARTE II - O CONSELHO ESTADUAL DA MULHER DE MINAS GERA	λIS
1. O CEM-MG em gestação – Jalmelice Luz	12
Mulheres mineiras retomam o caminho de Bárbara Heliodora	
Levando o CEM na cabeça e debaixo do braço 1	
2. Síntese das gestões, momento histórico e organização interna do	120
Conselho – Constância Lima Duarte	. 29
Presidenta Júnia Marise Azeredo Coutinho	
Presidenta Marlene Oliveira Abreu Rocha 1	132
Presidenta Sandra Maria Lima Gomes	
Presidenta Maria de Lourdes Prata Pace	139
Presidenta Luziana Lanna	
Presidenta Maria de Nazareth Barreto de Carvalho 1	
Presidenta Carmen Rocha	55ء
3. Lideranças, depoimentos e testemunhos	60
Júnia Marise 1	60
Sandra Lima	62
Luzia Ferreira	65
Maria de Lourdes Prata Pace 1	67
Luziana Lanna	
Maria de Nazareth Barreto de Carvalho	172
Nilcéa Freire	175
4. Ao Conselho Estadual da Mulher pelos 25 anos	177
Ana Maria Aparecida Pereira 1	177
Azizi Nacur1	78

Beth Fleury	178
Haydée Bittencourt	
Jussara Menicucci de Oliveira	
Laís Maria Costa Silveira	180
Márcia de Cássia Gomes	183
Maria Aparecida Chaves (Cida Chaves)	184
Maria do Carmo Ferreira da Silva (Cacá)	185
Maria Ilma Ricardo	185
Priscila Freire	186
Teresinha Soares	186
Umbelina Lopes	187
Yara Tupinambá	189
Virgília Rosa	190
PARTE III - A MULHER NOS ESPAÇOS DE PODER	
1. Depoimentos	
Ana Maria da Silva Soares	193
Beatriz de Oliveira	
Bebela - Maria Isabel Siqueira	197
Benilda Regina Brito	
Dirlene Marques	203
Eliana Piola (Eliana Ferreira da Glória e Silva)	
Iedyr Gelappe Bambirra	207
Jô Moraes	
Lúcia Pacífico	213
Maria Cristina de Carvalho	215
Maria Elvira	217
Maria Josefina Jannuzzi Moreira	
Maria Stella Libânio Christo	220
Marlise Matos	
Neusa Cardoso de Melo	
Olenca Miranda Chaves Carneiro	
Olívia Figueiredo Pinto Coelho	
Rafaela Alves Costa	
Zélia Rogedo	235

2. Perfis Femininos (por Constância Lima Duarte, Dinorah Carmo, Eustáquio Trindade Neto, Heloísa Bizoca Greco, Jalmelice Luz, José Oswaldo Guimarães Lasmar, Rogério Zola Santiago, Ronaldo Brandão)

Alaíde Lisboa	238
Alice Tibiriçá	240
Amélia Dulce Vilela de Carvalho	242
Ângela Vaz Leão	246
Anita Uxa	
Cacá (Maria do Carmo Ferreira da Silva)	249
Carmem Gomes	
Cnéa Cimini Moreira de Oliveira	254
Cordélia Fontainha Setta	
Dinorah Maria do Carmo	257
Diva Augusta do Carmo Veneroso	261
Efigênia Carlos Pimenta	
Elke Maravilha	
Elvira Komel	269
Haydée Bittencourt	275
Helena Greco	279
Hercília Levy	
Judith Viegas	284
Lélia Gonzalez	
Lisabeth Emmermacher	288
Luciene Magalhães de Albuquerque	
Lucy Panicalli	
Mamélia Dornelles	
Many Catão	299
Maria Angélica de Castro	301
Maria Cândida do Carmo Oliveira	
Maria José de Queiroz	309
Maria Lacerda de Moura	
Mari'Stella Tristão	315
Marta Nair Monteiro	318
Míriam Salles de Souza Lima	
Misabel e Míriam Abreu Machado	322
Nilza Rocha Féres	326
Nina Sanzi	329
Olga Mazzetti	332
Priscila Freire	334
Teresinha Soares	337
Yara Tupinambá	341
3. A mulher mineira e a política – Dinorah Carmo	344
Corrida com obstáculos	
A mulher face à política	346
Mulheres em instâncias de poder	348

4. Na linha do tempo, as conquistas da	
mulher brasileira – Constância Lima Duarte	350
ANEXOS	401
Decreto 22971, de 24/08/1983, que cria o Conselho Estadual da Mulher ⁴	401
Bibliografia consultada	405
As autoras	410

Carmen Rocha

Vinte e cinco anos em favor da igualdade de oportunidades e de direitos entre todas as pessoas. Nada mais oportuno, neste momento, do que resgatar e registrar em um livro os acontecimentos, os fatos mais significativos, que marcaram a trajetória do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais - CEM e que fazem parte de sua História.

O cenário nacional e internacional que configurava o contexto econômico, social e cultural no qual dar-se-ia a criação do CEM, apresentava-se fértil em estudos sobre o papel social e político da mulher que, aliado ao protagonismo dos movimentos das mulheres de Minas, levaria à criação do CEM em 24 de agosto de 1983, tendo por finalidade maior a promoção do pleno exercício da cidadania para as mulheres, bem como a sua integração social, econômica e cultural.

A partir da Constituição Federal de 1988, o CEM tem o seu papel revigorado quanto a formulação, fiscalização, monitoramento e avaliação das políticas públicas, representando assim uma nova relação entre Estado e sociedade.

Ao reunir Governo e sociedade civil no fortalecimento e na ampliação do debate de questões inerentes às políticas públicas para as mulheres, o CEM se consolida, na atualidade, como espaço democrático, instrumento de mobilização popular em favor do desenvolvimento social de Minas, no exercício do controle social, atento à eficácia e à efetividade dessas políticas, cuja universalização constitui-se em permanente desafio para todos.

Entretanto, tão importante quanto o registro da História, este livro representa a nossa homenagem e o nosso reconhecimento àquelas que nos antecederam nesta caminhada, bem como um legado às gerações futuras, cujas realizações estarão certamente fortalecidas, porque alicerçadas em avanços e conquistas obtidos em diferentes contextos históricos e, por isso mesmo, sem retrocesso.

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Esse foi o nosso objetivo maior, quando nos propusemos a realizar esta importante tarefa, que só se tornou realidade graças à cumplicidade e elevado grau de compromisso das nossas escritoras, Constância Lima Duarte, Dinorah Carmo e Jalmelice Luz, aliado à incondicional participação e apoio da incansável equipe da Secretaria Executiva do CEM.

Todo o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas junto ao acervo de documentos organizados e disponibilizados pelo CEM, acrescido de pesquisa bibliográfica, bem como um conjunto exaustivo de entrevistas com mulheres, cujos testemunhos se confundem com a própria história do Conselho.

A essas mulheres, os nossos agradecimentos, pois a sua participação foi de fundamental importância, conferindo maior legitimidade ao texto e suprindo, com riqueza de detalhes, as lacunas e os fatos sem registro documental, por meio de depoimentos carregados pela emoção, revisitada pelas lembranças de lutas e conquistas.

Uma leitura atenta do texto que ora se apresenta nos permite afirmar que muito já se fez em favor da redução das desigualdades entre todas as pessoas, sempre com a participação incisiva das mulheres.

Destaca-se nesse sentido, o protagonismo feminino na formulação, implantação e monitoramento das políticas públicas, a criação de órgãos executivos destinados à gestão dessas políticas, a implantação dos espaços de debate inerentes às questões de gênero junto à sociedade civil, além da concretização de propostas e diretrizes consignadas nas agendas internacionais para as mulheres.

Inegáveis também são as conquistas das últimas décadas no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário, que, embora de forma tímida, tornam-se emblemáticas para a tão almejada igualdade de direitos, constitucionalmente assegurada a todas as pessoas.

Mas é preciso avançar. Não existe espaço para a acomodação. É preciso o olhar atento e a adoção de estratégias e atitudes condizentes com os tempos atuais, para enfrentarmos demandas que ainda persistem e que nos remetem a antigas questões sob a ótica de gênero, no que diz respeito a saúde, trabalho, segurança, educação, lazer, cultura, acesso ao poder. Desigualdades enfim que nos impulsionam e nos motivam na luta em favor de um processo permanente de construção de cidadania, numa sociedade que se pretende mais justa e mais equânime para todas as pessoas.

É grande a nossa alegria. É legítima a nossa emoção, porque temos o privilégio e a oportunidade única de fazermos parte desta caminhada, de construirmos um pouco desta História que é de todas as mulheres dessas Minas Gerais.

Foi com muita satisfação que recebemos o convite para integrar a equipe responsável pelo livro dos 25 anos do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais. Por diferentes trajetórias, havíamos também – cada uma em seu tempo – vivenciado a luta das mulheres por novos espaços, e prestado um tributo ao movimento feminista de nosso país.

Muitos foram os desafios para conseguir, em tão pouco tempo, num trabalho de fôlego, colocar de pé o sonho-projeto de Carmen Rocha, atual presidente do CEM, de registrar a história do Conselho, antes mesmo de sua criação. Sim, porque, quando Tancredo Neves assinou o Decreto 22.971, naquele histórico 24 de agosto de 83, na verdade estava atendendo à reivindicação de centenas de mulheres mineiras por um órgão, dentro da esfera de poder, que lutasse por seus direitos civis, políticos e humanos.

Durante alguns meses examinamos livros, relatórios, atas, jornais, revistas, folhetos, *folders*, fotografias e cartazes na busca dessa história. Logo nos demos conta de que parte significativa dela não se encontrava aí. Em determinados períodos, não houve registros de atas no cumprimento das formalidades. Além disso, havia a militância que, voluntariamente, trabalhava por algum tempo, sem maior compromisso com o cotidiano do Conselho. E, mais: o órgão não tinha orçamento e dependia do amparo de outros setores do governo para sobreviver. Torna-se, pois, compreensível a dificuldade para o desenvolvimento das ações do Conselho, e até surpreende que tanto tenha sido feito, apesar dos empecilhos.

A melhor parte dessa história – talvez a mais significativa, porque traz a marca da experiência individual – foi recolhida por meio de depoimentos por escrito, e de entrevistas que muitas mulheres nos concederam, através de longas conversas pontuadas de emoção. Sem esses depoimentos, estamos convencidas de que o livro não podia ser feito, pois faltariam os registros dos arquivos da memória afetiva, ca-

rinhosamente depositados nos corações e mentes das muitas protagonistas dessa história. Algumas, inclusive, aproveitaram para doar documentos importantes ao Centro de Documentação e Informação do Conselho, que tinham em seu poder, dando mostras mais uma vez de desprendimento e espírito de coletividade.

Infelizmente, faltaram ainda muitos depoimentos. Algumas pessoas não foram localizadas; outras, por circunstâncias pessoais, não puderam se colocar à disposição para as entrevistas. Ainda assim, pedimos desculpas pelos lapsos de esquecimento e de memória.

Enfim, aí está o resultado desse trabalho. Através dele, é possível conhecer um pouco mais a ampla e diversificada participação das mulheres mineiras nos movimentos sociais do campo e da cidade, assim como na cultura, na mídia e na política. E lembrar que nem sempre foi assim. Para chegarmos ao que somos hoje, muitas mulheres – desde as primeiras décadas do século XIX, manifestaram-se com veemência contra os estreitos limites dos papéis sociais que nos restringiam ao núcleo doméstico. Também a história de vida e de luta de muitas mulheres, o leitor vai encontrar nas páginas de *Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas*.

O livro está organizado em três partes: a primeira, mais teórica e histórica, contém quatro textos assinados pelas autoras, que tratam do movimento feminista no Brasil desde seus primórdios, e da intensa movimentação das mulheres mineiras nas décadas de 1970 e 1980, seja criando grupos, jornais ou associações. A segunda parte, sob a ótica institucional, focaliza especificamente o Conselho Estadual da Mulher. Temos aí, a história das suas ações, internas e externas, o registro diferenciado de cada gestão, e os depoimentos de antigas presidentas, conselheiras e outras mulheres que se manifestaram sobre o aniversário de 25 anos do CEM. Na terceira parte, estão reunidos os demais depoimentos que logramos recolher. Cada texto testemunha a história pessoal de mulheres que, em algum momento, e de maneira distinta, contribuíram para construir a história da mulher em Minas Gerais. Também foram aí incluídos vários perfis femininos, muito especiais. Os critérios adotados nessa seleção de mulheres, numa amostragem, pautaram-se pelo seu posicionamento feminista, seu trabalho profissional e voluntário; sua liderança, pensamentos, atitudes e espírito comunitário. Enfim, pelas contribuições mais diversificadas que deram à sociedade.

Para concluir, queremos agradecer a confiança que nos foi depositada por Carmen Rocha, e o indispensável apoio logístico fornecido por Nazareth Carvalho, Sônia França e Christina Diniz, da Secretaria Executiva do CEM, e demais funcionários. Também agradecemos a todas que nos confiaram suas lembranças e desabafos, permitindo assim que pudéssemos resgatar estas páginas que também pertencem à história maior da mulher em nosso País.

Belo Horizonte, agosto de 2008

Constância Lima Duarte Dinorah Carmo Jalmelice Luz

avas mulheres: história e 1

Modelagem / Mulher

Henriqueta Lisboa

Assim foi modelado o objeto: Para subserviência. Tem olhos de ver e apenas entrevê. Não vai longe seu pensamento cortado ao meio pela ferrugem das tesouras. É um mito sem asas, condicionado às fainas da lareira. Seria um cântaro de barro afeito a movimentos incipientes sob tutela. Ergue a cabeça por instantes e logo esmorece por força de séculos pendentes. Ao remover entulhos leva espinhos na carne. Será talvez escasso um milênio para que de justiça tenha vida integral. Pois o modelo deve ser indefectível segundo as leis da própria modelagem.

1. O feminismo no Brasil: história e protagonistas

Constância Lima Duarte

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos encargos públicos. E por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência.

(Nísia Floresta)

Quando testemunhamos a presença maciça de mulheres em diferentes campos do conhecimento, ou sua atuação vitoriosa em qualquer aspecto da vida social, podíamos até pensar que o mundo sempre foi assim, e que elas sempre ocuparam tais funções. Mas sabemos que isso não é verdade.

Se hoje parte significativa das mulheres pode escolher a profissão que deseja exercer, o homem com quem vai se unir, o número de filhos que quer, ou não, ter, enfim, se muitas mulheres hoje dirigem a própria vida, são donas de sua sexualidade, e participam ativamente da vida social e política de seu país, isso se deve principalmente ao movimento feminista, que, desde o século XVIII, na Europa, e XIX, no Brasil, propagou desejos de liberdade, de justiça e a competência das mulheres. Ao se expandir, o feminismo tornouse um movimento legítimo que foi capaz de transformar as relações entre homens e mulheres de forma definitiva. E esta deve ser considerada sua grande vitória: tornar bandeiras consideradas radicais – mulheres poderem estudar, trabalhar, serem donas de suas vidas – em parte integrante da sociedade. O que um dia era apenas sonho, hoje é parte integrante de nosso diaadia e ninguém nem consegue imaginar um mundo diferente.

Mas se esta foi a vitória do movimento feminista, sua grande derrota, a meu ver, foi ter permitido que um forte preconceito isolasse a palavra, não se tornando um motivo de orgulho para a maioria das mulheres. A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão competente que promoveu o desgaste semântico da palavra, e transformou a imagem da

27

feminista em sinônimo de mulher mal amada e não-feminina. Por isso, pelo receio de serem rejeitadas e ficarem 'mal vistas', tantas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral, passaram enfaticamente a recusar tal título. Outra derrota do Feminismo foi deixar que a história das conquistas femininas e da luta das pioneiras caísse no esquecimento e fosse ignorada pelas novas gerações.

E esta é precisamente uma das motivações desta publicação: registrar parte dessa história e ampliar a bibliografia sobre a temática. Também queremos ampliar a compreensão da palavra 'feminismo' – comumente compreendida apenas como movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras –, para todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, e que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual ou de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas.

Considerando que esta história teve início nas primeiras décadas do século XIX – o momento em que as mulheres despertam do "sono letárgico em que jaziam", segundo Mariana Coelho² –, quero sugerir a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo brasileiro³. Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax — o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calmaria, e novamente recomeçar.

As décadas em que estes momentos-onda teriam obtido maior visibilidade, na minha avaliação, ou seja, em que estiveram mais próximos da concretização de suas bandeiras, seriam em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970. Foram necessários, portanto, cerca de cinqüenta

² Coelho, 2003, p. 44.

³ Em importante ensaio publicado na *Revista USP* (mar./mai.2001, p. 82) "Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres", Eva Blay propõe três momentos para o movimento feminista brasileiro: o primeiro compreendendo o século XIX; o segundo abarcando os anos 30 e a conquista do voto; e o terceiro os anos 70. Por uma questão principalmente didática (e política), sugiro que a movimentação das mulheres durante o século XIX seja subdividida em duas etapas.

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

anos entre uma e outra, com certeza ocupados por um sem número de pequenas movimentações de mulheres, para permitir que as forças se somassem e mais uma vez fossem capazes de romper as barreiras da intolerância, e abrir novos espaços.⁴ Em cada um deles, identifico algumas escritoras feministas, à guisa de ilustração.

As primeiras letras

Quando começa o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua enorme maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. E foram aquelas primeiras — e poucas —mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. Concordo com Zahidé Muzart quando afirma que

(...) no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente. ⁵

Dentre os nomes que se destacam nesse momento, está o de Bárbara Eliodora (1759-1819), que se tornou conhecida principalmente como musa inspiradora do marido, o poeta e inconfidente Alvarenga Peixoto, apesar dos inúmeros poemas que escreveu, e da fama de mulher poderosa, política e sábia. Outro importante nome é o de Beatriz

⁴ Em prefácio ao *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de Nísia Floresta (São Paulo: Cortez, 1989), Eva Blay já afirmava que "o movimento de reivindicação das mulheres, avaliado ao longo da História, tem períodos de florescimento e outros de refluxo". (p. 12)

⁵ MUZART, 2003, p. 267.

29

Brandão, mineira nascida em 1779 em Ouro Preto, que começou a carreira de educadora de meninas em sua cidade, e depois continuou no Rio de Janeiro, para onde se transferiu. Sempre bem relacionada, participou ativamente da vida social da corte e de entidades literárias e científicas importantes, como o Instituto Histórico e Geográfico. Em 1850, chegou a ser indicada para sócia honorária da prestigiosa instituição, mas teve seu nome recusado pelos escritores Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias, apenas por ser mulher. Quando a escritora morreu, em 5 de fevereiro de 1868, seus manuscritos foram entregues à Imperatriz Teresa Cristina, de quem era amiga, e mais tarde publicados em livros.

Outros podiam ainda ser aqui citados, mas, dentre todos, o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) se impõe nesse contexto. Nascida no Rio Grande do Norte, e tendo residido em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, antes de se mudar para a Europa, foi uma das primeiras mulheres brasileiras a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada 'grande' imprensa. Seu primeiro livro, intitulado Direitos das mulheres e injustiça dos homens, de 1832, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. Este livro, inspirado principalmente em Mary Wollstonecraft (Nísia declarou ter feito uma 'tradução livre' de Vindications of the rights of woman), mas também nos escritos de Poulain de la Barre, de Sophie, e nos famosos artigos da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges, deve, ainda assim, ser considerado o texto fundante do feminismo brasileiro, pois se trata de uma nova escritura ainda que inspirado na leitura de outros. Pode também ser lido como uma resposta brasileira ao texto inglês: nossa autora se colocando em pé de igualdade com a Wollstonecraft e o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as idéias estrangeiras e a realidade nacional.

Nísia Floresta identifica na herança cultural portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a idéia dominante da superioridade masculina. Homens e mulheres, afirma, "são diferentes no corpo, mas isto não significa diferenças na *alma*". Ou as desigualdades que resultam em inferioridade "vêm da educação e circunstâncias de vida", argumenta, antecipando a noção de gênero como uma construção sócio-cultural. Segundo a autora, os homens se beneficiavam com a opressão feminina, e somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada. São idéias suas:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isto é admirável e mesmo um mulçumano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas. ⁶

Nísia Floresta não realiza, insisto, uma tradução no sentido convencional do texto da feminista, ou de outros escritores europeus, como muitos acreditaram. Na verdade, ela empreende uma espécie de *antropofagia libertária*: assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência.⁷

E aqui está a marca diferenciadora deste momento histórico: a nossa primeira onda, mais que todas as outras, vem de fora, de além-mar, não nasce entre nós. E Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, e feito a tradução cultural das novas idéias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira. Ao se apropriar do texto europeu para superá-lo, ela se insere numa importante linhagem antropofágica da literatura brasileira, que desde Gregório de Matos estava inaugurada. Na deglutição geral das idéias estrangeiras, era comum promover-se uma acomodação das mesmas ao cenário nacional, e é o que ela faz. Tanto que o título de seu livro contém não apenas a idéia dos *rights of woman*, mas também "a injustiça dos homens".

No último capítulo de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, encontra-se o desvio mais acentuado em relação aos *originais* europeus. Após longa argumentação a respeito da capacidade e da superioridade femininas, Nísia termina dizendo que não tinha intenção de "revoltar pessoa alguma contra os homens", e muito menos "transformar a ordem presente das coisas". Ou seja: não endossa a revolução proposta pelos pensadores, e sentia-se satisfeita em provar que seu sexo "não é tão desprezível", e que as mulheres eram "capazes de tanta grandeza d'alma como os melhores desse sexo orgulhoso". Este recuo (que à primeira vista poderia parecer uma contradição) merece ser analisado também

⁶ FLORESTA, 1989, p.44.

⁷ DUARTE, 1989, p.110-130. .

como estratégia e consciência da realidade. Afinal, o momento brasileiro impunha não o clamar por revoluções, mas por pequenas e necessárias mudanças no comportamento masculino com relação à mulher. A autora revela (apesar de sua pouca idade) ter consciência da defasagem cultural, social e política existente entre a Europa e o Brasil. Enquanto lá as vindicações se faziam sob a forma de crítica a uma educação já existente, aqui as solicitações eram ainda as primárias, pois mesmo a alfabetização mais superficial esbarrava em toda sorte de preconceitos. Nossas mulheres precisavam antes serem consideradas seres pensantes, para então, depois, pleitear a emancipação política.

E, em 1832, eram raras as mulheres brasileiras educadas e, em menor número ainda, as escritoras, como as citadas mineiras Beatriz Francisca de Assis Brandão e Bárbara Eliodora, ou as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867), Delfina Benigna da Cunha (1791-1857) e Maria Josefa Barreto (1755-1837). Mesmo entre os chamados "jornais femininos", apenas existiam uns poucos periódicos dirigidos por homens mais sensíveis às mudanças do comportamento social, e que se apressavam em oferecer publicações especialmente pasteurizadas para o público feminino.8

Também em outros livros Nísia Floresta destaca o tema da educação, como em *Conselhos à minha filha* (1842), *A mulher* (1859) e *Opúsculo humanitário* (1853). Neste último, a autora revela o quanto conhecia da história da mulher em diversos países, avalia as escolas femininas de seu tempo, e ainda expõe um projeto educacional para tirar as mulheres da ignorância e da ociosidade. Nísia defende que o progresso (ou o atraso) de uma sociedade deve ser avaliado pela importância atribuída às mulheres, como também inúmeros filósofos e pensadores, o que vem reiterar seu constante diálogo com o pensamento mais avançado de seu tempo.

Anos depois, em Porto Alegre, uma jovem escritora, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?), publicava o livro *A philosopha por amor*

⁸ Espelho Diamantino (RJ, 1827), Jornal de Variedades (Recife, 1827), Espelho das Brasileiras (Recife, 1830), onde, inclusive, Nísia Floresta inicia sua vida literária, e Relator de Novelas (Recife, 1838), foram alguns desses periódicos. Outros surgiram depois, sempre com notícias de moda, de bailes e teatro e evitando temas polêmicos. Quando se manifestavam sobre a emancipação, costumavam se posicionar contrários, pois a liberdade da mulher não devia ser igual à do homem "porque, para a mulher, a religião é tudo, e sua influência se manifesta em todos os seus atos, em todos os seus passos". (O Leque, Rio de Janeiro, 16/01/1887).

(1845), que trazia, entre contos e versos, uma pequena peça teatral a respeito das reivindicações femininas. Em sua argumentação, a personagem Mariana repete inúmeras idéias que se encontram no primeiro livro de Nísia Floresta (por sinal reeditado em Porto Alegre, em 1833), tais como a convicção na capacidade da mulher para exercer cargos de comando, sua competência para estudar e o discernimento para opinar sobre momentos importantes do país, no caso, a Revolução Farroupilha.⁹

Apenas em meados do século XIX começam a surgir os primeiros jornais dirigidos por mulheres. Os críticos chegam junto, considerando-a desde sempre uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois destinava-se ao segundo sexo... Mas, ainda assim, veremos o quanto aquelas páginas artesanais lograram avançar em direção à construção da identidade feminina. Em 1852, o público leitor do Rio de Janeiro deve ter se surpreendido com o lançamento do Jornal das Senhoras, de Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina radicada no Rio de Janeiro. O editorial do primeiro número expõe o firme propósito de incentivar as mulheres a se ilustrarem e a buscarem um "melhoramento social e a emancipação moral". Joana Manso acreditava na inteligência feminina e queria convencer a todos que "Deus deu à mulher uma alma e a fez igual ao homem e sua companheira". Para ela, a elite brasileira não podia ficar isolada "quando o mundo inteiro marcha ao progresso" e "tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade". Como Nísia Floresta, Joana Manso também acusava os homens de egoísmo por considerarem suas mulheres apenas como 'crianças mimadas', ou 'sua propriedade', ou 'bonecas' disponíveis ao prazer masculino. O pioneirismo d'O Jornal das Senhoras, e suas colaboradoras tímidas e anônimas, representaram, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização de direitos.

Outra escritora importante foi Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, editora de *O Belo Sexo*, publicado no Rio de Janeiro, em 1862. No primeiro número ela declara estar consciente do pioneirismo de sua iniciativa e sua crença inabalável na capacidade intelectual da mulher. A novidade deste periódico é que as colaboradoras eram incentivadas a assinar seus trabalhos e participavam efetivamente do jornal, discutindo entre si os temas a serem publicados. Como eram mulheres da classe alta, faziam questão de divulgar que o lucro da venda do jornal era entregue à Imperial Sociedade Amante da Instrução, uma instituição de caridade para órfãos.

⁹ MUZART, 1999, p.162.

Ampliando as conquistas

A segunda onda surge por volta de 1870, e se caracteriza principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país. Talvez fosse o caso de considerá-la, por isso, menos literária e mais jornalística.

Dentre tantos, inicio com O Sexo Feminino, dirigido pela incansável mineira Francisca Senhorinha da Mota Diniz, de longa vida e muito sucesso. Pesquisas revelam que o periódico teve três fases. A primeira, de 1873 a 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, já com a surpreendente tiragem de 800 exemplares e assinantes em diferentes cidades. A segunda ocorre alguns anos depois, no Rio de Janeiro, de 1887 a 1889, para onde Francisca Senhorinha havia se transferido com a filha Elisa, tornando-se um nome conceituado junto à Corte. A filha, Elisa Diniz Machado Coelho, também jornalista e autora de romances-folhetins, fundou o Colégio Santa Isabel, para moças, que logo se torna um dos mais prestigiados da cidade. Em seus artigos, Francisca Senhorinha alertava às mulheres que o "grande inimigo" era a "ignorância de seus direitos", que "a ciência dos homens" se encarregava de manter. E que apenas com a instrução seria possível "quebrar as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeiam". O sucesso do periódico pode ser avaliado quando se sabe que foram impressos mais quatro mil exemplares dos primeiros dez números para atender aos ilustres novos assinantes do Rio de Janeiro, como o Imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel. Depois, entusiasmada com a Proclamação da República, mudou o nome do jornal para O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, e passou a defender com mais ênfase o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho, e a denunciar a educação mesquinha oferecida às meninas. Era a terceira fase do periódico, que vai de 1890 a 1896.10

Também outros jornais marcaram época, como o *Echo das Damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, defendendo a igualdade, o direito da mulher à educação, e divulgando as realizações femininas em outros países. Em 18 de abril de 1879, por exemplo, encontra-se que

¹⁰ BUITONI, 1981, p.222-225; HAHNER, 1981, p. 60-65.

Os Estados Unidos davam os mais aproveitáveis exemplos dos melhoramentos morais e materiais colhidos por uma nação que não apenas progredia em tecnologia e indústria, mas também cultivava a inteligência das mulheres.

Outros jornais, como *O Domingo*, e o *Jornal das Damas*, ambos em 1873, surgiam para atender às solicitações das brasileiras. E além dos conselhos sobre a vida doméstica, das receitas e as novidades da moda, junto às emoções do romance-folhetim e dos poemas, traziam artigos clamando pelo ensino superior e o trabalho remunerado. Divulgavam idéias novíssimas como 'a dependência econômica determina a subjugação' e 'o progresso do país depende de suas mulheres', apregoadas por incansáveis jornalistas que queriam convencer as leitoras de seus direitos à propriedade e ao trabalho profissional.

Dentre tantas jornalistas, destaco ainda Josefina Álvares de Azevedo (1851-?), que com mais ênfase vai questionar a construção ideológica do gênero feminino e exigir mudanças radicais na sociedade. A Família, o jornal que dirigiu de 1888 a 1897, primeiro em São Paulo depois no Rio de Janeiro, destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos. À frente do jornal, Josefina realizou um intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão, nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto, e em incentivar as compatriotas à ação:

Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida os tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil: e assim terão as nossas virtuosas e dignas compatriotas pelejado, com o recato e moderação naturais ao seu delicado sexo, pela bela idéia. "Fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte". (A Família, ano I, n. especial)

Em 1878, Josefina Álvares conseguiu encenar sua peça *O voto femi*nino, no Teatro Recreio, depois publicada em livro, o que faz dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país. Ao

longo do ano de 1877 ela havia viajado por vários Estados, como Pernambuco, São Paulo e Bahia, fazendo palestras e divulgando seu jornal, enquanto lançava uma campanha nacional a favor do sufrágio. Nesta empreitada, conquistou tanto adeptas para suas causas, como inimigos rancorosos que a perseguiram implacavelmente através da imprensa. ¹¹

Se o Rio de Janeiro, como capital do Império e centro intelectual do país, concentrou o maior número de periódicos feministas, as demais regiões também tiveram seus periódicos, nem por isso menos significativos. Como O Corimbo, de Porto Alegre, das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. Como o jornal teve uma vida surpreendentemente longa — foi publicado de 1884 até 1944 —, encontra-se em suas páginas a produção literária de várias gerações de escritoras e escritores. Os editoriais, geralmente assinados por Revocata Melo, costumavam trazer veementes apelos a favor do voto, à educação superior e à profissionalização feminina. O Corimbo foi incansável na mobilização das mulheres e na divulgação dos avanços em outros países, sempre incentivando as conterrâneas a fazerem o mesmo. Segundo Pedro Maia Soares, com o tempo, o jornal teria se tornado uma 'caixa de ressonância do feminismo brasileiro'¹², com o que concordamos totalmente.

Também editada fora do Rio de Janeiro, a revista A Mensageira, que circulou na capital paulista de 1897 a 1900, teve importante participação na luta das mulheres brasileiras. Dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, esteve no cenário nacional tanto por sua ampla distribuição, como pelas idéias que defendia e as escritoras que nela colaboravam. Praticamente em todos os seus números encontra-se a defesa da educação superior e textos divulgando o feminismo. Em 15 de outu-

¹¹ O ingresso das mulheres nos cursos superiores prosseguia no velho ritmo nacional. Números apresentados por Irede Cardoso, em *Os tempos dramáticos da mulher brasileira* são reveladores. No ano de 1929, por exemplo, havia em todo o país, no curso de Medicina, 5.789 homens matriculados e 72 mulheres, das quais apenas quatro concluíram o curso. Em Odontologia eram 680 homens e 71 mulheres, das quais treze se formaram. Em Filosofia e Letras eram 62 homens e 3 mulheres, e apenas uma chegou ao final. Em Ciências Jurídicas e Sociais havia 3.180 homens matriculados e 20 mulheres, e duas concluíram. Em Engenharia Civil havia 2.007 homens e 24 mulheres, e uma se formou. Em Arquitetura, havia 23 homens matriculados e uma mulher, que abandonou o curso. Em Agronomia e Veterinária havia 970 homens e 10 mulheres, das quais duas concluíram. O Curso de Música vai ser exceção: havia 616 homens matriculados para 4.910 mulheres e, entre os formandos, 31 eram homens e 588 mulheres. Cf. Op. cit. p. 27.

bro de 1899, por exemplo, há um interessante comentário, intitulado "O feminismo", que saudava a abertura do mercado de trabalho para as mulheres, nestes termos:

O Diário Popular acaba de assentar praça nas fileiras do feminismo; e por esse arrojo, não regateamos aplausos à ponderada folha vespertina. O caso da Dra. Mirthes de Campos trouxe para o terreno dos fatos a questão abstrata dos direitos da mulher. E o Dr. Viveiros de Castro mostrou-se, mais uma vez, coerente consigo mesmo. Abrir também ao belo sexo a função da advocacia constitui um simples corolário da liberdade profissional, que a Constituição da República sabiamente consagrou. Não seria congruente que as nossas patrícias pudessem, como podem, conquistar nas academias um diploma científico e ficassem, ao mesmo tempo, privadas da eficácia desse diploma, tão duramente conquistado. Com que fundamentos vedariam à mulher o campo da atividade honesta, se a nossa péssima organização social não a pode muitas vezes salvar dos horrores da miséria ou das especulações do vício? (A Mensageira, 15/ 10/ 1899)

E são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória "sobre os conceitos brutais da educação atrofiante, ainda infelizmente em vigor". Mas também a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão. A resistência à profissionalização das mulheres da classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos.

Enfim, movida por uma mesma força e um mesmo idealismo, esta imprensa terminou por criar — concretamente — uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina. Nas lúcidas palavras de Dulcília Buitoni, tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função "conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer". 14

¹³ A Família, 30 de novembro de 1899.

¹⁴ BUITONI, 1986, p. 33.

Com toda esta preparação é de se esperar o tamanho da onda que se segue. O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias. Um exemplo é Jerônima Mesquita (1880-1972), de Leopoldina (MG), que estudou na Europa e, ao retornar, em 1900, uniu-se a um grupo atuante de feministas do Rio de Janeiro, que lutava pelos direitos das mulheres.

Muitos nomes se destacam, entre eles o de Bertha Lutz (1894-1976), formada em Biologia pela Sorbonne, que vai se tornar uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil. Durante anos Bertha foi incansável nos discursos, nas audiências com parlamentares, e na redação de textos inflamados, como o que publicou na Revista da Semana, em 1918, denunciando a opressão das mulheres e propondo a criação de uma associação para "canalizar todos os esforços isolados". Com outras companheiras, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que se disseminou em praticamente todos os Estados e resistiu por quase cinquenta anos. Maria Sabina (1898-1991), mineira de Barbacena, foi uma que a apoiou desde o início. Em 1928 entrou para a FBPF, tornando-se responsável pela redação do periódico da entidade – O Boletim – que começou a circular em 1933, chegando a presidente da Federação por quatro vezes, a partir de 1945. Foi ainda delegada do Brasil no Congresso da Aliança Internacional de Mulheres em Nápoles, e membro da Comissão Interamericana de Mulheres na OEA. Em 1979 fez uma importante conferência sobre a situação feminina no Senado Federal e recebeu o título de mulher de destaque do ano.

Outra foi Maria Lacerda de Moura (1887-1945), que inicia sua luta pela "libertação total da mulher" com a publicação do livro *Em torno da educação*, em 1918, que considera a instrução fator indispensável para a transformação do ser. Mineira de Manhuaçu, e formada pela Escola Normal de Barbacena, desde os primeiros escritos revelou interesse pela luta feminina e o sofrimento do povo brasileiro. Colaborou com Bertha Lutz na fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mas logo deixou

o grupo para abraçar a causa do operariado. Quando esteve na presidência da Federação Internacional Feminina, propôs a inclusão no currículo das escolas femininas da curiosa disciplina "História da mulher, sua evolução e missão social". Era adepta do amor livre, a favor da educação sexual e contra a moral vigente. Seu livro, *A mulher é uma degenerada?*, teve três edições desde 1924, tal a repercussão e a polêmica que alcançou nos meios letrados do país. Escritora lúcida, inteligente e engajada, Maria Lacerda desafiou e enfrentou a sociedade de seu tempo, mantendo-se sempre íntegra e coerente.¹⁵

Outras mineiras militaram nesse tempo, ao lado de Bertha Lutz. Como: Elvira Komel (1906-1932), e Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça (1886-1963), nascida em São João Del Rei (MG), colaboradora ativa da imprensa carioca e fluminense, e de programas da *Rádio Nacional* e *Rádio Jornal do Brasil*. Integrou o grupo Damas da Cruz Verde e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e participou do II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1931, como representante oficial do Brasil. Durante anos participou ativamente da luta em prol do sufrágio feminino, com palestras, artigos e viagens pelo país para divulgar o projeto e sensibilizar os parlamentares. Outra que esteve no II Congresso Feminista, como representante do Estado de São Paulo, foi Alice Tibiriçá (1886-1950), mineira de Ouro Preto, ardente defensora dos direitos da mulher e da infância. Em 1948, discursou em evento organizado pela Federação Democrática Internacional, cuja sede ficava em Paris.

Também Eugênia Moreira (1898-1948), nascida de Juiz de Fora, que trabalhou como repórter nos jornais Última Hora, A Rua, Em Notícia e O País, e participou ativamente do movimento feminista e da defesa do sufrágio feminino. Defendeu ainda o movimento modernista nas letras e nas artes, e a renovação do teatro brasileiro. Ao lado de mulheres simpatizantes ou filiadas ao Partido Comunista do Brasil, participou da formação da União Feminina do Brasil em 1935, tendo sido presa por seu envolvimento com o PCB, até ser libertada no ano seguinte por falta de provas. Durante o Estado Novo, apoiou Leocádia Prestes, a mãe de Luís Carlos Prestes, na campanha para libertar sua neta, e filha de Olga Prestes, que havia nascido em um campo de concentração nazista.

¹⁵ Publicou ainda Renovação (1919), A mulher e a maçonaria (1922), A mulher hodierna e seu papel na sociedade atual e na formação da civilização futura (1923), Religião do amor e da beleza (1926), Amai e... não vos multipliqueis (1932), entre outros. Mais informações em Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura (São Paulo: Ática, 1984), de Miriam L. Moreira Leite, e no vídeo "Maria Lacerda de Moura – trajetória de uma rebelde". Direção de Ana Lúcia Ferraz e Miriam Moreira Leite. São Paulo: FAPESP, USP, 32 minutos

A década de 20 foi, portanto, particularmente pródiga na movimentação de mulheres. Além de um feminismo burguês e bem comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, viu ainda emergir nomes vinculados a um movimento anarco-feminista, propondo a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordando quanto à representatividade feminina ou à idéia do voto para a mulher. Lembro mais algumas personalidades desta época tão contraditória. A primeira é Leolinda Daltro, líder de um grupo de feministas que optou por ocupar os espaços públicos e chamar sempre a atenção para suas reivindicações. Após várias passeatas barulhentas, e de muita pressão junto aos políticos, conseguiram que um deles, o Senador Justo Chermont, apresentasse o primeiro projeto de lei em favor do sufrágio. Tal fato repercutiu tanto, e representou uma ameaça tão expressiva, que os antifeministas do Senado, da Câmara e da imprensa se uniram numa campanha sistemática de ridicularização das mulheres e dos poucos homens que as apoiavam, atrasando a campanha do voto até 1928. Os argumentos continuavam os mesmos e expressavam a concepção masculina de família, de lar doméstico — onde a mulher era 'rainha' — e seus 'sagrados' deveres, considerados incompatíveis com qualquer participação na esfera pública.¹⁶

Outra foi Ercília Nogueira Cobra (1891-1938), que no importante ano da Semana de Arte Moderna, lançava seu primeiro livro, *Virgindade inútil – novela de uma revoltada* (1922), dando início a uma obra polêmica que pretendia discutir a exploração sexual e trabalhista da mulher, e provocou intenso debate e muita crítica entre os contemporâneos. Ercília publicou ainda *Virgindade anti-higiênica - Preconceitos e convenções hipócritas* (1924) e *Virgindade inútil e anti-higiênica – novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens* (1931), tendo sido detida várias vezes pelo Estado Novo, chegando a ser presa por suas idéias.

De natureza diversa eram as publicações de Diva Nolf Nazário, acadêmica de Direito e secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino, que lançou em 1923 o livro *Voto feminino e feminismo*, contando uma importante página dessa história. Diva Nolf reproduz inúmeros arti-

¹⁶ HAHNER, 1981, p. 113.

gos a respeito do voto e dos direitos políticos da mulher que haviam sido publicados na imprensa (*A Cigarra, Vida Moderna, Jornal do Commercio* e *Revista Feminina*, entre outros), e faz comentários lúcidos e pertinentes a cada um deles. É possível conhecer, através de seu livro, as diversas opiniões que circulavam na época sobre o tema, bem como os argumentos favoráveis e contrários.

E chegou finalmente o ano de 1927. O governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, antecipou-se à União e aprovou uma lei em seu Estado dando o direito ao voto às mulheres, para regozijo nacional das feministas. A terra de Nísia Floresta saía na frente e impunha-se como provocação para as demais províncias. Imediatamente, as mais combativas militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em todos os Estados em que estava representada, ocuparam as tribunas para aclamar a iniciativa e exigir o mesmo direito. É lançado um manifesto à nação, ora chamado de 'Manifesto Feminista', ora de 'Declaração dos Direitos da Mulher', que vem assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso, entre muitas outras de importantes famílias políticas, como Clotilde de Mello Vianna, a esposa do Vice-Presidente da República, nos seguintes teremos:

As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais, os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos para o outro, e, consequentemente, para a Nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; a autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto: a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; as noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justica; sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade proclamados inalienáveis pela

Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor. ¹⁷

Mas apesar das passeatas, dos artigos nos jornais e das dezenas de conferências públicas, foi preciso esperar ainda alguns anos. Foi possível, inclusive assistir à eleição da primeira prefeita, Alzira Soriano (1897-1963), em 1929, no município de Lajes, interior do Rio Grande do Norte, derrotando o adversário, um conhecido coronel da região, com 60% dos votos, e tornando-se a primeira mulher prefeita da América do Sul. A indicação de seu nome para concorrer às eleições pelo Partido Republicano havia sido uma sugestão de Bertha Lutz, que a conhecera numa reunião de políticos, por ocasião de sua viagem ao Rio Grande do Norte em companhia de Juvenal Lamartine. A eleição de Alzira Soriano repercutiu até no exterior e foi notícia em jornais dos Estados Unidos, Argentina e Uruguai. 18

Apenas em 1932, Getúlio Vargas cede aos apelos e incorpora ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens, excluindo os analfabetos; e o Brasil passava a ser o quarto país nas Américas, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador, a conceder o voto às mulheres. Mas a alegria durou pouco: Vargas decide suspender as eleições e as mulheres só vão exercer o direito conquistado na disputa eleitoral de 1945.

No campo literário, as escritoras feministas se destacavam. Em 1921, Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) conquistava o primeiro prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito pagão*, e era saudada pela imprensa, principalmente a mais interessada, como um 'triunfo da intelectualidade feminina brasileira', tal o ineditismo que representava. Rosalina Lisboa tinha sido educada em sua própria casa por professores estrangeiros, e desde cedo colaborava em revistas literárias defendendo a participação da mulher na política, e a igualdade de direitos entre os sexos. Participou do Congresso Feminino Internacional, em 1930, em Porto Alegre, como representante da Paraíba, e foi a primeira mulher a ser

¹⁷ CARDOSO, 1981, p. 34.

¹⁸ Em seu governo, Alzira Soriano realizou obras de infra-estrutura e diversas melhorias na vida da população do município. Por ocasião da Revolução de 30, recusou o cargo de interventora municipal e afastou-se da Prefeitura, dedicando-se a fazer oposição ao novo governo. A partir de 1945, candidatou-se novamente pelo Partido Social Democrata (PSD), sendo eleita vereadora, cargo que exerceu em diversos mandatos, nunca perdendo uma eleição. Até 1958 ela liderava a bancada da UDN. Mais informações SOUSA, 1993.

designada pelo governo brasileiro para uma missão cultural no exterior, no caso, Montevidéu, em 1932.

Também Gilka Machado (1893-1980) publicou, em 1918, um livro de poemas eróticos, *Men glorioso pecado*, logo considerado um escândalo por afrontar à moral sexual patriarcal e cristã. Como poucas escritoras de seu tempo, Gilka promoveu a ruptura dos paradigmas masculinos dominantes e contribuiu para a emancipação da sexualidade feminina. Ao vencer um concurso literário do jornal *A Imprensa*, então dirigido por José do Patrocínio Filho, teve seu trabalho estigmatizado e considerado 'imoral' por críticos mais conservadores. Além de poetisa talentosa, participou dos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, principalmente ao lado de Leolinda Daltro, com quem criou o utópico Partido Republicano Feminino, em 1910, quando ainda era remota a idéia do voto, sendo sua segunda-secretária.

Saindo do eixo do Rio de Janeiro, Mariana Coelho se impõe como a 'Beauvoir tupiniquim', como a chamou Zahidé Muzart, em seu estudo sobre a feminista paranaense. Mariana Coelho publicou *A evolução do feminismo:* subsídios para a sua história, em 1933, que representa uma importantíssima e lúcida contribuição à história intelectual da mulher brasileira. Além de revelar enorme erudição, pois transita com desenvoltura por diversos campos ao fazer a retrospectiva do movimento feminista na Europa e no Brasil, a autora inaugura uma espécie de feminismo-pacifista, que ainda hoje surpreende. Sua original opinião sobre a Primeira Guerra, como a "mola propulsora e infalível" do movimento feminista e do espírito cívico da mulher, por si só recomenda o livro. Segundo a abalizada opinião de Muzart,

Como texto engajado, como texto de luta, ainda pode impressionar-nos hoje, pois já no século XXI, nem de longe, ainda, nos libertamos dos flagelos a que ela se refere, sobretudo o das guerras. O feminismo de Mariana Coelho nasceu de seu altruísmo, de seu "mar de amor", pois preocupada com o futuro dos povos, atirados numa guerra sangrenta, preconiza antes de mais nada a paz. Daí que seu feminismo esta profundamente entranhado com esta causa, ao lê-la, conclui-se que a paz não pode vir senão pela procura da felicidade de todos, ou seja, os miseráveis terão de ter um lugar à mesa de banquete dos ricos. Idéias, como se vê, extremamente atuais e até hoje, deploravelmente não conseguidas.¹⁹

⁴²

Termino com Adalzira Bittencourt (1904-1976), advogada, escritora e feminista, que organizou no Palace Hotel do Rio de Janeiro, em 1946, a Primeira Exposição do Livro Feminino, obtendo muita repercussão na imprensa. No ano seguinte, ela repetiu o evento em São Paulo, na Biblioteca Mário de Andrade, reunindo mais de mil livros de quinhentas e sessenta escritoras. Os jornais registraram que pelo menos cem escritoras estiveram presentes, e o enorme sucesso de público. Durante os quinze dias da Exposição, foram realizadas palestras sobre a mulher na história e na música, sobre o divórcio, o papel da imprensa, e a literatura de autoria feminina, entre outras. Adalzira Bittencourt foi uma incansável divulgadora da causa da mulher, sempre preocupada com a construção da memória feminina brasileira.²⁰

O recrudescimento do movimento feminista

E chegamos aos anos setenta: o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal. 1975 é indicado como o Ano Internacional da Mulher, logo estendido por todo o decênio (de 75 a 85), tal o estado de penúria da condição feminina, e tantas as metas para eliminar a discriminação. Encontros e congressos de mulheres se sucedem, cada qual com sua especificidade de reflexão, assim como dezenas de organizações, muitas nem tão feministas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho. O '8 de Março' é finalmente declarado Dia Internacional da Mulher, por iniciativa da ONU, e passa a ser comemorado em todo o país de forma cada vez mais organizada. Segundo Eva Blay, o sacrifício das trabalhadoras americanas estava tão incorporado ao "imaginário coletivo da luta das mulheres", que era justo o estabelecimento desta data.

Enquanto nos outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, no Brasil o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura

²⁰ Entre outros importantes trabalhos, Adalzira Bittencourt publicou: Mulberes e livros (1948), A mulber paulista na bistória (1954); Sua Excia. a presidente do Brasil (1938); Ana Pimentel: governadora; Antologia de letras femininas (1948); e o Dicionário de mulberes ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil (3 vol. 1972), que não concluiu.

histórica impôs que elas se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. Mas ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto. Nosso corpo nos pertence' era o grande mote, que recuperava, após mais de 60 anos, as inflamadas discussões que socialistas e anarquistas do início do século XX haviam promovido sobre a sexualidade. O planejamento familiar e o controle da natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas. E a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. Aliás, o 'ficar' das atuais gerações parece ser o grande efeito comportamental desta quarta onda.

Novamente surge uma imprensa dirigida por mulheres que o momento demandava. Em 75 é fundado o jornal *Brasil Mulher*, porta-voz do recém-criado Movimento Feminino pela Anistia; e, em 76 surge o periódico *Nós Mulheres*, que logo se assume enquanto feminista e vai circular por quase três anos. Os dois jornais enfrentam as questões polêmicas daqueles tempos atribulados como a anistia, o aborto, a mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada e a prostituição, trazendo ainda muitas matérias sobre a sexualidade, o preconceito racial, a mulher na literatura, no teatro e no cinema. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, o primeiro número de *Nós Mulheres* teria sido financiado pela cantora Elis Regina, falecida em 1982, também identificada com o ideário feminista.

Alguns anos depois era a vez do *Mulherio*, criado em 1981, em São Paulo, por iniciativa de feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas. Rapidamente a publicação alcança enorme prestígio nos meios universitários, e no seu terceiro número contava com mais de três mil assinaturas. Nas variadas seções havia desde denúncias de violência, da discriminação contra a mulher negra, à política do corpo, à amamentação, ao trabalho feminino e à vida das operárias e da periferia das grandes cidades, e também a produção cultural de escritoras e artistas e os endereços de grupos feministas de todo o país. Alguns números tornaram-se verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma consciência feminista, tal a seriedade do trabalho realizado para a conscientização da cidadania e o avanco das conquistas sociais da mulher brasileira.

Destaco Rose Marie Muraro, entre inúmeros nomes, pelos muitos livros que publicou, inclusive em pleno regime militar, e pela atuação

firme e coerente em toda sua vida, assumidamente feminista. Rose Muraro foi a responsável pela vinda ao Brasil da escritora norte-americana Betty Friedan, cuja passagem no Rio de Janeiro pode ser comparada a um maremoto de proporções inimagináveis. A ontológica entrevista ao *Pasquim*, assim como o massacre verbal que ambas sofreram, são por demais conhecidos. Como também são sobejamente conhecidas a força e a determinação de Muraro para impor suas idéias e sua permanente disponibilidade para o debate. Em 1975, ela havia fundado, com outras companheiras, o Centro da Mulher Brasileira, entidade pioneira do novo feminismo nacional. Dentre seus trabalhos, lembro a importante pesquisa que realizou sobre a sexualidade da mulher brasileira, em que considerou não apenas a diversidade de nossas regiões, como a experiência diferenciada das camadas sociais no que diz respeito ao corpo e ao prazer. A repercussão de tal trabalho no momento em que foi divulgado, o ano de 1983, foi decisiva para o debate acadêmico e a orientação de outras pesquisas.²¹

Outra importante militante dessa época foi Lélia González (1935-1994), mineira de Belo Horizonte, antropóloga e ativista política pioneira na oferta de cursos sobre Cultura Negra na PUC/RJ, onde lecionava. Fundadora, com outros companheiros, do Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras e do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, foi ainda membro atuante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNMD).

No campo político, as mulheres começam a ocupar espaço nos partidos e a disputar as eleições, nas diversas instâncias do poder, mas não ainda no ritmo desejado. E mesmo nas últimas décadas do século XX assistimos a todo instante o registro de 'pioneiras', pois a mídia não se cansa de noticiar as conquistas femininas que ocorrem a todo instante. Um dia é a primeira prefeita de uma grande capital, em outro é a primeira governadora, ou senadora, ministra, e por aí vai. Na década de 80, grupos feministas ultrapassaram as divergências partidárias e se aliaram às vinte e seis deputadas federais constituintes — o 'charmoso' 'lobby do batom' — como forma de garantir avanços na Constituição Federal, tais como a desejada igualdade de todos brasileiros perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

No final da década de 70 e ao longo dos anos 80, um movimento muito bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras, promo-

²¹ MURARO, 1983.

veu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras. É desta época a criação dos primeiros Conselhos da Condição Feminina - o de Minas Gerais e o de São Paulo foram modelos para os demais -, e também dos Grupos de Trabalho sobre Estudos da Mulher da ANPOCS, e da Mulher na Literatura, da ANPOLL; assim como a criação do NEM - Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da PUC-RJ; do NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na UFBA; do NIELM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura, da UFRJ; do NEMGE - Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, da USP; e do NEPEM - Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher, da UFMG; entre muitos outros que se multiplicaram nas diferentes instituições de ensino superior, enfrentando resistências e desconfianças para cumprir a função de agregar os/as interessados/as na temática, promover o desenvolvimento da pesquisa e do estudo de temas relevantes para as mulheres, e principalmente, impulsionar a publicação de trabalhos e preencher a enorme carência bibliográfica de que todos se ressentiam.

Conclusão

A partir dos anos noventa, à medida que a revolução sexual era assimilada à vida cotidiana, as bandeiras feministas sofrem com a gradual acomodação da militância e o arrefecimento de uma história que começava a ser escrita. Em tempos de globalização selvagem, em que os saberes instituídos parecem ter a textura da areia movediça, tal seu caráter difuso e maleável, feministas continuam assimilando novidades trazidas do exterior, subdivididas em interesses fragmentados das comunidades acadêmicas, e permitem que o feminismo saia dos holofotes e se dilua em meio aos estudos culturais ou estudos gays.

Há quem defenda, inclusive, que estes seriam tempos 'pós-feministas', pois as reivindicações (teoricamente) estariam atendidas e ninguém mais ousa negar a presença das mulheres na construção social dos novos tempos. Se o prefixo 'pós' estiver sendo empregado (e lido) como explicitando uma fase posterior ao feminismo — agora ultrapassado e fora de moda — não é

posterior ao feminismo — agora ultrapassado e fora de moda — não é possível concordar com a expressão. Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de

resistência. Basta que lembremos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em Assembléias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física. É verdade que foi aprovada a Lei "Maria da Penha", para punir exemplarmente os autores de abusos e de crimes contra as mulheres. Mas as dificuldades para impor esta mesma lei numa sociedade viciada na suposta inferioridade feminina, são a prova de que ainda há muito o que mudar.

Com certeza vivemos novos tempos; e o movimento feminista atravessa um período de amadurecimento e reflexão. Nossa expectativa agora é que a próxima onda venha mais forte para vencer os fundamentalismos, e impor – definitivamente – dias melhores, mais justos e felizes, para homens e mulheres.

Referências bibliográficas

BUITONI, Dulcília S. Mulher de papel. A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Lovola, 1981.

BUITONI, Dulcília S. Imprensa feminina. São Paulo: Ática, 1986.

CARDOSO, Irede. *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1981. (Coleção História Popular, n. 2)

COELHO, Mariana. A evolução do feminismo: subsídios para a sua história. 2 ed.Org. Zahidé L. Muzart. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

DICIONARIO *Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. Org. por Schuma Schumaher e Érico Vital Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DUARTE, Constância L. Nísia Floresta: vida e obra. Natal: UFRN, 1995.DUARTE, Constância L. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação? In O Eixo e a Roda. Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, vol. 7, 2001.

DUARTE, Constância L. Feminismo e literatura no Brasil. In *Estudos Avançados* 49. Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP/SP. Vol. 17, número 49, set./out. 2003. ISSN 0103-4014.

FLORESTA, Nísia. Os direitos das mulheres e injustiça dos homens. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas* – 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEITE, Miriam Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

- MURARO, Rose Marie. Sexualidade da Mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Antologia. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In *História da Literatura: teorias, temas e autores*. Org. Maria Eunice Moreira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- REVISTA USP. Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo n. 1 (mar.-mai. 1989). São Paulo: USP, CCS, mar. mai. 2001. (Dossiê Política e Participação).
- SOUSA, Heloísa Galvão Pinheiro de. Luíza Alzira Teixeira de Vasconcelos Soriano, primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA, UFRN, 1993.
- SOUTO-MAIOR, Valéria A. O florete e a máscara. Florianópolis: Editora Mulheres, 2001.

2. O movimento de mulheres em Belo Horizonte

1975: ano das precursoras

Dinorah Carmo

Por iniciativa e decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), o ano de 1975 foi celebrado, pela primeira vez no Ocidente, como o Ano Internacional da Mulher e, há 33 anos, esta comemoração vem sendo repetida, sempre na mesma data, no dia oito de março, em homenagem às operárias-tecelãs de New York. As tecelãs morreram queimadas, naquele fatídico dia, dentro da fábrica de tecidos onde trabalhavam, por reivindicarem jornada de trabalho mais humana.

No mundo ocidental todos os países passaram a comemorar essa data e, em Minas Gerais, especificamente sua capital, Belo Horizonte, as coisas não foram diferentes. Além de muitas feministas que caminhavam isoladas, com sua independência financeira, emocional e liberdade sexual fora do casamento, com maturidade para fazê-lo, um grupo jovem, formado por inteligentes e rebeldes universitárias, também fazia suas reflexões, reunia-se e debatia, dentro e fora da faculdade, a questão da mulher, o que configurou, sem dúvida, como sendo elas as *precursoras* mineiras, aqui em Belo Horizonte, em 1975, do que viria a acontecer em 1980, com a criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (1980/82) e, posteriormente, o Conselho Estadual da Mulher (1983).

Foram elas as jornalistas Mirian Chrystus de Melo e Silva, paranaense de nascimento, mas mineira de coração; Elizabeth Maria Fleury Teixeira (Beth Fleury, também poeta); Elizabeth Cataldo (Beth Cataldo); a advogada Elizabete Almeida Assunção (Bete Almeida); Lúcia Afonso, bacharel em Letras e editora da revista *Silêncio*; a economista e poeta Márcia Flausina; e Cátia Gallauer (uma jovem suíça que viveu em Beagá por muitos

anos). E é Mirian Chrystus que afirma: "Nossa solidariedade às mulheres sempre foi acima da condição de classes, raça, cor e religião".

Mirian deixou Curitiba aos 12 anos, para vir morar com sua irmã Firma Francisca, em Belo Horizonte, casada com o senhor Valdir Dias, aqui residentes até hoje. Ela conta que seu feminismo teve influência de sua irmã mais velha, pois Firma tinha comportamento feminista, apoiado pelo marido, além de sua mãe, que ficara no Paraná, e falava muito em 'independência financeira para a mulher'. Em 1975, Mirian, então casada com Aloísio Morais Martins (ex-marido), recém-empossado na presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de MG e diretor-fundador do jornal alternativo, de cunho político, o *DE FATO*, reunia-se com seu grupo, na redação daquele jornal alternativo e em sua casa no bairro Floresta. O *leit motiv* das reuniões era para discutir o tema mais enfatizado da década de 70: a questão da sexualidade e suas recorrências, como virgindade, prazer, orgasmo, aborto etc.

Ela e amigas queriam ir mais fundo nessa resistência mundial quanto ao papel da mulher na sociedade. O Seminário sobre Feminismo no Rio, realizado com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do qual ela participou em meados de 1975, motivou-a a organizar um em Belo Horizonte. Mas centrada e conseqüente como sempre foi, Mirian matutava, conforme me contou em entrevista recente: "A situação de inferioridade da mulher serve ao capitalismo, mas a troca também para o socialismo não seria a solução. Falar disso em um seminário criaria um impasse, envolto em três motivos: enfrentar a ditadura; criticar a esquerda por seu comportamento machista; ter medo das perseguições da ditadura".

Não obstante os percalços, elas levaram a idéia avante e fizeram no DCE (Diretório Central dos Estudantes), onde é hoje o Cine Belas Artes/Liberdade, o evento MULHERES EM DEBATE, com duração de três dias, em outubro de 1975. Mesmo enfrentando resistências do DCE/UFMG, dirigido (pasmem!!!), pela primeira vez por uma mulher, a universitária Samira Zaidan, que se opôs, a princípio e por princípios esquerdistas ao evento. A esquerda, naquela época, torcia o nariz para as feministas. Nada de causas estanques, a causa tinha de ser coletiva!

Mas "Mulheres em Debate" foi exitoso e contou com a presença de Branca Moreira Alves, Rose Marie Muraro, Theresinha Zerbini, a criadora do Movimento Feminino pela Anistia, e outras profissionais/intelectuais feministas, numa Mesa equilibrada. A platéia era variada, democrática e entusiasmada. Reuniu estudantes, mulherio, partidos políticos, indo do

anarquista Romualdo Dâmaso, universitário da Sociologia/UFMG ao Frei Miguel, meu amigo-convidado, franciscano politizado, consciente, ecologista, feminista, líder da juventude divinopolitana. Houve até um slide e uma revista *Mulheres em Debate*, registrando o acontecimento. Nos depoimentos específicos de Beth Fleury e Mirian Chrystus, há detalhes sublimes e patéticos sobre o *Mulheres em Debate*, em discussão por três dias, no antigo DCE/UFMG.

Assim, em Belo Horizonte, esse grupo que seria denominado *Centro da Mulher Mineira* comemorou, ao seu modo e com muita garra e consciência, o Ano Internacional da Mulher. E comenta Beth Fleury, mostrando sorridente a revista emprestada pela outra Beth, a Cataldo: "Fizemos até uma publicação/revista, olha ela aqui, para marcar aquele evento, e intitulada *Mulher Em Debate*, o mesmo nome do Seminário."

Portanto, este Seminário marcou a participação e liderança de gerações mais jovens de mulheres mineiras na primeira celebração do Ano Internacional da Mulher/75. Fosse ele um fracasso (e não o foi, pelo contrário), já teria cumprido seu papel, pois veio preencher uma lacuna, uma vez que à época, eu mesma questionei dos órgãos governamentais certa discriminação, pois nenhuma mulher, entre 18 e 30 anos, faixa etária que era a mais entusiasmada e debatedora sobre a questão da mulher, participou da Comissão Oficial Feminina, instituída pela Secretaria de Estado do Governo, na primeira comemoração daquele histórico ano.

Sim, em 1975, no Governo Aureliano Chaves de Mendonça, criouse a Comissão Oficial de Mulheres Mineiras que representaram o 1º Ano Internacional da Mulher, numa Semana de atividades culminada no dia Oito de Março, com a edição e distribuição de um Suplemento Especial sobre o Ano Internacional da Mulher, editado pela Imprensa Oficial. Participaram dessa Comissão, dentre outras, só mulheres acima de 40 anos, como a professora da UFMG, Beatriz Alvarenga; a presidenta da Vitzo, Flora Grimberg Lerman; a socióloga e poeta Elizabeth Vorcaro Horta; a poeta Yeda Prates Bernis, viúva do jornalista Ney Octaviani Bernis, que foi o presidente-fundador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Nada contra aos seus nomes, são mulheres encantadoras, mas custava colocar uma ou duas mais jovens para completar a Comissão? É que, lamentavelmente, muitas vezes as mulheres boicotam as próprias mulheres...

De 1975 a 78, o Centro Mineiro da Mulher, formado pelas sete questionadoras jovens, se reunia sempre e tornara-se um grupo de refe-

rência para entrevistas de jornais, debates e representações, ou seja, elas conquistaram seu espaço e visibilidade política. Segundo Mirian Chrystus, "tudo era muito intenso, havia muita discussão apaixonada, muito radicalismo". Beth Fleury fala das efervescentes polêmicas vividas na redação do *DE FATO*, entre conversas, estudos e reflexões.

Na pauta de discussões, assuntos como saúde e trabalho femininos; virgindade, defloramento, experiências sexuais, controle de natalidade, orgasmo, direito ao prazer, aborto, enfim, tudo que envolvia a autonomia da mulher, "na medida que uma nova mulher emergia de dentro de nós mesmas, num mergulho profundo de tentar nos conhecer e também os outros conhecer", analisa Mirian Chrystus.

Havia até sarau de reflexão, conforme relembra Beth Fleury, apontando as seguintes autoras que eram lidas e discutidas: Simone de Beauvoir, Marta Harnecker, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Branca Moreira Alves, Helleieth Saffiotti. Havia um livro muito interessante, sempre consultado por elas: *O espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*, escrito pelas feministas, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Mariska Ribeiro, Leila Barsted e Sandra Boschi.

E, em 1978, houve choque de lideranças. O grupo se dispersa e se desfaz, mas para voltar unido, dentro de novas bases, mais maduro e coeso, aberto a uma participação feminina maior, que se somou às sete jovens pioneiras. O motivo desse reatamento? Os assassinatos de Eloísa Ballesteros Stanciolli e Maria Regina Santos de Souza Rocha, por maridos machistas e covardes. A vitimização dessas jovens esposas e mães, mortas em curto espaço de dois meses, no primeiro semestre de 1980, leva ao Ato Público de Repúdio no dia 18 de Agosto de 1980 (adro da Igreja São José) e na conseqüente criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher.

Nas páginas seguintes, registram-se os depoimentos de Mírian Chrystus, Beth Fleury e Beth Cataldo.

Um grupo de meninas más (Feministas, as bad girls dos Anos 70)

Mirian Chrystus

Hoje eu pretendo contar uma história. Uma história edificante, não no sentido que a Igreja, na Idade Média, atribuiu a este termo: 'Edificar é elevar rumo aos céus'. Pois eu quero edificar rumo à terra, ao mundo do vivido. É a história de um grupo de sete garotas universitárias que se reuniam aos domingos, num barracão no bairro Floresta para ler e discutir sobre a condição da mulher – e ajudaram, com o grão de areia de sua participação – a mudar, senão o planeta, alguma coisa no Brasil. E tudo começou aqui, em Belo Horizonte/ Minas Gerais. Tinha que ser em Minas. Mac-tub (Estava escrito).

O cenário da história, os anos 70, mais precisamente 1975, Ano Internacional da Mulher, promovido pela Unesco e que foi saudado com o maior desprezo por sua suposta inutilidade, pela feminista Simone de Beauvoir. "Agora – dizia ela – o Ano Internacional da Mulher: depois o do gato, do cachorro e assim por diante". Ela estava enganada (os filósofos também erram). O Ano Internacional da Mulher foi como um rastilho de pólvora no mundo.

Naquela época eu tinha 24 anos e trabalhava no Jornal de Minas, propriedade de Afonso Paulino, que tinha simplesmente uma sala no DOPS com o nome dele, uma singela homenagem da Direita. Por um outro jornal, tomei conhecimento de um Seminário sobre Feminismo, apoiado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro e dele fui participar. Arrumei minha malinha e, sozinha, parti para o Rio. Dentre as várias participantes, Branca Moreira Alves. Ela falou sobre a penosa luta pelo voto feminino no Brasil e sobre uma curiosa coincidência. A argumentação de quem era contra: a mulher não podia votar, porque senão descuidaria dos deveres de esposa e mãe; ou, a mulher podia votar, porque, mesmo assim, não descuidaria das obrigações de mãe, esposa e dona-de-casa.

Veio também da França, para encerrar o Seminário, Celso Furtado, que lá se encontrava como Embaixador do Brasil. Ele denunciou o pre-

conceito na Academia Francesa com relação a pesquisas sobre a situação feminina que sua mulher, na época, a cientista Lúcia Tosi, queria compreender (os acontecimentos também são, muitas vezes, preconceituosos e erram muito).

Quando voltei, conversando com Beth Cataldo, num boteco, ali nas imediações do jornal, pensamos: "Por que não fazer algo semelhante em Belo Horizonte?" Começamos a ler e a discutir sistematicamente. Lembrome bem, sou capaz de lembrar o momento, o vinho muito ruim que bebíamos e achávamos ótimo (um Barbera doce), o momento em que constatamos que o funcionamento da sociedade capitalista, em si, era impeditivo à igualdade da situação da mulher: fazia parte dela essa desigualdade, a sociedade capitalista se alimentava dela para a reprodução da mão-de-obra, exércitos de reserva, manutenção da força de trabalho, etc, etc.

A sensação de estar descobrindo as entranhas do real funcionamento da sociedade – segundo Karl Marx – não as mentiras que nos contam sobre ela. A sensação de estar desvelando, tirando mesmo um véu, o véu da ideologia e achar que estamos descobrindo o mundo como realmente é...

Este momento foi vivido com muita emoção e muito medo e... muito medo, uma espécie de terror. Pois descobrir isto, comprometer-se com esta verdade, ser coerente com ela, em plena ditadura, significava correr riscos. É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte, já dizia a cancão de Caetano Veloso.

Enfrentar militares, cabos e generais, a TV Globo e tudo o mais que viesse pela frente. Tempos também de Revolução, não no sentido do movimento dos astros, mas revolução no sentido de provocar mudanças radicais, através de inevitável violência. Tempos pós-maio de 68: mudar as estruturas, os autoritarismos de toda ordem (o que incluía o autoritarismo de esquerda e suas reuniões manipuladas, palavras de ordem, questões de ordem, questões de esclarecimento, massa avançada e tudo o mais).

A palavra política tinha de circular de uma outra maneira, tínhamos que aprender a pensar por nós próprias. Por um lado, havíamos percebido que a sociedade capitalista não era o mundo possível da mudança da situação da mulher; por outro, o chamado socialismo realmente existente não era a palavra de ordem, também não era suficiente.

Tal como na Revolução Francesa, que identificou os direitos do homem como universal, a Revolução Socialista também não cumprira suas promessas. Feminismo, então, na década de 70, era lutar contra a ditadura, afirmar a solidariedade aos despossuídos, mas também uma atenção muito grande à especificidade da situação da mulher. Mas a solidariedade do fe-

minismo transcendia à questão de classes: assim fizemos um número especial do *De Fato*, jornal de imprensa alternativa, sobre o assassinato de Ângela Diniz, por Doca Street, no dia 31 de dezembro de 1976, na cidade de Cabo Frio, com vários tiros em seu rosto. Ângela Diniz, linda, livre, devassa (para muitos); a burguesa das burguesas. Enquanto os jornais falavam da sua devassidão, reproduzimos a crônica da jornalista Anna Marina, *A Menina da Missa das Dez da Igreja de Lourdes*, no ESTADO DE MINAS, criada pela mãe para ser linda e fazer um bom casamento. Mais burguesia que isto, impossível.

Isto significava que não bastava fazer uma revolução – era preciso fazer pelo menos duas: uma no mundo e, outra, dentro de casa. As questões principais eram salário igual por trabalho igual; desnaturalização das chamadas qualidades femininas (doçura, delicadeza, fragilidade, meiguice); a divisão do trabalho em casa; socialização das crianças pelo homem e pela mulher, etc. As mulheres são diferentes, mas não desiguais em termos de cidadania.

E claro, a grande questão: a questão do prazer feminino, esta a nossa idéia fixa. O direito ao corpo, à contracepção, ao aborto. Mas também e principalmente, o direito ao orgasmo. Muito Reich na cabeça para entender que o prazer era mais que importante, era o motor da vida. Outro prazer, apesar de os obstáculos: o direito à palavra. Aprender a falar em público, a expor as idéias. Alguém descreveu muito bem: vejam a maioria de mulheres falando em público. Como seu corpo treme, a voz gagueja... Daí o cuidado/desconfiança: não se permitia a presença de homens nos grupos feministas.

O que se lia, o que se estudava: a revolucionária russa Alexandra Kollontai (não, camarada Lênin, o exercício da sexualidade não é tão simples quanto beber um copo d'água); A origem da família e da propriedade privada, de Karl Marx e Friederich Engels (a derrocada do matriarcado se dando, quando da instituição da propriedade privada e o desejo de certeza da paternidade para deixar a herança a quem de direito); O descondicionamento da mulher, de Elena Bellotti: meninos e meninas não nascem diferentes, tornam-se diferentes; a diferença é construída até antes do nascimento: barriga pontuda, redonda, movimento do feto; A mística feminina de Betty Friedan (se as mulheres têm tanta coisa nos EE.UU., por que lotam os consultórios de atendimento psicológico? O mal sem nome).

O grande feito em 1975 foi a realização do Seminário *Mulheres em Debate*, no DCE/UFMG. Este vinha promovendo uma série de debates no seu auditório (hoje cine Belas Artes/Liberdade), a exemplo de A Questão da Indústria Nacional, com Moniz Bandeira; A Situação do Teatro Brasileiro, com Plínio Marcos, etc. Levamos-lhe a sugestão de um debate sobre *A Questão Feminina*. O DCE dirigido pela primeira

vez por uma mulher, recusou: "apenas emprestaria o auditório". Aparentemente não queria ver o nome da instituição ligado ao grupo e àquela questão incômoda: a questão feminina. A luta era outra, maior e mais nobre – nem mesmo trazendo, pela primeira vez a Minas, Theresinha Zerbini, mulher de general, criadora do Movimento Feminino Pela Anistia.

Tivemos que buscar um patrocinador: e o achamos na figura de Afonso Paulino, o dono do *Jornal de Minas* (extinto em princípio da década de 1990 e onde trabalhamos na década de 1970), o qual tinha uma sala no Dops, órgão da repressão, com o nome dele: uma singela homenagem da Direita, repito. No desejo de cooptar-nos, ofereceu passagens aéreas e estada para as convidadas no então melhor hotel da cidade: o Del Rey, mais mil exemplares de um livrete e centenas de cartazes anunciando o debate. Um pouco antes, um fato trágico: o jornalista Wladimir Herzog é morto sob tortura, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Apresentase espontaneamente e 24 horas depois está morto. O *Jornal de Minas* publica em sua primeira página um editorial a favor da morte do jornalista. Guerra é guerra, dizia o jornal. O medo, o incômodo.

- Vamos desistir de tudo?
- Jamais. Vamos fazer o debate e pedir demissão coletiva no dia seguinte.

E assim foi feito. O debate realizou-se, discutindo-se muito do que se queria. Discutimos, dentre outras coisas, a situação da mulher no campo, do direito à licença-maternidade, do peso da socialização das crianças, mais dupla jornada de trabalho.

- No campo, a mulher tem filho e no dia seguinte está trabalhando na lavoura disse um.
 - E morre aos vinte anos respondeu alguém da Mesa.

A situação das prostitutas: a prostituição é uma função da sociedade patriarcal; onde houver casamento, exigência de fidelidade e virgindade, haverá prostituição – dizia Raquel Moreno.

- E las putas, donde están las putanas? Gritou alguém (o anarquista Romualdo Dâmaso da Sociologia/Fafich, creio) questionando a ausência delas no debate.

Depois do debate, tornamo-nos um grupo de referência em Belo Horizonte, para conferências, debates, entrevistas etc. Dia das Mães (a economista e poeta, Márcia Flausina, e seu artigo no *Jornal de Casa*, saudando o nascimento de sua Cíntia, a que reluz; as esperanças de, no futuro, Cíntia se tornar uma nova mulher, livre e independente). Enfim, tornamo-nos um centro irradiador de idéias. Obrigamos o DE FATO, jornal de

imprensa alternativa do qual participávamos, a comprometer-se com a luta feminista (se nós podíamos escrever no jornal, pagar para trabalhar, vender o jornal nas madrugadas de BH, por que o jornal não podia ser portavoz das nossas reivindicações?)

Balanço: colocamos a questão da mulher na mídia mineira.

Muito debate, muita discussão, o cansaço. O grupo se dispersa. Era 1978. Dois anos depois, reintegra-se novamente, unido por sentimento de revolta e indignação: o assassinato de duas mulheres, por maridos machões, em curto espaço de semanas. Do Ato Público nas escadarias da Igreja São José à criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM), tudo foi seqüenciado. Ele teve seu momento de efervescência, desgaste e saturação. Antes que houvesse a dispersão total, resolvemos (eu e Dinorah), depois de uma audiência previamente marcada com o governador Tancredo Neves, pedir-lhe que o Estado assumisse o CDDM, até então entidade de utilidade pública. Naquela oportunidade, deixamos com o Governador cópia do anteprojeto sobre a criação de uma Delegacia de Mulheres, elaborado pelo CDDM, para que fosse entregue a quem de direito.

Enfim, a história termina e não termina. Ela, como pode até parecer, não é um balanço de glórias e de rancores, mas – à luz do que foi muito dito aqui – uma sinalização, talvez, de que 30 anos não configuram um tempo tão longo, diante do tempo histórico. E mesmo em tempos muito diversos como os de hoje, talvez fosse interessante debruçar sobre aqueles tempos de lutas libertárias e ver o que é possível resgatar. Talvez de outras maneiras, outros estilos, com mais negociação em todos os níveis: social e doméstico.

O aspecto edificante da história das meninas más: não nos perdemos em classificações entre verdadeiros e falsos feminismos, só sendo legítimo e aceitável, aquele que luta pelas transformações das condições do conjunto da sociedade ou da classe operária em particular. Pois aquele grupo de garotas más – universitárias de 1975 – que poderia, em uma ótica estreita, ser classificadas como um punhado de garotas más burguesas; aquele grupo deu uma significativa contribuição ao feminismo e às mudanças de comportamento cultural. De que muito nos beneficiamos até hoje: liberdade, amor, respeito e direito ao prazer.

Parabenizo, portanto, o Conselho Estadual da Mulher, pela oportunidade que nos dá de resgatar a história. Ele, que foi o continuador de nossos ideais, seqüenciando o nosso Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, além de estar desenvolvendo um trabalho eficiente, na defesa dos interesses e necessidades das políticas de gênero, na caminhada desses 25 anos.

70 Horizontes e 70 motivos para ir à luta

Beth Fleury

Há algumas semanas, eu me sentei para estudar um texto de Mary Wollstonecraft²², teórica que é uma referência nos estudos sobre o papel da educação na transmissão dos valores patriarcais. As análises dessa teórica inglesa, sobre os valores que eram transmitidos às mulheres nos séculos XVIII / XIX em termos morais, sobre vida afetiva, vida de família, etc, eram tão lúcidas e fortes, que estudei todo o texto chorando.

Foi só naquele momento, aos 53 anos de idade, que descobri o que me fez sensível à luta pelos direitos das mulheres: nós, mocinhas do Interior do Brasil, recebíamos nos anos 60 esta mesma educação destinada às moças inglesas dos séculos 18 e 19 – as famílias nos ensinavam a cartilha da submissão, da hipocrisia das mulheres na relação de amor e na vida a dois (dizer a verdade, ser natural, transparente era um suicídio e um absurdo numa realidade dessas). Éramos obrigadas a aprender a viver na base da pedagogia da humilhação e o esteio de tudo isso era a exigência da invisibilidade travestida de bons modos, boa educação, de delicadeza. Até hoje, ao que eu saiba, é este um código de "boa educação" que ainda se exige em Minas, para onde retornei há pouco mais de três anos. Não é que o extremo oposto é que seja o desejável, também não o é – provavelmente, como pregam os orientais, o ideal é o ponto de equilíbrio, o ponto do meio; ou a famosa teoria dos 50% preferirem os ocidentais.

O que chamo de exigência de invisibilidade, entenda-se, nada tem a ver em seu oposto com este afã selvagem em "aparecer na novela das oito" que avassala o país, as gerações dos mais jovens. Exigência de invisibilidade no sentido de à mulher ser exigido que suas ações (se boas) sejam creditadas na conta de algum representante do sexo masculino

²² Mary Wollstonecraft, feminista inglesa, autora de *A vindication of the rights of woman*, de 1792, que mais tarde foi traduzido livremente por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), em 1832, no Recife, com o título de *Direitos das mulberes e injustiça dos homens*.

mais próximo (marido, pai, irmão, por exemplo). Mas suas ações (se más), naturalmente ficarão em seu próprio crédito, caso a situação desemboque em problema. Enfim, é o velho filme que todas estamos cansadas de assistir ou de ser coadjuvantes (no máximo, é claro) dele. Pois, a luta para tornar as mulheres protagonistas de sua própria história, atrizes principais de seu próprio filme, cidadãs portadoras de direitos e em condições de autonomia (jurídica, cultural, institucional e política) para exercê-los nos toma a vida inteira e, ainda assim, não foi suficiente para realizar este intento. Mas avançamos alguns passos em direção a algum lugar. Estamos caminhando bem no sentido da introdução da mulher no cenário da vida contemporânea, como grupo interlocutor agora mais respeitado na sociedade moderna – ator social/político relevante, eleitora, consumidora, gestora, trabalhadora, política, artista, chefe da família, etc.

Este convite para dar um depoimento no livro que comemora os 25 anos do Conselho Estadual da Mulher, em Minas, tem me mobilizado e comovido, tem me trazido outras reflexões. Por exemplo, percebi (ainda que fosse tão evidente para os outros, não o era para mim mesma), que embora eu tenha me afastado deliberadamente da luta pelas mulheres desde 1981, logo após termos levado adiante aquela bela luta contra a violência que foi o movimento do "Quem Ama Não Mata", resultando na criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, continuei pela vida afora trabalhando as questões da mulher em minha poesia. Ou seja, na literatura, que é minha tarefa da vida inteira, foi onde se expressou a longa reflexão que eu me propus a fazer sobre todo o envolvimento que tive em Minas, nas lutas pelo retorno à democracia, contra a censura, pelo direito de expressão e organização da sociedade, pelos direitos das mulheres. De maneira que, quando eu pensei que havia parado com tudo para refletir e compreender, analisar e prosseguir, agora percebo que nunca parei de lutar pelas mesmas coisas, só que fazia isto produzindo literatura. Claro que como jornalista em Rio e São Paulo, depois como funcionária de uma grande instituição de pesquisas de porte internacional, continuei fazendo minha parte, mas é realmente na literatura onde este mergulho analítico fica melhor registrado.

Onde quero chegar com essas observações? Provavelmente ao mesmo lugar que concluí ter chegado, quando voltei a viver em Belo Horizonte, depois de 23 anos de ausência: eu saí de Minas, mas Minas nunca saiu de dentro de mim – no caso das lutas por democracia em todas as esferas, inclusive no campo dos direitos das mulheres eu diria o mes-

mo. Mas a pergunta a ser respondida é: por que entrei? E não como saí, sem ter saído jamais! Bem, agora ficou complicado mesmo. Eu diria que nós, Mirian Chrystus, Beth Cataldo, Bete Almeida, Lúcia Afonso, Cátia Gallauer, Márcia Flausina, e eu, ao criarmos o primeiro grupo feminista de Minas Gerais nos anos 70, estávamos em primeiríssimo lugar fazendo o que a espécie humana sabe muito bem fazer, por isso vem se perpetuando (ainda): estávamos em luta por nossa própria sobrevivência enquanto gênero, como se diz hoje em dia.

Queríamos defender nosso sagrado direito à palavra, à opinião, à autonomia no seio de nossas famílias e grupos sociais, entre nossos [des] iguais companheiros "de copo e de cruz", na luta da esquerda pela democracia e tudo o mais. Queríamos nos descobrir como moças com sexualidade, que poderiam ser transparentes, naturais, que poderiam desejar e ser desejadas sem o sentimento do pecado, que poderíamos querer não casar, mas conviver com nossos companheiros sem dar satisfações para quem quer que seja, que poderíamos querer atuar politicamente nos grupos de esquerda dos quais participávamos sem ser subestimadas, logo de cara, e tratadas feito menos inteligentes e menos capazes. Enfim, queríamos respeito e reconhecimento, liberdade e alegria de viver, espaço para progredir como qualquer ser humano dotado de direitos [humanos, conforme já sabíamos]. E produzimos nossas próprias soluções para isso, já que um grupo como este normalmente começa com a descoberta da subjetividade e caminha para a discussão mais política, mais coletiva em seguida. Foi o percurso que tivemos, como todos os grupos dos quais tivemos notícia no Brasil e no resto do mundo (desenvolvido).

Para conseguir essa tão sonhada liberdade (interior e exterior), lutamos bravamente, ferozmente até, estudamos, convivemos, analisamos nossas próprias vidas, a educação recebida (para a submissão) e naturalmente dissemos **não** a tudo isso e seguimos em frente, dizendo 'abaixo a ditadura e abaixo o controle familiar; abaixo a repressão em todos os sentidos'. Isso era motivo, evidentemente, de choques com quem acreditava que a simples adoção do (s) modelo (s) socialista (s) resolveria "a questão da mulher", como a gente dizia. Fui vaiada muitas vezes nas assembléias de movimento estudantil, ao ousar levantar a questão da democracia interna das organizações estudantis e outras — assunto estrategicamente delicado no clima de falta de democracia da época, que nos granjeou muitas antipatias pessoais e políticas, pelo inoportuno da discussão, etc, etc.

Entretanto, mesmo com tais resistências, fizemos um belíssimo debate inaugural do grupo, que o jornalista Aloísio Morais, então casado com Mirian Chrystus, denominou em matéria feita para a revista *Manchete* de *Centro da Mulher Mineira*. O Seminário/Debate, em um DCE da UFMG totalmente lotado, convidou nada mais nada menos do que personalidades feministas famosas, de Rio e São Paulo, as quais "botaram pra quebrar" na Mesa de Debates, como Branca Moreira Alves, Rose Marie Muraro e outras. Também foi muito aplaudido um áudio-visual que eu montei com o Luciano Cintra, monitor do filósofo e professor Moacyr Laterza, de saudosa memória, na disciplina de Estética do curso de Filosofia da FAFICH-UFMG.

Voltando ao Debate no antigo DCE/UFMG, que foi amplamente divulgado, ressalto que não queríamos fazer um grupo restrito, fechado e exclusivista. O convite a esta rematada loucura, de granjear antipatias à esquerda e à direita, ser vaiada em assembléia se você fazia movimento estudantil como eu, ser chamada de lésbica por seus amigos mais machões ou seus familiares mais desinformados, foi democraticamente feito a todas as mulheres presentes. Aquelas que atenderam ao convite de se reunir todos os sábados à tarde na casa de Mirian Chrystus e Aloísio Morais, foram muito poucas. Quase que fomos só nós sete mesmas, acrescidas de algumas mulheres mais engajadas, que já ajudavam na criação, realização e venda do jornal independente que um grupo de jornalistas (homens e mulheres) produzíamos, o histórico *De Fato*, em plena ditadura. Enfim sós e muitíssimo mal acompanhadas de autoras que desafiavam os podres poderes de tudo e todos, fomos caminhando e cantando sem perder a esperança e nem a cabeça (nos dois sentidos).

Levamos este grupo adiante, sempre atuando em assembléias, passeatas, atos públicos contra prisões, pelas liberdades democráticas, pelo direito de reunião, expressão e organização, pelos direitos das mulheres. Éramos chamadas a nos posicionar sobre tudo e avaliávamos os apelos para ver se eram sérios e mereciam nossa atenção. Atendíamos sempre aos convites de Dona Helena Greco, líder do Movimento de Mulheres pela Anistia/1977 e 78, das organizações do Movimento Estudantil, dos progressistas em geral.

Até que surgiu o trágico fato da morte da Ângela Diniz (31-12-1976) e duas outras mortes fatídicas, de Eloísa Balletesteros Stanciolli e Maria Regina Santos Rocha, no primeiro semestre de 1980, quando fomos instadas a nos manifestar, nos mobilizar, debater o assunto junto à opinião

pública. Aí já havíamos participado do Movimento Feminista Brasileiro por longos [assim nos pareceram] quatro/cinco anos e tínhamos vínculos, capacidade de mobilização, amadurecimento, *sprit de corp*, para convocar as mulheres que nos apoiavam e a quem apoiávamos também. Tudo no empenho de mexer com a cabeça dos brasileiros e brasileiras. E foi o que fizemos! E, honra seja feita, fizemos muito bem, obrigada!

Portanto, falar meu poema nas escadarias da Igreja de São José, no final da tarde do dia 18 de agosto de 1980, em ATO PÚBLICO DE RE-PÚDIO AOS ASSASSINATOS FEMININOS em Belo Horizonte, depois de toda essa trajetória de "ralação", como se diz agora, foi uma honra e uma glória inesquecíveis! O debate para saber quais os poemas que seriam escolhidos foi um capítulo à parte, nos bastidores do nosso grupo, o Centro Mineiro da Mulher. Nós declamamos para as mulheres de um grupo agora já bem ampliado, que debateram e se engalfinharam por suas idéias. Foi emocionante tudo, nos bastidores e em público. Chegamos lá, com muito suor e lágrimas, mas aquele momento foi muito nosso, para sempre! Passamos a bandeira para frente, mas um pedacinho dela ficou aqui, gravado em nossos corações.

Todas as barreiras podem ser rompidas

Beth Cataldo

Que teria acontecido se não tivéssemos nos encontrado na redação de um jornal periférico, em meio a linotipos e às emoções das primeiras reportagens? Nunca será possível saber. O que podemos é contar um pouco do que se passou naquele ano de 1975, quando Mirian Chrystus levantou o seu olhar para lembrar que, sim, aquele era um momento especial – o Ano Internacional da Mulher.

Até então, acreditava que a luta contra a ditadura militar, que nos afligia e angustiava, deveria concentrar todas as energias inesgotáveis de que parecíamos dispor. O que haveria de tão especial na condição feminina que nos levasse a desviar a atenção do combate aos horrores da tortura, ao suplício da censura prévia ou à privação dos direitos civis elementares? Muitas perguntas buscavam resposta na altura dos meus 19 anos de idade, quase 20.

Pois, então, havia a especificidade da luta da mulher. Existia a dupla jornada de trabalho, a opressão à sexualidade, a desigualdade nas oportunidades do mercado de trabalho. Era também verdade que as mulheres da periferia careciam de creches para amparar seus filhos e de condições dignas para viver. Não poderia ainda haver dúvida de que os gêneros eram dessemelhantes aos olhos da lei e do aparato institucional.

Éramos, portanto, diferentes e desiguais numa sociedade mal entrada no sopro das transformações feministas vindas da Europa e dos Estados Unidos. Mas éramos, também, parte de uma orgulhosa geração de mulheres que adentrava o campo do trabalho sem pedir licença aos donos das capitanias hereditárias. Parecíamos ter um destemor característico daqueles – ou daquelas – que se imaginam capazes de participar da História com luz própria.

Impressiona-me ainda hoje a intensidade do nosso ativismo para trazer a debate a condição feminina naquela época. Nos vários encontros que promovemos nas universidades, o olhar que me ficou era de espanto e

resistência. O que pretendiam aquelas jovens com temas tão deslocados do ideário central da esquerda brasileira? O que lhes dava o direito de formular uma agenda própria e ousada, a ponto de revirarem temas que ainda hoje permanecem interditados, como o direito ao próprio corpo?

Talvez o mérito maior desse esforço que empreendemos em Belo Horizonte tenha sido o de instalar a questão feminina entre os temas a merecer reflexão e respeito. Mesmo uma publicação modesta como *A Mulher em Debate*, que fizemos nos horários livres que nos restavam depois do trabalho na redação do *Jornal de Minas* transpira, ainda hoje, a seriedade de propósitos que a motivou.

Foram muitas as companheiras dessa jornada inovadora. Eu fazia parte de um triunvirato de Beths – a Fleury, nossa poeta maior, que traduzia com brilho a nossa alma inquieta; e a Almeida, que nos inspirava com o seu sólido conhecimento de jovem e combativa advogada. Acima de tudo, na causa da mulher em Minas, houve sempre a presença maior de Mirian Chrystus, uma dessas pessoas a que se pode creditar o papel de desbravadora de novos tempos sem medo de exagerar.

Mais de trinta anos depois, perguntam-me e pergunto-me o que ficou de tudo. Com certeza, uma disposição para buscar o novo e um inconformismo com a opressão e o preconceito. Pensando bem, talvez tenha ficado, também, um atrevimento de achar que todas as barreiras podem ser rompidas e que os obstáculos que nos tolhem como mulheres são tigres de papel condenados ao fogo dos infernos.

3. Centro de Defesa dos Direitos da Mulher: Seu começo, seus embates, sua história

Dinorah Carmo

À memória dos feministas natos: Georgina do Couto Souza e Herothilde José do Carmo (meus pais); Diva Augusta do Carmo Veneroso (irmã/segunda mãe); Francisco Augusto Queiroz do Carmo (avô paterno) e Maria Izabel Chambella (amiga-irmã). E para Amélia Dulce Vilela de Carvalho, Branca Moreira Alves, Carmen da Silva, Chico Buarque de Hollanda, Cidinha Campos, Enric Ibsen, Frei Miguel Rodrigues dos Anjos, Flora Tristan, Heloneida Studart, Humberto de Campos, Ingmar Bergman, Lisabeth Emmermacher, Mário Lago, Nilza Rocha Féres, Rose Marie Muraro, Santas Doutoras da Igreja, Catarina de Sena e Tereza de Ávila; e Simone de Beauvoir que lapidaram o diamante bruto do meu feminismo.

Virada da década de 1970 para a de 80, nas Minas Gerais deste nosso Brasil: os movimentos sócio-político-culturais eclodiam com toda a força, tendo em vista a distensão do regime ditatorial que permitiu alguma abertura para que a sociedade manifestasse suas insatisfações frente ao duro regime, consolidado pelo decreto do AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968. A criação de uma Frente Ampla na política sacode corações e mentes, motivando jovens e maduros, independente de sexo, raça, cor ou religião. A consciência de cidadania está mais viva do que nunca.

Nasce o PMDB em 1980, cujos diretórios foram criados em todas as capitais do país, estendendo-se para as cidades do Interior. Um ano depois, oficializa-se a criação do PT. O objetivo mobilizador de ambos era a retomada da democracia, o fim do regime ditatorial, políticas públicas mais justas e socialistas. Àquela época ocorre a anistia política para os brasileiros, sobretudo os exilados em países da Europa e da Latina América.

Eles fazem o caminho de volta, pouco a pouco, ao seu Brasil, com a máxima cobertura dos meios de comunicação por longo perío-

do. Leonel Brizola retorna travando uma luta com Ivete Vargas, pela disputa da sigla do PTB, então comandado pela sobrinha-neta do presidente Getúlio Vargas. Derrotado, Brizola e companheiros de esquerda fundam o PDT, partido que sempre defendeu uma política feminista. O jornalista e exilado político na França, Fernando Gabeira, chega com a bandeira nova de defesa do verde, por uma política ambiental sustentável, bem como por uma política do corpo mais descontraída e de elevação da auto-estima para todos os sexos. A mineira de Araxá, Carmela Pezzuti, exilada com seus dois filhos, retorna a Belo Horizonte, prometendo escrever um dia suas memórias, que foram feitas posteriormente, por outro exilado mineiro, o economista Maurício Paiva, em seu segundo livro sobre o exílio, lançado na Casa do Jornalista de Minas.

No mundo inteiro as mulheres fortalecem sua disposição para aprofundar a reflexão a respeito das formas de opressão de que são vítimas. O seriado Malu Mulher (a atriz Regina Duarte no papel-título) e o programa ao vivo TV Mulher (comandado pela psicóloga/sexóloga Marta Suplicy) estréiam na TV Globo, como os primeiros programas a discutirem abertamente sobre sexo.

E em meio a tudo isso, manifesta-se em Belo Horizonte, no ano de 1980, no espaço de quinze dias em um só mês, um impactante fenômeno machista e reincidente, levado às últimas e trágicas conseqüências: o assassinato de mulheres por seus maridos e/ou ex, em determinados estratos sociais da sociedade belo-horizontina. Era uma violência egoísta e cruel que se estampou no slogan de protesto de bravas e indignadas mulheres mineiras desta Capital: "QUEM AMA NÃO MATA".

Ocorre-me um "corte brechtniano", na continuação desse histórico tema, para citar o sociólogo e escritor Leandro Konder: "A violência é, ao que tudo indica, uma dimensão ineliminável da existência humana. Podese aumentá-la ou diminuí-la, mas não se pode extingui-la. Ela é a diferença que se explicita na forma do conflito; é a contradição que explode. Nenhum ideal idílico será capaz de suprimi-la. A história política dos dois últimos séculos tem sido bastante contraditória. Se a liberdade tem feito alguns avanços significativos aqui e ali, também não podemos subestimar o espantoso fortalecimento de algumas tendências liberticidas, sempre dispostas a exacerbar a violência."

Essas tendências intrinsecamente violentas e hostis à liberdade estão presentes um pouco em toda a parte: não influem somente na esfera da política, seja em regime de direita ou de esquerda (vide Hitler e

Stálin), mas penetram na vida privada, na intimidade dos sentimentos, no plano das relações amorosas, no espaço da formação da sensibilidade e do gosto.

Quem ama não mata

Em face da violência machista que se agravou em Belo Horizonte, redundando em assassinatos de mulheres ocorridos no primeiro semestre de 1980, alguns grupos de mulheres, que já vinham se reunindo cada um em seus espaços, como por exemplo, o Centro da Mulher Mineira, o mais antigo e pioneiro deles (1975), liderado pela então jornalista-feminista e ex-atriz, Mirian Chrystus de Melo e Silva, professora PhD da UFMG, sensibilizam-se, indignam-se e reagem! E foi essa jovem paranaense, mas mineira de coração, que comanda e deflagra o movimento que foi se dilatando no histórico Ato Público de Repúdio aos Assassinatos Femininos.

Em entrevista recente, ela me disse: "duas mulheres foram mortas, no espaço de duas semanas, pelos respectivos maridos: Maria Regina dos Santos Souza Rocha e Eloísa Ballesteros. Eloísa, por infidelidade, porque queria o divórcio. Morreu, enquanto dormia, assassinada pelo marido Márcio Stancioli; Regina, por apresentar um comportamento inadequado, aos olhos de seu marido, o paisagista Eduardo Souza Rocha. Tinha dado para fumar e discutir. Foi morta ainda com o uniforme da academia de ginástica de onde vinha. Ambos mataram as respectivas mulheres e conservaram o pátrio poder sobre os filhos. Isto mudou?" Questiona Mirian.

A advogada e diretora da Faculdade Milton Campos, Lúcia Massara, expert em Direito de Família, esclarece que "o pátrio poder é de ambos", desde 1984, com a reformulação do Código Civil. Recentemente, em princípios de junho deste ano, foi divulgado pela mídia, assunto que trata de mudanças na legislação, trazendo agora a guarda compartilhada, em casos de separação.

E Mirian continua: "Nosso grupo foi acrescido de outros, muitos outros. Ao organizarmos o Ato Público na Igreja São José, tudo foi pensado em termos de espetáculo. Afinal, se estamos na sociedade do espetáculo (e tínhamos consciência disso, talvez porque muitas de nós éramos jornalistas), assim seria nosso procedimento. A estratégia para ocupar a mídia: no adro da Igreja localizada bem no centro da cidade, que não tinha ainda o cerceamento daquelas grades, cerca

de 500 pessoas, a maioria mulheres, portando flores e velas na mão, contra a violência patriarcal."

Sim, mulheres levadas por um procedimento feminista de luta por igualdades, que já se reuniam em suas casas, nas universidades, em redações de jornais alternativos e nos bares (a Cantina do Lucas/Edifício Maleta era um dos redutos, onde minha turma comigo se reunia: Carminha Mendes (há 20 anos nos Estados Unidos); Maria do Céu Rípolli, Suely Olímpia de Souza, Dôra Mancilha de Carvalho, Eliane Maris, Nely Rosa, Antonieta Goulart, Maria Vilela Junqueira, Marilene Nazário, Lisabeth Emmermacher, Patrícia de Carvalho, Maria Izabel Chambella, Sônia Moreira de Castro (estas três últimas de saudosa memória), para discutirmos a questão feminista em conversas informais e/ou reflexão formal. Por meio de depoimentos pessoais, leituras, comentários de filmes, de instalações artísticas e peças teatrais, repensávamos a condição feminina no contexto das circunstâncias históricas do passado e do presente.

Também a Turma do Lua Nova, no Edifício Maleta, liderada pelo psiquiatra José Nava, irmão de Pedro Nava, de saudosa memória, composta por intelectuais de peso, de variadas profissões, acolhia com simpatia um grupo de feministas que eu também integrava: Amélia Dulce Vilela de Carvalho, professora PHd do ICB/UFMG; a pintora Arlinda Corrêa (ambas de saudosa memória), a promotora Waldir, a médica e artista plástica Regina da Costa Val, a desenhista Marly Machado e a marchande Maria Amélia/Meméia, de saudosa memória. Certa vez, a partir da apresentação de dois livros – Ser ou não ser feminista (de Ana Montenegro) e Aborto, um direito sobre seu próprio corpo (de Elizabeth Marie) –, tivemos uma rica e acalorada discussão, envolvendo os homens da mesa, uns contra, outros a favor daquilo que, até os dias atuais, ainda é assunto polêmico.

na casa da socióloga e então professora da UFMG, Celina Albano, recémchegada da Inglaterra, e dele faziam parte universitárias e profissionais competentes, todas feministas, como Maria Cristina de Carvalho, Conceição Rubinger, Glaura Vasques, Lúcia Afonso, Katren von Smigay, Dirlene Marques, Francisca Brant e outras, para leituras e reflexão dos

Havia também, em 1979, o Grupo de Reflexão Feminista, que se reunia

livros de seu interesse, como por exemplo: Medo de voar (Erica Ong), Quarto de mulheres (Marilyn Freuch); O segundo sexo (Simone de Beauvoir); A mulher na sociedade de classes: mito e realidade (Heleieth Saffioti); Libertação sexual da

mulher (Rose Marie Muraro); A dialética do sexo: Um estudo da evolução feminista (Shulmith Firestone).

Pois muito bem, todas essas mulheres resolveram dar um vigoroso "BASTA!" ao absurdo estado de coisas que levaram ao horror daqueles assassinatos. Deflagram o Ato Público de Repúdio e Contestação ao Machismo que, ao seu final, foi seguido de missa na Igreja de São José, pelas almas das duas mulheres mortas e tantas outras anônimas desconhecidas, também assassinadas. Sim, nós sabíamos que um número muito grande de mulheres são assassinadas, sempre, e que nossa luta não se dirigia simplesmente aos dois assassinatos que ocupavam as primeiras manchetes da grande imprensa no país.

E tudo começa a acontecer a partir de 16h30m do dia 18 de agosto de 1980, em plena Avenida Afonso Pena, lá no alto do adro da Igreja de São José, o protetor da família. Racionalizando a emoção, mediante aos dois assassinatos de maridos desvairados, que abalaram a cidade de Belo Horizonte no primeiro semestre daquele ano, sobretudo por envolver famílias de destaque na sociedade, elas se mobilizam, planejam e executam o Movimento de Renovação da Consciência, resultante da união dos grupos feministas em torno da causa, "com início marcado para as 17 horas em ponto, sem atrasos", conforme Mirian Chrystus recorda. Eloísa Ballesteros Stanciolli e Maria Regina Santos Rocha, respectivamente de classe alta e média-alta, foram os ícones dessa vitimização, e serão sempre lembradas e choradas por muita gente.

O Ato Público de repúdio e contestação também foi um *Réquiem* de dor pelas esposas mortas. E aquelas mulheres jovens e maduras no adro da Igreja de São José, das mais variadas idades e dos mais variados estratos sociais, com predominância da classe média, tendo a Avenida Afonso Pena a seus pés, conclamavam, no primeiro momento, em silêncio, a população transeunte e 'saideira' de seu expediente de trabalho, para ir até elas para saber o que ali estava acontecendo.

Depois de ouvi-las, passaram a apoiá-las, à medida que se prestava a homenagem póstuma a todas as vítimas da violência conjugal e de violência em outros relacionamentos afetivos. A maioria vestia-se de negro, roxo/lilás, ou branco, buscando a paz ou em sinal de luto, segurando uma rosa vermelha na mão. Às 17h em ponto, já com muita adesão da população, inclusive com algumas presenças masculinas, inicia-se o Ato Público, com discursos e declamação de poemas, tudo referente aos fatídicos acontecimentos.

A imprensa falada, escrita e televisada (nacional e local) fez-se presente. A TV Globo/Sucursal MG deu total cobertura, contando com o apoio de sua chefe-de-reportagem, Antonieta Porto Goulart, que fez da repórter Dagmar Trindade (hoje morando nos Estados Unidos), uma expert nessas coberturas, tantas e tantas notícias foram veiculadas antes, durante e depois do evento. O Ato Público saiu em cadeia nacional e foi matéria principal do Jornal Nacional. A administradora de empresa Júnia Horta, também compositora e cantora, engajada no movimento, e atualmente diretora da Superintendência de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, confirma: "Celina Albano, Paula Montero e eu, frequentemente dávamos entrevistas nas redes de televisão e sempre tivemos forte estímulo de Antonieta Goulart, também feminista como nós".

Já o editor regional do jornalismo da Globo, Eduardo Simbalista que, segundo a também repórter daquela emissora, Mirian Chrystus, "não tinha simpatia alguma pelo feminismo, apenas queria que o Ato Público ocupasse o Jornal Nacional, como matéria principal, apoiou porque interessado estava em alcançar seu objetivo editorial." Aliás, - ela completa- o Ato foi pensado para isto, foi planejado em termos de horário (17h) para isto: que desse tempo de ser editado e enviado via satélite, para que o fato ocupasse o JN. E Celina Albano arremata: "A Globo usou-nos demais e vice-versa. Tudo bem, houve benefícios de ambos os lados e todos lucramos".

Em decorrência desses trágicos fatos que levaram àquele Ato Público, alguma coisa começava a mudar em Minas, há 28 anos, naquele distante (e tão perto na memória) dia 18 de agosto de 1980. E essa mudança ficou bem clara nas palavras da presidenta da Mesa, ali instalada no adro, Ana Lúcia de Almeida Gazzola, então professora do curso de Letras da UFMG, posteriormente reitora da UFMG e atual Coordenadora da Unesco, na Venezuela/CA. Ela, feminista vibrante, inconformada, não só presidiu, como também foi a mestra de cerimônias daquele evento. E dizia veementemente: "QUEM AMA NÃO MATA. O SILÊNCIO É CÚMPLICE DA VIOLÊNCIA. QUEREM QUE ESPEREMOS EM SILÊNCIO, ATÉ O PRÓXIMO TIRO. COMPANHEIRAS, ESTAMOS AQUI PARA QUEBRAR ESTE SILÊNCIO. ESTÁ ABERTO O ATO PÚBLICO EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER."

E o silêncio foi quebrado com a participação de aproximadamente 500 pessoas ali presentes, a maioria mulheres, algumas discursando em

prosa ou em verso, e todos aplaudindo. Daí o Deputado Federal do PDT, Genival Tourinho, presença participante daquele Ato Público, considerálo *histórico!* Isto porque, segundo ele àquela época, "em meus 47 anos de vida e 30 de militância política, jamais tive conhecimento de iniciativa igual ou semelhante nestas Minas Gerais. Este 18 de agosto de 1980 nunca sairá de minha memória!"

Criticando a Tradicional Família Mineira (TFM), o deputado Tourinho comparou "o movimento das mulheres 'marchadeiras' em 1964, com este sim que é de fato popular, social, vigoroso e participante," conforme declarou em minha própria reportagem, intitulada *Ato Público: Um Fato Histórico*, publicada no primeiro número do jornal/tablóide de quatro páginas, *Mulher Urgente*, uma iniciativa do Centro dos Direitos da Mulher (CDM) como se chamou primeira e provisoriamente o que viria a ser, dois meses após, o CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CDDM).

Voltemos ao Adro da Igreja São José, naquele fim de tarde do dia 18 de agosto de 1980. Instalada a Mesa, a jornalista Mírian Chrystus quebra o silêncio com um discurso forte e corajoso. Idealizadora do Ato Público, falou não só pelo seu grupo, o Centro da Mulher Mineira, formado por ela, mais Beth Fleury, Beth Cataldo, Bete Almeida, Lúcia Afonso, Cátia Gallauer e Márcia Flausina, como também pelos demais grupos e por todos ali presentes.

Eis, na íntegra, o seu discurso, denominado *Manifesto das Mineiras*, (uma citação, um contraponto ao famoso *Manifesto dos Mineiros*) o qual foi publicado, posteriormente, no jornal tablóide do CDDM, *Mulher Urgente*:

"Senhora, aqui está vossa chave Para que vos entregueis a quem quiserdes, quando quiserdes, Porque maior que a dor de vos perder, É a dor de vos deixar presa nesses ferros..."

Assim um poeta da Idade Média despediu-se de sua senhora, antes de partir para as Cruzadas. E entregou-lhe a chave do cinto de castidade, contrariando todas as tradições da época. Por amor.

Em Minas, quase mil anos depois, as mulheres têm destinos diferentes: são mortas a tiros pelos homens dos quais queriam se separar. Porque pediam a esses homens a liberdade.

Alguns desses casos chegam até os jornais. Ás vezes, até ocupam as primeiras e nobres páginas, o horário nobre dos canais de televisão. Mas nós sabemos que morrem anonimamente centenas de mulheres da mesma forma. E é por causa delas, por causa das Eloísas, das Ângelas, Josefinas, Reginas, Maltas e Marias, por *nossa causa* que estamos aqui.

A morte nos trouxe até o adro desta igreja. Mas não é a morte que nos anima a continuar. O que nos dá forças para prosseguir nessa luta, que poderá ocupar nossa vida inteira, é a certeza de que podemos transformar essa sociedade doente que está a nossa volta.

Porque já é tempo de acordarmos. De sabermos que a velha divisão dos sexos, colocando homens e mulheres em campos opostos, não traz proveito a ninguém – a não ser para aqueles que hoje são os donos do Poder. A continuarmos na nossa submissão milenar que nos foi ensinada, marcada a ferro e a fogo, significa que sempre seremos as primeiras despedidas no momento de crise econômica; significa que não lutaremos pelas creches a que temos direito até pela legislação; significa que aviltaremos com nossa submissão toda profissão para a qual nos dirigirmos.

Enfim, com nossa submissão estamos colaborando apenas com os patrões.

Por isso, companheiras, é tempo de nos unirmos e começarmos a grande mudança em direção a nossa dignidade. A dignidade que nunca nos foi ensinada. A dignidade de levantarmos a cabeça e tomarmos nossos destinos em nossas próprias mãos. E nos dando as mãos.

É uma longa caminhada. Longa e dura. Nela está a descrença em nossa luta. Estão as acusações de estarmos querendo 'tomar o lugar dos homens'. Ou de estarmos dividindo forças que deveriam estar centradas nas transformações sociais. É verdade que devemos participar do processo por uma sociedade brasileira melhor. Mas este processo deve incluir a nossa luta, as nossas reivindicações para melhorar a situação da mulher brasileira.

E a democracia deverá começar dentro das nossas casas.

Nós sabemos que a vida também tem pesado para os homens. O amor que é baseado nas relações entre senhor e escravo não pode ser bom para ninguém. O homem tem sido nosso pai, nosso irmão, nosso marido, nosso senhor. E também aprendeu a não nos respeitar. Mas daqui para frente vamos querer que ele seja nosso companheiro. E companheirismo só pode existir com amizade, com igualdade e com respeito. E isso, companheiras, a transformação entre as relações entre homens e mulheres tem de partir de nós, que somos hoje as mais oprimidas.

Porque as novas idéias só criarão raízes, quando as crianças as beberem, misturadas ao leite materno.

Lido o Manifesto por Mirian, que foi sem dúvida o ponto alto daquele Ato Público, a ele veio somar a fala de alguns representantes de partidos políticos e o apoio de entidades de classes, dentre elas, a Associação de Professores Universitários (APUBH); União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES); União dos Trabalhadores de Ensino (UTE).

Representando o Grupo de Renovação Cristã, a senhora Maria Silveira Campos falou em nome dos movimentos religiosos da Igreja Católica Apostólica Romana, manifestando sua dor e solidariedade às duas esposas assassinadas e às centenas de mortas anônimas também. Falando sobre o alardeamento sensacionalista pela mídia, quanto aos efeitos da violência, bem como do amplo incentivo ao porte de armas, Maria Silveira declarou, conforme ficou registrado em minha matéria do tablóide *Mulher Urgente*: "Que se respeitem os mortos; que se desarmem os homens, não só de armas, mas de espírito também, num trabalho de educação para o amor e não para a violência". Pelo *Grupo de Reflexão Feminista*, a psicóloga Maria Cristina de Carvalho num discurso improvisado, de forma emocionada, veemente, questionou os valores de uma sociedade calcada no machismo ocidental e protestou, com argumentos comoventes, contra o horror daqueles assassinatos.

Pelo Partido dos Trabalhadores – o recém-fundado PT –, veio a fala de Dona Helena Greco, salientando que era "importante centrar nossas atenções nas discriminações a que estão sujeitas a mulher trabalhadora, sobretudo as mais desamparadas, habitantes das periferias e das favelas". E Dona Eva, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – comentou as pressões sócio-político-econômicas que reforçam, ainda mais, a opressão milenar que recai sobre a mulher. Representando entidades feministas do Rio de Janeiro e São Paulo, a carioca Leonora (nunca soubemos seu sobrenome) solidarizou-se com a iniciativa das mineiras, na luta pelos direitos da mulher.

A socióloga e professora PHd aposentada da UFMG, Celina Albano que, posteriormente, se tornaria Secretária Estadual e Municipal de Cultura em BH/MG e Diretora de Políticas Públicas no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasília,1985/88), com sua experiência de grupos de reflexão feminista (SOS Woman) na Inglaterra, de 1976 a 80, de onde recentemente chegara, leu os objetivos propostos pelo movimento de mulheres naquele Ato Público. Ressaltou a necessidade de criação do Centro dos Direitos da Mulher, do qual fez parte de sua Diretoria, pois o movimento, deflagrado, só tenderia a avançar. E avançou tanto, que em 1987/88 a própria Celina, que integrava o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, garante que "nossa atuação serviu para muitos subsídios à Constituição/88".

A consagrada poeta Adélia Prado veio de sua cidade, Divinópolis/ MG, para o Ato Público e deu o seu recado, recitando sua poesia *Canção*

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

de Joana d'Arc. Simbólicos, seus versos falavam que "A chama do meu amor faz arder minhas vestes/ É uma canção tão bonita o crepitar/ que minha mãe se consola/ meu pai me entende sem perguntas/ E o rei fica tão surpreendido/ Que decide em meu favor uma revisão das leis".

E as poetas/feministas Beth Fleury e Suzana Nunes de Morais contribuíram com belos poemas (Sobre um Fundo de Pano Roxo e Réquiem Para Uma Esposa Morta) declamados pela jornalista/feminista e ex-atriz, posteriormente ex-presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, da Casa do Jornalista de Minas e secretária-geral do CDDM, Dinorah Maria do Carmo, e pela própria jornalista/poeta Beth Fleury (Aos Homens Nosso Mel e Nosso Fel), em meio às bandeiras com o slogan "Quem Ama Não Mata" e a Bandeira de Minas "Libertas Quae Sera Tamen".

Aos Homens Nosso Mel e Nosso Fel

Beth Fleury

Somos mulheres Silenciosas e brandas Onde descansais a arma do guerreiro

Somos o regaço
De colorido pardo
Onde recorreis
Para vossas injúrias
Somos os anéis de cabelo
O carinho
Os cheiros
Gostos
mesuras...

Somos o pote Onde depositais Impiedosos O sêmen da vossa raça Somos as virgens fecundas, Mulheres fecundadas Suaves
Brandas
Porém caladas
Que arrastais, impunes,
Pelas cavernas de todos os tempos
E nos mantendes caladas
Para o bem da humanidade.

Somos suaves e brandas Chorando silenciosamente. Nossos males Não clamamos aos sete mares.

Somos as mulheres fecundadas A quem não dais O dom da palavra! Somos os seres amputados, Somos a caneca de barro, O jarro, O vaso, Que de tristeza Não demoram a transbordar...

O poema de Suzana Nunes de Moraes, na leitura dramática de Dinorah Carmo, teve um estribilho coletivo recitado pelas mulheres presentes, no verso da Ave-Maria.

Réquiem Para Uma Esposa Morta

Suzana N. Moraes

Para uma mulher e seu sonho de amor, Seu desejo de nuvem, sua urgência de flor — Uma Ave-Maria cheia de dor.

Para uma mulher e seu minúsculo jardim Seu silêncio-conflito, seu ardor paralítico — Duas Ave-Marias cheias de dor.

Conselho Estadual da Mulher

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Para uma mulher e seu vestido de noiva, Seu vestido de nuvem, seu minuto perfeito — Quatro Ave-Marias cheias de dor.

Para uma mulher e seus subterrâneos Com perfume de rosa azulada ao luar — Vinte Ave-Marias rezadas por voz de mãe.

Para uma mulher e sua idéia de vôo, Seu lamento de bicho, sua treva infinita — Quarenta Ave-Marias soluçadas por voz de mãe.

Para uma mulher e seu tempo impossível, Seu Natal sem país, seu retrato enterrado eternas Ave-Marias, em voz de filha e de mãe.

Quando tudo terminou, já passavam das vinte horas. Uma multidão com cerca de quinhentas pessoas, inclusive muitos homens de faixas etárias variadas, a tudo assistiu em silêncio, respeitosamente. Neste momento, decorridos 28 anos, ao resgatar estes fatos que entram para a História, sinto grande emoção, um arrepio no corpo, como sujeito e testemunha que fui e sou dessa História.

Por esta razão, aqui me encontro para registrar, como a mais pura expressão da verdade, aquele acontecimento que se desdobrou na criação, primeiramente, do Centro de Defesa da Mulher-Núcleo MG e, dois meses depois, no CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CDDM), do qual fiz parte de sua primeira e única Diretoria Efetiva. Os cargos eram: Presidenta, Mirian Chrystus de Melo e Silva; Vice-Presidenta, Celina Albano; Secretária-geral, Dinorah Maria do Carmo; Tesoureira, Ana Lúcia de Almeida Gazzola. Na fase provisória, a Diretoria era assim constituída: Paula Montero (Programa e Ação); Fernanda Colás Arantes, de saudosa memória (Jurídico); Ana Maria Libânio (Arquivo e Documentação); Mirian Chrystus de Melo e Silva (Divulgação e Contatos); Celina Albano (Finanças).

E Celina Albano, na recente entrevista a mim concedida, arremata: "Em função daquela nossa mobilização nós conseguimos um primeiro resultado que – acho eu – foi o mais importante: nós tivemos, nós ganhamos os meios de comunicação de massa. Estou lembrando

que muita gente falou como os meios de comunicação escamoteiam a questão da mulher. Mas em Belo Horizonte foi um fenômeno. A imprensa nos deu a maior cobertura, nos respeitou bastante, nos ouvia e, ao mesmo tempo, já não dava mais espaço para a fala dos advogados dos assassinos, já não fazia devassa na vida das mulheres e isso foi muito importante".

Políticas públicas

Aquele Ato Público também clamava, veementemente, às autoridades governamentais pela implantação de políticas públicas em defesa dos direitos da mulher. A imprensa local e nacional prestou grande divulgação ao inusitado evento, naqueles tempos fechados da ditadura. E notificaram pelos seus veículos impressos, falados e televisados que o contingente feminista emergente daquele Ato Público não mais recuaria, só avançaria em suas propostas. Sim, aqueles grupos de valentes mulheres, que a partir daquele Ato Público se somaram num só, estavam dispostos a criar uma entidade que soubesse exigir políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, reivindicando aplicação da justiça aos autores de tais homicídios, a maioria sempre absolvida pelo instituto da "legítima defesa da honra". E mais, políticas salariais isonômicas entre os gêneros, devido à discrepância de cargos, sobretudo para as chefias e, consequentemente, de salários femininos inferiores.

Hoje, felizmente, as coisas estão mudadas. Decorridos quase trinta anos, temos a Lei Maria da Penha, promulgada em 7 de agosto de 2006, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e que, pelo rigor de seu conteúdo, sabe apenar os culpados. Mais punitiva, e também protetora e até preventiva, essa lei dá mais proteção às mulheres e, com encaminhamentos psicológicos, psiquiátricos, contemplam ambos os cônjuges, visando à prevenção de mal maior. Tudo, conseqüência do movimento de mulheres mineiro e brasileiro.

O nosso CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER nunca se estagnou, só evoluiu, a ele vieram se juntar outros grupos e novas lideranças, num processo contínuo de transformação. E o resultado foi o seu desdobramento em CONSELHO ESTADUAL DA MULHER, criado pelo então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, há 25 anos, como é do conhecimento de todos.

O papel pioneiro do CDDM

A socióloga Celina Albano, no ano de 1985, participou de um seminário latino-americano — As Desigualdades Sociais e a Opressão de Gênero — na capital do Peru, Lima (Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán), do qual resultou um livro intitulado Dez ensaios e Uma história coletiva, publicado em 1988. A monografia de Celina foi sobre a Experiência do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte que, embora extinto, teve seu valor por seu papel pioneiro. Disse ela: "Este trabalho tem por objetivo analisar a experiência de um grupo de mulheres de Belo Horizonte na concretização de um projeto de ação feminista, buscando compreender as suas dificuldades e dilemas, seus progressos e conquistas."

E especificamente sobre o papel do CDDM no movimento de mulheres de Belo Horizonte, Celina Albano analisou que, "o contexto político nos anos de 1981/82, no Brasil, marcado pelo processo eleitoral, teve um impacto significativo no movimento feminista." A questão da dupla militância e a autonomia do movimento de mulheres se fez objeto de amplas e profundas discussões entre os grupos. O movimento das mulheres pela sua capacidade potencial de mobilização passou a ser visto pelos partidos como uma importante força política.

Neste sentido – acrescentou – departamentos femininos foram criados e/ou reativados dentro dos diferentes partidos, além de questões femininas terem sido introduzidas em seus Programas (violência, planificação familiar, discriminação no trabalho etc.). Muitas mulheres ativas no movimento feminista, percebendo a abertura de um novo espaço de participação se alistaram nas campanhas políticas. Principalmente nas grandes cidades, algumas se apresentam como candidatas a cargos legislativos, em nível municipal, estadual e federal.

Celina Albano recorda que, durante a campanha eleitoral, o CDDM manteve sua autonomia, não assumindo compromissos com qualquer partido específico. Ao contrário – relembra – nossa sede se converteu em um espaço aberto para as discussões das propostas dos diferentes partidos de oposição no tocante à questão da mulher. Juntamente com outros grupos autônomos de mulheres, com alguns departamentos femininos de sindicatos e de partidos de oposição, elaboramos um documento: *Voto Feminino, Participação, Reivindicação.* Nosso objetivo com esse documento era, por uma parte, aproveitar o momento das eleições para ampliar o debate sobre a questão da mulher em Minas Gerais e estimular sua ação

política; e, por outra parte, fazer com que os candidatos assumissem compromisso com as reivindicações."

Depois de a vitória do Dr. Tancredo Neves, candidato do PMDB ao Governo de MG, foi criada uma Equipe de Transição, no intervalo entre sua eleição e tomada de posse, coordenadas pelo ex-secretário de Saúde, Dario de Faria Tavares (de saudosa memória) e pelo professor aposentado da UFMG e teatrólogo Jota Dangelo. Seu objetivo era encarregar-se de assessorar o governador eleito, levando-lhe os problemas e propostas de trabalho dos diferentes setores da sociedade. E Celina Albano afirma: "O movimento das mulheres, representado pelo CDDM e pelo Departamento Feminino do PMDB, apresentou à Equipe de Transição as suas reivindicações, tendo como base o documento das eleições — Voto Feminino, Participação, Reivindicação".

Outros grupos femininos, em 1982/83, inclusive de comitês políticos, já se organizavam no sentido do que foi, também, o pedido da Executiva do CDDM, representada por Mirian Chrystus e Dinorah Carmo, em audiência com o Governador Tancredo Neves, já empossado, que recebeu de nossas mãos o pedido de que o Estado assumisse a entidade e recebesse o ante-projeto de criação da Delegacia de Defesa das Mulheres, para posterior aproveitamento.

A primeira presidenta do CEM foi a jornalista Júnia Marise Azeredo Coutinho, de respeitada trajetória política (vereadora, deputada estadual e federal; vice-governadora e senadora). Com ela caminharam mulheres autênticas, corajosas, de várias correntes partidárias e algumas poucas remanescentes do CDDM, como Celina Albano, cuja permanência pelo CEM foi rápida. As feministas pioneiras entendiam que sua parte já estava cumprida e optaram por ficar em sua práxis político-feminista, em seu ambiente de trabalho, nos sindicatos e associações de classe, e na vida em si.

Mas a maioria que se somava e se renovava, naquele momento de Diretas Já, foi tão valiosa na participação daquele segundo momento, quanto fomos nós naquele primeiro, no tempo e espaço em que cada qual se movia. Destaca-se, dentro do CEM, a liderança da jornalista Raquel Scarlatelli, da cidade de Juiz de Fora e que morou em Belo Horizonte, tanto que o governador Tancredo Neves nomeou-a conselheira honorífica da entidade. Egressa do MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) aqui exerceu cargo de Sub-Secretária do Trabalho e Ação Social (Governo Newton Cardoso), vereadora da Câmara

Municipal de BH e coordenadora da Federação Feminina de Mulheres. Posteriormente foi deputada estadual, estando hoje no Rio de Janeiro.

Essas mulheres, unidas, primeiro foram motivadas pela campanha política de apoiar Dr. Tancredo Neves para governador e, depois, no empenho de criação do Conselho Estadual da Mulher. O depoimento e entrevista que me concedeu Maria Amélia Neves Dornelles Dangelo, que historia muitos lances nas páginas deste livro, dá uma boa visão do que foi a continuação do movimento feminino vibrante e engajado delas, até chegar-se ao Conselho Estadual da Mulher.

Graças à sensibilidade da Presidenta do Conselho Estadual da Mulher, Carmen Rocha, toda a história do CDDM pôde ser resgatada. Portanto, os carinhosos agradecimentos dos movimentos pioneiros ao CEM. Assim, nestas Gerais, a luta continuou, sempre reivindicando melhores condições para a mulher no trabalho, no convívio social, no lar, nas relações afetivo-sexuais, bem como combatendo continuamente a violência doméstica. De maridos, de pais, de irmãos, de filhos, de chefes no trabalho pressionando mulheres. Mas também de "chefas", pois não podemos esquecer que existe o "machismo de saias".

Em 1980, não existia a Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres, que só surgiria em 19 de novembro de 1985, cinco anos depois, atendendo ao clamor social, principalmente pressionado pelos movimentos feministas. O primeiro Governo Hélio Garcia, que sucedera ao de Dr. Tancredo, o escolhido para a Presidência da República em 1984, criou por sua Secretaria de Estado da Segurança Pública, no mandato do Secretário José Rezende de Andrade, a Delegacia de Mulheres, popularmente assim conhecida. Coube à delegada Elaine Matozinhos Ribeiro (posteriormente deputada e atual vereadora), àquela época integrante do Gabinete do Secretário, planejá-la e executá-la, como primeira Delegada de Mulheres em Belo Horizonte. Foi a segunda Delegacia (depois da de São Paulo) a ser implantada no Brasil.

Mobilização Pioneira

Voltando ao Ato Público, naquele fim de tarde, entrando pela noite do dia 18 de agosto de 1980, no adro da Igreja São José e escadarias abaixo, aqueles grupos totalizando umas cem mulheres destemidas só contavam com a força de sua indignação aos machistas, e de sua solidariedade, às vítimas deles. A coragem impulsionou-as para manifestar-se contra

a violência no lar e contra a violência numa sociedade que já se encontrava doente há quase três décadas e cujos sintomas, agora, estão literalmente insanos em matéria de violência generalizada. Assim, naquela noite histórica, reuniram-se as pessoas independentes, os grupos estudiosos, que discutiam a questão da mulher; e outras entidades organizadas, como a Asa – Ação Social Arquidiocesana –, o Grupo de Renovação Cristã, os partidos políticos, dando-se as mãos, independente de quaisquer ideologias, numa demonstração de que "a união faz a força". De repente, havia cerca de quinhentas pessoas, entre mulheres e homens, ocupando todo o adro da São José.

Portanto, vale repetir o que é unânime para todas que participaram do CDDM: os vários assassinatos de mulheres, tendo como autores pessoas com as quais as vítimas tinham uma relação afetiva, ocorridos nas três últimas décadas do milênio passado, levaram não só a uma grande, mas à *Primeira* mobilização do universo feminino aqui em Belo Horizonte e quiçá em todo o Brasil. Não se tem notícia de nenhuma manifestação ocorrida antes dessa. E foi também, a partir daí, que a mobilização de movimentos feministas começou a crescer no País, inclusive em capitais mais desenvolvidas, como São Paulo e Rio de Janeiro. Sem dúvida, Belo Horizonte/MG saiu à frente, ainda que impulsionada por motivo torpe!

Como o movimento não podia acabar naquele Ato Público, tamanho o entusiasmo de suas ativistas e a boa repercussão nos meios de comunicação, seu desdobramento foi natural e novas reuniões aconteceram, cada dia na casa de uma das participantes. Logo, a preocupação com um lugar maior e de fácil acesso entrou na pauta das discussões, oscilando-se reunir no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, então dirigida pelo professor José Alfredo Baracho (de saudosa memória, falecido em outubro de 2007, e que muito apoiou o movimento, ajudando-nos, pela intermediação das advogadas/feministas Gema Guerra e Fernanda Colás (esta última falecida), na elaboração do estatuto; ou no Salão Azul e demais dependências da Casa do Jornalista/Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, àquela época sob a presidência de Washington Tadeu de Mello, em ambas as entidades (1978/81).

Os jornalistas Mauro Werkema e Dinorah Carmo, então diretores de Patrimônio da Casa do Jornalista, viabilizaram o espaço junto à Diretoria, cedido aos sábados para os grupos de mulheres. Inicialmente as reuniões, de semanais, passaram a quinzenais em assembléia geral, para discussão de

temas que, em casas das líderes, continuavam em fermentação nas reuniões semanais, geralmente à noite, pois todo o mulherio trabalhava durante o dia.

Outro fator que pesou na decisão pela Casa da Avenida Álvares Cabral, n. 400, foi sua tradição como 'território livre' para o debate das idéias, desde que o ex-presidente do SJPMG, Dídimo Paiva (1975/78), antecessor de Washington Melo, nos anos de chumbo da ditadura, assim havia traçado o posicionamento geográfico-político-intelectual daquele espaço. Nele, tornaram-se possíveis acontecer fatos históricos e atos públicos memoráveis e inesquecíveis! Aquele recinto que abrigará, *adinfinitum*, as duas entidades, sempre na luta pelas liberdades democráticas, foi o útero acolhedor para que se germinasse a semente do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CDDM).

O que foi o Centro

Idéia lançada durante o Ato Público de Repúdio, o Centro se reuniu quatro dias depois – 22 de agosto –, na Casa do Jornalista de Minas, configurado por 80 mulheres que assinaram presença, fizeram pronunciamentos e revelaram disposição para concretizá-lo. Foram definidos seus objetivos gerais: atuar no sentido de transformar mentalidades que vêem a mulher como ser social de segunda categoria; e orientar mulheres que se julguem discriminadas, seja no seu ambiente de trabalho, como em suas próprias casas.

Em entrevista no mês de maio/2008, a mim concedida, Celina Albano confirmou a finalidade do que lutamos para construir há 28 anos: "Considerou-se que os dois objetivos caminhavam muito ligados e que o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher não teria a pretensão de resolver os problemas das mulheres ou de ser meramente assistencial. Ficou definido que todas as atitudes dessa entidade de utilidade pública, em nível teórico (conferências, debates, publicações, cursos), ou prático (orientação de casos concretos, representados pela parte prática do CDDM, sob a denominação de SOS Mulher) seriam de modo a demonstrar que os problemas da mulher têm origem social e sua solução deverá ser sempre coletiva." O SOS Mulher funcionou na Faculdade de Direito da UFMG, pois duas salas nos foram cedidas, além de existir um convênio com o seu DAJ (Departamento de Assistência Jurídica), no atendimento e estudo de casos.

Àquela época ainda não se tinha estabelecido a Diretoria Efetiva e, portanto, as mulheres se subdividiram em cinco comissões: Finanças, para estudar as formas e instrumentos de se levantar recursos; Programa e Ação, para levantar atividades aos objetivos do Centro; Jurídica, para estudar a forma de legalização do Centro; Arquivo e Documentação, para elaborar pesquisas, estudos de casos e administrar a entidade; Divulgação e Contatos, para comunicar as atividades e posicionamentos do Centro. Cada Comissão escolheu sua representante, que compôs a Diretoria Provisória, até que se elegesse a primeira Diretoria Efetiva, eleita dois meses depois.

Em recente entrevista para este livro, disse Mirian Chrystus, expresidenta do CDDM: "O Centro de Defesa dos Direitos da Mulher surgiu dando ênfase à violência contra as mulheres: outro mal sem nome, sem dados, sem estatística. A casa – denunciávamos – não é o sacrossanto reduto da mulher, da rainha do lar. É o lugar onde se comete violência contra a mulher, através de maridos, pais, padrastos, filhos e irmãos. O lugar em que são massacradas, exploradas em termos de dupla jornada de trabalho, estupradas com o consentimento da lei (pois o que é o sexo forçado, sem desejo?)"

Na Casa do Jornalista, onde aconteciam as plenárias, após discussões e mais discussões sobre o tema Violência, vem em seguida outra demanda: a criação das Delegacias de Mulheres, pois tinha que haver um lugar de atendimento especial, senão elas seriam novamente humilhadas por policiais e delegados: "Como a senhora estava vestida? O que a senhora fez em tal dia? Ah! Mas então..."

E aconteceram momentos fortes, muito fortes – relembra Mirian – ali no Centro de Defesa, como a decisão de tornar público o espancamento do filósofo José Arthur Giannotti em sua mulher, que teve um dos tímpanos comprometidos (filósofos também espancam): "Exemplei-a como quem exempla uma criança", disse ele à época.

Minas colocou o tema violência contra a mulher na agenda das feministas e em pauta na mídia. Isto já em 1980, mas como intervém a socióloga e professora aposentada da UFMG, Celina Albano, a coisa começa bem antes: "O ano de 1968 não foi só um enfrentamento com o poder político, mas o enfrentamento com os desejos de mudança no comportamento, nos sentimentos; ansiávamos pela desrepressão." E, na seqüência do tempo, veio a década de 70 que, para Celina, foi fundamental, tanto que afirma: "Sou muito a geração de 70, pois a década de 70 me moldou na dilatação da personalidade, no meu comportamento."

Como crítica de cinema que também foi (Celina lançou, em junho/2008, livro sobre o *Cine Pathé*), ela pondera que tanto o cinema como a literatura abriram muito sua cabeça para o feminismo, além de ter se espelhado em Glorita Albano, sua mãe, que era muito independente, trabalhava fora, fumava, jogava carteado, não era mãe protetora e dividia as tarefas domésticas com seu pai, também solidário. "Foi nessa diluição de papéis sexuais que eu e minha irmã fomos criadas e brincávamos muito com meninos. Décadas depois, na Inglaterra (1976/80), fatalmente cairia nos movimentos feministas de Londres, com os quais aprendi coisas novas," avaliou.

Na ação concreta do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher havia o SOS Mulher, que teve significativo papel, colhendo bons resultados no atendimento jurídico e psicológico. "Na sala/sede provisória do SOS Mulher, cedida pela Direção da Faculdade de Direito/UFMG acolhíamos, juntamente com os estagiários do curso de Direito, mulheres em situação de crise, principalmente as de baixa renda, pois tudo era noticiado pelo rádio e televisão a que elas tinham mais acesso," relembra Celina Albano.

O SOS Mulher, por meio desse acolhimento, dava uma visibilidade social e política a essas mulheres, mas queríamos mais, ou seja, algo que tratasse a violência com mais especificidade, daí a necessidade de criação das delegacias de mulheres. E não apenas pela pressão crescente de mulheres que nos chamavam em busca de apoio, mas também pelas possibilidades que este caminho nos abria para uma atuação política mais global. De um lado, percebemos que um trabalho de atenção às mulheres, vítimas de violência, nos permitia iniciar o processo de discussão e renovação das consciências ao interior da própria experiência vivida por elas.

Por outro lado, as denúncias que chegavam ao SOS Mulher, através das mulheres, nos obrigavam a um contato direto com determinadas instituições sociais (delegacias de polícia, hospitais, tribunais de justiça, cartórios, etc). Isto nos proporcionou uma compreensão mais crítica desse submundo institucionalizado que são os órgãos públicos em sua atuação extremamente discriminatória e, ao mesmo tempo, de como esses órgãos são uma espécie de suporte em que se reproduzem os valores que mantêm a mulher em seus papéis tradicionais. E foi esse trabalho do SOS que deu legitimidade e maior viabilidade social ao Centro de Defesa dos Direitos da Mulher.

Em maio de 1982, inauguramos oficialmente o SOS Mulher, com uma guarda por semana, a qual, pouco tempo depois, foi aumentada para

duas. Mudamos para a rua São Paulo, com casa e telefone alugados e continuamos o atendimento, além de muitas promoções sócio-culturais, como o Leilão dos Artistas Plásticos, para arrecadação de renda, a fim de manter a entidade. Havia dificuldades financeiras, mas fomos caminhando.

A partir de 1983, a presença de uma equipe de advogados (dois homens e duas mulheres) nas guardas semanais, traduziu-se em mudanças qualitativas na atenção. De um lado, proporcionou uma maior objetividade à orientação dada às mulheres e agilizou o encaminhamento dos casos; por outro, abriu novas perspectivas para que houvesse uma melhor interação entre a prática feminista e o jurídico.

O SOS, enquanto prática feminina, conforme analisa Celina Albano, "permitiu que a mulher rompesse o silêncio que sutura a condição de opressão". As experiências que tivemos com as mulheres, que nos procuravam e falavam e falavam, foram fantásticas! Não só pela violência física do que expunham, mas a partir daí, elas iam sentindo toda a violência que permeava seu quotidiano, o que era fundamental, porque ela rompia a sutura do silêncio! Assim, fecha-se o balanço: nosso processo de amadurecimento através do trabalho do SOS Mulher foi extremamente produtivo. E foi o que restou do CDDM, até 1983/85, praticamente representado pela socióloga Conceição Rubinger que participou do CEM, como sua representante. Outros grupos, nessa época, já absorviam a atividade do SOS Mulher, como a Federação Mineira de Mulheres, sob a coordenação de Raquel Braga Scarlatelli Pimenta e efetiva participação de Sandra Lima, ex-presidenta do Conselho Estadual da Mulher.

Em termos contemporâneos, hoje o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher seria uma ONG, compara Celina Albano. Enfim, o CDDM aglutinou todo mundo, era um caldeirão de paixões, pois a lei-de-ordem era: *Todas querendo falar e tendo algo a protestar*. Como analisa a vice-presidenta do Centro, a socióloga Celina Albano, "ele foi um movimento de classes nas mais diferentes origens, nos mais diferentes partidos, pois as mulheres queriam discutir a violência em várias dimensões. Dissecamos o conceito não apenas nos assassinatos, mas em vários outros aspectos, como a violência psíquica, a violência no trabalho, ostensiva ou sutil, hoje denominada assédio moral." Enfim, o CDDM foi um laboratório incrível! De coisas boas e ruins. E o mais importante de tudo foi que as mulheres sentiram que estavam fazendo, pela primeira vez, História, estavam tendo voz e vez".

A Dispersão

O jornal bi-mestral *Mulher Urgente* do CDDM só vai até ao segundo número. As dificuldades financeiras, as interferências político-partidárias, os problemas pessoais, as competições na guerra de egos femininos, a cultura do voluntariado pouco desenvolvida levam aos desentendimentos e desmobilização dentro do CDDM e, consequentemente, à dispersão.

A socióloga Júlia Monteiro e as jornalistas Dinorah Carmo e Mirian Chrystus foram as que mais lutaram por um CDDM político, politizado, porém suprapartidário, mais na linha ideológico-existencial do feminismo, mas as coisas não caminharam nessa trilha. Célebres eram as discussões de Conceição Rubinger conosco, que era a favor de um CDDM partidário. Assim, muitas mulheres queriam trazer seu partido político de esquerda para o Centro, fazendo deste, instrumento de luta partidária.

Na opinião de Celina Albano, "a esquerda achava que só a mulher operária era a explorada; muitas feministas não pensavam assim, o que fez a divisão existir claramente: mulheres de esquerda (do Movimento Popular da Mulher — universitárias e operárias) e grupos feministas que não misturavam partidos (profissionais liberais e universitárias). Daí o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher ter apontado uma dupla militância, uma vez que o movimento de mulheres passou a ser uma força política para os partidos políticos. Entretanto, essa dupla militância implodiu o Centro, pois os grupos femininos não suportaram o conflito."

Já Mirian Chrystus analisa que com a interferência ideológico-partidária, "os encontros tornaram-se monótonos, tudo muito duro, com formatação de reuniões muito cansativas". Concordo com Mirian, porque sempre gostamos mais da ação do que da discussão ideológica teórica, daí caminharmos para um feminismo na práxis, através de nossos gestos de vida, libertação e compromisso com o nosso trabalho e nossa própria existência.

Contudo, Mirian aponta outra causa para a desmobilização do CDDM, lembrando que "um dos motivos mais decisivos para a sua dispersão de forças foi a discussão do aborto que ocupou toda uma tarde de sábado. A plenária virou uma verdadeira terapia de grupo. Todas as mulheres católicas se retiraram."

Ouso levantar mais outra hipótese: enquanto nos reuníamos em grupo, nas casas das participantes, "entre quatro paredes", como se expressava Cristina Carvalho, do Grupo de Reflexão Feminista, tudo se manteve.

Mas com a institucionalização do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, paradoxalmente, houve a sua dissolução, agravada pelas interferências partidárias.

Como disse Mirian Chrystus agora na fase de sua maturidade: "A história nada edificante, que contei em meu depoimento no capítulo de *As precursoras* deste livro, termina e não termina. Essa história, como pode parecer, não é um balanço de glórias e de rancores, mas – à luz do que foi dito muito aqui –, uma sinalização, talvez, de que 30 anos não configuram um tempo tão longo, diante do tempo histórico. E mesmo em tempos muito diversos como os de hoje, talvez fosse interessante se debruçar sobre aqueles tempos de lutas libertárias e ver o que é possível resgatar. Talvez de outras maneiras, outros estilos, com mais negociação em todos os níveis: social e doméstico."

Se valeu a pena?

A resposta de todas é unânime: Sim, valeu! "E como valeu!", garante Mirian Chrystus que assume: "Tenho orgulho de minha trajetória pessoal e profissional. Aliás, tenho três orgulhos: a participação na imprensa alternativa, a militância feminista e a causa dos animais domésticos que muito defendo."

E eu, ao terminar este capítulo que espero não ter cansado os leitores, celebro: O que eu sinto pelas mulheres, começando por mim mesma, é exaltação. Sim, exaltação do que nós podemos ser, vamos ser e poderemos ser.

4. Mulheres em movimento em Minas

Jalmelice Luz

Elas não são de Vênus

Marias, Anas, Bárbaras Heliodoras, Coras Coralinas, Raqueis, Judiths, Junias, Jôs, Leticias, Bebelas, Hilmas, Sônias, Yedas, Cidas, Luzias, Letícias, Sandras, Marlenes, Zélias, Graças, Olívias, Coroacis, Mirians, Lúcias, Helenas, Benildas, Hercílias, Léas, Lourdes, Carmens, Nazareths, Iaras, Divas, Elviras... São tantas, de todas as partes, de todas as idades, cores, raças e crenças e uma idéia martelando na cabeça, há décadas, talvez séculos, soprada pela ancestralidade, inspirada em figuras indômitas: mulheres assumam o que lhes é de direito! Não apenas para regozijo e ventura, mas para que a humanidade prevaleça.

É desta forma que a linguagem remedeia o que viveram e vivem bravas mulheres mineiras para contar às filhas e filhos, netas e netos, amigos e desconhecidos, curiosos e estudiosos, conterrâneos e estrangeiros, aos mais humildes e poderosos a difícil e fascinante tarefa de fazer do sonho de mudar o mundo uma ação cotidiana, construída com pequenos e grande gestos, idas e vindas, e muita teimosia.

No limiar da década de 1980, o ar ainda era rarefeito, os anos de chumbo estavam passando, os militares a contragosto deram "meia volta volver" rumo à caserna. Mas muito foi feito e ainda estava por vir, para que essas mulheres pudessem dizer, em alto e bom tom, o que queriam para suas vidas e para o Brasil. Muitas haviam lutado e sofrido na carne todo o peso de um regime de exceção que durou mais de duas décadas. Mas não desistiram. Eram teimosas, determinadas, senhoras de si. É nesta ambiência de efervescência, de lembranças agudas e recentes do que era viver sem liberdade que as mulheres mineiras, a exemplo do que ocorria em outros estados brasileiros, se organizaram e lutaram pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pelas Diretas Já, pela redemocratização do País; contra a

violência, as desigualdades econômicas e sociais que cravavam uma distância abismal entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Um fosso determinado pela divisão de classe social, pela discriminação e preconceito de raça e de gênero. Além da predominância do conceito binário do ser feminino e masculino, alimentado pelo patriarcalismo, ao longo da história da humanidade, que servia para definir os papéis de cada um na sociedade: mulheres e homens.

Muitas leram Marx, Engels. Outras aprenderam também na labuta o que era controle dos meios de produção e mais-valia quando chegavam em casa esfalfadas do trabalho na roça, na indústria, na escola. O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, já havia sido lido, relido e "trelido"; a contracepção era mais do que usual e a liberação sexual uma conquista sobre corpos historicamente interditos. Mas faltava, ainda, muito mais. É esta busca incessante que torna a releitura da trajetória dessas mulheres estimulante, porque elas são reais, não são de Vênus e nem falam venusiano. Elas moram ao lado, vivem nas mesmas cidades, estudam nas mesmas escolas, trabalham na mesma rua, falam a mesma língua e, quando não falam, interpretam.

A tônica do discurso das mulheres engajadas na luta por direitos, dentro do movimento feminista, no Brasil e em Minas, e dos demais movimentos que se inscrevem no espaço social, é de uma cidadania "real", sem desigualdades, discriminações, violência, preconceitos e exclusão social. Esse apelo à sociedade para que abraçasse a cidadania como uma tradução da relevância dos sujeitos individuais e na coletividade vai adquirindo mais ingredientes com o passar dos anos.

As lutas das mulheres mineiras não se realizam como uma expressão da emoção e um ato de comoção de suas integrantes, mas com referenciais teóricos que subsidiavam e subsidiam, ainda hoje, muitas discussões. A ascensão do movimento feminista no Brasil e em Minas, com um discurso reelaborado, se dá nas décadas de 1970 e 1980, em um espaço público de profundas desigualdades:

A esfera pública tanto na dimensão do Estado, como em outros planos, onde também se processam os conflitos políticos, ainda se constitui como um espaço social onde as desigualdades de gênero, de classe, e de raça estão presentes. As diversidades de sujeitos políticos, como parte do contexto atual da democracia, revela opressões e abusos de poder que já estavam naturalizados nas estruturas da sociedade brasileira. (ÁVILA, 2001, p.17)

Esse mesmo movimento, ao apresentar-se no espaço público com mais radicalidade no discurso e na ação política, cria também um paradoxo. Ao lançar mão de um ideal iluminista, de um pensamento calcado na idéia da igualdade de direitos e oportunidades do liberalismo, do conceito de cidadania como prática corrente e possível para todos e não para alguns, o feminismo coloca no cenário político, na arena de debates, não somente a idéia da transição do privado para a esfera política, mas novos desafios para a democracia²³. Que tipo de democracia é este? Como pensar e construir uma radicalização da democracia? É possível propor uma democracia radical dentro de um modelo que se aplica à mediação de conflitos em uma sociedade capitalista? Ou seria mais um exercício de retórica? De qual cidadania o feminismo estaria falando?

Se muitas dessas indagações não foram respondidas satisfatoriamente deve-se, em grande parte, ao fato de que muitos dos temas trazidos à tona pelo feminismo e movimento de mulheres terem sidos absorvidos pela ordem vigente. Exemplo clássico é a questão da liberdade sexual que passou a ser prato cheio, até os dias de hoje, com contornos cada vez mais distantes da proposta original.

O corpo feminino passa a ser mais exposto dentro de uma visão mercadológica e menos como espaço de inscrição de vontade e ação política. Um rápido olhar sobre dados do IBGE sobre a População Economicamente Ativa (PEA) identifica que as mulheres ainda são tratadas como mão-de-obra mais barata e, em número maior, para ficar apenas nesses dois exemplos. Parece haver uma tensão constante entre as conquistas das mulheres e a realidade prática dessa liberação, tanto no espaço privado quanto no público.

A igualdade defendida pelas mulheres nos séculos XVII e XIX (ÁVILA, 2001) foi fundada no direito de serem iguais aos homens. O feminismo contemporâneo teria produzido uma desconstrução desse conceito de igualdade e instaurado a idéia da igualdade na diferença como pressuposto de uma nova visão de cidadania. O reconhecimento, a autodeterminação, a inclusão e a justiça social são ingredientes indispensáveis para a formatação desses novos sujeitos de direito.

É possível lembrar neste ponto a concepção de v*ida activa* de Hannah Arendt, no texto a *Condição Humana*, em que aponta três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação, sendo que a ação humana será

²³ ÁVILA, 2001.

sempre política e não prescindirá de outros sujeitos para ser realizada, para ser transformadora e relevante na esfera pública.

Esse pensamento perpassa a concepção do feminismo quando evoca o coletivo para uma ação transformadora, por meio da organização de mulheres, dando sentido à *vida activa* e redesenhando o espaço público e a cidadania. Arendt busca no pensamento grego para a formulação da idéia de que a capacidade de organização política no espaço público é oposta à associação natural que tem a casa (*oikia*) e a família como centro do objetivo do sujeito. Além da vida privada teria o *bios politikos*. A cidadania seria construída nesse *bios politikos*, ou seja, na ação coletiva, no sair para fora e se colocar como sujeito, cidadãs e cidadãos com vontades, idéias e discursos próprios.

É dentro dessa linha de pensamento que as mudanças na vida de milhões de mulheres no mundo, ao longo de décadas, vão sendo processadas. Na modernidade, durante o processo de industrialização e no pósguerra, as mulheres se constituíram em importante força de trabalho barata. Esses episódios, de uma forma ou de outra, contribuíram para o revigoramento dos movimentos sociais, da organização de mulheres e fundamentação do feminismo.

Lutas feministas em Minas

O movimento de mulheres, o feminismo em Minas, sob toda a influência dos fatos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, "surge em uma dimensão de radicalidade, marca de sua gênese, tanto no conteúdo quanto na forma. Da simbólica queima dos sutiãs à construção da idéia de que as causas da opressão da mulher estavam no nível da estrutura social, construiu-se uma ação e um pensamento essencialmente contestatório" (MORAES, 2000, p.77). Essa era a marca impressa nas ações das mulheres mineiras, independente de correntes políticas e ideológicas.

Havia uma certeza revelada nas palavras das principais dirigentes dos movimentos de mulheres da necessidade da reconfiguração das esferas pública e privada, na perspectiva das mulheres. Uma saída definitiva, uma vez que o mundo do trabalho havia absorvido a massa de trabalhadoras como mão-de-obra de baixo custo, do espaço recôndito do lar, das atribuições domésticas, para a vida pública, para os espaços de disputa política, de exercício do poder, reservado historicamente para os homens.

A ação política das bravas mulheres mineiras não se reservava, a bem da verdade, a tarefas domésticas e ao cuidado com a prole, somente. A luta contra a ditadura fez dessas mulheres militantes extraordinárias, seja na clandestinidade, nas prisões, sob tortura; ativistas ferrenhas nas ruas no pós-militarismo contra a carestia, na defesa de "Quem ama não mata". Algumas décadas antes, em 1960, as mulheres brasileiras já surpreendiam com um discurso eloqüente e subverteram a ordem ao cunharem a frase "nosso corpo nos pertence."

A organização das mulheres em torno do questionamento das assimetrias sociais entre homens e mulheres, reivindicando relações de gênero mais igualitárias, teve como marco, no Brasil, o ano de 1975, a partir da definição da Organização das Nações Unidas (ONU), como sendo aquela data o ano Internacional da Mulher, com a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher, no México. A definição de que 1975 a 1985 seria a década da mulher potencializou forças e possibilitou a reorganização e a ação das organizações de mulheres e grupos feministas. Contudo, "no Brasil, a materialização desse reconhecimento só veio se expressar, em 1983, com a criação dos primeiros órgãos governamentais, que são o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais e o Conselho da Condição Feminina, de São Paulo" (MORAES, 2000).

A partir desse período, após as limitações impostas aos movimentos sociais pela ditadura militar, ressurge a organização das mulheres. Durante algum tempo, os grupos feministas se articularam ao lado da esquerda, lutando contra a opressão do Estado, tratando a temática da mulher dentro das questões mais gerais do questionamento das estruturas de reprodução, das estruturas de poder ao nível do sistema social²⁴. Com o passar do tempo, as lutas feministas ganharam uma relativa independência em relação à ação tradicional dos partidos, colocando em pauta questões "novas", a exemplo do direito sobre o próprio corpo.

Em Minas essas lutas tiveram desdobramentos ao longo de décadas e perduram, porque as desigualdades permanecem. Na década de 1970, surgiram vários grupos e organizações que passaram a discutir as condições da mulher e seu papel no mundo. O SOS Mulher e o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM), organizações constituídas por

²⁴ MORAES, 2000.

jornalistas, intelectuais e acadêmicas, faziam debates vigorosos sobre o combate à violência contra a mulher. A violência sempre foi uma das expressões da dominação sobre corpos e mentes das mulheres, chegando, em muitos casos, ao paroxismo, ao assassinato frio. Nos julgamentos, a absolvição de autores desses crimes, eram "favas contadas", sob o argumento de legítima defesa da honra.

Mas tudo o que foi construído e conquistado não terá sido em vão. As discussões dentro da sociedade, provocadas pelas organizações de mulheres, expondo toda a iniquididade de uma vida sob o jugo da opressão e da violência; as manifestações públicas contra a violência e a punição necessária para agressores e assassinos criaram condições, mais tarde, com mais lutas, fossem criadas as delegacias de mulheres; conselhos se instalassem. A sanção da Lei Maria da Penha é um desdobramento de um processo difícil de busca de amparo legal, de respostas para uma dura realidade das mulheres brasileiras.

Essa leitura rápida de uma história de vidas e conquistas torna-se relevante para compreender o momento em que as bravas mulheres mineiras decidiram pela ação política mais ousada de constituírem um espaço de decisão política dentro do Executivo, por meio da criação do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais (CEM-MG).

Mulheres no Movimento pela Anistia

A espoliação das lembranças é um dos mais cruéis exercícios da opressão. Ecléa Bosi²⁵

Antes, porém, é necessário uma parada para rememorar outro momento particular na vida do País e no fortalecimento do movimento de mulheres que mostram sua cara nesse mesmo período de enfraquecimento do regime de exceção. O Movimento de Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no Brasil e em Minas, a exemplo de outros estados, teve fôlego e a força das mulheres na garantia do retorno de seus entes queridos e amigos ao País, em segurança; bem como o restabelecimento dos direitos políticos e civis. Dona Helena Greco, militante de primeira hora, junto

²⁵ Ecléa Bosi, doutora em Psicologia Social, professora da USP e autora do livro Memórias de Velhos.

com outras tantas mulheres, simboliza o empenho e desdobramento das mulheres em defesa da justiça. Fundadora e presidente do Movimento Feminino Pela Anistia de Minas Gerais (MFPA) (1977/79) e vice-presidente do Conselho Brasileiro de Anistia de Minas Gerais, (CBA-MG) (1978/ 80), não cessou sua batalha. Em Minas Gerais, CBA e MFPA atuaram organicamente vinculados.

Em depoimentos transcritos pela Fundação Perseu Abramo, Helena Greco destaca a importância do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), onde, "mais uma vez, as mulheres jogaram papel de vanguarda na história. Se, num primeiro momento, foram as mães, irmãs e filhas dos atingidos que se aglutinaram em torno de um objetivo comum – a busca de familiares desaparecidos e a defesa dos familiares presos –, logo em seguida esse movimento se ampliou, politizou e envolveu os mais diversos setores da sociedade". O programa do MFPA tinha a centralidade na luta pela Anistia e no combate à discriminação e opressão de gênero. Foram os MFPAs que iniciaram no Brasil a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Dona Helena Greco, como é tratada a senhora miúda, delicada, que combateu a ferocidade e a burocracia do regime militar, relata que o I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo, em 1978, o Congresso pela Anistia no Brasil em Roma, em julho de 1979, e o II Congresso Nacional pela Anistia, em Salvador, em novembro de 1979, primeiro e último depois da promulgação da Lei de Anistia n. 6.683/79, foram os momentos mais marcantes da luta. "Os três, em suas cartas e resoluções políticas, reafirmaram os princípios da luta que atingiam em cheio a essência do regime militar, a própria doutrina de segurança nacional". Dona Helena teve uma trajetória política intensa que a levou a ocupar cargos públicos, à coordenação de movimentos, a exemplo do Tortura Nunca Mais, de Minas Gerais.

94

Pesquisadores do Movimento pela Anistia registram que, em 4 de junho de 1977, durante o III Encontro Nacional dos Estudantes, em Belo Horizonte forças policiais cercaram o prédio da Escola de Medicina da UFMG e efetuaram várias prisões. Dona Helena, entre outras pessoas presentes, manifestou sua repulsa em relação às atitudes do governo militar em relação à sociedade civil. As mulheres que se empenhavam na formação do núcleo do Movimento Feminino pela Anistia em Belo Horizonte fizeram, no mesmo dia, um ato de protesto contra o governo. No dia 30 daquele mês foi fundado o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais, presidido por Helena Greco.

O núcleo mineiro foi um dos mais atuantes e numerosos do País, com cerca de 300 integrantes, tendo como eixo a luta pela anistia política e contra a discriminação da mulher. O MFPA era, naquele período, o único espaço de participação popular possível. O que levou ao seu esfacelamento, anos depois, com o surgimento de outros movimentos civis. Daí a interpretação de que o MFPA abriu caminhos para outros movimentos, porque houve a compreensão. Em dado momento que a luta iria além da anistia, ampla, geral e irrestrita, mas pela redemocratização do Brasil. A luta pela liberdade de forma ampla e irrestrita.

Em 1996, aos 80 anos, dona Helena Greco, já agraciada com prêmios internacionais em reconhecimento à sua luta, faz uma declaração contundente, na revista *Cláudia*, da Editora Abril, ao receber uma premiação que leva o nome da revista, ela declara:

As pessoas costumam dizer que, quando se lida muito com um problema, fica-se calejado e acostuma-se com a situação. No meu caso é diferente. A cada ato de violência cometido, seja como for e de que forma for, fico perplexa como da primeira vez. Não há como fugir do óbvio: a violência e a criminalidade são diretamente proporcionais ao poder marginalizador desse sistema, que já foi apelidado de capitalismo selvagem.

A política centralizadora e recessiva do neoliberalismo leva ao paradoxismo da exclusão social e à situação de barbárie vigente: violência urbana e policial constituem dois lados da mesma moeda; as relações de convivência e o senso comum são rebaixados a níveis insuportáveis. A violência, que perpassa todas as malhas da sociedade (inclusive as mais finas), se apresenta como violência de classe. A convivência permanente com o medo e a insegurança não é mais prerrogativa exclusiva dos despossuídos históricos, vítimas das relações de desigualdade e opressão: agora é reivindicada também pelas classes médias. Está instalada uma espécie de guerra civil fria, ou não-declarada, reciclagem da Lei de Segurança Nacional: os inimigos internos agora são os tais despossuídos ou mais da metade da população, cada vez mais estigmatizados como bandidos e suspeitos permanentes. O fenômeno meninos e meninas de rua conseguiu efetivar a proeza absurda da identificação cada vez maior das crianças com esses epítetos.

A política de segurança pública tem sido a da violência policial explícita e a sua lógica é o primarismo perverso resumido na fórmula a violência combate violência, um fator a mais de estímulo à criminalidade que pretende combater. Belo Horizonte não escapa desse quadro. Cidade cujo processo de crescimento foi caracterizado pela subserviência ao capital e à propriedade, em detrimento da maioria da população, reflete exemplarmente a situação de barbárie apontada: aumento dos níveis de miserabilidade, aumento da criminalidade

e da violência urbana, aumento da violência policial e o ciclo odioso e aparentemente auto-sustentado. As forças públicas em Belo Horizonte transgridem sistematicamente os mais elementares direitos humanos. Seqüestros, invasões de domicílio e espancamentos são práticas rotineiras de tortura institucionalizada.

Essas arbitrariedades gozam da mais completa impunidade, o que as potencializa e engendra uma outra questão, talvez a mais perversa: a banalização das coisas mais terríveis, como maus-tratos, violência generalizada, racismo, chacinas periódicas, extermínio cotidiano. Fórmula mágica para erradicar de vez esse processo não existe. Mas precisamos interromper o aviltamento das relações de convivência e criar uma cultura que discuta o desmantelamento das práticas que alimentam o círculo vicioso da violência. Políticas que promovam a distribuição das riquezas, de um lado, e a participação direta da população nas decisões, de outro, podem levar à reversão do processo de alienação da sociedade e apontar para a verdadeira cidadania. É esse o combate que temos travado desde a luta pela anistia.

Criação da Delegacia de Mulheres: modelo para o País

Uma das principais conquistas apontadas pelas fundadoras e conselheiras do CEM-MG é a criação da Delegacia Especializada para Mulheres, em 1985, pelo então governador Hélio Garcia. Para chegar à efetivação, valeram articulações de bastidores, tornar pública a discussão sobre a violência e o assassinato de mulheres e o direito da mulher uma vida digna e sem violência.

Em 12 de setembro de 1985, o CEM-MG e outras entidades de mulheres encaminham ao então secretário Crispim Jacques Bias Fortes, da Segurança Pública, um documento em que expressam a defesa da criação da delegacia. Eis o trecho do documento entregue ao secretário.

A discriminação e opressão que nós, mulheres, sofremos em todos os segmentos da sociedade é um fato histórico, evidente e inconteste. A face mais dolorosa deste fenômeno se manifesta através das diversas formas de violência, das mais sutis como ameaças psicológicas, abrindo-se um leque até os homicídios.

Assim a violência da mulher se inscreve dentro de uma especialidade que merece atendimento próprio. Diferencia-se das demais formas de agressão geral que a população está sujeita, posto que seus determinantes históricos e sociais não sejam os mesmos, carecendo pois de tratamento adequado e específico.

Cabe, portanto, ao Estado e às políticas públicas assumir a responsabilidade diante desta problemática que tem cunho essencialmente social e não privado, conforme a ótica vigente.

Nos últimos dez anos, o movimento de mulheres no Brasil, especialmente o feminista, reconhecendo a importância da questão da violência, privilegiou nas suas linhas de luta e de trabalho a defesa da mulher que sofre em sua pele a inferiorização, a humilhação, a coisificação, em síntese, a sua desvalorização.

Em outro trecho do documento, as mulheres afirmam que o próprio Estado, nos últimos anos, reconhecendo a importância dos movimentos de mulheres, havia criado o CEM. Mesmo com toda ênfase, a criação da Delegacia, como relata a vereadora Elaine Ribeiro Matosinhos (2004-2008), que foi a primeira delegada em Minas, veio por meio da intervenção do exsecretário de Segurança Pública, José Rezende, com o apoio do então secretário da Fazenda, Evandro de Pádua Abreu.

Elaine Matosinhos afirma que Minas é o Estado que mais alavancou políticas públicas para mulheres, na busca de equipamentos adequados para o atendimento, a exemplo de delegacias, em casas-abrigo que passaram a ser modelo para o Brasil e para o mundo. E considera que o governo Hélio Garcia foi grande aliado das mulheres, porque a DEAM foi criada e houve envolvimento de dirigentes, de representantes de governo na temática da violência contra a mulher.

Para Elaine Matosinhos, a criação da Delegacia de Mulheres foi a segunda grande conquista do movimento. A primeira teria sido o direito ao voto na década de 1930. As delegacias, diz Elaine Matosinhos, se constituem em locais onde as mulheres têm coragem, menos vergonha e inibição de relatar suas dolorosas experiências. Tudo isso, diz Elaine Matosinhos, foi um processo de sensibilização da sociedade e do Judiciário. As delegacias mostraram a que vieram. "Dez anos depois, tínhamos uma divisão especializada, da mulher, do idoso, da criança e dos adolescentes, e hoje temos um departamento de defesa da família que trabalha questões das mulheres, idosos, do menor infrator, do deficiente, e isso é trabalhar a família. A polícia mostra que tem esse lado de procurar preservar, recuperar, orientar a célula-mãe da sociedade que é a família".

Elaine Matosinhos observa que as conquistas das mulheres estão expressas também nas mudanças nos Códigos Civil e Penal brasileiros, mas que a continuidade da luta pela igualdade é fundamental. "As delegacias de mulheres se transformaram em referência porque são dirigidas por mulheres vocacionadas, e extremamente guerreiras, abnegadas, arrojadas e com vontade de desenvolver um trabalho sério. Se antes era inimaginável

pensar em uma delegacia somente para mulheres, hoje é impensável acabar com as delegacias".

A chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher, Idoso e do Deficiente, Olívia de Fátima Braga Melo, diz que a criação da Delegacia Especializada para a Mulher (DEAM) foi um passo decisivo para o enfrentamento da violência contra a mulher e a violência doméstica. Lembra, por exemplo, que a delegacia de Venda Nova, que antes tinha apenas uma placa improvisada, hoje tem infra-estrutura adequada para atender às mulheres, com profissionais capacitadas(os), e um posto do Instituto Médico Legal – IML instalado ao lado da unidade. As mulheres vítimas de violências, assim como crianças e idosos, já chegam às unidades de atendimento fragilizadas, humilhadas, e precisam ter um acolhimento e compreensão dos profissionais. A delegacia de Mulheres em Minas, diz Olívia, tem uma particularidade, o fato de ter sido conduzida por delegadas, desde sua criação até agora, com grande sensibilidade em relação à questão feminina. Além de Elaine Matosinhos, ela cita as delegadas Nilma Geralda Reis, Rosilene Alves e Silvana Fiorilo.

O último levantamento sobre o número de delegacias em Minas aponta a existência de 50 delegacias, quantidade ainda insuficiente diante da dimensão territorial do Estado, com 856 municípios e uma demanda que ainda é reprimida. Mas, segundo Olívia Braga, ainda há resistências quanto à criação de delegacias e dos próprios conselhos municipais da mulher. Isto, afirma, é uma barreira que precisa ser vencida. O trabalho do CEM-MG tem sido no sentido do convencimento, diz Olívia Braga, sobre a importância da criação de conselhos municipais e de políticas voltadas para as mulheres. "Uma família bem estruturada, que consiga viver de forma harmoniosa, mesmo com parcos recursos, terá menos probabilidade de desagregação", afirma.

Olívia Braga salienta que a criação de uma Promotoria Especializada para a Mulher, da Coordenadoria Estadual da Mulher e de uma Secretaria Nacional com *status* de ministério favorece a abordagem com maior profundidade das questões relativas à mulher. Segundo ela, as instituições desses espaços de decisão dentro dos governos demoraram, mas chegaram a tempo. A delegada, que é conselheira do CEM-MG, observa que no governo Aécio Neves está ocorrendo um revigoramento da problemática feminina com a adoção de políticas voltadas para a população de mulheres. O que ainda falta é mudança cultural no sentido do reconhecimento da igualdade entre as pessoas, mulheres e homens pela sociedade.

Essa breve história da criação e trajetória do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) é com base em texto publicado pela Secretaria Especial de Polícias para Mulheres, no seu portal. O relato é o seguinte: em 1984, o Seminário Mulher e Política, realizado em São Paulo, propôs a criação de uma instância nacional de defesa dos direitos das mulheres. A deputada Ruth Escobar liderou comissão que procurou o então governador de Minas Gerais Tancredo Neves, eleito por um colégio eleitoral para a Presidência da República, com o intuito de negociar a criação de um organismo específico para as mulheres.

Em agosto de 1985, finalmente, foi atendida a histórica reivindicação das mulheres e criado o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça e por intermédio de lei, com o objetivo de "promover em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país". A mesma lei cria o Fundo Especial de Direitos da Mulher que dotaria o CNDM dos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. A estrutura do CNDM era, então: Conselho Deliberativo, Assessoria Técnica e Secretaria Executiva.

Na primeira gestão do CNDM (1985-1989), o Conselho investiu seus esforços nas áreas de saúde, legislação específica, educação, trabalho (rural e urbano), violência, combate ao racismo, implantação de creches etc. Nesse período, o CNDM apoiou a defesa das propostas da campanha "Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher", junto ao Congresso Nacional. Foram desenvolvidos campanhas publicitárias e o acompanhamento dos trabalhos das comissões no Congresso, com a ação do "lobby do baton".

Em janeiro de 1989, o então ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, propõe transformar o CNDM em um simples órgão deliberativo, muito impulsionado pelo sucesso das ações do CNDM conseguidas no ano anterior, quando aprovou 80% de suas reivindicações na Constituição Brasileira de 1988. Na ocasião, foram nomeadas 12 novas conselheiras, sem identidade com o movimento de mulheres, o que provocou a renúncia coletiva das equipes técnica e financeira.

No governo Collor, o CNDM sofreu novo golpe. Perdeu sua autonomia administrativa e financeira através da Medida Provisória 150, de 15

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

de agosto de 1990. Em 1994, o movimento de mulheres apresentou aos candidatos à Presidência da República uma proposta de criação de um Programa de Igualdade e Direitos da Mulher, ligado à Casa Civil da Presidência, cuja estrutura contaria com um Conselho Deliberativo e com uma Secretaria Especial.

No entanto, ao tomar posse em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso reativa o CNDM, sem estrutura administrativa, sem orçamento próprio e com a nomeação de conselheiras e presidenta sem consultar o movimento de mulheres e feminista. Em 1999, no segundo governo Fernando Henrique, o CNDM mais uma vez perdeu o *status*, tendo sido rebaixado dentro da estrutura do Ministério da Justiça.

Em 2002, motivada pela pressão das redes nacionais de mulheres, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ainda subordinada à pasta da Justiça, mas, no entanto, a lei que a instituiu não regulamentava e não definia sua competência e estrutura.

O CNDM sempre motivou e levou para a sociedade os debates e discussões sobre a questão da mulher, embora seu poder de decisão tenha sido pequeno dentro da estrutura de Estado ao qual estava ligado.

Em 2003, no primeiro dia de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A SPM passa a abrigar em sua estrutura o CNDM, que colabora e contribui nas ações e direções da Secretaria, estabelecendo a necessária interlocução com o movimento de mulheres e feminista.

"Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher": lobby do baton

Esse era o mote da ação política que movia de maneira enérgica as mulheres em todo País, em 1985/86, na fase pré-Constituinte. Decididas a retirar a mulher da condição de seres de segunda classe, sem autonomia e sem capacidade, reconhecidas no ordenamento jurídico do estado brasileiro, as integrantes do Conselho Estadual da Mulher em Minas reforçam suas ações e, após reuniões locais nas comunidades, com grupos de trabalhadoras, com donas-de-casa, com representantes da área acadêmica e encontros regionais, o CEM aprovou um elenco de propostas que foi encaminhado aos candidatos e aos constituintes eleitos, para garantir a cidadania plena das mulheres. Esse foi o início do histórico *lobby do baton* que reuniu feministas e as 26 parlamentares em atividade no Congresso Nacional, entre elas a deputada federal por Minas, Maria Elvira Salles

Ferreira, com figuras reconhecidas na política brasileira na formulação do feminismo, a exemplo de Heloneida Studart, Eva Blay, Rose Marie Muraro, a ex-deputada Cristina Tavares, Marta Suplicy, Ruth Escobar, entre outras.

No Triângulo Mineiro, a edição de um jornal tablóide do CEM-MG, intitulado Direitos da Mulher na Constituinte, é reportada a grande movimentação em torno de reivindicações do Conselho e de organizações de mulheres sobre o que gostariam de ver definido na futura Constituição Federal. O I Encontro Regional "A Mulher na Constituinte" foi realizado em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, nos dias 10 e 11 de janeiro, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social à época, Niza Ribeiro de Luz. O II Encontro Regional ocorreu, em Ituiutaba, nos dias 15 e 16 de março, encerrando as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Esse encontro foi coordenado pela Frente Feminina de Ituiutaba com o apoio de diversos movimentos sociais da cidade. Foram discutidos temas, tais como: violência contra a mulher, os direitos trabalhistas da mulher e a situação da mulher negra. O III Encontro Regional foi realizado em Uberaba, nos dias 24 e 25 de maio, sob a coordenação da vereadora Lélia Inês Teixeira. Em todos os encontros havia representação do CEM-MG, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado há pouco menos de um ano, e do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

No mesmo periódico registra-se a convocação nacional do CNDM para a participação no Encontro Nacional da Mulher e Constituinte, no dia 26 de agosto de 1986, na Câmara dos Deputados, data de aniversário de um ano do Conselho Nacional e encerramento da primeira etapa da campanha "Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher". Nair Guedes, coordenadora da comissão organizadora do Encontro afirma categoricamente, conforme o jornal, que "só faremos ouvir nossa Palavra de Mulher se soubermos apresentar reivindicações claras e concretas, comprometidas também com a luta do nosso povo. Por isso, pretendemos nesta reunião nacional discutir e aprovar as propostas das mulheres brasileiras para a Constituinte, analisar a continuidade da campanha e fazer entrega oficial do documento final às autoridades que este fim serão convocadas".

As bravas mulheres mineiras, após o périplo pelo Estado e pelo País, em discussões sobre igualdade de direitos no arcabouço legal do Brasil, elencaram 14 itens considerados prioritários pelo CEM-MG. Naquele momento, a ação das mineiras teve a força norteadora dos debates no País e desenhou o esboço do que seria a Nova Carta no que dizia respeito à condição da mulher. São eles:

I – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, sendo punido por leis específicas o desrespeito aos itens supramencionados.

II – A família é constituída pela união de direito ou pela união de fato, entre o homem e a mulher. Terá direito à proteção dos Poderes Públicos, possuindo, em ambos os casos, os mesmos direitos e deveres, cabendo tanto ao homem quanto à mulher, a representação legal da família.

III – Criação de uma rede nacional de creches públicas, com efetiva prestação de serviços médicos, odontológicos, educacionais e alimentares.

IV- Criação de equipamentos sociais de apoio à família, tais como: lavanderia e restaurantes comunitários.

V – O Estado prestará assistência integral à saúde da mulher, nas diferentes fases da sua vida. Criará serviço especial destinado ao planejamento da reprodução, para que as mulheres possam optar pela maternidade ou contracepção sem prejuízo de sua integridade física e psíquica.

VI – O Estado considera a maternidade como relevante função social cooperando com os pais na educação, alimentação e na segurança de seus filhos.

VII – Todos os filhos têm iguais direitos à paternidade, à sucessão hereditária e ao uso do apelido do pai.

VIII – O ensino pré-escolar e de primeiro grau é obrigatório para todos a partir dos quatro anos nos estabelecimentos oficiais. Será garantida a educação não diferenciada entre os sexos.

IX – Ao trabalhador rural, de ambos os sexos, serão garantidos os mesmos direitos trabalhistas assegurados ao trabalhador urbano, salvo a aposentadoria para a trabalhadora rural, que deverá ocorrer aos vinte e cinco anos de trabalho, com salário integral.

X – Estabilidade para a mulher gestante, pelo período de um ano, após o término da licença maternidade, salvo por motivo de falta grave, devidamente apurada.

XI – Criação de creches pelos empregadores, para os filhos de seus empregados, mulheres e homens, na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos, com efetiva prestação de serviços médicos, odontológicos, educacionais e alimentares.

XII – Abono à falta no serviço, por parte da mulher ou do homem, por motivo de doença de filho menor ou dependente, justificada mediante apresentação de atestado médico.

XIII – Garantia à integridade física, moral e psicológica da mulher, punindo-se com rigor todo e qualquer ato de violência e seus incitamentos contra a mesma.

XIV – Profissionalização da empregada doméstica e sua integração como empregada assalariada.

O citado jornal *Direitos da Mulher na Constituinte* traz ainda depoimentos de várias mulheres mineiras, integrantes da executiva do CEM, de movimentos sociais e partidos políticos e parlamentares, a exemplo de Helena Greco, na época, vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, em Belo Horizonte, que numa breve declaração revelava todo o seu empenho na luta da mulher. Palavras de Helena Greco:

Historicamente, a mulher já foi repouso do guerreiro, grande mulher atrás do grande homem, rainha do lar, etc.

Mantida no espaço doméstico privado até há pouco tempo, hoje participa ativamente na esfera pública e política.

No recente processo de democratização do País as mulheres tiveram participação decisiva, desde as já históricas jornadas pela Anistia, quando enfrentaram o quase invencível aparato repressivo do estado, até as caminhadas, filho no colo, bandeiras nas mãos, Diretas Já. Nosso País redescobriu sua face nova – a face de sua metade feminina em lutas.

Esta participação criou uma realidade: de fato já não é mais aceitável a imagem tradicional da mulher, frágil e submissa. Já se impôs a imagem de nova mulher enfrentando a dura luta pela sobrevivência.

Avanços no texto constitucional

A Constituição de 1988 é o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país. A elaboração da Carta Magna representou para os brasileiros o rompimento definitivo com os anos de chumbo, com o regime de exceção, com a ditadura militar para a construção de democracia. A Constituição Federal de 1988 resgata o Estado de Direito e o respeito aos direitos fundamentais e à dignidade humana. Nos princípios fundamentais, tratados nos artigos 1º ao 4º do texto constitucional tratam da criação da República Federativa do Brasil, tendo com fundamentos para o Estado de Direito: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

"Parágrafo Único: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Esta inscrição no ordenamento jurídico brasileiro restabelece o profundo respeito dos indivíduos e a vontade de uma Nação.

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

O trabalho do *lobby do baton* está refletido no texto constitucional, onde 80% do que foi apresentando na época aos Constituintes passaram a fazer parte da Constituição. Os dispositivos constitucionais asseguram:

- a) a igualdade entre homens e mulheres em geral (artigo 5.°, I) e especificamente no âmbito da família (artigo 226, parágrafo 5.°);
- b) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (artigo 7.°, XXX, regulamentado pela Lei 9.029, de 13 de abril de 1995,que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho);
- c) a proteção especial da mulher do mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (artigo 7.º, XX, regulamentado pela Lei 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho);
- d) o direito das presidiárias de permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação (art. 5°, L);
- e) a proteção da maternidade como direito social (art. 6°), garantindo-se licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, por 120 dias (art. 7°, XVIII);
- f) o título de domínio e a concessão de uso de imóveis rurais, em virtude de reforma agrária, a homens ou mulheres, ou a ambos, independentemente do estado civil (artigo 189, parágrafo único);
- g) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (artigo 226, parágrafo 7°, regulamentado pela Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, no âmbito do atendimento global e integral à saúde); e
- h) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (artigo 226, parágrafo 8.º).

Tratados internacionais

104

A Constituição Brasileira avançou estabelecendo condições para que o Brasil desse outros passos à frente na assinatura de documentos internacionais, que têm força de lei e que tratam da condição da mulher. Entre os principais, a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, de 1979; a Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo, de 1994; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994; e a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, de 1995. Esses instrumentos internacionais impulsionaram o

movimento de mulheres a exigir, no plano local, a implementação de avancos obtidos na esfera internacional.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW foi adotada em 18 de dezembro de 1979, pela Assembléia Geral das Nações Unidas e entrou em vigor em 3 de setembro de 1981, resultado de reivindicação do movimento de mulheres, a partir da primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México, em 1975. Ratificada pelo Brasil somente em 1994.

Contudo, mais de 20 anos da aprovação da CEDAW, a discriminação da mulheres, racial e étnica ainda fazem parte do dia-a-dia. Mas as mulheres encontraram caminhos diferentes para enfrentar essas mazelas, começando pela incorporação dessas idéias como responsabilidade do aparelho de Estado.

Movimentos de mulheres

Em Minas, o movimento feminista e as organizações de mulheres estão presentes em varias regiões do Estado, com maior concentração em Belo Horizonte, entre os quais estão: Associação de Lésbicas de Minas (ALEM); Diversidade, Identidade, Visibilidade, Amor e Sexualidade (DIVAS), Movimento Popular da Mulher (MPM). Movimento do Graal no Brasil, Musa – Mulher e Saúde, N´Zinga – Coletivo de Mulheres Negras; Mulheres em União; União Brasileira de Mulheres (UBM/MG); Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos/regional Minas Gerais; Movimento das Donas de Casa (MDC); Sindicato das Trabalhadoras Domésticas; representantes da Marcha Mundial de Mulheres.

Com atuação das coordenações de mulheres dentro de movimento, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Mulheres Quilombolas, Fórum de Mulheres Empreendedoras do Mercosul, departamentos de mulheres dentro partidos políticos e entidades sindicais; o Núcleo de Pesquisa e Estudos da Mulher da UFMG (Nepem), Pastoral da Mulher, da Igreja Católica, grupos e núcleos de mulheres luteranas e evangélicas, entre outros.

Embora o movimento feminista e de mulher não seja homogêneo e se apresente em formas e orientações muito diferentes, dependendo do contexto cultural, institucional e político, os interesses e ações convergem, muitas vezes, quando trata-se da questão essencial, comum a todos os

movimentos: a defesa dos direitos da mulher. A força e vitalidade do movimento feminista, porém, encontra-se na sua diversidade e no poder de se adaptar às culturas e às épocas (CASTELLS, 2001).

Manuel Casttels propõe uma tipologia dos diferentes movimentos feministas contemporâneos, a partir do aspecto que define a ação de cada movimento e que revela sua essencialidade, a luta principal. São eles:

Direito da mulher – Movimento que luta pela defesa dos direitos das mulheres, considerado como uma extensão do movimento pelos direitos humanos.

Feminismo cultural — Baseia-se na criação de comunidades feministas autônomas. A partir da crença de que a mulher somente poderá reconstruir sua identidade e encontrar seu caminho dentro de sua própria comunidade.

Feminismo essencialista – Define-se a partir do paradigma do modo feminista de ser, acreditando na feminilidade pura, original, fora dos limites do social e, portanto, não corrompida (às vezes reprimida) pela ordem patriarcal.

Feminismo lesbiano – Que propõe a abolição de gênero, com questionamento do papel social e cultural da mulher, e também o poder econômico, ideológico e político do homem.

Identidades feministas específicas – Engloba várias identidades étnicas, nacionais e auto-construídas. É a defesa do multiculturalismo, destituído de gênero.

Feminismo pragmático – Trata-se da mais ampla corrente no mundo moderno, especialmente nos países desenvolvidos. Aglutina mulheres e grupos, que são feministas na prática, sem saber do rótulo ou que são contra o patriarcalismo. (CASTELLS, 2001).

Definições teóricas à parte, o movimento feminista e as organizações de mulheres traçaram vários caminhos no Brasil, com maior ênfase e multiplicidade, a partir da década de 1990. O retorno no tempo, em algumas linhas, torna-se necessário para o registro do papel desempenhado por milhares de mulheres, anonimamente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em Minas, de forma embrionária, no início da década de 1970. Em 1973, agentes pastorais e militantes da "nova esquerda" passaram a desenvolver um trabalho que se tornou supletivamente a única alternativa de participação das classes populares nas regiões urbanas. O trabalho das CEBS, dentro de uma estrutura patriarcal, que é a Igreja Católica. Foi um bafejo de renovação, aproximando as comunidades dos movimentos de reivindicatórios urbanos, por meio dos clubes de mães, das pastorais operárias e da juventude, dos grupos defensores dos direitos humanos e

das lutas reivindicatórias urbanas, potencializando e multiplicando tais iniciativas no cenário brasileiro (CASTILHO, 2000).

Na década de 1960, Maria Hilma Ricardo, presidente da Associação

Na década de 1960, Maria Hilma Ricardo, presidente da Associação das Empregadas Doméstica, uma das primeiras conselheiras do CEM-MG, já travava suas lutas no interior do Estado. Maria Hilma confessa ter boas lembranças do período de atuação no Conselho, do qual nunca se afastou inteiramente. Afirma que foi com a participação do Conselho que conseguiu junto com outras companheiras realizar o I Encontro das Empregadas Domésticas do Brasil, em Belo Horizonte, com cerca de 500 participantes. "Nós éramos um grupo solidário, independente de partido, de religião, de raça. O mais importante foi o contato com outros movimentos que nos ajudou a crescer. Vejo a mulher mais à frente, com um conhecimento maior, mais consciente sobre seu papel de cidadã. Ser mulher não é simplesmente vestir uma saia e colocar um sutiã. Ser mulher é muito mais do que isso. É estar participando da vida da sociedade. Não importa o grau de estudo, nem onde vai atuar, se numa associação de moradores ou numa paróquia. Em todo lugar a mulher tem contribuição a dar", ensina Maria Hilma Ricardo, do alto de seus 70 anos e 45 anos de luta pelos direitos das empregadas domésticas, pela justiça social e igualdade.

Maria Hilma aprendeu essa lição ainda muito cedo, ao ver o pai chegar diariamente do trabalho em uma fábrica e ter tão poucos recursos para sustentar a família. "Diacho! tem alguma coisa errada!", pensava a menina, que aos 13 anos, com o consentimento da família, arrumou as malas e veio para Belo Horizonte trabalhar como doméstica, ajudante de doméstica de tão pequena. Mas sabida, ela chegou a ganhar, quando ainda estava na sua cidade natal, uma vaga em uma boa escola para continuar os estudos. Mas perdeu a vaga para um colega. Não porque tivesse menos capacidade ou estímulo, mas porque era negra. "Foi a primeira vez, que reparei na diferença da cor da pele e o que isto gerava nas pessoas". Sem desânimo, Maria Hilma é uma inspiração, uma mulher que não desiste mesmo. Ela sabe bem o que diz e o que quer.

O Movimento Popular da Mulher (MPM) tem a mesma idade que o CEM-MG: 25 anos de muito trabalho com mulheres de todas as regiões da cidade, na conscientização de direitos; no fortalecimento da auto-estima das mulheres, no estímulo às ações empreendedoras e na arte. Hercília Levy, atual presidenta do MPM relembra a grande movimentação na década de 1980, destacadamente, contra a carestia, no combate à violência, pelos direitos humanos das mulheres. O MPM chegou a ter 16 núcleos em

Belo Horizonte, onde mulheres tinham como rotina reuniões e discussões sobre os problemas do cotidiano até o contexto geral das mulheres. Isto feito com muito esmero, alegria e ludicidade. O teatro e a música foram e são dois grandes aliados no trabalho de convencimento e conscientização das mulheres. Segundo Hercília Levy, um trabalho de formiguinha, de fundo de quintal, de uma organização que tem vida própria e conta com o esforço de cada uma de suas participantes, sem qualquer investimento público ou privado. "É mais difícil assim", diz Hercília, "os tempos são outros e é necessário que governos e outras entidades apóiem os movimentos." Após anos de luta, o MPM permanece como referência na ação das mulheres em Belo Horizonte.

O Movimento Graal que tem caráter nacional está presente em Minas, conforme relata Maria Beatriz de Oliveira, dirigente da entidade e conselheira do CEM-MG, em vários municípios mineiros com trabalhos sobre educação, saúde, violência junto a grupos de adolescentes, jovens e adultos. As mulheres são as grandes multiplicadoras de uma proposta maior que é a busca pela igualdade de direitos. Para Maria Beatriz o grande papel que o CEM-MG desenvolve é de motivar a criação de outros conselhos municipais e intensificar o trabalho do conselho, nas suas várias frentes.

Na luta pelos direitos das mulheres negras o N'Zinga-Coletivo de Mulheres Negras, fundado em 1986, é uma das entidades mais representativas das mulheres negras. O combate à discriminação e preconceito de raça e etnia é uma bandeira levada a todos os espaços, principalmente na área da educação com a produção de cartilhas sobre a questão racial. Benilda Regina de Brito, fundadora e coordenadora do N'Zinga, diz que muito ainda precisa ser feito para a compreensão do grau de violência a que as mulheres negras são submetidas e que o CEM-MG tem papel a cumprir, assim como as demais organizações de mulheres e movimentos feministas.

O movimento de lésbicas, que em Minas tem como representação a Associação Lésbica de Minas (ALEM) tem o comprometimento com as políticas de direitos humanos. Ser referência na luta contra o preconceito, a discriminação dirigidos às lésbicas e bissexuais femininas, no combate a toda forma de violência contra as mulheres. De acordo coma dirigente da entidade, Soraya Menezes, a ALEM empenha-se na promoção da visibilidade lésbica, na discussão dos direitos sexuais e reprodutivos. Na luta contra as desigualdades e injustiças sociais as quais as mulheres são as principais vítimas. As ações desenvolvidas refletem sua missão e estão em sintonia com ações governamentais previstas no Programa Nacional de Direitos

Humanos sob todos os aspectos e principalmente quando foca os direitos humanos das mulheres.

Ações mais significativas da ALEM: responsável por encaminhar a solicitação para o projeto de Lei nº 649/00 ao deputado João Batista de Oliveira, que resultou na Lei Estadual nº 14.170, sancionada pelo governador Itamar Franco em 15/01/02 e regulamentada pelo Governador Aécio Neves em 10/12/20003 e "determina a imposição a pessoa jurídica por ato indiscriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual", realização e organização das Paradas do Orgulho GLBT de Belo Horizonte: I (com 50 pessoas), II, III, IV,V, VI, VII– Cria e integra a Coordenação da Parada GLBT de Belo Horizonte a partir da V Parada; realização e Organização do I,II,II e IV Seminário:Visibilidade e Saúde dirigido à Comunidade GLBT e convidados(as) do Movimento Social e meio acadêmico; participação ativa no comando da VIII, IX e X Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte; realização e organização da I, II, III e IV Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes de Minas Gerais – 2005/2006/2007/2008; Realização e organização do I Seminário de Lésbicas e Bissexuais de Minas Gerais, entre outras.

Parte II

U Conselho Estadual a Mulher de Minas Gerais

"O Partido do Conselho é a Mulher" Luziana Lanna

"25 anos em favor da igualdade de oportunidades e de direitos entre todas as pessoas" Carmen Rocha

1. O CEM-MG em gestação

Jalmelice Luz

A década de 1980 prometia ser diferente. A cada ano, mudanças significativas marcavam o cotidiano da mulher mineira que conquistava o seu espaço em todos os segmentos da sociedade: na política, na universidade, no trabalho. Em 1982, por exemplo, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso da Mulher Mineira, em que foram debatidos importantes temas, como o controle da natalidade, o acesso das mulheres à contracepção, o aborto, e os direitos civis e políticos das mulheres. Diferentes grupos de mulheres preparavam o terreno em que depois germinou o Conselho Estadual da Mulher. E coube ao governador Tancredo Neves, sensível às agudas transformações sociais de seu tempo, assinar o Decreto 22.971 de 24 de agosto de 1983, criando o Conselho Estadual da Mulher, cujo objetivo era principalmente promover melhores condições para a integração da mulher na sociedade.

Os diversos matizes e identidades políticas, ideológicas, no início de 1980, se abrigavam no PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro –, criado por personalidades políticas históricas que permeiam o imaginário coletivo das brasileiras e brasileiros, a exemplo do ex-deputado Ulysses Guimarães e o ex-presidente Tancredo Neves, onde os partidos e movimentos de esquerda se abrigaram: PCB, PC do B, MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que ainda não haviam saído da clandestinidade. O MDB surgiu em 24 de março de 1966, após a nova Lei dos Partidos Políticos ter reinstituído o pluripartidarismo. Os analistas do período acreditam que os militares esperavam assim enfraquecer a oposição ao obrigarem a renomeação dos partidos.

Em 1980, os egressos do MDB reuniram-se em um novo partido, o PMDB. Mulheres de várias facções e agremiações políticas constituíram o PMDB Mulher, que iniciou uma trajetória de mobilização e ações políticas em torno da candidatura do senador Tancredo Neves ao governo de Minas. Era a primeira eleição direta para os governos estaduais e as bravas mulheres mineiras perceberam que a trajetória de Tancredo Neves

era mais do que uma garantia de avanços e fortalecimento do Estado Democrático de Direito que todas desejavam.

Embora a historiografia seja ambígua em relação ao pioneirismo do governo Tancredo Neves na criação do CEM-MG, as principais ativistas e arquitetas do projeto são unânimes em afirmar que Minas, pelas mãos de Tancredo, deu o grande passo rumo às reivindicações das mulheres. A deputada federal Jô Moraes (mandato 2006-2010), à época militante do movimento de mulheres, fundadora e primeira presidenta da União Brasileira de Mulheres (UBM) e do Movimento Popular da Mulher (MPM), em Minas, relata que a criação do Conselho se situou em um momento de luta pela redemocratização do País. Isso, diz, revela para a sociedade que as conquistas das mulheres estão relacionadas com lutas democráticas, de defesa das liberdades individuais e coletivas. Como uma das principais mentoras no processo de criação do CEM, Jô Moraes relembra que as mulheres viviam, em 1982/83, um período de intensa movimentação no Brasil que se expressava, em nível nacional, por uma articulação dentro do PMDB.

Dentro desse contexto, eram realizados grandes encontros nacionais de mulheres progressistas do PMDB, um deles na Assembléia Legislativa de Minas, cuja marca central era uma panela desenhada em um painel. As mulheres reafirmavam sua presença no espaço político, trazendo com suas idéias toda a problemática que desenhou e redesenhou o universo feminino, em cada período da sociedade, e culturas diferenciadas. A realização desse encontro foi precedido por vários encontros municipais, estaduais que desaguaram na intensa mobilização das bravas mulheres mineiras, no período da campanha eleitoral para o governo do Estado. Nessa época, personalidades do mundo político e intelectual aportaram em Minas para dialogar com as mulheres e com o candidato Tancredo Neves, a exemplo da liderança ímpar de Ulysses Guimarães, alguns anos depois, denominado o Sr. Constituinte. Mulheres influentes, a exemplo de Eva Blay, Rose Maria Muraro, entre outras, aqui estiveram para contribuir com as mineiras.

O ano de 1983, além dos esforços e noites varadas em claro na elaboração de estratégias para a ação do futuro Conselho, que as idealizadoras tinham certeza se concretizaria, possuía outra grande tarefa que era a eleição direta para o governo de Minas. Essa foi uma decisão assumida com toda a responsabilidade e empenho pelas mulheres com um desfecho memorável da eleição de Tancredo Neves. Jô Moraes diz ter claro na memória a cena de um dos primeiros comícios pelas Diretas Já no País, realizado

pelo Comitê Feminino do PMDB, na Praça Barão do Rio Branco, mais conhecida como Praça da Rodoviária, no hipercentro de Belo Horizonte.

Em cima da carroceria de um caminhão, as mulheres se alternavam em discursos inflamados, chamando a população a se engajar, reavivando na memória dos passantes, muitos paravam para ouvir com atenção ou por pura curiosidade, o recente período de falta de liberdade. "Diretas Já". Embora o comício da Praça da Sé, em São Paulo, que reuniu mais de 100 mil pessoas em defesa das Diretas Já seja emblemático, as ações localizadas de grupos pequenos, de ativistas, possibilitaram a grande efervescência dentro da sociedade brasileira. A partir desse momento, as mulheres intensificam suas ações e realizam um grande encontro da mulher mineira, no Instituto Izabela Hendrix e da mulher peemedebista com a participação de Tancredo Neves, que durante os trabalhos se comprometeu em criar o CEM-MG.

Primeiras ações

A primeira reunião do Conselho Estadual da Mulher foi realizada em 24 de outubro de 1983, sob a presidência da então deputada federal Júnia Marise de Azedo Coutinho, na sede da Secretaria de Governo e Coordenação Política. Àquela época, a pauta de reuniões do CEM–MG refletia uma realidade de dificuldades e obstáculos para as mulheres em vários campos, a exemplo da incorporação nas políticas de governo de reivindicações apresentadas pelas mais diversas associações de mulheres de Minas Gerais.

Havia grande preocupação em atender às mulheres, de acordo com suas necessidades e especificidades. Integrantes do CEM definiram como um dos focos de atenção da entidade identificar e buscar respostas para as demandas das detentas da Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto. Foi feita uma visita à penitenciária, onde mantiveram conversas com as presas e levantaram suas reivindicações. Entre os principais problemas apontados por elas, estava a violência de que as mulheres eram e continuam sendo vítimas. Foi designada uma Comissão para Estudo das necessidades das presas constituída por representantes das secretarias de Estado do Interior e Justiça, Secretaria da Segurança Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), Centro de Defesa da Mulher e as conselheiras Luzia Maria Ferreira Gonçalves, Letícia Borges Martins e Zélia Rogedo, conselheira *ad honorem*. Essa comissão encaminharia o resultado dos estudos aos órgãos competentes.

Houve por parte das dirigentes do CEM um grande esforço para tornar visível e presentificar na vida da sociedade as necessidades das mulheres rurais. Para isto, o CEM, em parceria com a Emater, concebeu um plano de ação conjunta e realizaram um Encontro Estadual da Mulher Rural, em 1984, durante o Encontro Regional da Mulher Rural, realizado no município de Cláudio (MG), com as presenças das conselheiras Luzia Maria, Letícia e Maria Aparecida Chaves. O encontro reuniu cerca de 500 mulheres e conseguiu o intento de ocupar espaço na mídia regional. O jornal Diário de Minas, em matéria de página inteira, assinada pela jornalista Rita Felicetti, aborda a condição precária e de muito trabalho pesado a mulher rural e a busca, via Emater, de orientações para a agricultura familiar, formas de produção agrícola mais eficazes. Hoje o CEM-MG retoma as ações junto às mulheres rurais tendo inclusive em sua composição uma representante das trabalhadoras rurais, Ana Maria Aparecida Pereira, vicepresidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg).

A conselheira Ana Maria Aparecida Pereira fala da dimensão que as mulheres rurais sempre tiveram nas propostas políticas do CEM-MG. Ela diz que os problemas vividos há 25 anos não são muito diferentes da atualidade. E, também, que as trabalhadoras rurais convivem com questões semelhantes às urbanas quando se trata de violência doméstica, por exemplo. Muitas vezes mais silenciada do que nos centros urbanos em função da dificuldade de acesso a delegacias de mulheres, de falta de conhecimento de seus direitos e pelo isolamento que muitas vivem nas pequenas propriedades rurais. Otimista, Ana Maria diz que a presença de uma representante da Fetaemg no CEM-MG traz um desafio ainda maior que é levar para a área rural o debate sobre gênero, a necessidade de mudança nas relações interpessoais e em comunidades, onde existe discriminação e desvalorização do papel da mulher. Mesmo diante da realidade de que muitas mantêm a casa, a criação dos filhos, o plantio e a colheita, sozinhas, uma vez que os companheiros ou maridos vão para os grandes centros à procura de melhores oportunidades, com a promessa de retornar para buscar a família quando estivessem estabelecidos, o que nem sempre acontece. Ana Maria observa que grande parte permanece e quer permanecer no campo, mas com vida digna e condições de trabalho e produção adequadas.

Preocupações do dia-a-dia

Com atuação em vários campos e situações, o CEM-MG, durante a gestão de Júnia Marise, denunciou a "situação calamitosa" em que se encontrava a população mais carente do Estado e a ineficácia da execução de programas para a alimentação de crianças carentes. Júnia Marise defendeu, na ocasião, a unificação das ações desenvolvidas pelo SERVAS, FEBEM, Secretaria de Estado do Trabalho, prefeituras municipalis e LBA. A proposta era criar uma comissão para acompanhar o programa de alimentação infantil. Para tanto, foram designadas Ana Coroaci, Maria Ilma, representantes das secretarias de Estado da Saúde e do Trabalho; as conselheiras Luzia Maria e Maria do Socorro (Jô Moraes), assessoradas pela Fundação João Pinheiro. Essas reuniões contavam com a presença do então secretário de Estado da Casa Civil, Carlos Cotta.

Mulheres em ação

Em 1985, a diretoria executiva do CEM-MG estabeleceu uma programação com atividades tanto internas quanto externas. O registro de parte dessa documentação, manuscrita a lápis, foi fornecida por Luzia Ferreira. O primeiro item era a execução do Projeto Pró-Memória da Mulher que tinha como objetivo resgatar a participação das mulheres na história de Minas. Para incentivar o levantamento histórico dessa participação, o CEM lançou, em 8 de março daquele ano, um concurso de monografias.

A organização de um banco de dados era o segundo item, com o objetivo de criar um sistema de apoio informativo e de documentação da mulher. As dirigentes entendiam que a criação do Centro de Orientação à Mulher também era um passo necessário. O objetivo era o atendimento, estudo, orientação e encaminhamento das demandas coletivas e/ou individuais da comunidade nas áreas jurídica, de saúde, de psicologia e de serviço social.

Em maio de 1985, além das atividades do Dia Internacional da Mulher, a proposta era o lançamento de uma campanha pró-creche e da atuação junto a empresas privadas para o cumprimento da legislação trabalhista que já previa a instalação de creches nas empresas com mais de 30 mulheres, com mais de 16 anos de trabalho formal. A legislação, de acordo com o documento manuscrito, vigorava há 45 anos, e não era cumprida por 5% das empresas.

A previsão para junho daquele ano, do I Encontro da Mulher Trabalhadora Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o propósito de discutir os problemas comuns às diversas categorias profissionais e buscar alternativas e formas de resolvê-los. O CEM toma para si a responsabilidade, nesse momento, de dar uma resposta às trabalhadoras em relação a questões que, na maioria das vezes, estavam na esfera dos governos federal, estadual e municipal.

As dirigentes apresentaram ao governo do Estado linhas de ação para a implantação de creches comunitárias, em comunidades carentes, para atender filhas e filhos de trabalhadoras que não tinham cobertura da legislação, a exemplo das empregadas domésticas. Na saúde a defesa, junto à secretaria de Estado, era pela implantação do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Essas propostas continuam na agenda dos movimentos e ainda são preocupações dos conselhos.

Pluralidade de idéias

A amplitude desses encontros e a pluralidade de forças políticas que as mulheres representavam dentro do PMDB permitiram, à época, o surgimento de várias correntes feministas com entendimentos diferenciados sobre qual a melhor forma para se organizarem, de que maneira iriam garantir a ocupação de espaços políticos e de decisão.

Jô Moraes relata que houve uma polarização entre duas propostas nesse encontro no Instituto Izabela Hendrix, que perpassou todo o processo de elaboração do CEM-MG. Se o movimento de mulheres se constituiria em uma estrutura centralizada, aos moldes do movimento sindical, ou se iniciariam uma nova etapa, abusando da experimentação de novos modelos. As diferenças nesse debate, diz Jô Moraes, se baseavam em questões programáticas e organizativas.

Havia a corrente que defendia a constituição de uma federação mineira de mulheres, remontando à lógica da federação feminina, que atuou na década de 1940. A visão era centralizada, de formação de uma estrutura única. O objetivo central era incorporar a luta das mulheres às lutas gerais do povo brasileiro. Com a ebulição internacional e nacional do feminismo e do ativismo das mulheres, outra corrente defendia a criação de uma organização que abordasse questões específicas do universo feminino. A luta pela igualdade não poderia eliminar as especificidades da condição feminina.

Em torno desse debate, grupos vão se identificando de acordo com as idéias propostas. Aquelas que consideravam que a luta específica da mulher estava umbilicalmente ligada à capacidade de produção. Surge como bandeira desse grupo o controle da reprodução, por meio do controle do próprio corpo e da implantação de uma política de natalidade rigorosa, que estimularam visões um tanto distorcidas e idéias radicais, a exemplo da opção das mulheres pela reprodução humana *in vitro* como método de libertação total da mulher da reprodução e de todas as obrigações daí decorrentes. Essa corrente denominada sexista subsidiou junto com outros grupos as interpretações quanto à chamada "guerra dos sexos". Não somente a reprodução, mas os espaços de diversão e lazer da mulher também deveriam ser exclusivos, a exemplo da instalação de bares e outros ambientes comerciais para a freqüência feminina, onde os homens não estariam convidados e nem seriam bem-vindos.

Jô Moraes relata que, à época, a corrente denominada "reformista burguesa" defendia com ênfase as conquistas de direitos formais das mulheres. Ou seja, pouco seria alterado nas relações de desigualdade, desde que garantidos alguns direitos sociais e políticos. Para contrapor a essas idéias, surgiu a corrente emancipacionista, sustentada pela União Brasileira de Mulheres (UBM), vinculada ao PC do B, que propunha a incorporação da mulher no processo político do País, mas a partir da sua condição de suas especificidades. "Este é o momento em que nós rompemos com a visão dogmática de que se fosse implantado o socialismo no Brasil, a questão da mulher estaria resolvida", o que não correspondia à realidade, observa Jô Moraes.

"Mas a mais difícil e dolorosa tarefa das mulheres, compreendida nesse processo de debate e exposição de idéias divergentes, é contra os atos e costumes de uma sociedade machista, uma cultura machista e patriarcal, que se mantém como herança cultural da sociedade capitalista". Em torno disso, surgiu uma visão plural programática e organizativa do movimento das mulheres. Era mais importante que as mulheres pudessem se organizar livremente e que houvesse uma articulação, para ganhar mais força política. Num primeiro momento, esse entendimento da amplitude do movimento e busca de espaços de poder trouxe, também, fragmentação de forças à medida que lideranças femininas indispensáveis assumiam papéis dentro da máquina estatal, retirando das ruas bons quadros, boas ativistas e enfraquecendo a organização das mulheres.

Essa conjuntura complexa e delicada da condição das mulheres e da sobrevivência de um movimento com força política produziu, após longas conversas,

a idéia de criação do CEM-MG. As mulheres organizadas assumiram como eixo de suas ações, naquele momento, a existência de políticas públicas para mulheres. A forma seria por meio de um Conselho, vinculado preferencialmente ao gabinete do governador, para que pudessem garantir espaços de interlocução e de interferência em polícias públicas. A criação do CEM-MG via decreto-lei foi uma decisão consensual de que correriam menos riscos de uma deformação ou morosidade na criação do Conselho, enviando uma proposta ao Legislativo. O modelo construído saiu das cabeças e corações das ativistas que arquitetaram uma minuta do decreto, que foi enviado ao governador e acatado na sua inteireza. O Conselho estaria vinculado não ao gabinete, mas à Secretaria de Estado da Casa Civil, por onde todas as decisões políticas do governo passavam. Foi um grande passo.

Mulheres mineiras retomam o caminho de Bárbara Heliodora

No processo de criação do Conselho, a comissão coordenadora formada por várias mulheres que integravam a direção executiva e atuavam como conselheiras, encaminharam um documento, em 21 de abril de 1983, intitulado "Libertas quae sera tamen". Nesse documento, a comissão afirma que "revivemos os ideais da Inconfidência e que as mulheres mineiras retomam o caminho de Bárbara Heliodora".

V. Excia., filho da terra desta mulher-símbolo, assume um governo que traz à tona as grandes reivindicações do nosso povo: justiça e liberdade.

Nós que comungamos com V. Excia, nesse antigo sentimento de brasilidade, imprimimos a esta data símbolo da nossa luta; segundo, fazendo da primeira mulher da Inconfidência a nossa Patrona. Nessa oportunidade, trazemos a V. Excia. a minuta do Decreto que institui o Programa Estadual dos Direitos da Mulher e cria o Conselho Estadual da Mulher, passo importante para concretizar os anseios de participação da Mulher Mineira no governo Democrático de Minas Gerais.

O encaminhamento formal foi efetuado por meio da Secretaria de Estado da Administração, que era dirigida pelo então secretário Luiz Otávio Mota Valadares. No encaminhamento, o secretário informa que a proposta de minuta do decreto e o programa tinham o objetivo de "promover medidas e atividades com vistas à defesa de seus direitos e à transformação de suas condições de vida, de modo a ensejar sua plena inserção e desenvolvimento na vida sócio-econômica, política e cultural".

O secretário ressalta no documento que não tinha a intenção de onerar o tesouro do Estado com a criação de unidades dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Governo e Coordenação Política, "mas apenas uma assessoria coordenadora do Programa de Defesa da Mulher." Ele argumenta que o Conselho Estadual da Mulher, órgão deliberativo da instituição, é "bastante representativo porque dele participarão pessoas que, por advirem das várias áreas comunitárias, delas trarão novas perspectivas e conhecimento que, certamente enriquecerão o programa".

Finalmente, "se expedido o Decreto, estará Vossa Excelência dotando o estado de uma Instituição pioneira e capaz de buscar sempre a valorização da mulher".

Em mais um ato de ousadia, as mulheres enviaram a minuta de um decreto ao governador, que instituía o Programa Estadual dos Direitos da Mulher, e criava o Conselho Estadual, com os seguintes objetivos:

- I Estabelecer uma política global, destinada a eliminar as discriminações que atingem as mulheres, definindo prioridades de atuação:
- II Desenvolver estudos e pesquisas relacionados com os problemas da mulher;
- III Apresentar e desenvolver projetos que promovam a mulher em todos os setores da atividade social;
- IV Compatibilizar planos, projetos e atividades relacionados com seus objetivos e em execução na esfera estadual;
- V Incentivar e apoiar realizações desenvolvidas por órgãos governamentais, ou não, e concernentes à mulher;
- VI Zelar pelo respeito e ampliação dos direitos da mulher, como trabalhadora e cidadã;
- VII Incentivar atividades de valorização da mulher, em nível municipal.

120

Há muito convencido de que a criação do CEM-MG era necessária, o governador Tancredo Neves, em 24 de agosto de 1983, acatou integralmente a minuta e assinou o decreto. Junto com o secretário da Casa Civil, Carlos Cotta, assinou a nomeação da Deputada Júnia Marise, da escritora Maria Aparecida Fraga da Silva Chaves, da assistente social Maria do Socorro Moraes, da médica Letícia Borges Martins e da professora Luzia Maria Pereira Gonçalves, como membros do Conselho Estadual da Mulher, para comporem sua Secretaria Executiva. Em outro documento, designa como integrantes do CEM-MG: a escritora Lúcia Machado de Almeida, a professora Ana

Coroaci dos Santos Torquato, Maria Ilma Ricardo, Maria Amélia Dornelles Dângelo, a professora Tereza Ursini Bernardino, jornalista Magrace Simão, a vereadora Raquel Braga Scarlatelli Pimenta e a socióloga Zélia Rogedo.

O Conselho em outros momentos esteve vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, agora à Secretaria de Desenvolvimento Social. Cada momento destes com suas particularidades. Embora a criação por decreto tenha afastado o debate com a sociedade, foi o caminho mais rápido e garantido de espaço de poder para as mulheres no governo de Minas.

Todas as precursoras e idealizadoras do CEM-MG falam de forma objetiva que a grande dificuldade pós-criação do Conselho foi garantir estrutura física, material, corpo funcional, para que o órgão pudesse funcionar e responder às demandas das mulheres. Tudo dependia, conta a vereadora Luzia Ferreira, que integrou a primeira executiva do Conselho, da boa vontade de secretários, funcionários ou quem mais tivesse proeminência dentro do governo. No início de 1983, o Departamento Feminino do PMDB em reunião preparou a formatação da minuta do decreto. Algumas mulheres foram indicadas para compor a executiva. A vereadora mantém entre seus guardados um pedaço de papel, escrito a lápis, em que computou os votos das candidatas aos cargos na executiva. As mais votadas foram nomeadas para a primeira diretoria executiva: a presidenta eleita, depois, foi a então deputada Júnia Marise.

Levando o CEM na cabeça e debaixo do braço

Como voluntárias de uma causa universal, conta Luzia Ferreira, cada integrante do Conselho, após a posse com pompas no Palácio da Liberdade, andava com parte do CEM-MG debaixo do braço. A falta de estrutura física e funcional obrigava cada uma das integrantes da diretoria executiva a desempenhar várias funções, além de fazer política, elaborar propostas de ações, mobilizar as mulheres em todo o Estado e ainda escrever atas, fazer o trabalho administrativo, contábil, de atendimento, de aconselhamento e orientação. Razão esta, conforme afirma, que levou o CEM-MG a ter poucos registros formais, em ata, por exemplo, nesse momento, das ações que empreendiam dentro da estrutura do Estado.

As pastas guardadas durante 25 anos pelas fundadoras do CEM começam a sair das gavetas, dos arquivos domésticos para contar a história

de cada uma, de uma época, de um organismo vivo que se mantém, com altos e baixos, mas direcionado a resguardar o direito humano das mulheres.

Tanto Luzia Ferreira como Letícia Martins Azeredo, que também integrou a primeira Diretoria Executiva do CEM-MG, contam que, após a posse no Palácio da Liberdade, que ocorreu apenas seis meses à do governador Tancredo, elas foram em comitiva assistir à posse das conselheiras do Estado de São Paulo, cujo Conselho havia sido criado pelo governador Franco Montoro, com o nome de Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo. Ambas contam, para esclarecer melhor a história, que o decreto do governador Montoro foi publicado primeiro, uma vez que a discussão sobre a criação de Conselhos também se dava entre as militantes e ativistas paulistas. Mas que as conselheiras em Minas foram empossadas antes.

Luzia Ferreira lembra com orgulho os momentos de embates e debates, de elaboração de idéias, de formação daquilo que viria a ser o CEM-MG. Não havia um referencial, qualquer experiência no País que as ajudasse. Não havia nada similar no Brasil. Segundo Luzia, "fazíamos reuniões do comitê feminino numa antiga casa, na esquina da Avenida Álvares Cabral com Rua Espírito Santo, elaborando atividades específicas para sensibilizar as mulheres a darem seu voto a Tancredo Neves. Foi o primeiro passo de uma época que simbolizava toda a esperança de democracia no Brasil. Foi um momento de extrema relevância para as lutas democráticas no País, para conquista das liberdades". As mulheres imbuídas dessa idéia e propósito, enfatiza, "contribuíram para a criação de uma consciência aguda do voto". Mas, também, apresentaram uma plataforma de lutas que era parte do compromisso de Tancredo Neves com o povo mineiro, em particular com as mulheres de Minas e do Brasil. O peso maior: governar com o devido respeito à cidadania das mulheres.

122

A responsabilidade maior: governar com o devido respeito à cidadania das mulheres. Um órgão que pudesse formular e coordenar a implantação de políticas públicas específicas na área da saúde, da educação, do trabalho, entre outros setores. O importante era destacar o combate diário, nos pequenos gestos e nas grandes questões da discriminação da mulher. "Nós não ficamos de braços cruzados, o movimento de mulheres que vinha em ascensão desde final da década de 70, procuramos nos organizar, para formatar a proposta do Conselho, e garantir que saísse efetivamente do papel", relembra Luzia Ferreira.

A precariedade na documentação do CEM reflete uma realidade vivida pelas mulheres. "Conquistamos um espaço importante de decisão, mas ainda teríamos que tornar este espaço visível, importante para a sociedade. Cada uma das militantes e a primeira dirigente, a então deputada Júnia Marise, carregavam, praticamente o CEM dentro da bolsa ou debaixo do braço. Numa corrida constante a secretaria e presidências de organizações para concretizar os planos e atingir metas. A participação da deputada foi fundamental. Ela tinha peso político, influência e acesso ao centro de poder".

A situação começa a melhorar quando o governador, com apoio do então secretário da casa Civil, Carlos Cotta, começa a liberar servidoras públicas, principalmente da área da educação para trabalhar no CEM-MG. Não foram muitas. Mas dentre elas estavam Marlene Rocha e Bebela, entre outras, que tinham certeza de que este era o caminho correto. No início de 1984, o governo alugou uma sede na Praça Carlos Chagas (Praça da Assembléia), número 49, Bairro Santo Agostinho. Do limbo para o paraíso. Lá, advogadas prestaram assistência jurídica voluntária, um embrião para o Centro Risoleta Neves, encaminhavam mulheres vítimas de violência, organizavam as artesãs e as mulheres de ruas. "Na verdade, diz Letícia Martins, nada foi fácil". "Não tínhamos verba. Um cartaz para ser feito tínhamos que sair pedindo. A gente vivia com o 'pires na mão', mas aos trancos e barrancos conseguimos. Nós éramos muito pidonas. Sentávamos nos gabinetes e ninguém saía enquanto não tivéssemos uma resposta positiva. A Júnia Marise, também, quando queria alguma coisa, não sossegava enquanto não conseguia. Como deputada ela tinha força política".

O início só foi possível e o CEM-MG só está fazendo 25 anos porque a primeira gestão teve esse desprendimento, a garra de lutar por ele em todos os momentos, para que ele se firmasse, tivesse visibilidade, para que o próximo governador não tivesse motivos para extingui-lo. Nós cumprimos esse papel. Não era só em Minas, no País inteiro. Foi a primeira vez que o Estado reconheceu que tinha que fazer uma política afirmativa que pudesse garantir a cidadania das mulheres, concordam Luzia Ferreira e Letícia Martins.

Letícia Martins diz que a idéia original do CEM deve permanecer, não apenas inserir a mulher na vida política e social, mas nortear, de maneira permanente, as ações do governo em relação à mulher. Com experiência em outros governos, Letícia Martins, que foi chefe de gabinete da Casa Civil no governo Eduardo Azeredo (1998), observa que houve uma desestruturação do Conselho, porque não havia um grupo de mulheres realmente interessado em assegurar o mesmo ritmo que havia implementado, quando da criação e nem havia uma ação efetiva com apoio do governo. Ela observa, sem pudor, que, mesmo sendo integrante do PSDB e reconhecendo o grupo de valorosas mulheres no partido, não houve em Minas um movimento feminino dentro de um partido político, a exemplo do Departamento Feminino do PMDB.

Marlene de Abreu Rocha, segunda presidenta do CEM-MG, observa que após a criação do Conselho tiveram que fazer praticamente tudo. "Trabalhamos na base do ensaio e do erro. As ações desenvolvidas eram com base na experiência de cada uma das componentes". Ela observa, assim como Letícia Martins, que o CEM-MG foi uma graciosidade do governador Tancredo Neves, que pouco tempo depois surpreendeu o governo devido à persistência das dirigentes e à insistência em favor da elaboração de políticas públicas para mulheres que interligassem todas as secretarias.

Integrante do CNDM, a ex-deputada e membro do Fórum de Mulheres Empreendedoras do Mercosul, Maria Elvira Salles Ferreira, diz do avanço que significou a criação do CEM-MG e da necessidade de que os governos dêem a devida assistência ao órgão. "Coisa de mulher", diz, "não é de interesse somente das mulheres, mas da sociedade, do governo, e deve ser traduzida em políticas sociais". Para a ex-deputada, mesmo com todos os avanços, alguns problemas enfrentados pelas mulheres, há 25 anos, continuam a atingir grande parte da população feminina, senão sua totalidade. Ela cita a violência que ainda faz vítimas e desestrutura famílias, a necessária implementação do Programa de Apoio Integral à Saúde da Mulher (PAISM), a justa igualdade com o homem no mercado de trabalho. "O CEM poderia ter tido um olhar maior do governo para que tivéssemos uma Secretaria da Mulher, fazendo gestões junto a todas as demais secretarias. Vejo que o CEM está muito bem. Se muito mais não foi realizado, foi por falta de vontade política dos governos".

Não foi fácil. Não é fácil.

Maria Izabel Ramos Siqueira, a Bebela, como todas a tratam de forma carinhosa, nascida e criada em Diamantina, uma cidade histórica mineira, musical, conservadora e com uma paisagem inigualável, escorrendo ladeira abaixo, nas montanhas que marcam a entrada do Vale do Jequitinhonha, conta como se descobriu feminista. Integrante do CEM-MG, ex-presidenta do Movimento Popular da Mulher (MPM),

atual coordenadora da União Brasileira de Mulheres (UBM), Bebela, aos 17 anos, entrou na única agência do Banco do Brasil, na cidade, para inscrever-se para um concurso promovido pelo banco. Na fila, devidamente documentada, aguardava sua vez, quando observou a aproximação do gerente, homem respeitado na cidade e bastante educado. Um tanto constrangido, parecia, ele se aproximou e disse em tom baixo que ela deveria sair da fila, porque não era permitida a participação de mulheres naquele concurso. As vagas eram reservadas aos homens. Pega de surpresa, a jovem começou a prestar atenção que era a única mulher na fila. Chegou a questionar, mas ainda não tinha argumentos suficientes. Voltou para casa, entrou para o quarto e chorou muito, horas a fio... "Foi aí que se deu a minha descoberta de como é difícil ser mulher numa sociedade marcadamente machista". As leituras e a busca de informação passaram a ajudá-la a compreender cada vez mais a condição da mulher e buscar formas para alterar as estruturas arcaicas de discriminação. "Meu grande referencial foi minha mãe, Dona Dulce Baracho Ramos, professora de geografia, uma mulher além de seu tempo, que nos nutria com seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, nos preparava para a chegada um dia de príncipes encantados". Era um período de profundas mudanças, em que a antiga cultura patriarcal da obediência e servidão se defrontava com novos chamados para um novo mundo a ser construído.

Professora formada, mudou-se para Divinópolis, onde os ventos da rebeldia das mulheres de outras partes do mundo ali chegaram. Lá na região oeste de Minas, participou da criação do Centro de Defesa da Mulher, que reunia cerca de 150 mulheres da cidade em defesa de creches, educação para os filhos, entre outras bandeiras. Um jornal mensal, *Palavra de Mulher*, circulou durante mais de dois anos, para arrepio das alas conservadoras. De lá para cá foi um pulo. Como representante regional do movimento de mulheres na região Oeste, Bebela aportou no Instituto Izabela Hendrix, para participar do I Encontro da Mulher Mineira, em 1982, com a presença de Tancredo Neves. Aí, tudo começou a tomar novas formas e conteúdos.

Vinte e cinco anos depois da criação do CEM, relata Bebela, considerada uma das mais atuantes militantes do movimento de mulheres e de sustentação do CEM, que tudo que fizeram pode "parecer fácil, mas não foi". A criação do Conselho, diz ela, poderia ter sido uma negociação simples, numa sociedade democrática, um acontecimento corriqueiro, mas não foi. "Lembrar os passos, as difíceis negociações, as articulações de toda

ordem com autoridades governamentais, lideranças que não eram feministas, com o movimento organizado de mulheres, o apoio de homens lúcidos e sensíveis..." é recontar a história que envolveu tantas pessoas e tão grandes esforços, afirma.

"No Brasil, nós, feministas, nos sentimos mais encorajadas, fortalecidas e decididas a concretizar medidas que atendessem às nossas antigas bandeiras de luta: creches para nossos filhos, direito ao trabalho, legalização do aborto. As condições políticas na década de 1980 provocaram a sociedade a se organizar. As mulheres responderam em massa a essa necessidade de organização, participando ativamente na campanha eleitoral de Tancredo neves, cheias de expectativas pela mudança, por maior democracia, por um governo onde se sentissem incluídas. Inúmeros foram os movimentos autônomos, congressos, encontros que marcaram essa década, com a mulher, de forma massiva, participando organizadamente, não só na luta por suas reivindicações específicas, como na exigência e construção de uma sociedade mais justa.

Dentro do PMDB, a criação do Departamento Feminino encorajou outras forças a apoiar mais organizadamente as reivindicações das mulheres. O Movimento Feminino pela Anistia teve aqui em Minas uma grande repercussão, tenso sido uma excelente oportunidade de se articular diferentes correntes, de feministas numa mesma causa. Num grande encontro de Mulheres, em 2000, no Instituto Izabela Hendrix, entregamos ao então candidato ao governo de Minas, Tacredo Neves, uma pauta de reivindicações das mulheres, contendo como principal item a proposta de criação de um órgão que se responsabilizasse por uma política de apoio às mulheres, na estrutura do estado.

Dentre algumas, infelizmente não eram muitas, quatro mulheres foram fundamentais nesse primeiro momento: a então deputada Júnia Marise, Jô Moraes, Luzia Ferreira e Letícia Martins Azeredo, que vieram, juntamente com Cida Chaves, compor a primeira Diretoria Executiva do CEM. Outros apoios foram importantes como o de Tereza Bernardino e o deputado Genésio Bernardino, Mamélia Dornelles, o deputado estadual Carlos Cotta, então secretário de Estado da Casa Civil.

As dificuldades para a implantação do CEM-MG foram de várias ordens, como: falta de funcionários remunerados, de infra-estrutura, mobiliário, telefones e todo o material necessário para funcionar um órgão de Estado. Entretanto, um grande feito foi conseguido, principalmente no aspecto político com a construção, a mais ampla e democrática possível, de

uma equipe diversificada, contemplando partidos políticos, os diferentes movimentos de mulheres e categorias mais representativas que congregavam mulheres professoras, empregadas domésticas, lidernacas comunitárias.

O conceito era harmonizar forças diversas que orientou, por um bom tempo, a composição das futuras direções do CEM, e que estabeleceu uma marca das mulheres com uma condução democrática à frente de órgãos públicos. Com dificuldades de toda ordem, sem sede, funcionários e recursos materias e orçamentário, o CEM viveu um bom tempo do esforço coletivo de sua direitoria executiva e de feministas que foram convocadas a compor o quadro de funcionárias técnicas. Lembro-me da articulação difícil que Júnia Marise enfrentou junto com Jô Moraes e Luzia Ferreira, "mitigando" daqui e dali o apoio e a solidariedade de políticos e autoridades para a causa política ade implementaçãodo CEM. Naquela época, a idéia de um órgão público para tratar das questões das mulheres era uma concepção nova, mesmo para as feministas, o que concorreu para demorar no amadurecimento e na definição de uma política pública de apoio à mulher.

Dentre as principais dificuldades que o CEM enfrentou durante todo esse tempo, creio que foi a falta de um corpo técnico e a ausência de dotação orçamentária para o desenvolvimento das políticas estabelecidas, que fizeram com que o CEM fosse pouco divulgado e suas ações ficassem sem o impacto social esperado. Mesmo assim, tivemos momentos emblemáticos que repercutiram em toda Minas Gerais, trazendo para o conjunto da sociedade mineira a visibilidade da discriminação da mulher e propugnando o reconhecimento público da necessidade do Estado assumir o compromisso com as políticas públicas de apoio à mulher. Cita como exemplo, em 1985, a articulação encampada pelo Conselho pela criação das Delegacias Especiais para Mulheres. O Encontro da Mulher, com a particiapação de 300 mulheres, em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e Emater. O Encontro Estadual da Trabalhadora Doméstica, em parceria com o sindicato dos trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte; a campanha estadual sobre a violência contra a mulher que ganhou espaço na mídia; atividades em parceria com movimentos feminitas, OAB/ Mulher, sindicatos, universidades, escolas sobre o tema mulher e Constituinte. Implantação de cursos, em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sobre direitos básicos das mulheres trabalhadoras, a capacitação de cuidadores de idosos, de babás. Em parceria com o Movimento Popular da Mulher (MPM), houve uma campanha pelo voto consciente que politizou e criou condições para a organização e arregimentação

das mulheres no processo eleitoral. Bebela destaca a implantação do serviço de conciliação e arbitragem em parceria com a Associação Brasileira da Mulher de Carreira Jurídica (ABMCJ) como uma ação essencial na vida de muitas mulhres que não tinham onde buscar seus direitos e orientação. Além disso, a implantação do serviço de terapia de grupo e individual na orientação e contribuição para que as mulheres pudessem bucar qualidade de vida.

Na década de 1990, outras personalidades e lideranças mineiras se destacaram no apoio e solidariedade ao CEM, contribuindo para criar condições para a própria sobrevivência do CEM, como a empresária e depois deputada federal, Maria Elvira Salles Ferreira. Creio que por injunções políticas mais complexas e também por um esmaecimento do movimento feminista, o CEM viveu duras dificuldades e chego a afirmar que houve um tempo em que era o "exercício da resistência", expressão usual dentro do Conselho, que nos impelia a continuar segurando a bandeira da defesa do CEM. O CEM vem, ao longo desses 25 anos, cumprindo não só um decisivo papel para visibilidade e a superação da opressão da mulher na sociedade, como também no fortalecimento e defesa de políticas de emancipação da mulher", conclui Bebela.

2. Síntese das gestões, o momento histórico e organização interna do Conselho

Constância Lima Duarte

Presidenta Júnia Marise Azeredo Coutinho

Período: 24/08/1983 a 31/12/1985

A primeira Presidenta tomou posse na solenidade oficial da criação do Conselho, através do Decreto n. 22.972, de 24 de agosto de 1983, assinado pelo Governador de Estado Tancredo de Almeida Neves.

Endereço:

Praça Carlos Chagas, nº. 49, 10° andar, em sala cedida pela Secretaria de Governo e Coordenação Política.

Secretaria Executiva:

Júnia Marise Azeredo Coutinho – Deputada Letícia Borges Martins – Médica Luzia Maria Ferreira Gonçalves – Professora Maria Aparecida Fraga da Silva Chaves (Cida Chaves) – Escritora Maria do Socorro Morais – Assistente Social

129

Na ausência da Presidenta, as conselheiras Luzia Maria Ferreira Gonçalves e Marlene Oliveira de Abreu Rocha também exerceram interinamente a Presidência, em algumas ocasiões.

Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:

Ana Coroacy dos Santos Torquato - Professora

Conselho Estadual da Mulher

Lúcia Machado de Almeida – Escritora

Magrace Simão - Jornalista

Maria Amélia Dornelles Dangelo – Atriz e Diretora de Teatro

Maria Ilma Ricardo - Presidente da Associação de Empregadas Domésticas

Maria Zélia Rogedo - "ad honorem" - Socióloga

Raquel Braga Scarlatelli Pimenta – "ad honorem" – Vereadora

Tereza Ursini Bernardino – Professora

Conselheiras Representantes de Órgãos do Estado:

Heloísa Dias Machado – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Izabel Cristina Chiodi de Freitas - não identificado

Maria Izabel Ramos de Siqueira – em substituição a Marlene de Abreu Rocha

Marlene Oliveira de Abreu Rocha - Secretaria de Estado da Educação

Merle Gleice Melo Campolina Pontes – não identificado

Nair Cobério Terena – SERVAS

Priscila Euler Freire de Carvalho – Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura

Terezinha Guimarães Correa - Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social

Yeda Ferreira - Diretora Executiva em substituição a Cida Chaves

Resumo das principais ações:

À primeira gestão coube a tarefa de organizar a casa, elaborar o Regimento Interno, estabelecer as primeiras iniciativas, dentre tantas que se faziam urgentes. A articulação com a SEPLAN teve como resultado imediato, no plano de Governo, a incorporação das reivindicações femininas de diferentes associações de mulheres. E diversas comissões foram constituídas, cada qual com uma função específica: visitar detentas da Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto, para conhecer suas reais necessidades; debater a violência contra as mulheres; colaborar no programa governamental de alimentação infantil; cuidar dos problemas das creches. Desde o início, o Conselho defendeu a necessidade de unificar os trabalhos que SERVAS, FEBEM, Secretaria do Trabalho, Prefeitura Municipal e LBA realizavam, separadamente, em prol da infância. Destaca-se, ainda, dentre as primeiras iniciativas, o encaminhamento de um documento ao Governo

do Estado com a assinatura de diferentes grupos feministas, solicitando a criação da Delegacia das Mulheres.

E, dentre os eventos promovidos, destacam-se:

- o Encontro Regional da Mulher Rural, realizado em Cláudio/MG,
 em 1983, que resultou na proposta para a elaboração de um programa de acão conjunta entre o CEM e a EMATER;
- o I Encontro Nacional da Mulher "A mulher e a crise", em 1983, com apoio do Diretório Nacional do PMDB e do PMDB Mulher, que contou com a presença de conhecidas advogadas, feministas e deputadas, como Silvia Pimentel, Florisa Verucci Fonseca, Ecléa Fernandes, Terezinha Prado, Cristina Tavares, Hildete Pereira de Melo, Jacqueline Pitangui, Ruth Escobar, Fany Tabak, Mirtes Beviláqua, Inês Teixeira Gomes e Eva Blay;
- o I Encontro Mineiro da Mulher Rural, em Belo Horizonte, em outubro de 1984, com apoio da EMATER-MG e da Secretaria de Estado da Agricultura. No Relatório de Avaliação do evento, foram destaques a participação entusiasmada das mulheres nas discussões; a presença de autoridades responsáveis pelas políticas sociais do governo ou ligadas ao meio rural; o debate em torno do texto "Considerações preliminares sobre a mulher rural"; e a proposta de se realizar um seminário sobre política municipal e a mulher, visando à interiorização do Conselho;
- o I Seminário Mulher e Saúde, em maio de 1986, na Faculdade de Medicina da UFMG, para debater o Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher do Ministério da Saúde do Governo Federal, e dar oportunidade às mulheres de discutir o planejamento familiar e o controle da natalidade;
- participação no Seminário "Direito à Maternidade e ao Aborto: reflexões e alternativas", nos dias 31/5, 1 e 2/06, em Belo Horizonte, promovido pelo Hospital Mater Dei e a Associação Assistencial e Educacional à Grávida, com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- o CEM participou de um programa na Rádio Guarani Rural, oferecido pela EMATER; promoveu, por ocasião do Dia Internacional da Mulher 8 de março de 1984 a Exposição Arte Mulher Minas, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, com a presença de quarenta artistas mineiras, de diferentes cidades do Estado; e ainda publicou o folheto "Direitos da Mulher Trabalhadora", sobre as leis que protegiam as mulheres trabalhadoras.

Em 1984, o CEM foi signatário do documento que conclamava a população mineira para o Grande Encontro Democrático, Trabalhista e Popular de apoio a Tancredo Neves, como candidato único das oposições, e ainda exigia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, mudanças na política econômica e social, defesa da Soberania Nacional e

amplas liberdades políticas e sindicais. Em 31 de outubro de 1985, O CEM se faz presente na cerimônia de posse do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, a convite do Governador do Estado, André Franco Montoro.

Presidenta Marlene Oliveira Abreu Rocha

Gestão: 01/01/1986 a 12/05/1987

Endereço:

Praça Carlos Chagas, 49 – 10° andar, Belo Horizonte, MG.

Diretoria Executiva:

Marlene Oliveira Abreu Rocha Angélica Lourdes Coutinho Maria de Lourdes Prata Pace Sandra Maria Lima Gomes Tânia Maria Machado Victoria Marum Duarte

Conselheiras Executivas:

Letícia Borges Martins Luzia Maria Ferreira Gonçalves Maria do Socorro (Jô Moraes) Yeda Ferreira

Conselheiras:

Ana Coroaci dos Santos Torquato Heloísa Dias Machado Isabel Cristina Chiodi de Freitas Magrace Simão Maria Amélia Dornelles Dangelo Maria Ilma Ricardo Maria Izabel Bebela Ramos de Siqueira

Maria Zélia Rogedo Merle Gleice Mello Campolina Pontes Nair Cobério Terena Priscila Euler Freire de Carvalho Raquel Braga Scarlatelli Tereza Ursini Bernardino Terezinha Guimarães Correa

Resumo das principais ações:

As atas de reuniões do Conselho registram, no início da gestão, um profícuo debate sobre o espaço político do CEM enquanto órgão do governo e a forma mais democrática de conduzi-lo. As conselheiras concluem que Conselhos devem ser criados por Projeto de Lei, ter estrutura institucional independente, quadro próprio de funcionários e independência financeira.

Dentre as realizações do período, estão:

- participação no Encontro Nacional sobre Políticas de Atendimento à Criança de 0 a 6 anos, realizado pela Comissão de Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em fevereiro de 1986, em Brasília, que resultou na publicação do documento "Criança: compromisso social", que contém os pronunciamentos das autoridades, assim como o debate resumido das mesas-redondas com pesquisadoras, representantes de Conselhos Estaduais da Condição Feminina e representante da FIESP. A Presidenta do CEM divulgou as dificuldades para realizar um levantamento junto aos órgãos oficiais sobre o atendimento à criança de 0 a 6 anos, a precariedade das creches em MG, e aproveitou para mais uma vez defender a unificação dos órgãos que tratam dessa faixa etária;
- participação no Debate sobre Mulher e a Maternidade, Aborto e Violência, em março de 1986, com o apoio da Superintendência de Museus da Secretaria de Cultura, que teve ampla repercussão na mídia e a presença de grupos feministas, de deputadas e vereadoras;
- participação no I Encontro Nacional das Primeiras Damas das capitais, em março de 1986, promovido pela Associação Municipal de Assistência Social, presidida por Myriam Ferrara. Além de Risoleta Neves e Marly Sarney, o evento contou com a presença de esposas de políticos, deputadas e vereadoras de todo o país. Ao final, um documento "Carta de Belo Horizonte" foi encaminhado ao Presidente José Sarney e ao Congresso Nacional, com as seguintes reivindicações: necessidade urgente da reforma tributária, mobilização da mulher brasileira pela Constituinte,

criação de organismos municipais de defesa da condição da mulher e de conselhos municipais de defesa do menor;

- participação no III Encontro Regional A Mulher na Constituinte, ocorrido em maio de 1986, na cidade de Uberaba (MG). Dentre importantes nomes do feminismo nacional como Jacqueline Pitanguy, do CNDM, Alda Marco Antônio, da Secretaria do Trabalho de SP, Rose Marie Muraro, Benedita da Silva e Lélia Gonzalez, representantes da Mulher Negra no CNDM, o Conselho esteve presente através das conselheiras Nair Guedes, Luzia Ferreira e Maria do Socorro Jô Moraes. A pertinência do tema provocou grande afluxo de mulheres na platéia e debates calorosos durante todo o evento;
- promoção do I Seminário Mulher e Saúde, com apoio da Organização Pan-Americana de Saúde, do Ministério da Saúde e do SENAC, em junho de 1986, para discutir questões polêmicas, como a assistência institucional à saúde da mulher, a sexualidade feminina, o planejamento familiar. Foram palestrantes: Carmen Barroso, consultora da Fundação Carlos Chagas e membro do Conselho da Condição Feminina SP; Maria José Lima, INAMPS-RJ; Ana Maria Costa, coordenadora do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher; Regina Andrés Caran, representante do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher; Maria do Socorro Jô Morais, Presidente do Movimento Popular da Mulher e membro do Conselho Estadual da Mulher/MG;
- realização do II Encontro da Mulher Rural, em setembro de 1986, com apoio da EMATER, para discutir os problemas da mulher do campo, seu direito à alfabetização, à habitação, à Previdência Social, e também de integrar cooperativas. Para aproveitar a presença de tantas mulheres do meio rural, realizou-se em seguida o Encontro Estadual pelos Direitos da Mulher na Constituinte.

Finalmente, é criado o Concurso de Monografia sobre a Participação da Mulher na História de Minas, dentro do Projeto Pró-Memória da Mulher, com grande repercussão na mídia. O trabalho vencedor – "Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 30", da historiadora Milene Antonieta Coutinho Mauricio – foi publicado pela Secretaria de Estado da Cultura e Imprensa Oficial, ainda em 1986.

Apesar de tão importantes iniciativas, encontra-se também nas atas do CEM o registro das dificuldades que o grupo enfrentava – como o não reconhecimento por parte de setores do governo, a falta de um quadro próprio e de autonomia orçamentária –, bem como a falta de quórum que impediu a realização de algumas reuniões.

Presidenta Sandra Maria Lima Gomes

Período: 13/05/1987 a 24/10/1989

Endereços:

Praça Carlos Chagas, 49, 10° andar;

Rua Ouro Preto, 294, em espaço cedido pelo CGT.

Secretaria Executiva:

Sandra Maria Lima Gomes – Designada em 13 de maio de 1987, solicita dispensa do cargo em 24/10/1991.

Angélica Lourdes de Mattos Coutinho

Marlene Oliveira de Abreu Rocha

Maria de Lourdes Prata Pace

Tânia Maria Machado Silva

Conselheiras:

Alenir Correia
Ana Coroaci dos Santos Torquato
Maria Ilma Ricardo
Marta Maria Bernardi Capistrano Diniz
Mônica Lima Abras e Silva
Silvana Mansur Wendling
Silvia Mary Mileo da Silva
Yeda Ferreira

Em 18 de maio de 1989, foram indicadas para membros do Conselho Pleno: Antonina Martins Carvalho, Célia Catarina Patrocínio de Oliveira, Iane Iansen, Leda Botelho Martins Casassanta, Maria Auxiliadora Harmendani Freitas Castro, Maria de Fátima Oliveira Carvalho.

Resumo das principais ações:

Uma nova dinâmica operacional tem início, por meio de criação dos quatro grupos de trabalho, intitulados:

Coordenação Divulgação e Imprensa, sob a responsabilidade de Sandra Lima

Coordenação Pró-Criança e Educação, com Angélica Coutinho Coordenação Saúde e Violência, com Maria de Lourdes Pace Projeto Mãos de Minas e Trabalho, com Tânia Machado.

Cada grupo, aglutinadores dos projetos de ação do Conselho naquele momento, imprimiu uma nova dinâmica ao CEM, ao realizar eventos específicos e promover sistematicamente a divulgação do trabalho que realizavam. Enquanto uma Coordenadoria propõe a criação de cursos profissionalizantes visando à formação de mão-de-obra feminina, outra publicava o folheto "Os Direitos da Mulher na Constituinte", com a Proposta das Mulheres para a Constituição; outra criava o Centro de Orientação da Mulher para acolher as denúncias das mulheres e encaminhá-las ao setor competente; e outra ainda prestava assessoria à implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM, do Ministério da Saúde. Enquanto isso, o grupo responsável pelo Projeto Mãos de Minas promovia cursos de artesanato, realizava amplo registro dos artesãos mineiros e buscava operacionalizar o funcionamento do show-room, antigo desejo da categoria. E um outro empreendia esforços para incentivar a criação de regionais representativas do Conselho no Interior do Estado, visando ampliar seu espaço de ação enquanto órgão institucional encarregado de elaborar uma política de assuntos relativos à mulher. Com certeza, foi bem diversa a atuação do Conselho no período, mas dois grandes temas estiveram em evidência por mais tempo: criação de creche e combate à violência.

Coerente com a idéia de unificar a política de atendimento a crianças, o CEM, através da Coordenação Pró-Criança, parecia incansável na realização de reuniões com representantes de entidades para discutir um programa de creches, a situação dos profissionais que aí trabalhavam, e a criação de creches empresariais. O documento intitulado "Proposta para uma Política de Atendimento à Crianca de 0 a 6 anos em Minas Gerais" representou a consolidação desse trabalho, bem como o amadurecimento das reflexões em torno da questão, por diversos setores. Foram signatárias do documento Angélica Lourdes de Matos Coutinho, Diretora do Projeto Pró-Criança do CEM; Alenyr Corrêa, do Movimento de Lutas Pró-Creches; Azizi Nacur Bernardes, do Conselho Estadual da Mulher; Grazia Massetani, do SERVAS; Lúcia Assimos, da Apromiv; Maria das Graças Souza, da Associação do Pré-Escolar Comunitário; Maria Luzia Soares Carvalho de Castro, da Secretaria Especial de Ação Comunitária; Mônica Mansur Bahia, da LBA; Olga Maria Abreu Mendonça Bouchardet, da LBA; Rosália Canabrava, do Ministério do Trabalho; e Selma Pessoa Vieira, da

Secretaria de Trabalho e Ação Social. Na ocasião, foi ainda amplamente distribuída uma Cartilha contendo os passos para se criar uma creche comunitária ou empresarial.

Já a questão da violência se impôs como prioridade desde o início desta gestão. A possibilidade de extinção da Delegacia de Mulheres – criada legalmente em janeiro de 1987, mas funcionando desde novembro de 1985 –, vislumbrada nas entrelinhas da Resolução de número 5.612 da Secretaria de Segurança Pública, reacendeu o debate e pôs a militância em estado de alerta. Além de defender a manutenção de uma delegacia especializada, Sandra Lima e Lourdes Pace, principalmente, defenderam a ampliação do número dessas delegacias, justificando sua necessidade com impressionantes números de queixas de lesão corporal, espancamentos, ameaças de morte e estupro.

Por iniciativa da Subsecretária do Trabalho, Raquel Scarlatelli, teve início a elaboração do Projeto de Atendimento Multidisciplinar às Mulheres Vítimas de Violência, famílias e homens violentos, para atender a família vitimizada e também o agressor. Assinavam o projeto Judith Viegas, Ilma Inês Alves, e diversas instituições como a Faculdade de Direito da UFMG, a Associação Nacional de Advogadas, a Federação Internacional de Advogadas, o Departamento Feminino do OAB/MG; Musa – Mulher e Saúde; a Associação de Prevenção ao Câncer da Mulher; A Caixa de Assistência do Advogado Mineiro; Prefeitura de Contagem; Governo de Minas (Setas); a Associação de Proteção à Mulher, Criança e Adolescente em situação de Risco; a PMMG (Anjos do Lar); a Polícia Civil (Delegacia recém criada de Mulheres); e Juízes de Família e de Crimes.

Para completar, o Dia Latino-Americano de Combate à Violência contra a Mulher – 25 de novembro – foi comemorado com uma mesaredonda, organizada pelo Centro de Orientação à Mulher, que lidava diariamente com denúncias de agressões físicas e psicológicas. Participaram da mesa-redonda a Delegada de Crimes contra a Mulher, Elaine Matozinhos, e a psicóloga Raquel Corrêa Ferreira. O Conselho veiculou ainda, nesse mesmo dia, nas rádios Inconfidência e Capital, a seguinte mensagem:

O Conselho Estadual da Mulher repudia todas as múltiplas e variadas manifestações de agressão contra a mulher. A violência é a manifestação mais trágica da discriminação contra a mulher. Todo dia e toda hora, um crime que a lei prevê, e conseqüentemente pune, é cometido contra a mulher. Você talvez já tenha sido vítima ou testemunha de algum deles... denuncie. O combate às agressões físicas, sexuais e psicológicas que atingem a dignidade do corpo, dos sentimentos e da imagem da mulher é

dever de todos. Hoje, Dia Latino-Americano de Combate à Mulher, diga não à violência e faça do seu dia-a-dia uma luta na defesa dos seus direitos como cidadã brasileira.

O CEM apoiou ainda a Associação das Empregadas Domésticas, sob a presidência de Maria Ilma Ricardo, na realização de três eventos: o I Encontro das Empregadas Domésticas, ocorrido em novembro de 1986, que discutiu assuntos de interesse da classe, principalmente sua profissionalização; o II Encontro, que ocorreu em outubro de 1987, com a mesma temática; e o III Encontro Estadual da Empregada Doméstica, em novembro de 1988, que, além de conscientizar a classe para a profissionalização, promoveu o debate dos direitos das domésticas na nova Constituição.

Nesta ocasião, o Projeto Mãos de Minas recebia da Legião Brasileira de Assistência – LBA – um repasse de verba na ordem de 50 milhões de cruzados a serem aplicados em microunidades de produção de artesãos do projeto, na maioria mulheres. Segundo a coordenadora Tânia Machado, o dinheiro foi utilizado na compra de maquinário e matéria-prima para confecção de artesanato.

Durante esse período, membros do Conselho participam ao mesmo tempo da Federação Mineira de Mulheres, o que possibilita importantes ações em conjunto e a articulação de uma parceria profícua em muitos sentidos. No Congresso de Fundação da Confederação das Mulheres do Brasil, por exemplo, ocorrido no Palácio de Convenções Anhembi, em SP, em julho de 1988, uma comissão composta por Sandra Lima (que na época acumulava a Presidência da Federação Mineira de Mulheres e do Conselho Estadual da Mulher), a Deputada Maria Elvira (Vice-Presidenta da FMM), Raquel Scarlatelli (Secretária-Adjunta do Trabalho e Diretora da FMM), Marly Moisés (Vice-Presidenta da FMM), Angélica Coutinho e Lourdes Pace (Diretoras Executivas do Conselho Estadual da Mulher), participou ativamente do debate em torno de temas como a igualdade de direitos, o mercado de trabalho, a saúde, a habitação, a terceira idade, os meios de comunicação, a sexualidade, a violência contra a mulher, a maternidade como função social, e a mulher e o meio ambiente.

No dia 20 de abril de 1988, escolhido como "Dia Nacional de Luta pela Manutenção da Emenda da Licença-Maternidade de 120 dias, e de 8 dias para os pais", que seria votada no segundo Turno da Constituinte, o CEM e a FMM assinaram um manifesto a ser enviado a deputados, senadores, presidentes do Senado, da Câmara e da Assembléia Constituinte, no sentido de sensibilizá-los a favor da emenda.

Presidenta Maria de Lourdes Prata Pace

Foi quem mais tempo esteve à frente do Conselho Estadual da Mulher, ao todo 15 anos. Antes das indicações oficiais, ocupou interinamente a presidência para completar a gestão de Sandra Lima, que havia se afastado por motivos de saúde.

Interinidade: 1989 Gestão: 1990 a 1993 Gestão: 1994 a 1997 Gestão: 1998 a 2001 Gestão: 2002 a 2003

Interinidade: 1989

Endereços:

Praça Carlos Chagas, 49 – 10° andar, Bairro Santo Agostinho. Rua Gonçalves Dias, 2019 – Bairro de Lourdes.

Diretoria Executiva:

Maria de Lourdes Prata Pace Angélica Lourdes de Matos Coutinho Marlene Oliveira de Abreu Rocha Tânia Maria Machado Silva

Conselheiras:

Alenir Correia
Ana Coroaci dos Santos Torquato
Maria Ilma Ricardo
Marta Maria Bernardi Capistrano Diniz
Mônica Lima Abras e Silva
Silvana Mansur Wendling
Silvia Mary Mileo da Silva
Yeda Ferreira

Também foram encontrados os nomes de Antonina Martins Carvalho, Célia Catarina Patrocínio de Oliveira, Iane Iansen, Leda Botelho Martins Casassanta, Maria Auxiliadora Harmendani Freitas Castro, e Maria de Fátima Oliveira Carvalho, em diferentes *folders* do período.

Resumo das principais ações:

Através de notícias veiculadas na imprensa, e dos relatórios, folhetos e folders, podemos ter uma idéia bem pormenorizada do trabalho realizado nesta época, como a pesquisa de cadastramento das creches existentes na Grande BH, com o número de crianças atendidas, horários de funcionamento e remuneração de pessoal, além de suas carências e necessidades mais urgentes. O principal objetivo dessa investigação era aprofundar a discussão das políticas de atendimento à criança de 0 a 6 anos. Aliás, a campanha por mais creches foi uma tônica forte no momento, e está documentada de diferentes formas. Uma delas é o folder/folheto intitulado "Direito da mãe, Direito do filho", que traz informações sobre o precário atendimento pré-escolar às crianças da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e ainda divulga o Artigo 389, parágrafos 1º e 2º, da CLT, responsável pela regulamentação da existência de creches em estabelecimentos com mais de 30 trabalhadoras. Outro registro são as cartilhas contendo esclarecimentos básicos para a implantação e o funcionamento de creches em comunidades e empresas. Da mesma forma, o documento "Proposta para uma política de atendimento à criança de 0 a 6 anos" - espécie de coroamento do trabalho -, que foi entregue ao Governador, à Vice-Governadora, aos Secretários afins, ao Gerente da SEAC, à Presidenta do Servas e da LBA, ao Delegado do Ministério do Trabalho e à Deputada Estadual Maria Elvira, obtendo-se ampla divulgação na imprensa da época.

Outra preocupação do Conselho foi a manutenção do Programa Mãos de Minas, ainda sob a responsabilidade de Tânia Machado, Diretora Executiva do CEM, que estabeleceu como metas a aquisição de uma sede própria e a efetivação das exportações. Para melhor viabilizar a interiorização do projeto, foi realizado um mapeamento do artesanato em Minas Gerais.

E, em consonância com o momento político do país, o Conselho promoveu inúmeras reuniões com diferentes grupos de mulheres – tais como Associação de Empregadas Domésticas, Movimento das Donas-de-Casa, Associação das Mulheres de Carreiras Jurídicas e com

representantes em geral de associações comunitárias e creches – para discutir as propostas a serem encaminhadas à Constituinte Estadual. Em 8 de março de 1989, na comemoração do Dia Internacional da Mulher, o CEM ainda promoveu um debate na Assembléia Legislativa sobre o tema "As conquistas da Mulher na Constituinte", em que estiveram presentes a Deputada Federal Márcia Kubitschek e a professora de Direito Constitucional da PUC-MG Carmen Lúcia Antunes Rocha. Na ocasião foi distribuído farto material alusivo à data, composto de um calendário/cartaz 1989, ilustrado com imagens da atuação do Conselho desde sua criação; e dois folhetos – "Mulheres – As Pacificadoras" e "Mulher, Cidadã Mineira" – com as propostas que foram encaminhadas à Assembléia Constituinte Mineira.

Em fevereiro de 1989, o Conselho – representado por Angélica Coutinho – participou da Jornada sobre as Conquistas da Mulher na Constituinte, em Uberlândia; e, em Montes Claros, participou de um debate sobre o mesmo tema, promovido pelas lideranças femininas locais, através de Maria de Lourdes Pace. Em 1990, um cartaz com a frase "Pela consolidação dos direitos da cidadã", acompanhado de um poema intitulado "Palavras de mulher", de Dayse Puget Oliva, marcava o trabalho político do CEM em prol da cidadania das mulheres mineiras.

Gestão 1990 - 1993

O fato de não terem sido localizadas informações sobre os nomes das conselheiras permite-nos pensar que devem ter permanecido os mesmos da gestão anterior.

Diretoria Executiva:

141

Maria de Lourdes Prata Pace – Presidente Azizi Nacur – Diretora Diva Maria Scorza Lemos – Diretora Maria Isabel /Bebela Ramos de Siqueira – Diretora

Assessoria Técnica Administrativa:

Ana Teresa Oliveira Cordeiro Angélica Lourdes de Matos Coutinho

Nívia Rosemary Lafetá Velloso Tânia Maria Machado Silva Walevisky Quintino de Almeida

Resumo das principais ações:

A campanha de denúncia da violência contra a mulher continua como prioridade nas iniciativas do Conselho. E o resultado se evidencia principalmente através de cartazes e da repercussão em artigos e reportagens que foram localizados na mídia impressa da cidade. Um dos cartazes, com uma enorme rosa vermelha ao fundo, traz o seguinte texto:

Em 1992, 4.531 mulheres foram vítimas de violência em Minas Gerais.

Que sociedade é essa, que não pode garantir que a mulher viva em paz com seus filhos?

Que amor é esse, que mata em nome da honra?

Que igualdade é essa, que obriga a mulher a conviver com tanta dor, tanto ódio, tanta humilhação?

Denuncie toda e qualquer forma de agressão à mulher.

CHEGA DE VIOLÊNCIA, CHEGA DE IMPUNIDADE.

Uma outra peça – um *folder* –, fartamente ilustrada, apresenta didaticamente "As faces da violência", e explica que elas se manifestam de diferentes formas:

A violência psicológica: através de constrangimentos, ameaças, destruição de documentos, injúrias e calúnias. A violência física: presente na sedução, no rapto, no atentado violento ao pudor, no estupro, na lesão corporal, indução ao suicídio e, principalmente, através do homicídio e do assassinato. E a violência social: quando a mulher sofre discriminação no trabalho, que tanto pode ser ideológica ou por raça. O *folder* traz ainda instruções de como a mulher deve agir e reagir diante da violência, além de números de telefones e do endereço do Conselho.

Para comemorar o 8 de março de 1993, e o décimo aniversário do Conselho, foi divulgado um expressivo cartaz que consistia na imagem de uma bandeira preenchida com diversas palavras, que, ao fim e ao cabo, eram as "bandeiras" de luta da mulher brasileira naquele momento. São elas: Creche, Trabalho, Plebiscito, Revisão Constitucional, Sindicato, Educação, Saúde, Habitação, Cidadania, Combate à Violência e à Discriminação. Ao final, a frase em destaque: "Porque sou mulher, não deixo essa luta de lado."

Ainda dentro das comemorações, foi inaugurada uma galeria com fotografias das ex-presidentas, e realizado o Encontro sobre Políticas Públicas para a Mulher. Dentre os palestrantes, estiveram presentes Rosiska Darcy de Oliveira, escritora e fundadora do IDAC; Dra. Elaine Matozinhos, Diretora da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher; Prof. Aluisio Pimenta, Reitor da Universidade Estadual de MG; Dr. José Aristodemo Pinotti, Secretário de Saúde do Estado de SP, de 1988 a 1991; e Luiza Erundina, Prefeita de São Paulo de 1989 a 1992.

Mais dois cartazes revelam o projeto político-feminista do CEM do período: um deles, de 1992, para denunciar a violência que não dava mostras de ceder, traz duas frases curtas, diretas e contundentes: "Denuncie toda e qualquer forma de agressão à mulher"; e "Chega de violência, chega de impunidade". O outro, voltado para a política nacional, contém os dizeres: "Mulher, dê um voto consciente. Eleições 94. Eleja um Brasil melhor."

O Centro de Orientação à Mulher – COM – torna-se um setor de grande atuação do CEM, ao dar assistência à mulher carente nas áreas da saúde, do judiciário e assistência social. Durante alguns anos, foram assessoras do órgão: Cybele Rodrigues, Ângela Maira Bedran e Vitória Marum.

Também os Projetos Pró-Creche, do Trabalho e da Interiorização de Conselhos realizaram um trabalho importante e necessário naquele momento, representando um significativo avanço no cotidiano da vida das mulheres.

E foram muitos os eventos dos quais o Conselho participou, como a Campanha do Voto Consciente, o Seminário Nacional Mulher, Educação e Saúde, e o Seminário Nacional A Mulher Brasileira e a Nova Ordem, por exemplo, ou palestras em cidades do interior para divulgar questões pertinentes à mulher, como o Mercado de Trabalho, Políticas Públicas, Ecologia e Feminismo, entre outros.

Gestão 1994 - 1997

Diretoria Executiva:

Maria de Lourdes Prata Pace – Presidenta Maria Cristina Rodrigues – Diretora Maria Isabel Bebela R. de Siqueira – Diretora Marlene Oliveira de Abreu Rocha – Diretora

Assessoria Técnica:

Ângela Maria Bedran Angélica Lourdes Matos Coutinho Azizi Nacur Diva Maria Scorza Lemos Efigênia Carlos Pimenta Eunice Manata Fernandes Távora Liliane Mendes Vasconcelos Walevisky Quintino de Almeida

Conselheiras:

Alda Bambirra Lara
Benilda Regina Paiva Brito
Deputada Elbe Brandão
Deputada Maria Olívia de Castro e Oliveira
Vereadora Elaine Matozinhos
Júnia Maria Barroso Santa Rosa
Lílian de Andrade Botega Araújo
Maria Celina Pinto Albano
Maria de Lourdes Cortes Romanelli
Maria do Socorro Silva Batista
Maria José Xavier Milton
Mariza Markus Miranda
Vera Cruz Coutinho
Yeda Ferreira
Zuleika Rocha

144 Resumo das principais ações:

Dentre as iniciativas do momento, merece destaque a política de municipalização de Conselhos da Mulher, acompanhada de orientação aos grupos feministas para subsidiar a formação de entidades de mulheres. Para tanto, foi publicado um Manual para Criação de Associações de Mulheres, em 1992. Também, a continuação do Projeto Multidisciplinar de Atendimento à Mulher, que, além do atendimento jurídico oferecido por Ilma Inês Trancoso, Judith A.G. Viegas e Gilca Diniz, passa a fornecer atendimento psicológico às mulheres necessitadas. O Seminário "Violência de gênero

contra mulheres e contra crianças", realizado em 1995, era parte do Projeto e visava à formação da Guarnição Anjos do Lar, em parceria com o Centro Fênix, MUSA, ANAD, OAB, Prefeitura de Contagem e 18° BPM.

Merece ser ressaltada a participação do Conselho durante a realização da VI Conferência Mundial da Mulher: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz, promovida pela ONU, de 04 a 15 de setembro de 1995, em Beijing, China. O Conselho integrou uma comissão com representantes do Executivo e do Legislativo de Minas Gerais, cujos nomes eram Maria de Lourdes Prata Pace, Deputada Maria Elvira, Deputada Elbe Brandão, entre outras. O Relatório divulgado após o evento continha os principais compromissos firmados pelos países na "Plataforma de Ação", tais como o respeito à liberdade da mulher em sua vida sexual e reprodutiva, a revisão das leis que punem o aborto como crime e outros relativos à economia, por seus efeitos na pobreza e na desigualdade, particularmente para a mulher. O documento trazia ainda notícias do Fórum das Organizações Não Governamentais, que contou com a participação de mais de 2.500 entidades, e debateu, entre outros temas, os direitos reprodutivos e sexuais, a universalidade dos direitos humanos, o reconhecimento do trabalho não remunerado das mulheres e a discriminação das mulheres por raça e etnia. O CEM publicou e distribuiu amplamente o folheto intitulado "Declaração de Pequim, 1995", com expressiva repercussão na imprensa falada e impressa do Estado.

Para melhor registrar o Plano de Ação Política em favor da mulher, o CEM fez publicar, em 1996, "Mulheres de Minas sem medo do poder", cujo subtítulo era: "Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras". A publicação pretendia incentivar mulheres a se candidatarem a cargos políticos, fornecendo, de maneira clara e bem simples, informações básicas, tais como fazer uma campanha política, atuação em Comitê Eleitoral, descentralização do poder e o papel da vereadora, entre outras.

Gestões: 1998 a 2001; e 2002 a 2003

Endereço:

Rua Gonçalves Dias, 2019, Bairro de Lourdes.

Neste período, o CEM passa a ser composto de vinte membros designados pelo Governador, sendo 8 mulheres representantes da sociedade civil, 7 representantes de órgãos oficiais, e 5 membros que compõem a Secretaria Executiva. São atribuições da Secretaria Executiva a construção de uma agenda feminista com Movimentos de Mulheres, a

intermediação de suas demandas junto às autoridades governamentais, a articulação política com as autoridades nos planos federal, estadual e municipal, bem como com as forças econômicas que atuam no Estado, e a elaboração do plano de ação política em favor da mulher. O Conselho contava ainda com uma equipe técnica, à qual competia executar e/ou acompanhar projetos voltados para as solicitações de mulheres em diferentes áreas: saúde, segurança, direito, educação/informação e capacitação profissional/trabalho.

Secretaria Executiva:

Maria de Lourdes Prata Pace – Presidenta Azizi Nacur – Diretora Diva Maria Scorza Lemos – Diretora Maria Isabela Bebela Ramos de Siqueira – Diretora

Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:

Elisabeth Mello Leste de Athaíde Ivone Cardoso Judith Viegas Leda Maria Costa Mattos Maria Alves de Mendonça Resende Maria Isabel Melo Marly Magalhães Nunes Vasconcelos Thereza De Lamare Franco Netto

Conselheiras Representantes de Órgãos Públicos:

146 Edilane Maria de Almeida Carneiro Maria Emília de Almeida e Silva Netto Maria Lúcia Cardoso Maria Neuza Costa Nely Bahia Noeme Barros Guimarães Bernardes Silvana Mansur Wendling

> Assessoria Técnica: Ana Teresa Oliveira Cordeiro

147

Angélica Lourdes de Matos Coutinho Nívea Rosemary Lafetá Velloso Tânia Hemétrio Coessens Walevisky Quintino de Almeida

Foram encontrados ainda os nomes de Ana Vitória Motta e Motta, Dilma Aparecida Alves Seabra de Abreu Rocha e Maria Neuza Costa, vinculados a ações diversas do Conselho.

Resumo das principais ações:

Nas comemorações de 8 de março de 2000, foi publicado um folheto contendo o resumo do documento conhecido como "Declaração de Beijing, de 1995", para lembrar que 2000 foi o ano estabelecido para a avaliação da implementação das decisões da IV Conferência Mundial da Mulher, nos países signatários do documento. O CEM informa que, apesar de o Brasil ter assinado sem reservas o documento final, assumindo os compromissos ali firmados, muito pouco havia sido até então realizado.

Dentre os temas que mobilizaram as ações do Conselho ao longo do período, permanecem os temas da saúde, da violência e da conscientização feminina de seus direitos civis e sociais. No campo da saúde, destacou-se o Programa Saúde Integral da Mulher, firmado em parceria com a Empresa Avon Cosméticos, em 2001. No campo da violência, foi criada a "Casa de Passagem para Mulheres em Risco de Violência", em convênio com a Secretaria de Justica e Direitos Humanos, fruto do empenho da secretária daquela Pasta, Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis. E, através da articulação de parcerias com diferentes instituições e órgãos, como a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, as Delegacias Especializadas de Crimes contra a Mulher, o SESC-MG, a ABMCJ (Associação de Mulheres de Carreira Jurídica), o Conselho da Mulher Empreendedora, o Fórum de Mulheres do Mercosul, a Fundação Instituto Newton Paiva, a Associação Cristã de Moços (ACM), a Empresa AVON, a AMI (Associação Mineira de Imprensa) e a Ordem dos Jornalistas do Brasil, o CEM mantém um serviço de Atendimento Jurídico e Atendimento Psicológico, e ainda pôde oferecer diversos cursos, como de baby-sitter, cuidador de idosos, yoga, atualização de Português e Artesanato, entre outros.

Participação no VI Encontro do Fórum de Mulheres do Mercosul, que se realizou de 24 a 26 de maio de 2000, no Grandville Hotel, em Belo Horizonte. O CEM, através de sua presidenta Maria de Lourdes Pace, integrou a Comissão Organizadora Executiva do evento.

Nesta ocasião, foi publicado um folheto intitulado *Voto feminino decide eleição*, visando colaborar na conscientização das mulheres de seu poder e papel no cenário político nacional. Encontra-se ainda, no folheto, um esclarecimento sobre a Lei de Cotas, assim como o resultado de uma pesquisa sobre perfil da eleitora quanto à faixa etária, à escolaridade e ao critério para escolher o candidato. Ao final, ainda apresenta os "10 pontos para um voto consciente". E muitos eventos, oficiais ou não, para debater a Reforma Constitucional, as Perspectivas de Gênero no Trabalho, a Construção da Cidadania da Mulher, a Mulher no Final do Milênio, entre muitos outros.

Presidenta Luziana Lanna

Período: 02/2004 - 03/2006

Endereço: Rua Pernambuco, nº 1.000, Salas 18, 21 e 23, Bairro Funcionários.

Quando Luziana Lanna assumiu o Conselho Estadual da Mulher, ele funcionava em imóvel alugado, na Rua Gonçalves Dias, n. 2019. Seguindo o conceito de "choque de gestão" do Governo Aécio Neves, o CEM foi transferido provisoriamente para salas cedidas pela Associação Comercial de Minas, até que, em 30 de março de 2004, instalou-se nas salas 18, 21 e 23, da Rua Pernambuco, nº. 1.000. Na nova sede, o horário de atendimento passou a ser de 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

Mas a mudança não se limitou ao endereço e ampliação do horário de atendimento. O Conselho passa por intensa reformulação que vai refletir na estrutura de seu organograma, e se manifesta na criação de funções e atribuições. O novo regimento determina que o Conselho Deliberativo seja composto de vinte Conselheiras, representantes do poder público e da sociedade civil, nomeadas pelo Governador, paritariamente.

Secretaria Executiva:

Maria de Nazareth Barreto de Carvalho – Vice-Presidenta Christina Diniz – Secretária Executiva de Documentação e Divulgação Hilma Inês Alves – Secretária Executiva de Promoção Humana e Cidadania Sônia França – Secretária Executiva de Administração e Orçamento

Conselheiras Representantes do Poder Público:

Ignês Botelho Figueiredo Matias – da Secretaria de Estado de Agricultura Juliana Cristina Lopes de Freitas – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Luciene Magalhães de Albuquerque – Tenente Coronel da Secretaria de Estado de Governo

Magda Maria Melo de Seixas Salgado – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Mara Marlene Machado Pappini – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes

Maria das Graças Rodrigues Brant – da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

Mariza Helena Ferreira Salles – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

Myriam Araújo Coelho Tibúrcio – da Secretaria de Estado de Saúde Olívia de Fátima Braga Melo – Delegada da Secretaria de Estado de Defesa Social

Syene Maria Coelho de Toledo - da Secretaria de Estado de Educação

Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:

Ana Maria da Silva Soares – da Rede Feminista de Saúde

Benilda Regina Paiva de Brito – de entidade ligada às questões étnica e racial – N'Zinga (não tomou posse)

Geralda do Carmo Pereira – da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)

Mara Regina Veit – do Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas (SEBRAE) Marise Pessanha – da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS) Mariza Tavares Lima – de entidade Particular de Ensino Superior – PUC-Minas Marlise Matos – de entidade Pública de Ensino Superior – UFMG

Piedade Ferreira dos Anjos Wildhagen Figueira – da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG)

Sônia Maria Teixeira Mascarenhas – do Serviço Voluntário de Assistente Social (SERVAS)

Soraya Zhouri Costa e Silva – da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG)

Resumo das principais ações:

A gestão – profundamente marcada pelo dinamismo empreendedor de sua dirigente e, também, pela maturidade conquistada em vinte e um anos de existência – revelou-se atuante em várias frentes. Algumas, como "saúde da mulher", "combate à violência" e "conscientização de direitos", também estiveram presentes nas gestões anteriores, até pela urgência e natureza crônica de alguns, como é o caso da violência que, ao contrário do esperado, parece estar sempre aumentando. Mas novas frentes de atuação surgiram: uma delas, a oferta de Cursos de Capacitação em Cooperativismo, na capital e no interior, com o apoio da Deputada Jô Morais. Também, os projetos apresentados à Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, voltados para a conquista da Cidadania, do Poder, e da Sinergia Estadual, através da Criação de Conselhos.

Para tanto, o CEM prestou assessoria a mais de cento e cinqüenta municípios na preparação das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres; realizou a I Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, em Belo Horizonte, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de 7 e 8 de junho de 2004, que contou com a participação de dezenas de municípios, e teve o apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) e da Assembléia Legislativa (ALMG). E ainda participou da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, em Brasília, em julho de 2004, contribuindo para o documento final contendo propostas para as Diretrizes do Plano Nacional de Políticas Públicas.

Outra importante iniciativa desta gestão foi dar início à organização da documentação jornalístico-informativa referente à Memória do Conselho Estadual da Mulher e à Biblioteca do Conselho Estadual da Mulher, para, futuramente, oferecer um acervo especializado sobre a mulher em uma perspectiva feminista, para leitura e pesquisa, bem como dar suporte às atividades, projetos e eventos desenvolvidos pelo CEM e CERNA. A organização da documentação do CEM se impõe até como necessidade de registro de sua história e da memória do movimento de mulheres de Minas

151

Gerais. O evento intitulado "Bravas Mulheres Mineiras", realizado em 8 de março de 1994, no bojo das comemorações do Dia Internacional da Mulher, com a parceria do SESC e entidades ligadas às lideranças femininas do Estado, já revelava muito desse espírito. Foram homenageadas 69 mulheres que se destacaram em suas cidades, observada a representatividade das camadas sociais da população. E ainda foram mencionadas as "Mulheres Anônimas" – aquelas que um dia lutaram contra a desigualdade social, lideraram movimentos ou ofereceram seu trabalho e sua inteligência à população de suas cidades, mas cujos nomes se perderam no tempo.

Para melhor enfrentar a ancestral violência o Conselho inaugurou, em 16 de setembro de 2004, o Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica (CERNA), que tem, entre seus objetivos, o atendimento e acompanhamento jurídico, psicológico e assistencial às mulheres vítimas de violência doméstica; a promoção de ações de cidadania; a conscientização dos direitos individuais e coletivos; a inserção da mulher no mercado de trabalho, através do acesso a programas de capacitação para o trabalho, de educação formal e não-formal.

Além disso, o CEM promoveu debates e também esteve presente em inúmeras comissões e seminários de outros órgãos, como a Comissão Interinstitucional de DST/AIDS do Estado de MG; o Seminário Mulher e Cidadania; a criação e implementação dos Serviços de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; a Comissão Interinstitucional de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Estado de MG; a criação da Rede de Atendimento à Violência contra a Mulher, o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos: a Plenária Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, entre muitos outros eventos de igual importância e urgência. A Campanha contra a Violência Doméstica, vinculada à Divulgação do DISQUE DIREITOS HUMANOS – 0800 311 119, lançada no dia 25 de novembro de 2005, amplamente divulgada em todos os canais de televisão, salas de cinema e na mídia impressa do Estado, foi ainda uma iniciativa das mais pertinentes, assim como a publicação das cartilhas: "Violência contra a Mulher – Não Tenha Medo! Denuncie"; "DST – AIDS, Doenças Sexualmente Transmissíveis"; "Assédio Sexual", e a distribuição de cartazes, folders, cartilhas e ímãs de geladeira, para os 853 municípios mineiros.

E, visando melhorar a saúde da mulher de baixa renda, o Conselho apoiou a Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Minas Gerais, na realização da V Semana Nacional de Incentivo à Saúde Mamária e I Fórum de Controle do Câncer de Mama, de 16 a 21 de novembro de 2004. Articulado com o SESC-BH e a Prefeitura Municipal de Betim, promoveu, ainda, a Semana da Saúde da

Mulher de Betim, com exames de mamografia, ultra-sonografia, eletrocardiograma, atendimento clínico e laboratorial, através de unidades volantes modernas e equipadas, além de palestras e oficinas educativas.

Presidenta Maria de Nazareth Barreto de Carvalho

Período: 01/04/2006 a 30/04/2007

Com o afastamento de Luziana Lanna, a Vice-Presidenta – Maria de Nazareth Barreto de Carvalho – assume interinamente a Presidência e dirige o CEM de 01 de abril de 2006 a 30 de abril de 2007.

Endereço:

Rua Pernambuco, nº. 1.000, Salas 18, 21 e 23, Bairro Funcionários.

Secretaria Executiva:

Maria de Nazareth Barreto de Carvalho – Presidenta Interina Christina Diniz – Secretária Executiva de Documentação e Divulgação Hilma Inês Alves – Secretária Executiva de Promoção Humana e Cidadania Sônia França – Secretária Executiva de Administração e Orçamento

Conselheiras Representantes do Poder Público:

Ana Maria Alves Nilo de Siqueira – da Secretaria de Estado de Educação Carmen Rocha Dias – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes

Ignês Botelho Figueiredo Matias – da Secretaria de Estado de Agricultura Juliana Cristina Lopes de Freitas – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Luciene Magalhães de Albuquerque – Tenente-Coronel, pela Secretaria de Estado de Governo

Magda Maria Melo de Seixas Salgado – da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Maria das Graças Rodrigues Brant – da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

Mariza Helena Ferreira Salles – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

Myriam Araújo Coelho Tibúrcio – da Secretaria de Estado de Saúde Olívia de Fátima Braga Melo – Delegada da Secretaria de Estado de Defesa Social

Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:

Ana Maria Aparecida Pereira – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)

Ana Maria da Silva Soares – de Entidade de Movimentos de Defesa dos Direitos da Mulher

Mara Regina Veit – Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas (SEBRAE) Maria Luíza Sidônio – Associação de Quilombo Os Luízes (Entidade ligada às questões étnica e racial)

Marise Benedita Pessanha – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS)

Mariza Tavares Lima – PUC-Minas (Entidade particular de Ensino Superior) Marlise Míriam de Matos Almeida – UFMG (Entidade pública de Ensino Superior)

Piedade Ferreira dos Anjos Wildhagen Figueira – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB)

Sônia Maria Teixeira Mascarenhas – Serviço Voluntário de Assistente Social (SERVAS)

Soraya Zhouri Costa e Silva – Associação Médica de Minas Gerais (AMMG)

Resumo das ações realizadas:

O dinamismo da gestão anterior se manteve, assim como a seriedade e a postura firme e profissional frente às atribuições decorrentes das demandas apresentadas ao Conselho. Dentre as ações de continuidade com o trabalho da gestão anterior, está a implementação do Centro Risoleta Neves de Atendimento, através da compra de equipamentos, aprovada pelo Convênio 0068/2005, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal, a partir de projeto do CEM, sob a responsabilidade de Hilma Inês Alves e Sônia Maria Nascimento França. Em 2006, os atendimentos no Centro Risoleta Neves somaram 1.389, assim distribuídos: Atendimento

Psicológico: 523; Atendimento Jurídico: 586; Assistência Social: 20; Atendimento da Secretária: 260.

Para a Campanha contra a Violência de 25 de novembro de 2006, foram confeccionados 20.000 cartazes; 200.000 minifolders; 30.000 cartilhas "Mulher, não tenha medo! Denuncie!"; 2.500 camisas com a logomarca da Campanha; 100.000 adesivos, fartamente distribuídos nas cidades do interior. Os números altamente expressivos revelam por si o dinamismo do Conselho, bem como a extensão de seu trabalho. Também foram realizados debates nas Universidades PUC e UFMG. Um Ato Público, na Praça Sete, assim como a divulgação da Campanha contra a Violência no Estádio do Mineirão, com a distribuição das cartilhas "Violência contra a Mulher - Não Tenha Medo! Denuncie", "DST - AIDS", "Doenças Sexualmente Transmissíveis" e "Assédio Sexual". E uma importante publicação vem a público: intitulada Não-violência, direito da mulher, direito de todos, com a divulgação da Lei Maria da Penha, n. 11.340, de 07/08/2006, que incentiva a denúncia de atos violentos e divulga os enderecos de delegacias e abrigos que prestam atendimento especializado às mulheres mineiras. O segundo Módulo do Curso de Cooperativismo, como estava previsto, ocorreu em dezembro de 2006, com a participação de 30 mulheres em Belo Horizonte e 60 em Pirapora (sendo 30 no Curso de Cooperativismo e 30 no curso de corte e costura).

Dentre as novidades, é preciso registrar a ampliação das instalações físicas do Conselho, que passa a ocupar outras salas, aumentando seu espaço, que demanda novos computadores, impressoras, estantes, mesas de reunião. Dentro da melhoria da infra-estrutura, foi instalada a Rede de Internet através da PRODEMGE, para acesso aos Programas SIAF, SIAD, SIPRO e Minas On-line, e a elaboração de material para subsidiar a página do Conselho no *Portal de Minas*, em fase de implantação, com dados relativos à memória do Conselho e relação dos serviços que oferece.

E a presença do Conselho continua atuante, tanto na promoção como na participação de eventos: integra o Comitê Estadual de Prevenção do Óbito Fetal e Infantil; realiza encontros preparatórios para os Grupos Temáticos do Fórum Técnico "Políticas Públicas para as Mulheres", requerido pela Deputada Jô Morais. Aliás, foi desse Fórum Técnico que surgiu a reivindicação de um órgão executivo para as políticas para as mulheres, fortalecendo assim a proposta encaminhada pelo CEM ao Governador Aécio Neves, para a criação de uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O CEM participa também de reuniões de Comissões Permanentes das Redes de Atenção às Questões das Mulheres, da Infância

e Juventude e dos Idosos; e de eventos como Ação Global e Ação da Cidadania.

Além dos citados, integrou seminários e comissões em diversos órgãos, como a Comissão Interinstitucional de DST/AIDS do Estado de MG; a Rede de Atendimento à Violência contra a Criança e Adolescente; o Seminário do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos; o Seminário Construção da Cidadania – Violência e Direitos Humanos; Audiências Públicas da Comissão de Direitos Humanos na Assembléia Legislativa de MG; Plenária Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais para organizar a 3ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; e abertura da Campanha Municipal de Não Violência Contra as Mulheres, do Município de Contagem, sobre o tema "A Lei Maria da Penha e suas Implicações".

A atuação sempre firme que o Conselho passa a apresentar nos últimos anos deve-se, sem sombra de dúvida, ao dinamismo aí impresso por suas dirigentes e seu grupo de conselheiras. Deve-se, também, à compreensão de que o trabalho é resultado do esforço de uma equipe e da convicção de que o Conselho é necessariamente suprapartidário. Ou, lembrando Luziana Lanna, "o partido do Conselho é a Mulher".

Presidenta Carmen Rocha

Período 2007 – 2010

Endereço:

Rua Pernambuco, nº. 1.000, Salas 18, 21 e 23, Bairro Funcionários.

O Conselho estréia nova estrutura organizacional, composta de uma Secretaria Executiva com três integrantes, que ocupam cargo em comissão e uma coordenação rotativa, a saber:

Carmen Rocha – Presidenta (data de posse: 28 de junho de 2007)

Secretaria Executiva:

Maria de Nazareth Barreto de Carvalho — Coordenadora de 06/10/2007 a 12/05/2008

Sônia Maria Nascimento França – Coordenadora a partir de 13 de maio de 2008

Thereza Christina Cavalcante Lamy Diniz Serra e Meira

Conselheiras Representantes do Poder Público:

Arlete Gonçalves Lages – Secretaria de Estado de Educação

Maria Teomar da Costa Oliveira Lopes – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior

Ignês Botelho Figueredo Matias – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Magda Maria Melo de Seixas Salgado – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Márcia Faria - Secretaria de Estado de Saúde

Maria Lúcia Tanure Nogueira – Secretaria de Estado de Governo

Mariza Helena Ferreira Salles – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

Olívia de Fátima Braga Melo – Secretaria de Estado de Defesa Social Patrícia Miranda Maia Prado – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:

Ana Maria Aparecida Pereira – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)

Cristiana Fonseca Beaumond - Associação Médica de Minas Gerais

Dulcejane Vaz – Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS)

Judith Aurora Gonçalves Viegas – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Mulher

Mara Regina Veit – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

156 Maria Beatriz de Oliveira – Rede Feminista de Saúde

Mariza Tavares Lima – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

Marlise Mírian de Mattos Almeida – Universidade Federal de Minas Gerais Sheila Simone Fagundes – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS)

Waneide Ferreira da Silva – Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra

Novos tempos são inaugurados com a atual gestão. A criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (CEPAM), em janeiro de 2007, pelo Governo Estadual, com a incumbência de desenvolver atividades de valorização e defesa dos direitos da mulher, impôs novas e urgentes reflexões sobre o papel a ser desempenhado pelo Conselho Estadual da Mulher. A advogada Maria Virgília Pascoal Rosa, pósgraduada em Direito Civil e em Defesa do Consumidor, e indicada para dirigir a Coordenadoria da Mulher, afirmou, no discurso de posse, que cabia agora ao Conselho "formular políticas públicas voltadas para o atendimento dos interesses da mulher" e, à Coordenadoria, "a responsabilidade de implementar políticas e ações".

Assim, impôs-se à atual gestão estabelecer a intersetorialidade das políticas, rever o Regimento e o tradicional modelo de atuação do órgão, para reajustá-lo às novas exigências, mas resguardando que sua atuação permaneça pautada pelo controle social e enfoque de gênero. Com a experiência acumulada em vinte e cinco anos de luta na defesa da mulher mineira, o Conselho está mais que preparado para se tornar aliado indispensável, e garantir que o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria da Mulher resulte, efetivamente, em melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Por isso, considerando o papel estratégico do CEM, a presidenta resumiu o projeto de sua gestão em poucas palavras: é preciso agir sempre "em favor da igualdade de direitos e de oportunidades entre todas as pessoas". Segundo Carmen Rocha, tal posicionamento fundamenta-se na importância do binômio educação/informação para as mulheres, como ferramenta indispensável na conquista de direitos, da autonomia, da melhoria da qualidade de vida e na construção da cidadania.

Assim, como resultado de um processo de planejamento estratégico, foi elaborado por toda a equipe um detalhado Plano de Trabalho para o triênio, com projetos e metas, norteados pelas seguintes diretrizes estratégicas:

- Formular e propor políticas públicas orientadas para a igualdade de oportunidades e o combate a todas as formas de discriminação.
- Fortalecer a ação individual, por meio do acesso à educação e à informação, com vistas a promover o respeito à diversidade e à igualdade.
- Promover a intersetorialidade como estratégia de intervenção no desenvolvimento das políticas sociais, de modo a favorecer a concretização de ações baseadas na cooperação e parceria.

- Contribuir para a ampliação das oportunidades educacionais e de elevação de escolaridade para mulheres jovens e adultas.
- Monitorar a implementação das políticas e diretrizes inerentes à equidade de gênero.
- Resgatar e registrar a trajetória do CEM e o seu papel como indutor de políticas públicas sob o enfoque de gênero.
- Promover a participação articulada dos movimentos sociais organizados, em favor da equidade de gênero, observada a autonomia desses movimentos.
- Assegurar o desenvolvimento de ações em nível de Estado, em estrita sintonia com os objetivos e metas consignados no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
- Fomentar ações de inclusão social e produtiva para as mulheres, sempre sob a perspectiva da igualdade de oportunidades.
- Monitorar a implementação das políticas sociais, com especial destaque para a transversalidade de gênero.

Destaca-se, neste contexto, o esforço planejado e intencional para comemorar condignamente os vinte e cinco anos do Conselho. A data, para além da efeméride que pouco acrescenta, deve antes representar um momento de reflexão e resgate sobre o papel histórico desempenhado pelo Conselho Estadual da Mulher.

A publicação de um livro-documento com o registro dessa história; de um DVD com o resgate de inúmeras imagens, fotos, e um sem número de cartazes e *folders* quase perdidos; mais o lançamento de um selo comemorativo; e, ainda, a implantação do Centro de Documentação e Informação, a ser em breve disponibilizado ao público, aliás, graças ao apoio de uma Emenda Parlamentar da Deputada Estadual Jô Moraes, representam, indubitavelmente, uma contribuição decisiva que distingue e marca a nova fase do CEM que o presente momento requer.

Esta nova fase na vida do CEM, caracterizada, sobretudo, pelo planejamento e voltada para resultados, inclui também o desenvolvimento de projetos alusivos à revisão de diretrizes e orientações relativas à atuação de conselhos municipais da mulher, visando a sua ampliação junto aos municípios mineiros; a reformulação do Regimento Interno do CEM; capacitação de conselheiras; incentivo ao empreendedorismo das mulheres; capacitação das mulheres para a geração de renda.

Além disso, o Conselho mantém sua rotina de ações até com mais intensidade – pode-se dizer – como participação em conferências, realização de palestras, reuniões de reflexão e de decisão, tendo em vista a urgência do momento político, sua credibilidade, além de as dezenas dos conselhos municipais que a todo instante demandam por encaminhamentos, avaliação de ações e de políticas específicas. Apenas no período de março a maio de 2007, por exemplo, foram realizadas 88 conferências municipais, com a participação de 277 municípios.

Na II Conferência de Políticas para as Mulheres, que ocorreu nas três esferas de governo, municipal, estadual e federal, o Conselho esteve presente e contribuiu para a análise da realidade brasileira e dos desafios para a construção da igualdade, na perspectiva da implementação do PNPM. Dentre as principais demandas de pronunciamentos, destacam-se "Os desafios da Lei Maria da Penha", "Os direitos humanos das mulheres", "As políticas públicas e a construção de estratégias para o combate à mortalidade materna" e "A transversalidade de gênero nas políticas públicas", dentre muitas outras.

Enfim, muito trabalho ainda precisa e deve ser feito, de forma a cumprir, com responsabilidade, a tarefa de bem informar a população sobre as questões de gênero, fazendo jus à trajetória histórica do CEM e dos movimentos de mulheres ao longo das últimas décadas.

3. Lideranças, depoimentos e testemunhos

Conselho Estadual da Mulher: um desafio e uma realidade

Júnia Marise
Primeira Presidenta do CEM
Vice-Governadora de Minas Gerais
Primeira Senadora

O Conselho Estadual da Mulher nasceu em Minas no processo de redemocratização do País, quando o movimento de mulheres, alicerçado na luta democrática, visou com determinação a criação de um órgão que incrementasse políticas sociais e de cidadania, no combate à discriminação histórica enfrentada pelas mulheres em todos os escalões do poder e da vida social.

Nesta bandeira de luta, e com a eleição do saudoso governador Tancredo Neves, a criação do Conselho Estadual se tornou uma realidade.

Com suas metas traçadas pela conceituação de um programa buscava debater e discutir com as áreas governamentais e com a sociedade o papel importante da mulher em nossa sociedade, sua luta pela igualdade, seus direitos e de seus filhos.

Foi um passo definitivo, e com tais objetivos lançamos a campanha pela criação da Delegacia especializada para a mulher, o programa Mãos de Minas, para promoção das artesãs e artesãos de Minas incentivando seus talentos e suas obras reconhecidas hoje em todo mundo pela criatividade.

Promovemos debates com os secretários de Estado buscando integração do Conselho com a administração estadual visando solucionar problemas das mulheres servidoras, com a instalação de creches para seus filhos.

No campo da iniciativa privada, o Conselho Estadual da Mulher teve um papel importante, de apoio às mulheres trabalhadoras.

Não obstante as dificuldades iniciais para a sua instalação física, com dignidade, o Conselho Estadual da Mulher em Minas serviu de exemplo para outros Estados, e marcou sua primeira gestão com atos públicos, passeatas, e um trabalho permanente junto ao Congresso Nacional para o aperfeiçoamento e mudança das leis, que ainda se pautavam na retrógrada ausência da mulher na sociedade.

Dentro deste contexto, podemos afirmar que o Conselho Estadual da Mulher em Minas deu e continua dando sua valiosa contribuição para a inserção da Mulher em todos os setores da vida política e social de Minas e do País.

Mas foram, sem dúvida alguma, as mulheres que defenderam a sua criação as grandes democratas nos momentos decisivos da redemocratização do País, tanto na luta pela anistia, ampla geral e irrestrita, como pelas eleições livres e diretas para Presidente.

A garantia das liberdades significou o passo importante. Avançamos muito, garantindo a licença-maternidade, mas ainda precisamos garantir que os salários sejam iguais em condições de trabalho para as mulheres. Se estamos hoje em grande parcela nas Universidades, nos cargos executivos e nos legislativos, isso não nos coloca na posição de conformismo.

A defesa da dignidade da mulher, seja ela esposa dedicada, dona de casa, mãe de família, trabalhadora nas fábricas, professoras ou empresárias, é uma luta permanente que não se esgota, até porque "a mão que embala o berço é a mão que embala o mundo".

Reconhecimento histórico da ação político-feminista de Sandra Lima

Marta Alexandre

Assistente social, política, feminista Ex-conselheira do CEAS e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar/MG

Durante o período da redemocratização do país, nós mulheres ocupamos papel destacado, através dos comitês pela Anistia e a reorganização do movimento popular: diretórios acadêmicos, DCEs, UNE, associações de moradores e de mulheres de bairros, movimentos sindicais e outros. Naquela época, iniciamos a fundação das Federações de Mulheres nos Estados e, em Minas Gerais, Sandra Maria Lima Gomes, a Sandra Lima, liderou o movimento feminino com o apoio de outras mulheres, como Rosanita Campos, sua grande incentivadora e primeira presidenta da Confederação de Mulheres do Brasil.

Nos anos seguintes, as Federações de Mulheres de vários Estados, reunidas, já discutiam a necessidade e importância de lutarmos pelo Ministério da Mulher, quando entregamos um manifesto ao então governador Tancredo Neves e conquistamos vários conselhos, além de o participarmos da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, junto ao movimento feminino de todo o país.

Nesse processo de crescimento e retomada do movimento de mulheres no Brasil, Sandra Lima foi baluarte da luta em defesa dos direitos da mulher, tornando-se a segunda presidenta do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais (CEM), com muito dinamismo, criatividade e dedicação. Sandra Lima é mineira, passou a infância e adolescência na cidade de São Domingos do Prata/MG e sempre revelou-se uma líder, conforme comentam pessoas que a conhecem desde antigamente. Aposentou-se pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, onde trabalhou como funcionária pública, em departamento administrativo.

Revendo material referente ao período de Sandra Lima na Presidência do Conselho Estadual da Mulher, e convidada que foi para dar um

163

testemunho de sua gestão, mas estando impossibilitada, assumi eu, honrosamente a convite do CEM, esta missão. Pelos relatórios, catálogos, *folders*, atas e cartazes consultados, percebo que a presidenta Sandra Lima imprimiu em seu mandato uma nova dinâmica operacional. No CEM, têm início, por meio da criação de quatro grupos de trabalho, que atuariam sob a forma de coordenação, ações mais ágeis e muitas reuniões produtivas. Três coordenações e mais uma especial, denominada Projeto Mãos de Minas e Trabalho, a cargo de Tânia Machado, significaram a descentralização do poder, pois Sandra Lima sempre foi favorável ao poder compartilhado.

Ela mesma incumbiu-se da Coordenação de Divulgação e Imprensa; Angélica Coutinho, da Coordenação Pró-Criança e Educação; e Maria de Lourdes Pace, na Coordenação de Saúde e Violência. Assim, enquanto uma Coordenadoria propunha a criação de cursos profissionalizantes, visando à formação de mão-de-obra, outra publicava o folheto *Os direitos da Mulher na Constitutinte*, com a *Proposta das Mulheres para a Constituição*. E mais aquela outra coordenadora criava o Centro de Orientação da Mulher, para acolher as denúncias das mulheres e encaminhá-las ao setor competente. Outra coordenação prestava assessoria à implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher-PAISM- do Ministério da Saúde.

Já a questão da violência se impôs como prioridade desde o início da Gestão Sandra. A possibilidade de extinção da Delegacia de Mulheres, criada legalmente em janeiro de 1987, mas funcionando desde novembro de 1985, vislumbrada nas entrelinhas da Resolução de nº 5.612, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reacendeu o debate e pôs a militância em estado de alerta. Além de defender a manutenção de uma Delegacia especializada, Sandra Lima e Lourdes Pace, principalmente, defenderam a ampliação do número dessas delegacias, justificando sua necessidade com impressionantes números de queixas de lesão corporal, espancamentos, ameaças de morte e estupro.

Por iniciativa da Subsecretária do Trabalho, Rachel Scarlatelli, iniciou-se em 1987 o Projeto de Atendimento Muldisciplinar às Mulheres Vítimas de Violência, famílias e homens violentos, para atender à família vitimizada e o agressor, numa antevisão do que constaria da Lei Maria da Penha, publicada em 7 de agosto de 2006. Assinavam o projeto as advogadas Judith Viegas e Ilma Inês, reforçadas pela assinatura de muitas entidades de peso em Belo Horizonte, como por exemplo Faculdade de Direito da UFMG e Ordem dos Advogados do Brasil/Departamento Feminino da OAB.

Recordo-me que o Conselho Estadual da Mulher apoiou a Associação das Empregadas Domésticas na realização de três eventos, em 1986, 87 e 88 (Encontro das Empregadas Domésticas em nível municipal e estadual), sendo o último em 1988, visando conscientizar a categoria para a profissionalização. O Ano da Constituição Brasileira levou-as, também, ao debate dos direitos das domésticas na Nova Constituição. À frente da entidade, Maria Ilma Ricardo, também conselheira e grande parceira de Sandra.

Portanto, nesse processo de crescimento e retomada do movimento de mulheres no Brasil, Sandra Lima foi baluarte da luta em defesa dos direitos da mulher. Em Minas Gerais, principalmente, é reconhecido seu empenho na defesa das questões femininas e dos direitos da mulher como cidadã e pessoa humana.

Eram tempos de mudança, tempos de ousadia

Luzia Ferreira Ex-Presidenta do CEM Vereadora de BH Presidenta do PPS/BH

O ano de 1982 foi um marco na luta democrática contra a ditadura no país. As eleições indiretas para governadores, as primeiras desde o golpe militar de 1964, transformaram-se num amplo movimento de massas, e o voto popular consagrou nas urnas a oposição nos principais estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, sendo eleitos Tancredo Neves, Franco Montoro e Leonel Brizola.

O Movimento de Mulheres vinha se reorganizando desde o final da década de 1970, com o Movimento Feminino pela Anistia, com os Encontros setoriais de trabalhadoras, mas principalmente com a realização de congressos visando criar entidades gerais para representar o conjunto das mulheres mineiras. Participantes ativas na luta contra a ditadura, as mulheres se organizavam para defender também as suas reivindicações específicas: igualdade de direitos e de oportunidades, no trabalho, na família e na sociedade.

A força do Movimento de Mulheres era crescente, com grandes mobilizações de rua, o que nos permitiu uma forte inserção na campanha eleitoral de Tancredo Neves a governador e a inclusão no seu programa de governo de nossas bandeiras específicas, dentre elas, a criação do Conselho Estadual da Mulher. Com a vitória de Tancredo, o Departamento Feminino do PMDB se organizou para cobrar o compromisso assumido com as mulheres durante a campanha, o que se concretizou pelo Decreto n. 22.971, de 24 de agosto de 1983, que criou o Conselho Estadual da Mulher, o primeiro do País.

Tive a honra de fazer parte da Secretaria Executiva, da primeira gestão do Conselho – 1983 a 1986. A nossa gestão, tendo à frente a Deputada Federal Júnia Marise, teve o papel de estruturar o Conselho, dar-lhe visibilidade e, mais do que isso, provar que a novidade era de fato necessária.

Fomos protagonistas de idéias vanguardistas que hoje se encontram incorporadas nas leis e nos costumes da sociedade.

Foi um período de muito trabalho e de muitas vitórias, pois éramos desafiadas pela crescente efervescência política das forças democráticas e pelo fim anunciado da ditadura.

Soubemos ocupar bem o nosso espaço. Realizamos o 1º Encontro Mineiro da Mulher Rural, o Seminário Mulher e Saúde, o Encontro Estadual sobre os Direitos da Mulher na Constituinte, precedido de Encontros Regionais em todo o estado, ao lado da formulação de políticas públicas nas diversas áreas de atuação do governo. Estimulamos a criação de Conselhos nos municípios para ampliar a nossa ação e participamos ativamente da campanha de Tancredo Neves à Presidência da República, 1984, que, apesar de ser indireta, só foi vitoriosa pela ampla mobilização popular. O compromisso de criar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi cumprido por Sarney, em 1985, e posteriormente, no governo Lula, foi consolidado como Ministério.

À implantação dos Conselhos seguiu-se a criação das Delegacias Especiais de combate à violência contra as mulheres, outra importante conquista institucional. São centenas pelo país afora a nos revelar a situação dramática de violência doméstica que atinge milhares de mulheres, hoje tipificada como crime pela Lei Maria da Penha, instrumento legal que avança na proteção à mulher e punição do culpado.

Na constituinte conquistamos os nossos direitos. O poderoso "lobby do batom" garantiu a inclusão na Constituição das principais reivindicações das mulheres brasileiras, fruto de décadas de lutas.

Enfim, nestes 25 anos de existência do Conselho Estadual da Mulher temos muito a comemorar, e estou feliz de fazer parte desta história.

Parabéns a todas as mulheres que diretamente foram responsáveis pelo sucesso do CEM, seja como presidentas, conselheiras, executivas, ou funcionárias, e a todas aquelas que colaboraram, incentivaram, aplaudiram e torceram para dar certo.

Deu. O mérito é de todas nós.

Minha trajetória à frente do CEM

Maria de Lourdes Prata Pace Ex-Presidenta do CEM Professora, filósofa e empresária

Quando fui convidada no governo do Dr. Newton Cardoso para ser diretora do Conselho Estadual da Mulher, em 23 de agosto de 1986, foi um grande desafio, que aceitei com alegria e responsabilidade. Depois de três anos fui designada Presidenta em exercício; daí para frente fui presidente em quatro mandatos. Tenho certeza de que cumpri meu dever com o Estado e com as mulheres de Minas Gerais, com muito trabalho, dignidade e, acima de tudo, pelo bem público e pelos direitos conquistados pela mulher.

O Conselho se destinou a promover melhores condições para a integração das mulheres na sociedade, formulando planos de ações que viabilizaram a participação da mulher em todos os setores e propondo medidas e atividades que visassem à defesa de seus direitos. E, ainda, lutando contra todas as formas de violência e de discriminação que impedissem sua plena inserção na vida socioeconômica política e cultural do nosso estado.

Nós brasileiras somos 51,5% da população, constituímos 41,9% da força do trabalho. Os impactos das políticas de ajuste estrutural – geradas por um modelo de desenvolvimento excludente e desumano – vêm aumentando as dificuldades das brasileiras particularmente de baixa renda.

As condições mais adversas geradas pela pobreza atingem particularmente as mulheres pela posição secundária que ocupam na sociedade e pela discriminação de gêneros que sofrem.

Os reduzidos investimentos em setores sociais fundamentais como: saúde, educação, trabalho e saneamento básico significam mais horas nas filas de atendimento no INSS, nos postos de saúde, menos escolas, mais mortes por parto e doenças no aparelho reprodutivo, mais violência doméstica e também mais horas de trabalho gerando violência e discriminação.

A trajetória do Conselho é de luta, resistência e é contínua. E se não fizemos mais é porque muitas vezes não tivemos o apoio dos órgãos públicos para desenvolver nossos trabalhos. Lutamos pelas Diretas já, pela Anistia, tivemos papel importante na feitura da Constituição Federal, Estadual e na Lei Orgânica do Município, pelos direitos da mulher que foram alcançados na Constituição de 1988.

Fizemos parte de todos os Fóruns realizados em todo recanto do Brasil, para levar as reivindicações das mulheres brasileiras à IV Conferência Mundial da Mulher, promovida pela ONU em setembro de 1995, em Pequim, onde o Brasil foi signatário da Declaração e da Plataforma de Ações. Foi um privilégio para mim, ser uma das delegadas que representaram Minas Gerais na Conferência.

Ajudamos a criar Conselhos Municipais, Associações e Entidades de Mulheres em todo o Estado de Minas Gerais. A experiência demonstra que a história de luta das mulheres brasileiras, embora pontuada por obstáculos e com articulação limitada, não pode ser mais ignorada, pois temos contribuído valorosamente para mudar a cara do Brasil. Em todo aspecto que se observa, os avanços foram decisivos, principalmente no campo do Trabalho, da Saúde e da Educação.

Trabalho

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das marcantes transformações sociais ocorrida no País, desde os anos 70. O crescimento da força de trabalho feminina hoje supera o masculino, mas o desemprego é maior entre as mulheres. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuíram para esse processo de transformação.

O papel do Conselho foi sempre incentivador da criação e da ampliação de cursos de qualificação profissional e geração de rendas voltadas para os interesses da mulher. É preciso que o governo e os órgãos competentes tomem consciência desse grave problema do desemprego, trazendo políticas compensatórias para resolver este direito social que assola nossa população.

Saúde

Desenvolver atividades junto aos órgãos públicos, com a finalidade de identificar, conhecer e avaliar os programas de assistência integral à saúde da mulher, propondo novas medidas, sempre foi um trabalho do Conselho. A noção de saúde integral leva ao reconhecimento de

que isso significa "estar bem no mundo", ou seja, são muitos os fatores que fazem com que uma pessoa seja sadia: desde a alimentação de qualidade e a higiene, até o descanso, o lazer e um ambiente saudável no trabalho.

Educação

Na filosofia do Conselho, significa desenvolver um projeto educacional não discriminatório, isto é, transversalizar toda ação educativa com discussão sobre o papel da mulher na sociedade, nas relações de gênero, de raça e de etnia, o direito de escolha e o respeito às diferenças. Significa, também, a implementação de um projeto cultural que questione as relações que introduzam novos paradigmas, que combata toda e qualquer forma de discriminação ou violência, que valorize a produção cultural e artística, que trabalhe nas questões de gênero.

Assim, com ousadia e coragem, vencendo mil obstáculos, o Conselho Estadual da Mulher abriu espaços enriquecendo a sociedade como agente dinâmico e altamente produtivo.

Um "choque de gestão"

Luziana Lanna
Ex-presidenta do CEM
Professora e Empresária da área de Educação

Em fevereiro de 2004, fui convidada pelo Governador Aécio Neves para traduzir o sentimento do seu governo para o Conselho Estadual da Mulher – CEM.

Cada governo possui uma marca e um estilo de trabalho. O primeiro mandato do Governador Aécio Neves ficou marcado pelo "Choque de Gestão". Esta foi, também, a nossa marca.

Analisamos o currículo de pessoas que já pertenciam ao quadro do Estado e as recolocamos, sem ônus nenhum extra para os cofres públicos, como membros do Conselho.

A Equipe de Conselheiras foi muito bem escolhida e contemplou muitos setores da nossa sociedade, facilitando nosso trabalho e abrindo oportunidades e contatos diversos.

Acabamos com o aluguel que era uma carga financeira desnecessária. As reformas das salas para funcionamento do CEM e do Centro Risoleta Neves de Atendimento foram feitas com doações e parcerias de empresários amigos.

O Centro Risoleta Neves foi inaugurado em 16 de setembro de 2004, com uma equipe multidisciplinar – Assistente Social, Psicóloga e Advogado – para atender à demanda de mulheres vítimas de violência.

Tivemos a preocupação de interiorizar a criação de Conselhos. Elevamos de 17 para 36 o número de Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres em Minas Gerais. Realizamos cursos e palestras de capacitação em diversos municípios, com a finalidade de levar as mulheres à reflexão sobre o novo papel da mulher na sociedade.

Eventos comemorativos como o Bravas Mulheres Mineiras, realizado em março de 2004, no Palácio das Artes, em que homenageamos mulheres de destaque nas diferentes áreas do nosso Estado, foram patrocinados por

entidades simpatizantes da causa feminina pela igualdade de direitos e oportunidades no mercado de trabalho.

Não posso deixar de elogiar o belo trabalho da Diretoria Executiva, que, bravamente, conquistou respeito e admiração das lideranças de vários movimentos, que há anos vêm lutando pela mulher brasileira.

Posso dizer, com toda tranquilidade, que tenho o sentimento de DEVER CUMPRIDO. Minha tarefa foi 100% cumprida. Em 31 de março de 2006, deixei para minha sucessora novos desafios e mais obstáculos a serem vencidos. Temos consciência de que a luta da mulher brasileira por igualdade de direitos trabalhistas e por respeito social continua e, ainda, estamos longe de poder dizer que o trabalho da mulher brasileira é tão valorizado quanto o do homem...

A nova dinâmica do CEM: um balanço positivo

Maria de Nazareth Barreto de Carvalho Vice-Presidenta e Presidenta Interina do CEM

Os ideais libertários sempre estiveram na mente das mulheres de Minas, conforme mostra a história. "Igualdade de direitos e de oportunidades entre todas as pessoas" e "Combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres" constituem a bandeira do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais – CEM –, desde sua criação no ano de 1983.

A luta das nossas antecessoras foi de fundamental importância para o momento que vivemos hoje. Apesar das dificuldades, os avanços e conquistas foram muitos. O nosso compromisso é continuar preservando o que foi conquistado e trabalhar na construção da cidadania das mulheres, como sujeitos sociais e políticos.

Desde 2004 tenho o prazer, a alegria e o compromisso de trabalhar no Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, no qual exerci a função de Vice-Presidenta na Gestão da Professora Luziana Lanna, representante da sociedade civil, tendo respondido interinamente por sua Presidência, durante um ano, até a indicação da atual Presidenta, Professora Carmen Rocha, representante do poder público. Atualmente, faço parte da Secretaria Executiva do CEM, desenvolvendo trabalho em prol da condição feminina, com o mesmo entusiasmo.

Nos anos de 2004 e 2007, mulheres mineiras, representantes de um número expressivo de municípios, com a presença ativa do Conselho na organização, participaram da I e II Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, nas esferas municipal, estadual e nacional.

No ano de 2005, o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais foi elaborado e pactuado com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. No nosso Estado, políticas públicas para as mulheres estão sendo implementadas .

Atendendo à reivindicação do Conselho Estadual da Mulher, assim como as reivindicações emanadas do I Fórum Estadual de Políticas para as

173

Mulheres, realizado em outubro de 2006, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o Governo de Minas criou, em janeiro de 2007, a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais – CEPAM. Seu objetivo é desenvolver e coordenar as políticas públicas para as mulheres, estabelecendo a transversalidade e a intersetorialidade dessas políticas em todo o Estado.

No cumprimento de suas atribuições, desde 2004, o Conselho Estadual da Mulher tem envidado esforços, junto aos Executivos Municipais, para ampliar o número de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher em todo o Estado. De fevereiro de 2004 a julho de 2008, elevamos de 17 para 55 o número de Conselhos em Minas Gerais.

Atualmente, os municípios mineiros que possuem Conselhos de Direitos da Mulher são os seguintes: Araguari, Araxá, Barbacena, Brasília de Minas, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Cataguases, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Divisópolis, Felizburgo, Formiga, Governador Valadares, Guanhães, Ipatinga, Itajubá, Ituiutaba, Jacinto, Jequitaí, Jequitinhonha, João Monlevade, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Lavras, Moema, Montes Claros, Morada Nova de Minas, Ouro Branco, Ouro Preto, Paracatu, Patrocínio, Perdões, Pirapora, Poços de Caldas, Ponto dos Volantes, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Santo Antônio do Jacinto, São Gotardo, São Lourenço, São João del Rei, Sete Lagoas, Taiobeiras, Três Marias, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varginha, Várzea da Palma e Vespasiano.

O nosso desejo é sensibilizar os Prefeitos, legítimos representantes eleitos pelo povo, para que possibilitem a criação do Conselho de Direitos da Mulher em seus municípios e ofereçam infra-estrutura necessária básica para seu funcionamento.

Os Conselhos de Direitos das Mulheres são espaços de controle social, garantidos pela Constituição Federal de 1988, que permitem a todas as cidadãs o exercício da democracia participativa.

Em um contexto mais amplo, sociedade e governo têm o compromisso de, juntos, trabalharem em prol do alcance dos Objetivos Do Milênio (ODMs), estabelecidos, em 2000, pela Organização das Nações Unidas – ONU–, e assinado pelo Brasil junto com mais 188 países.

Os Objetivos do Milênio são: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade

de gênero e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV-Aids, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

As Nações Unidas confirmam o que nós já sabemos: o desemprego, o analfabetismo e todas as formas de discriminação contra as mulheres, bem como outras formas de exclusão social, são ameaças ao desenvolvimento. Nesse processo, o engajamento da sociedade civil e do poder público são essenciais. O que nós queremos é uma sociedade igualitária, justa e fraterna. Daí a nossa luta, a nossa bandeira, o nosso compromisso!

Conselhos dos Direitos das Mulheres e a construção de uma sociedade igualitária

Ministra Nilcéa Freire Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Os Conselhos dos Direitos das Mulheres devem ter como horizonte a busca da igualdade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres, garantindo, assim, seus direitos de cidadãs. Nesse sentido, durante seus 25 anos, o Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais contribuiu para a discussão de temas relacionados à mulher e à redução das desigualdades entre mulheres e homens no País.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, e especialmente nos últimos anos, o Brasil vive um processo muito intenso de participação social na formulação, execução, avaliação e fiscalização de políticas públicas, o que representa uma nova relação entre Estado e sociedade. Com os Conselhos foi possível re-significar o conceito de controle social.

A atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) é uma expressão desse processo. Ao longo dos seus mais de 20 anos de existência, o CNDM consolidou-se como um espaço institucional que contribui com a formulação de políticas públicas para reduzir as desigualdades entre mulheres e homens. Também teve papel fundamental na inclusão dos direitos humanos das mulheres brasileiras na Constituição de 1988. Nesse período, seu protagonismo ficou conhecido como "lobby do batom" e resultou na Carta das Mulheres aos constituintes, com mais de 100 emendas.

Recentemente, o CNDM convocou duas Conferências Nacionais com a mobilização de mais de 300 mil brasileiras. A primeira, em 2004, deu origem ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM). A segunda avaliou a implementação do I PNPM e indicou as diretrizes para a formulação do II Plano Nacional. Além disso, integrou diversos

grupos de trabalho e comissões da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) como a Comissão Tripartite, que fez a revisão da legislação punitiva do aborto. Em uma iniciativa inédita e com o objetivo de fortalecer a gestão participativa e o controle social nas políticas de saúde para as mulheres, o CNDM, a SPM e o Ministério da Saúde promoveram, em 2006, o Seminário Nacional de Controle Social nas Políticas de Saúde para as Mulheres.

A consolidação da democracia brasileira passa necessariamente pelo fortalecimento destas estruturas singulares de encontro entre governos e sociedade. O debate qualificado, o respeito e a solidariedade entre suas integrantes tem sido a marca dos Conselhos de Direitos das Mulheres desde a criação daqueles primeiros em 1983. O caso mineiro é um destes bons exemplos de construção da cidadania plena das mulheres em nosso País.

Com o reconhecimento àquelas que no passado recente fizeram a história, rendemos nossas homenagens àquelas que hoje persistem na luta por um mundo mais justo e solidário para todos e todas.

4. Ao Conselho Estadual da Mulher pelos 25 anos

A importância do Conselho

Ana Maria Aparecida Pereira

Conselheira do CEM

Coordenadora Estadual da Comissão
de Mulheres Trabalhadoras Rurais – FETAEMG

O Conselho é de suma importância por ser um instrumento de promoção de políticas públicas para o combate da discriminação, violência e desemprego das mulheres. É, para nós, um marco na luta pela liberdade e igualdade de direitos entre mulheres e homens.

O mesmo visa a emancipação profissional da mulher desenvolvendo ações de formação escolar e profissional dessas. Tem se comprometido com o bem estar, a proteção e a saúde da mulher, vítima ou não de violência, atuando também como articulador e apoio na criação dos Conselhos Municipais no acompanhamento e fiscalização dos centros de apoio, das casas-abrigos e das defensorias. É ainda um importante espaço de divulgação e debate da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), reafirmando assim seu compromisso de confronto à violência, que todos os dias vitima milhares de mulheres.

Buscando dar visibilidade à causa das mulheres, realiza e apóia eventos de discussão de temas relevantes para nós, abrindo espaço à participação qualitativa e quantitativa de mulheres de todos os segmentos sociais.

A nossa participação, enquanto movimento social no CEM, vem fortalecer e ampliar, cada vez mais, a atuação do Conselho nos diversos espaços de discussão de questões relativas a gênero, democratizando a participação e representatividade de todas as categorias, segmentos, organizações e grupos sociais (urbanas, rurais, brancas, negras, índias, ciganas, ricas, carentes, intelectuais e analfabetas). É nesse espaço que defendemos as causas daquelas que são vítimas de todo tipo de injustiças.

Às companheiras de luta

Azizi Nacur Pós-Graduada em História Conselheira do CEM por 19 anos

Eu sei o que fiz; eu sei o que fizemos; eu sei o que não conseguimos fazer..., mas quero dizer ao mundo que estive e estarei por perto, nesta História. Sou parte dela. Por isso quero cumprimentar o Conselho Estadual da Mulher pelos seus 25 anos, com os melhores votos de sucesso nesta caminhada que não tem fim.

Vitória e plenitude

Beth Fleury Jornalista, feminista e poeta

Minha filosofia é a de que sempre temos que esperar muito das palavras que proferimos e das coisas que construímos. Desta forma, irei falar de grandes expectativas, pois coisas pequenas nunca me entusiasmaram.

Começo por cumprimentar, ao ensejo dos seus 25 anos, o Conselho Estadual da Mulher, com votos de que está cumprindo bem o seu papel. Hoje, depois de 13 anos de vivência na grande mídia nacional, e já com 21 anos de trabalho em uma instituição de pesquisas de porte internacional, após ter ajudado a criar o primeiro grupo feminista de Minas e feito parte do primeiro movimento brasileiro contra a violência praticada contra mulheres, ter apoiado a implantação de políticas sanitárias, criado e dirigido projetos sociais, tendo terminado há um ano uma pós-graduação em Políticas Públicas na UFMG, tenho bem claro o que esperar de um Conselho institucionalizado na estrutura de Estado.

E posso dizer que, para mim, o papel de um Conselho Estadual da Mulher está apoiado em três funções básicas — analítica, propositiva e fiscalizadora. Em outras palavras, para mim o papel de um Conselho, como o nome já diz, é ser um órgão aconselhador, de assessoramento ao Estado em sua área. Estado aqui tomado, enquanto institucionalidade; não me refiro à instância estadual.

Portanto, o que eu espero de um Conselho da Mulher é que de fato compreenda e exerça o papel que lhe cabe, com todo o rigor e competência, fazendo análises claras e profundas das políticas públicas

existentes (e consultando estudos sobre o tema), na esfera em que estiver inserido (Município, Estado ou União), propondo intervenções e/ou políticas públicas nos campos em que forem constatadas necessidades e urgências, fiscalizando a execução destes programas de intervenção e/ou destas políticas públicas. De forma que entendo que a criação de um Conselho na esfera do Estado de Minas Gerais foi uma grande vitória e temos que exercer este poder em sua plenitude.

Saudação ao Conselho: O ser Feminino em sua integral Posição

Haydée Bittencourt

Teatróloga graduada pela RADA (Londres/England) Ex-Diretora do Teatro Universitário da UFMG

Louvo a idéia inicial da fundação dessa entidade — Conselho Estadual da Mulher (CEM) — que projeta o ser feminino na sua mais alta e integral posição de membro da sociedade. A criação de um órgão como o CEM leva-nos à consideração de sua responsabilidade quanto à defesa, ao amparo, à promoção, à projeção da mulher. E, importante, livrála das discriminações que possam afetar sua vida, seu trabalho. E que o propósito da entidade não se limite apenas à mulher mineira, mas a um âmbito geral da mulher brasileira.

Um Testemunho

Jussara Menicucci de Oliveira Prefeita Municipal de Lavras-MG

Em resposta à correspondência CEM 052/2008, venho apresentar o meu depoimento sobre a importância do Conselho Estadual da Mulher e a sua participação histórica nesses 25 anos de existência, com a certeza de que o trabalho que vem realizando é o da mais alta e significativa magnitude, principalmente no momento em que ainda se discrimina a mulher.

Sinto-me privilegiada de ter participado do lançamento do Conselho Estadual da Mulher, por intermédio do Dr. Tancredo de Almeida Neves, em Belo Horizonte, oportunidade marcante para nós mulheres.

Com todos os afazeres femininos, como a administração da casa e da família, a mulher conseguiu superar suas dificuldades e administrar seu tempo para outras atividades, não conflitando os dois lados.

A mulher tem se destacado nas últimas décadas mostrando que tem competência no trabalho, como também é um marco feminino; apesar de ser taxada como sexo frágil, ela tem se mostrado forte, o bastante para encarar os desafios propostos pelo mercado de trabalho.

A sua sensibilidade tem grande colaboração nas influências humanas que se tenta propagar na atualidade. A mulher consegue transmitir a importante e dura tarefa de mudar hábitos com clareza e a delicadeza necessária para despertar o envolvimento de cada indivíduo e a importância da mudança de cada um.

Como Prefeita de Lavras por dois mandatos que completo este ano, sempre me preocupei com a valorização, respeito, distinção e reconhecimento do trabalho da mulher na sociedade brasileira.

Conhecedora também de economia e política, a mulher mostra força em perceber e apontar problemas, tendo sempre boas formas de resolvêlos, assim como os indivíduos do sexo masculino, o que evidencia o erro de discriminar e diminuir o sexo feminino, privando-o a apenas poucas tarefas domésticas.

É indiscutivelmente claro e notório o espaço que o sexo feminino vem ocupando nas diferentes áreas da sociedade humana.

Vislumbrando os horizontes da vida, tenho certeza de que a tendência é de participação da mulher em igualdade com o sexo oposto, evidenciando que a ciência, através da medicina, jamais diferenciou inteligência entre as partes.

Finalizando o depoimento acima exposto, enalteço o trabalho incessante do Conselho Estadual da Mulher, que assessora e articula, na sociedade civil, a implementação de políticas públicas de atenção à mulher, nos diversos aspectos: saúde, segurança e justiça, direitos sexuais e reprodutivos, mercado de trabalho e educação.

Papel político do Conselho

Laís Maria Costa Silveira

Promotora de Justiça do Ministério Público Titular da Promotoria Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Denise Gerzoni Coelho

Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar Promotora de Justiça da Promotoria Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Desde que a Promotoria Especializada no combate à violência doméstica e familiar foi criada, foram estreitados os laços com o Conselho Estadual da Mulher. Essa parceria foi fortalecida através da integração da Promotoria na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica, em fevereiro de 2007, rede da qual o CEM já fazia parte.

Nós, mineiras, temos o orgulho de ter o primeiro "Conselho Estadual da Mulher", demonstrando o pioneirismo do organismo governamental estadual e a preocupação do governo com a questão de gênero.

O Conselho tem sido o instrumento aprimorador da participação popular no desenvolvimento social do Estado através da Mobilização conjunta, se mostrando como legítimo canal de comunicação entre a sociedade civil e o Governo.

Estrategicamente situado na estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE), o CEM vem implementando políticas públicas que em muito auxiliam a mulher em situação de violência, sobremaneira na articulação com os Movimentos Sociais e demais setores públicos e privados que compõem a rede, instituindo uma via aberta de diálogo entre o Estado, a Promotoria e a sociedade civil, cumprindo o alcance cabal dos Direitos Humanos da mulher mineira.

O Conselho tem um status privilegiado de instrumento que demonstra a transparência da administração pública, o alcance da população aos importantes programas que reconhecem a necessidade da efetivação da cidadania da mulher em todos os níveis.

Destacável, ainda, não só a regularidade de funcionamento do Conselho, mas seu dedicado desempenho, sua importante e efetiva atuação, atuando dentro de suas competências, o que lhe confere credibilidade junto a seu público. O empoderamento do CEM significa o fortalecimento de relações democráticas e a efetiva participação popular nas funções da máquina pública, visando a eliminação das discriminações e da violência contra a mulher.

A plena inserção da mulher na vida socioeconômica, política e cultural depende de um Conselho forte, que foi a intenção motivadora da criação dos mesmos pela Constituição Federal de 1988.

O que podemos perceber é que quando os espaços públicos existem e funcionam, há a valorização e defesa dos direitos da mulher, através da política de acesso à população dos serviços públicos, vemos que

se apresentam as demandas anteriormente represadas ou sem resposta do poder público. Daí a importância do CEM que desenvolve atividades que atendem a mulher "de perto", com foco nas suas principais necessidades, o que gera para a população um ganho de qualidade no serviço público.

As solicitações encaminhadas pelo Conselho à SEDESE denotam ações afirmativas e a prática de políticas públicas desenvolvidas especificamente para as mulheres, fortalecendo a participação da mulher nos espaços de poder, propiciando maior participação social e política e priorizando a atuação no sentido de promover a melhoria das condições para a implementação do Plano Estadual e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Há que se destacar a participação do CEM nos debates de gênero, seminários e Conferências, atuando diretamente na elaboração de importantes sugestões para a ampliação das políticas públicas do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, e nas mudanças necessárias para a melhoria da condição da mulher, reduzindo desequilíbrios socais, estabelecendo a ordem justa, pautada pelo ideal de cidadania.

Através do apoio do CEM à ampliação do número de Conselhos Municipais em nosso Estado, garante a concretização de políticas públicas voltadas para as mulheres, operacionalizadas através de uma rede, a ser formada por esses Conselhos.

A efetivação da Integração Social da Mulher, em todos os seus aspectos, na vida comunitária, na cidade e no campo, tem sido trabalhada pelo CEM através da educação inclusiva de gênero, na divulgação da Lei 11.340/06 através de cartilhas e material didático de fácil acesso e linguagem e do Fala Mulher, serviço de telefonia que recebe denúncias, esclarece dúvidas e presta informações sobre políticas públicas.

O Conselho Estadual da Mulher tem se movimentado, também, operacionalizando atendimentos ao enfrentamento da violência contra as mulheres, implantados no Centro de Referência Risoleta Neves, em Belo Horizonte, e das parcerias firmadas no interior visando o Abrigamento de Mulheres Vítimas de Violência de Gênero, possibilitando assim, a quebra da cultura do silêncio que cerca os atos violentos e a reação feminina na libertação do ciclo de violência, por meio do amparo do Estado.

A Promotoria especializada no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher aplaude a atuação do Conselho Estadual da Mulher e seu desempenho na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas de desenvolvimento social do Estado de Minas Gerais e parabeniza seus gestores pela brilhante conduta, sempre pautada na cristalinidade, na busca de parceria, na proximidade com a sociedade civil.

Uma feminista de fé que sonha com um mundo de paz

Márcia de Cássia Gomes

Coordenadora dos Direitos da Mulher - COMDIM BH Conselheira do Conselho dos Direitos da Mulher 2007-2009

É com muita alegria que participo da comemoração dos 25 anos de criação do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, um dos precursores na luta pelos direitos das mulheres em nosso Estado e também no País. Lembrar de implantação e da luta de diversas mulheres que se empenharam como interlocutoras no trabalho cotidiano é uma memória exemplar. Como presidentas, conselheiras, assessoras ou funcionárias do CEM-MG, lutaram por ampliação dos Conselhos nos diversos municípios mineiros e são referência no processo político de mudanças nas décadas de 1980/90, em 2000 e agora no século XXI.

Muitas coisas aconteceram e estas mudanças também foram sentidas no CEM-MG, desde mudanças físicas de sede, bem como de seu papel político. Se durante uma época, as conselheiras eram indicadas politicamente, hoje o quadro é outro. A composição ocorre com a participação de setores representativos da sociedade que passaram a integrá-lo. São sinais visíveis de que o CEM retoma o papel de não apenas propor políticas, mas fiscalizar e monitorar as políticas públicas para mulheres implementadas pelo Executivo, realizando o controle social fundamental para o processo democrático em consolidação em nosso País.

Confesso que sempre tive uma relação ambígua com o CEM-MG. Um tanto de amor, na maioria das vezes, mas também de desconforto, de olhares atravessados. Principalmente no início da década de 90, quando da criação das políticas para as mulheres em âmbito municipal. Criamos o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o Benvinda - Centro de Apoio à Mulher e à Casa Abrigo Sempre Viva. No final da década de 90, implantamos no município a Coordenadoria dos Direitos da Mulher (COMDIM). Na época fizemos discussões, em Belo Horizonte, sobre o papel de cada órgão – Conselho e Coordenadoria, tendo o Conselho ficado com o papel de propositor e fiscalizador, e a Coordenadoria como órgão executor das políticas. Sempre foi e ainda é difícil essa discussão.

Vários foram os debates e empunhávamos a bandeira do organismo estadual para que, assim, houvesse um órgão na estrutura do Estado capaz de assumir este papel. A luta foi dura, mas conseguimos. A última gestão do CEM-MG assumiu esta bandeira, fizemos a I Conferência Estadual e os Fóruns Técnicos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Lembro-me de atividades em conjunto dos Conselhos Municipal e Estadual, a exemplo do Curso Mulher sem Medo do Poder, em meados da década de 90. Esses momentos, entre outros, foram marcantes. É por isto que me sinto integrada e participante desta história que se confunde com a minha trajetória enquanto belo-horizontina, militante, ativista e feminista.

Integro o time das lutadoras, das sonhadoras, das batalhadoras que insistem em acreditar num mundo de paz, de esperança e de fé na vida e em seu povo. A todas que contribuíram com esta história, deixo aqui um forte abraço.

Carta aberta ao Conselho

Maria Aparecida Chaves (Cida Chaves)

Conselheira honorífica do CEM
Escritora

Antes de mais nada, gostaria de informar que fui a responsável pelo nome atual do nosso Conselho Estadual da Mulher. Argumentei bastante, na ocasião, contra o nome Conselho Estadual da Condição Feminina, alegando que de "condições" estávamos fartas.

O CEM foi resultado de um processo obstinado e sofrido. Muitas vezes nos reunimos ao ar livre ou em nossas próprias casas, em bares próximos ao diretório do PMDB. Chegamos a nos reunir, com dezenas de mulheres vindas do interior, na escadaria em frente à Assembléia, porque o Plenário foi fechado, apesar de combinação anterior.

Foi a reivindicação teimosa de umas poucas mulheres na época. A resistência masculina foi indescritível, compreensível apenas quando testemunhávamos o atordoamento de nossos políticos, assim como os seus temores. Mas, vencidos alguns adiamentos de sua agenda, o Dr. Tancredo colocou à nossa disposição o Departamento Jurídico do Estado, representado pelos advogados Simão Pedro Casasanta e Dr. Camboge, e toda a infra-estrutura disponível. Assim, foi possível concluirmos as adaptações das leis delegadas mineiras, tendo como parâmetros os estudos das mulheres paulistas, Eva Blay, Sílvia Pimentel, Florista Verucci e Helleieth Saffiotti, que também organizavam o seu Conselho. Ao nosso CEM, parabéns pelos 25 anos.

Cumprimentos ao CEM

Maria do Carmo Ferreira da Silva (Cacá) Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR

Nossos cumprimentos ao Conselho Estadual da Mulher pelos seus 25 anos. Pleno êxito em suas ações e que ele continue cumprindo sua nobre missão, inclusive de arregimentar mulheres preocupadas com os problemas particulares e coletivos, aumentando, cada vez mais, a participação feminina.

Por mais complexa e exigente que seja a participação, atuação e conhecimento da mulher como agente político, ainda hoje, com um número pouco significativo nas três esferas do poder, urge intensificar a nossa participação efetiva, mães ou não, casadas ou não, não importando a formação acadêmica de cada uma, haja vista o fato de cada ser feminino ter em sua competência natural uma contribuição a oferecer. Cada mulher, a seu modo, tempo e saber, pode atuar junto ao processo político-democrático da gestão pública do nosso Brasil, trabalhando a favor de mudanças. Devemos, dentre tantas várias atribuições, buscar a realização de Políticas Relativas em prol da Promoção da Igualdade Racial. Espero que nossa atuação seja sempre uma contribuição efetiva e inclusiva à sociedade, imprimindo no poder também a nossa face.

Testemunhando a trajetória do Conselho

Maria Ilma Ricardo

Ex-conselheira do CEM, Presidenta e fundadora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Representando a sociedade civil fui membro do Conselho Estadual da Mulher, por duas gestões seguidas. E não somente dei minha colaboração como também muito recebi dele. Participei de todas as discussões relativas à criação de importantes órgãos, e sempre com muito sucesso. Por exemplo, lembro o Encontro da Trabalhadora Rural e a criação da Delegacia Especializada da Mulher, entre outros.

Guardo também boas lembranças do 5º Congresso das Trabalhadoras Domésticas, em que o Conselho trabalhou arduamente, através de D. Lourdes Prata Pace e Tânia Machado, entre tantas outras, e que

contou com a presença de 560 domésticas, tornando-se o melhor congresso da categoria.

Éramos um grupo sempre solidário umas com as outras. E nossas reuniões eram sempre alegres, prazerosas, fruto de uma equipe muito unida. Com a indicação do Conselho fui participante da Confederação das Mulheres do Brasil. A Associação dos Trabalhadores Domésticos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, hoje sindicato, muito agradece ao CEM e espera sempre poder contar com o apoio do atual Conselho, para nosso Encontro que se realizara nos dias 21, 22 e 23 de novembro do presente ano.

Somente tenho que agradecer às ex-conselheiras e parabenizar as atuais. E desejar-lhes sucesso, pois o Conselho sempre será o orgulho da Mulher Mineira.

A participação feminina no Conselho

Priscila Freire
Atriz e Diretora /Teatro
Diretora do MAP

Vi nascer o Conselho Estadual da Mulher, quando me encontrava na presidência da Sociedade Amigas da Cultura. Era perceptível a efervescência feminina em torno de uma questão até então deixada ao acaso: o papel social e político da mulher. Esta mulher passa a se situar como um ser capaz de mudanças. Toma e amplia a consciência de seu poder e destino. De lá para cá estamos assistindo a um desenrolar incessante de situações nas quais fica evidente a participação feminina, em um mundo em que ela vem se apresentando no comando de segmentos sociais, políticos e financeiros. O Conselho Estadual da Mulher traz a participação feminina direcionada para ações de estímulo ou defesa dos interesses da sociedade como um todo. E está de parabéns pelo profícuo trabalho desenvolvido neste um quarto de século.

Declaração solidária ao CEM

Artista Plástica

Teresinha Soares

Primeira Vereadora do interior mineiro (Araxá) e do Estado de MG

Sinto-me muito à vontade para, felicitando o Conselho Estadual da Mulher nos seus 25 anos de existência, declarar-me solidária na constante luta pela defesa dos direitos das mulheres.

De fato, em toda a minha vida, quer no âmbito familiar, quer me expressando por meio de meus trabalhos, como educadora, política, escritora ou artista plástica, sempre me posicionei pela valorização da mulher em dignidade, respeito, liberdade para se colocar, lado a lado ao homem nos direitos, responsabilidade e participação.

Muito já conquistamos e muito ainda há para ser alcançado. Infelizmente, a violência contra as mulheres persiste; problemas relacionados à saúde, segurança, isonomia salarial, assistência às mulheres do campo estão aí para serem solucionados.

Acredito no CEM, como um marco das conquistas das mulheres mineiras.

Nessas efemérides, saudades do nosso querido governador Tancredo Neves.

Parabéns!

Integridade, dignidade e respeito: Uma luta de 25 anos do CEM

Umbelina Lopes Defensora Pública

No Brasil, as décadas 70 e 80 foram de fundamental importância no combate à violência contra a mulher, quando vimos por todo o país mulheres sendo assassinadas e seus maridos absolvidos na justiça, amparados pelo falso instituto da "legítima defesa da honra".

Dentre os movimentos sociais organizados, destaco o movimento SOS Mulher, com o slogan "Quem ama não mata" e juntamente com ele, os Conselhos Estaduais da Mulher, os quais contribuíram de forma significativa para agilização da criação das Delegacias Especializadas no atendimento à mulher em 1985, fundamentais para o desempenho do nosso trabalho.

Assim, criadas as *Delegacias Especializadas*, o que era crime doméstico e ficava dentro das "paredes dos lares", passou a ter espaço próprio, visibilidade e apuração, apresentando os agressores à justiça através da elaboração do inquérito policial. Mirava-se a banalização do crime contra a mulher, e os agressores começaram a ser punidos.

Ao longo de minha trajetória profissional, na condição de Defensora Pública, tive a alegria de ser lotada no Posto de Atendimento na

Delegacia de Mulheres, isto em 1987, ouvindo histórias, as mais cruéis de violência doméstica. Compartilhei com as vítimas a frustração pela sensação de impunidade e acompanhei a formação do inconformismo da sociedade em relação a essas situações. Um descontentamento que passou a ser visível, clamando por legislação mais rigorosa.

Atendia em média 30 vítimas por dia. Milhares de ações foram ajuizadas no âmbito da área de família, sobretudo aquelas que amparavam as vítimas dentro do nosso ordenamento jurídico. Incontáveis foram os acordos efetivados por meu intermédio na perspectiva de reconciliação dos casais, quando ainda era viável a manutenção da união, respeitado o direito das mulheres e as decisões preestabelecidas por elas, mas acordadas pelos casais.

Foi exatamente nessa efetiva e eficaz parceria que os Conselhos Estaduais da Mulher se firmaram imprescindíveis na luta dos direitos das mulheres. E mais uma vez a participação destes conselhos – e em especial o Conselho Estadual de Minas Gerais – desempenharam de forma notória seu papel deliberativo e de controle social, promoveram juntamente com outros movimentos sociais a concretização de diversos anseios das mulheres em Minas Gerais. Promoveram e promovem ações de forma direta ou indireta relativas à participação feminina em processos de decisão, na perspectiva da redução das desigualdades de gênero e fazendo jus ao espaço de co-gestão governamental.

Nesta ambiência a sociedade mais uma vez se mobilizou. Os movimentos de mulheres e os órgãos representativos de Governo, como os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional, destacando-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, apresentaram um Projeto de Lei que, enviado ao Congresso Nacional tramitou em regime de urgência, culminando-se na Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que foi promulgada e sancionada em 7 de agosto de 2006, entrando em vigor em 22 de setembro de 2006, quando então passou a dar cumprimento, finalmente, à convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Na minha caminhada contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, ouvi, vivi e testemunhei fatos inusitados, tristes e cruéis, que me encorajaram a escrever um livro, onde relato e demonstro os horrores da violência doméstica e familiar, sob o título que concluí não poder ser outro senão *Mulheres em pedaços*, porque era esta a impressão que aquelas

189

mulheres deixavam. Conscientizar sobre o combate à violência doméstica é tarefa fundamental para que ocorra uma efetiva mudança nessa situação, que constitui uma cicatriz indelével para a sociedade.

"Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência". É com esta consciência, compromisso, e também como instrumento fundamental para viabilizar o princípio da igualdade, a realização da cidadania e a promoção da pacificação social, que nosso Conselho Estadual da Mulher do Estado de Minas Gerais tem trabalhado nestes 25 anos.

O papel do Conselho

Yara Tupinambá Artista Plástica, Professora aposentada da UFMG e Diretora do Instituto Yara Tupinambá

Foi o século XX que reconheceu o papel relevante que as mulheres poderiam desempenhar na vida econômica, social e política do País. Durante a Segunda Grande Guerra, com a ausência dos homens que lutavam na frente de batalha, as mulheres foram convocadas para a produção nas fábricas de armamentos e ocupação dos postos de comando nas áreas de medicina, negócios, produção agrícola. Assim, aos poucos, a mulher foi ocupando um espaço social e produtivo de importância capital, criando seus grupos de interesses comuns e suas agremiações.

Em Minas não foi diferente: aos poucos, lideranças femininas foram aparecendo, incorporadas aos movimentos políticos, ao trabalho no comércio e na indústria, aos movimentos culturais; e, os homens, inicialmente com resistências, foram absorvendo aos poucos os novos papéis desempenhados pelas mulheres e que hoje são plenamente aceitos.

O papel do Conselho Estadual da Mulher, desde sua criação em 1983, corresponde a estas buscas de lideranças e luta por uma sociedade mais justa e produtiva, encetada pelas mulheres de Minas. Debatendo, procurando levar novos conhecimentos a suas participantes, por meio de conferências, palestras e encontros, o Conselho achou seu caminho para incentivar as mulheres a se tornarem mais atualizadas e participantes da vida desta cidade e do País.

Às Conselheiras do CEM, com gratidão e carinho

Virgilia Rosa

Advogada, Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres de MG

Sinto-me muito à vontade para tecer em poucas linhas algum comentário sobre a importância histórica e atual do Conselho Estadual da Mulher – CEM, iniciando por dar-lhe parabéns!

Nós, mineiras tradicionais e/ou vanguardistas; desconfiadas e/ou ousadas; cautelosas e/ou corajosas, fazemos desse imenso Estado uma Minas Gerais peculiar, diferente e, portanto, ímpar.

A inteligência da mulher mineira que, no seu jeito quietinho de ser, de conquistar seus espaços sem muito alarde, mas com grande eficiência, mostrou a todo o Brasil há 25 anos, como somos capazes de nos organizar, em meio aos ambientes mais controversos e indiferentes! Foi assim que, mobilizadas, as mulheres reivindicaram e conseguiram ver criado o 1º Conselho Estadual da Mulher do País, um dos primeiros atos do Governador Tancredo Neves.

Mas isso foi só o começo. Vinte e quatro anos depois, muitas conquistas se consolidaram. Muitos passos foram dados. Muitas mãos se uniram. E o CEM, sempre ativo e participante, permaneceu firme. Em janeiro de 2007, com a preponderante participação do Conselho e dos movimentos de mulheres do nosso Estado, foi a vez de o Governador de Minas, Aécio Neves, a exemplo de seu avô, criar a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, por meio da Lei Delegada 120. Esse ato só veio confirmar o respeito e o reconhecimento do Governador, pela necessidade de contar, dentro do Poder Executivo, com um organismo próprio para a implementação de políticas públicas para as mulheres.

Dessa forma, com muita luta, fé e entusiasmo, pois sempre acreditando nas conquistas por vir, nós mulheres das Gerais celebramos essa data, por meio de nossas vitórias e gratidão a todas as Conselheiras que, nesses 25 anos, fizeram de Minas Gerais um Estado de grandes mulheres atuantes, corajosas e solidárias.

Parte III

nos espaços de poder mulher 1

Fêmea-Fênix

Conceição Evaristo

Navego-me eu-mulher e não temo, sei da falsa maciez das águas e quando o receio me busca, não temo o medo, sei que posso me deslizar nas pedras e me sair ilesa, com o corpo marcado pelo olor da lama.

Abraso-me eu-mulher e não temo, sei do inebriante calor da chama e quando o temor me visita, não temo o receio, sei que posso me lançar ao fogo e da fogueira me sair inunda, com o corpo ameigado pelo odor da queima.

Deserto-me eu-mulher e não temo, sei do cativante vazio da miragem, e quando o pavor em mim aloja, não temo o medo, sei que posso me fundir ao só, e em solo ressurgir inteira com o corpo banhado pelo suor da faina.

Vivifico-me eu-mulher e teimo, na vital carícia de meu cio, na cálida coragem de meu corpo, no infindo laço da vida, que jaz em mim e renasce flor fecunda.

Vivifico-me eu-mulher.
Fêmea, Fênix, Eu fecundo.

Março/2007

O universo do poder, em seu sentido abrangente, tem sido conquistado e ocupado pelas mulheres, nas últimas décadas, que, vencendo obstáculos, vêm atuando em variados segmentos sociais, tais como a política, a iniciativa privada, o sindicalismo, o *metier* jurídico, os altos cargos institucionais, as profissões liberais em geral, e também dentro do lar. Entretanto, há muito ainda que conquistar em todos os setores. A luta contra qualquer espécie de preconceito e de discriminação – seja ela de crença, racial, étnica, homófobica e de gênero – tem sido uma constante na vida de muitas mulheres mineiras.

A seguir, uma amostragem da competência da mulher mineira na conquista dos espaços de poder, configurada em *Depoimentos* e *Perfis Femininos*.

Ser sujeito e ser objeto da ação

Ana Maria da Silva Soares Psicóloga, fundadora da ONG Mulheres em União, Ex-Conselheira do CEM

O estar no Conselho da Mulher do Estado de Minas Gerais refletiu uma etapa da trajetória do meu construir e fortaleceu-me como uma identidade individual e coletiva. Ser mulher, ser negra, ser profissional, ser sujeito e ser objeto de cada proposição para garantia de direitos, de igualdade, de viver, de sobreviver e de superação das discriminações raciais e sexistas.

Poderia citar os dados populacionais do Estado de Minas Gerais recortando gênero e étnico-racial, mas a ancestralidade da qual me originei reportando à historicidade em que meus descendentes negros, indígenas e portugueses demonstram as diferenças, as desigualdades e as violações de direitos, que ainda persistem na atualidade.

Poderia referendar com citações teóricas da sociologia, da antropologia, da psicologia para dissertar sobre as estruturas de poder e submissão a que estavam e ainda estão submetidas as mulheres das comunidades mineiras. Porém, a leitura dos dados atuais sobre saúde da mulher e direitos sexuais e reprodutivos, morte materna e direito de decidir sobre o seu próprio corpo, exploração sexual e violência sexual e doméstica, justificam a urgência na implementação de ações públicas para a garantia dos direitos humanos para as mulheres.

Sou bisneta de negro e indígena, neta de negra e português, filha de negros que reafirmaram em sua história a importância de estudar para superar as discriminações. Seguindo assim, aprendi a bordar, costurar, tricotar, a ser solidária. Formada em Psicologia, com Especialização em Psicologia da Educação, atuei nas ações sociais, na FEBEM,

dando atendimento psicológico em clínicas e empresas e na Associação Comunitária de Moradores do Bairro União. Nas ações de cidadania das mulheres, fundei a ONG Mulheres em União – Centro de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher – e integrei o primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, o Conselho da Mulher de MG e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Na área da saúde integrei o Conselho Municipal de Saúde, a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, e ainda a equipe de Psicologia do Hospital Sophia Feldman. Nas ações dos direitos da população negra, coordeno e executo projetos com recorte de gênero e raça, na qualificação profissional e na saúde, prevenção DST e Aids, tendo como público as mulheres e adolescentes em comunidades de baixa renda, grupos afro-culturais e afro-religiosos, congados e quilombolas.

A representação social, de estar nestes espaços e de "ser sujeito e ser objeto da ação", vem propiciando estabelecer uma relação dinâmica de troca, de transformação com a realidade em que estou inserida e uma compreensão da participação e do poder de cada uma de nós, mulheres negras na construção das relações solidárias e igualitárias entre homens e mulheres.

Beatriz de Oliveira
Conselheira do CEM e da Rede Feminista de Saúde

Falar da minha trajetória no movimento de mulheres, remete-me a importância do Movimento do Graal e da Rede Feminista de Saúde nesta trajetória que compõe os 25 anos de existência do Conselho Estadual da Mulher. A participação nestes espaços tem oportunizado um crescimento e participação efetiva nas lutas, no convívio e no trabalho educativo com outras mulheres de contextos diversos.

O Movimento do Graal no Brasil como um dos primeiros movimentos de mulheres de Minas Gerais traz esta relevância significativa na formação de lideranças e nas lutas de defesa da mulher e eliminação das discriminações que atinge as mulheres em BH. Fundado em 1948, tem sua sede nacional em BH, e ao longo de sua existência vem contribuindo nesta trajetória de lutas e empoderamento das mulheres no Estado de Minas Gerais.

Como parte do Movimento Internacional do Graal, o movimento foi fundado na Holanda em 1921, e com atuação hoje em países da África, Ásia, América, e Europa. No Brasil, o Graal se instalou entre os anos de 1949 e 1951, e teve sempre como objetivo principal a construção de uma sociedade mais justa com equidade de gênero. Através do projeto Centro da Mulher, vem desenvolvendo sua ação, prestando assessoria aos grupos de mulheres organizados ou em vias de organização nas comunidades rurais e urbanas.

Buscamos ser um espaço de formação sociopolítica e de fomento de metodologias participativas para grupos populares de mulheres, incentivando a busca conjunta de mudanças no seu cotidiano, através de intervenções educativas no campo da saúde, sexualidade, direitos reprodutivos, meio ambiente e da "economia popular solidária" (geração de trabalho e renda), contribuindo assim para o desenvolvimento local e sustentável de

comunidades urbanas e rurais e o empoderamento das mulheres, tendo como princípios fundamentais a abordagem de gênero, raça e o ideal da democracia e da equidade social.

Em Minas Gerais sediamos a Regional Minas da Rede, e temos contribuído com a discussão de temas relevantes para vida das mulheres no Estado, bem como a participação nos diversos espaços de controle social, fóruns e agenda política dos diversos movimentos em prol da defesa dos direitos da mulher.

A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – fundada em 1991 – é uma articulação política que reúne grupos de mulheres, organizações não-governamentais, profissionais de saúde e ativistas feministas, e que tem como objetivo discutir, difundir questões relativas à saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos. Ao longo de sua existência a rede vem participando efetivamente dos diversos espaços políticos importantes nas questões relevantes para defesa das ações em prol das mulheres. Nos diversos espaços de controle social, fóruns de discussão com temas que dizem respeito à cidadania das mulheres e garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Dentre eles destacamos aqui em Minas Gerais nossa representação no Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais. Espaço que nos seus 25 anos de existência vem trazendo a discussão da eqüidade de gênero em sua representatividade nos diversos seguimentos importantes da sociedade ali representados.

197

la conquista das mulheres mineiras organizadas: a criação do Conselho Estadual da Mulher

Maria Isabel Siqueira (Bebela)

Feminista, Professora

Diretora Executiva do Conselho

Fundadora do MPM

Falar da criação do Conselho da Mulher em Minas Gerais, 25 anos depois, pode parecer fácil, mas não é.

Poderia ter sido uma negociação simples numa sociedade democrática, um acontecimento corriqueiro, mas não foi. Lembrar os passos, as difíceis negociações, as articulações de toda ordem com autoridades governamentais, lideranças que não eram feministas, com o movimento organizado das mulheres, o apoio dos homens lúcidos e sensíveis.

O Ano Internacional da Mulher, 1975, com a I Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México em 1975, instituída pela ONU, na qual foi decretada a Década da Mulher (1975/1985), juntamente às conferências internacionais que se seguiram, foram iniciativas que impulsionaram no mundo a discussão, a reflexão, a mobilização e o posicionamento das autoridades governamentais e das sociedades sobre a opressão da mulher.

No Brasil, nós, feministas, nos sentimos mais encorajadas, fortalecidas e decididas a concretizar medidas que atendessem às nossas antigas bandeiras de luta: creches para nossos filhos, direito ao trabalho, legalização do aborto.

As condições políticas vividas pelo Brasil no inicio da década de 80 também provocavam a sociedade a se organizar. As mulheres responderam em massa a essa necessidade de organização, participando ativamente na campanha eleitoral de Tancredo Neves, cheias de expectativas pela mudança, por maior democracia, por um governo em que se sentissem incluídas. Inúmeros foram os movimentos autônomos, congressos, encontros que marcaram esta década, com a mulher, de

forma massiva, participando organizadamente, não só na luta por suas reivindicações específicas, como na exigência e construção de uma sociedade mais justa.

Dentro do PMDB – maior partido de oposição na época – a criação do Departamento Feminino encorajou outras forças a apoiar mais organizadamente as reivindicações das mulheres.

O Movimento Feminino Pela Anistia teve aqui em Minas Gerais uma grande repercussão, tendo sido uma excelente oportunidade de se articular diferentes correntes de feministas numa mesma causa. Num grande Encontro de Mulheres (por volta de 2000 mulheres), no Instituto Izabela Hendrix, entregamos ao então candidato Tancredo Neves uma pauta de reivindicações, contendo como principal ítem a proposta de criação de um órgão que se responsabilizasse por uma política de apoio às mulheres na estrutura do Estado.

Dentre algumas, infelizmente não eram muitas, quatro mulheres foram fundamentais neste primeiro momento: a então Deputada Federal Júnia Marise, Jô Moraes, Luzia Ferreira e Letícia Martins Azeredo, que vieram juntamente com Cida Chaves, compor a primeira Diretoria Executiva do Conselho da Mulher. Outros apoios foram importantes, como do Deputado Genésio Bernardino, de Mamélia Dornelles e do Deputado Estadual Carlos Cota, então como Secretário da Casa Civil.

Criado na lei, as dificuldades para a implantação do Conselho da Mulher foram de todo tipo, como: a infra-estrutura de sala, mesa, cadeiras, telefones e todo o material necessário para funcionar um órgão de Estado; e, também, as articulações políticas para a composição do novo órgão. Entretanto um grande feito foi conseguido principalmente no aspecto político com a construção – a mais ampla e democrática possível – de uma equipe diversificada, contemplando partidos políticos, os diferentes movimentos de mulheres e categorias mais representativas que congregavam mulheres como professoras e domésticas. Este foi um conceito (harmonizar forças diversas) que orientou, por um bom tempo, a composição das futuras direções do Conselho e que estabeleceu uma marca das mulheres com uma condução democrática à frente de órgãos públicos.

Com tantas dificuldades, o Conselho viveu por um bom tempo do esforço coletivo de sua Diretoria Executiva e de feministas que foram convocadas a compor o quadro de funcionárias técnicas. Lembro-me da articulação difícil que Júnia Marise enfrentou com Jô e Luzia, "mitigando"

199

daqui e dali o apoio e a solidariedade de políticos e autoridades para a causa política da sua implementação. Naquela época a idéia de um órgão público para tratar das questões das mulheres era uma concepção nova, mesmo para as feministas, o que concorreu para demorar no amadurecimento e na definição de uma política pública de apoio à mulher.

Dentre os problemas que o Conselho da Mulher enfrentou nos primeiros anos, creio que a falta de um corpo técnico próprio e a ausência de dotação orçamentária para o desenvolvimento das políticas estabelecidas fizeram com que o Conselho da Mulher fosse pouco divulgado e suas ações ficassem sem o impacto social esperado. Mesmo assim tivemos momentos emblemáticos, que repercutiram em toda Minas Gerais, trazendo para o conjunto da sociedade mineira a visibilidade da discriminação da mulher e propugnando o reconhecimento público da necessidade do Estado assumir o compromisso com as políticas publicas de apoio à mulher.

Uma das mulheres que muito contribuiu com a criação e trajetória do CEM-MG é Maria Christina Rodrigues, que atuou no Conselho até 1996. Historiadora, Christina Rodrigues lutou pela redemocratização do País, tendo iniciado militância política no movimento estudantil, em 1968. Está entre as pioneiras na defesa do movimento de mulheres no Brasil e movimento pela anistia. Foi conselheira do CEM-MG, trabalhou na instalação de diversas delegacias especializadas para atendimento à mulher e deu início à criação de cooperativas para mulheres trabalhadoras, buscando implementar o conceito de educação integral para fortalecer os laços de família, alcançando melhor qualidade de vida.

Dentre esses momentos, atividades e parcerias que marcaram a atuação do Conselho da Mulher, destaco: em 1985, a luta pela criação e implementação de Delegacias Especiais para Mulheres; a realização do Encontro da Mulher Rural (com a participação de várias cidades de Minas, 300 mulheres); a parceria com a Secretaria de Agricultura e com a Emater; o Encontro Estadual da Trabalhadora Doméstica e a parceira com o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte. Realizou ainda campanha de esclarecimento e de denúncia sobre violência contra a mulher, através de palestras, debates, cartaz, folder e da mídia: TV, jornais. Desenvolveu atividades em parceria com movimentos feministas, OAB/Mulher, sindicatos, universidades e escolas, sobre o tema Mulher e Constituinte; implantou cursos em parceria com o FAT (Direitos básicos, Cuidador de idosos, Babás); fez parceria com o Movimento Popular da Mulher (MPM) para a campanha do voto consciente; implantou o serviço de conciliação e

arbitragem em parceria com Associação Brasileira de Mulher de Carreira Jurídica (ABMCJ), o serviço de Terapia de grupo/individual, e ainda fez parcerias diversas com Secretaria de Estado, fundações, Emater, Loteria Mineira, universidades, escolas públicas, sindicatos.

Na década de 90 outras personalidade e lideranças mineiras se destacaram no apoio e solidariedade ao Conselho da Mulher, ajudando a criar condições para a própria sobrevivência do Conselho da Mulher, como a empresária e então Deputada Estadual e depois Deputada Federal Maria Elvira Salles Ferreira.

Creio que, por injunções políticas mais complexas e também por um esmaecimento do Movimento Feminista, o Conselho da Mulher em Minas Gerais viveu duras dificuldades e, chego a afirmar que houve um tempo em que era o "exercício da resistência" (expressão que usávamos dentro do Conselho), que nos impelia a continuar segurando a bandeira da defesa do Conselho da Mulher.

Concluo, considerando que o Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais vem, ao longo desses 25 anos, cumprindo não só um decisivo papel para a visibilidade e a superação da opressão da mulher em nossa sociedade, como também no fortalecimento e defesa de políticas de emancipação da mulher.

201

Pelos direitos da mulher negra

Benilda Regina de Brito Coordenadora do N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras

Parabenizo todas as companheiras pelos 25 anos do Conselho Estadual da Mulher–CEM-MG, entidade com a qual mantenho fortes ligações, reconhecendo no esforço de suas dirigentes o desejo de avançar na luta das mulheres, e particularmente das mulheres negras. Esses 25 anos são nossa história. Aqui vai um pouco da minha história que construí, aprendendo com muitas das mulheres que passaram ou ainda estão em ação no CEM-MG.

Sou uma mulher militante, negra, lésbica e feminista. Costumo afirmar que minha militância nasceu na Igreja Católica (catequese, grupos de jovens, Pastoral de Juventude Geral e depois a Pastoral de Juventude do Meio Popular – PJMP), se fortaleceu no advento da Teologia da Libertação, nas lições de Jorge Boran e na metodologia do ver, julgar, agir, celebrar. Foi aí que entendi a importância de encontrar um grupo de identificação, para lutar coletivamente por transformações sociais. Entrei para o Movimento Negro – Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) –, grupo misto; e indignada com o silêncio no recorte de gênero, ainda aos 16 anos, percebi que era negra demais para ser só do movimento negro e, mulher demais para ser só do movimento feminista (diante de algumas experiências com este segmento no silêncio do recorte de raça).

Optei pela militância junto às mulheres negras, criamos em 1986 o N'zinga – Coletivo de Mulheres Negras de BH – entidade que hoje sou a coordenadora. Na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, concretizei minha opção política. Tive a honra de trabalhar com D. Helena Greco (ícone na luta pelos Direitos Humanos), a quem assessorei por três anos na Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos. Fui convidada a assumir a Coordenação do Benvinda – Centro de Apoio à Mulher (destinado ao atendimento jurídico, psicológico e social às

mulheres de BH), sendo que a maior demanda é a denúncia da violência doméstica. Assumi a coordenação da Comissão Paritária de Mulheres, com o objetivo de criarmos a Casa-Abrigo em BH. Visitei todas as Casas do Brasil, participei de vários cursos e debates com a Prof. Helleite Saffioti, Sueli Almeida, Márcia Camargos e outras importantes companheiras, até criarmos a Casa-Abrigo Sempre Viva de Belo Horizonte, em 1998.

Fui Conselheira do Conselho Municipal e Estadual da Mulher, assumi a relatoria da Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para apuração dos crimes de violência doméstica no Estado, ministrei aulas em cursos de sensibilização e capacitação de profissionais de saúde e órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, bem como ACADEPOL e pronto socorro/pronto atendimento, na temática violência racial e de gênero. Fui Gerente de Meio Ambiente e posteriormente Orçamento Participativo na Prefeitura de Belo Horizonte, enfatizando sempre os dois recortes (raça e gênero). Finalizamos em dezembro de 2007 pesquisa inédita intitulada: "Amor desamor e cor: Maria da Penha e outras Negras Marias", junto à Delegacia Especializada de Crimes Contra as Mulheres, na qual coletamos por um ano em formulário específico o quesito cor, a fim de registrarmos o impacto social após um ano de sancionada a Lei Maria da Penha. Hoje minha área de atuação é o campo de raça, gênero e orientação sexual.

A Autonomia das mulheres e o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres

Dirlene Marques

Feminista

Membro do Conselho Federal de Economia e do

Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial

O feminismo como um movimento essencialmente moderno surge no contexto das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana, em torno da demanda por direitos sociais e políticos, tendo seu auge na luta sufragista. Conquistado o direito ao voto, o movimento arrefece.

O livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, com sua síntese teórica de que "não se nasce mulher, torna-se mulher", vai dar a fundamentação para o movimento que se desenvolve nos anos 60 e 70. A bandeira assumida de que "o nosso corpo nos pertence" questionava as visões morais-religiosas e culturais limitadoras das possibilidades de plena expansão e expressão própria. E a bandeira "o pessoal é político" trazia para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado.

O movimento também colocou na agenda social o caráter político da opressão vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal pelas mulheres. E, ao trazer estas relações para o mundo da política, questionavam a hierarquia, a centralização, buscando novas práticas para comportar o mundo das mulheres, reafirmando sua autonomia frente a outros movimentos e ao Estado.

Na luta contra a ditadura militar, a repressão vai instaurar as marcas de gênero na experiência da tortura, não apenas sexualmente mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos. Enfrentávamos assim a violência da repressão, a exploração como assalariadas e nos deparávamos com a discriminação na família, nos partidos, nas diferentes organizações de esquerda, na igreja progressista, vivendo sob permanente tensão.

Nos anos 70 crescem grupos de mulheres em todo o país: grupos de estudo e reflexão feminista; grupos populares vinculados às associações de moradores e clubes de mães começaram a enfocar temas ligados à

especificidade de gênero, tais como sexualidade, creches. Estrutura-se o Movimento Feminino pela Anistia. E, floresce uma imprensa feminista, como o *Brasil Mulher e Nós Mulheres*.

Nesses vários espaços, denunciando a opressão, exploração e a ditadura militar, as feministas construíram um movimento autônomo. A defesa da autonomia como um princípio organizativo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, mas apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias. Nesse momento de autoritarismo militar, a discussão sobre a autonomia em relação ao Estado, "o inimigo comum", não era sequer colocada.

Nos anos 80, com o crescente processo de mobilização, novos dilemas são colocados. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais coloca a questão da autonomia em relação ao Estado e divide o movimento entre as que ficam apenas no movimento e as que assumem os partidos e a participação no aparelho do Estado, em especial, nos Conselhos da Condição Feminina. Dois Estados que em 1982 elegem governadores de oposição – Minas Gerais e São Paulo – vão ser os pioneiros.

No VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte, a grande polêmica ficou por conta da participação das feministas no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O temor de todas nós, da perda de autonomia com a participação no Conselho, não se concretiza porque as feministas que o assumiram fortaleceram e garantiram a autonomia do movimento. Esse compromisso do CNDM com o movimento de mulheres e sua autonomia foi também o motivo de sua condenação. No final dos anos 80, através de atos autoritários, o Governo Sarney vai paulatinamente retirando a força e destruindo o CNDM.

Com a fragilização do Conselho Nacional, os Conselhos Estaduais também vão perder forca, dinâmica e autonomia. E vão sendo gradativamente esvaziados pelos diversos governos que sucedem nos Estados.

Não vai ser diferente com o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais que cumpriu um papel importante na luta por políticas públicas para as mulheres. Esperamos que, ao completar seus 25 anos, possa retomar o seu papel histórico: assessorar o Estado na execução das políticas públicas para as mulheres e no papel de interlocução entre a sociedade civil organizada e o Estado, objetivando eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher.

O CEM cumpriu de forma exemplar o seu papel, pelas ações de equipe

Eliana Piola (Eliana Ferreira da Gloria e Silva)

Advogada, fundou a Sociedade de Apoio à Mulher- Divinópolis/MG

Superintendente de Políticas de Apoio e Assistência à Mulher - CEPAM

Presidenta Estadual do PSDB Mulher de Minas Gerais

O movimento feminista brasileiro contou com posições marcantes das mulheres mineiras que tiveram a habilidade e, ao mesmo tempo, ousadia para enfrentar a sociedade tradicional e conservadora de Minas Gerais. Diversas são essas mulheres e vários são os momentos em que o vanguardismo imperou na tomada de decisões e iniciativas que inspiraram outras mulheres e movimentos por todo o Brasil, na busca de assegurar entre seres especiais e distintos a garantia de igualdade de direitos, deveres e plenitudes.

Assim, na década de 80, insurgiu em Minas Gerais, mais precisamente, na sua capital Belo Horizonte, o movimento Quem ama não mata que pautou pela demanda comum de todos os agentes sociais brasileiros: o respeito à vida e o exercício pleno da cidadania das mulheres. Esse movimento estendeu-se por e para todo o Brasil e teve em Minas Gerais maior dimensão, por ter surgido daqui a primeira manifestação organizada contra os assassinatos de mulheres, através do Ato Público de Repúdio aos Crimes; e também por ter, em fase posterior, visto que a criação de um Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, com toda a militância do voluntariado, não supriria a demanda de reivindicações e busca de socorro pelas mulheres em situação de crise. Daí as mulheres mineiras perceberem a necessidade de terem um organismo institucional que fortalecesse a luta pela igualdade de gênero e, como conseqüência, mobilizarem-se junto ao então Governador Tancredo Neves que, sensível à nobre e justa causa, criou em 1983 o Conselho Estadual da Mulher.

A temática de gênero aplicada às políticas públicas surge com força há 25 anos, tendo como marco justamente a criação do Conselho Estadual da Mulher, em uma demonstração inequívoca de pioneirismo, pois sua criação precede até mesmo a do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O CEM abriu novo canal de interlocução e parceria entre a sociedade civil e o Estado. Sua história pontua capítulos importantes da trajetória do movimento de mulheres em Minas Gerais, impulsiona não apenas uma mudança estrutural, mas sobretudo cultural na proposição e formulação de políticas públicas para as mulheres.

Sua articulação com a sociedade civil tem possibilitado significativa melhoria na qualidade de vida das mulheres e, ao mesmo tempo, o seu objetivo primeiro, que é o controle social, tem sido exercido de forma harmoniosa e independente, o que a cada dia aumenta a sua credibilidade.

O Conselho Estadual da Mulher, nesses 25 anos, com todas as dificuldades naturais enfrentadas por organismos dessa natureza, soube cumprir de forma exemplar o seu papel. O êxito de atuação recai sobre os ombros das abnegadas conselheiras que, ao longo dessa caminhada, usaram de talento, criatividade, persistência, competência e trabalho de equipe, honrando a tradição das mulheres de Minas.

Tenacidade e idealismo no movimento civil organizado

Iedyr Gelappe Bambirra
Presidenta da FASPA
Professora aposentada

O movimento da sociedade civil organizado que ora presido, denominado Federação das Associações de Pais e Alunos (Faspa) tem suas raízes fincadas na década de 70, quando exercia a profissão de Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Colégio de Aplicação, no Centro Pedagógico e no Colégio Técnico, considerados escolas-modelo de segundo grau da Universidade. Era então Coordenadora do Setor de Comunicação e Expressão e participava do Colegiado daquelas instituições, pois era mãe e professora.

Foi quando apareceram três pessoas de fora, sem o devido concurso público, e apenas transferidas do serviço público do Estado de Minas Gerais para a UFMG. Entraram já ocupando postos de comando. Isto muito constrangeu o corpo docente, pois ser comandado por pessoas de menor titulação é ferir a auto-estima quanto a se seguir uma carreira. Segundo comentários, teriam entrado no serviço público do Estado como profissionais de serviços gerais.

Os desmandos começaram e, também, a reação dos docentes. Havia muitas perseguições, principalmente quanto às professoras. O ensino da unidade decaiu. Professores eram convidados a assumirem salas-de-aula sem capacitação didática nem letramento. Como resolver problemas causados pela inépcia de "pára-quedistas"? Quando instituições se corrompem, a qualidade também se deteriora.

As injustiças sofridas deram a têmpera para, na década seguinte, iniciar participação em movimentos populares. Foi então que surgiu a necessidade de se organizar um movimento de pais de alunos. Época propícia, quando se falava em anistia, democracia, em Constituição com participação da sociedade, nas propostas de leis. Lideranças se reuniam e se organizavam em associações de moradores, com a finalidade de reivindicar melhorias para seus bairros.

Na década de 80 iniciei tarefa comunitária, tendo sido eleita presidenta da Associação de Moradores do bairro em que resido, o Itapoã. Naquela época, havia dentro do bairro uma fazenda do Ex-Prefeito Américo Renée Gianetti. Nessa fazenda, com aproximadamente 500 mil m², havia uma lagoa com nascente d'água. Com a morte do Ex-Prefeito, a família queria construir um conjunto habitacional para venda. Foi quando tomamos conhecimento e interferimos na história. Reuníamos numa igrejinha de madeira, com autorização do pároco, para discutirmos com a vizinhança acerca da necessidade de preservação da fazenda como espaço ecológico apto para se transformar em parque. Para isso, seria necessária a desapropriação por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. Analisadas as diretrizes para conseguir essa preservação, antes mesmo do término da assembléia, veio à porta um militar com ordem para sairmos ou todos seriam presos.

Vivíamos, ainda, no período da ditadura militar, e reunião com mais de duas pessoas poderia ser tratada como de conspiradores e subversivos. Recomendei a todos que saíssem em silêncio e direto para suas casas. Ao deixarmos a igreja havia soldados embalados com metralhadoras cercando toda a igreja. Essa ação militar não me intimidou para a busca e solução dos propósitos e diretrizes traçadas para o desenvolvimento e qualidade de vida dos moradores do Bairro Itapoã. Hoje, o Parque Lagoa do Nado é uma realidade. O meio ambiente foi preservado. Sob nossa direção todas as ruas, que faltavam calçar, foram asfaltadas, ação esta estendida aos bairros vizinhos. Tantas outras reivindicações foram concretizadas como: construção e ampliação de escolas, construção de quadras, biblioteca pública, além de construção de creches e pronto socorro, dentre muitas outras ações.

Assim, foram criadas muitas uniões de associações e até uma Federação de Associações Comunitárias (FAMBEL) participando mulheres, líderes que exigiam de governantes e políticos a realização de benefícios para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Um deles é o Orçamento Participativo (OP) hoje aplicado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Latente no coração, desde 1973, convinha direcionar a sociedade para a educação, que já havia passado e ainda estava passando pelo declínio da qualidade do ensino nas escolas, quando emergiu a Associação de Pais de Alunos de Minas Gerais (ASPA/MG). O início foi muito difícil, pois os pais não queriam a presença de professores, pois, além de já terem seu

209

próprio Sindicato nas escolas do Estado, parecia que conspiravam contra os pais e estudantes. Na época, reuníamos no Sindicato dos Bancários, dos Odontólogos, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em igrejas, nas escadarias de prédios e até em praças. Eu não queria ser Presidenta, mas fui quase obrigada a aceitar. Assim emergiu a Associação de Pais e Alunos (Aspa), que presidi por muitos anos.

Após o surgimento da Federação das Associações de Pais e Alunos do Estado de Minas Gerais (FASPA/MG), nos idos de 80, organizamos, junto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o primeiro e único Seminário da Educação a que este Estado já assistiu. Foram dias de luta, de propostas e projetos, para que no ano de 1998 originasse o que hoje se chama "O avanço de Minas na Educação".

Nós, dirigentes da FASPA/MG, somos todos voluntários com um ideal: o conhecimento e a informação são conquistas que ninguém e nenhum governante podem nos tirar. Esperamos que nossos sucessores jamais permitam que as entidades criadas dentro de princípios éticos e que envolvem uma história de luta sejam usadas a favor de governos e em detrimento da população à qual se destina. Só através da educação podemos modificar as mazelas que afetam nosso país, nossas vidas e conseguir galgar postos de trabalho mais qualificados.

A história da FASPA/MG se confunde com a história de lutas e reivindicações da família e da comunidade escolar. Muitas foram as denúncias, muitas foram as conquistas, com um único objetivo: o direito primeiro da criança é a educação, a prioridade será sempre a criança, respaldada por ensino e educação de qualidade. Uma das conquistas da FASPA/MG foi impedir que a escola pública em Minas viesse a ser usada por grandes empresários da educação privada, quando dois destes participavam do Governo do Estado. Queriam, a todo custo, implantar a cobrança de matrículas e mensalidades na escola pública, indo contra a Constituição Federal que consagra a educação pública gratuita. Essa foi uma vitória para as crianças, adolescentes e a família mineira. Também enfrentamos o "poderoso" Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Belo Horizonte e conseguimos, por sugestão nossa, aprovar algumas leis sobre educação, hoje em vigor.

Outro desafio foi a criação de uma entidade nacional, a Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos (CONFENAPA) criada em 1993. Vamos organizar pais e alunos em todo esse Brasil.

Prezadas (os) Companheiras (os)

Jô Moraes

Feminista, Deputada Federal Fundadora da União Brasileira das Mulheres, do Movimento Popular da Mulher e uma das fundadoras do CEM

É com grande emoção e alegria que deixo registrado o meu abraço e carinho pelos 25 anos do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, criado pelo Ex-Governador e Ex-Presidente Tancredo Neves, em 1983, processo do qual participei ativamente. Integrei a primeira diretoria Executiva do Conselho, presidido então pela Deputada Júnia Marise. Ao lado de companheiras destemidas e determinantes na luta, fincamos nossa bandeira no solo fértil das Minas e colhemos frutos nos limites de uma sociedade marcada pela exclusão, mas certamente avançamos.

Embora o debate inicial sobre as formas de opressão, submissão e os direitos das mulheres tenha se iniciado em meados do século XIX, foram nos últimos 25 anos que consolidamos a virada. A questão de gênero deixou de ser um assunto de pequenos grupos e passou a ser pauta dos Estados e Governantes.

O reconhecimento oficial das particularidades da condição feminina, traduzido no surgimento das políticas públicas, foi estimulado pela deliberação da Organização das Nações Unidas (ONU) ao instituir, na década de 70 a década da mulher. No Brasil, a materialização desse reconhecimento só veio se expressar em 1983 com a criação do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais e o Conselho da Condição Feminina, de São Paulo.

A historiografia está nesta importante produção editorial, por isso me permito fazer algumas observações sobre as lutas, conquistas e a vida das mulheres. Nessa oportunidade, quero reafirmar que o combate às discriminações de gênero deve ser preocupação e compromisso de todas as pessoas que buscam uma nova sociedade igualitária e democrática.

211

Pode-se dizer que o século XX foi o século de afirmação das mulheres. Desde o início, particularmente nas duas últimas décadas (1980-1990) um verdadeiro vendaval de mudanças atingiu essa metade do gênero humano em todas as dimensões da vida. Prisioneiras de um modelo que as mantinha na submissão, as mulheres encontraram o caminho da rebeldia e, amotinadas, na rua e em casa, resolveram romper com os velhos papéis estabelecidos.

A primeira grande conquista foi o encontro de mais e mais mulheres com a própria condição de subalternas e a construção de um sentimento de rebeldia contra o estabelecido. A mulher se descobriu gente, se descobriu capaz, se descobriu indispensável à sociedade e, ao descobrir a sua força, descobriu a alegria de se rebelar contra velhos papéis instituídos.

Trabalho, poder, saber, liberdade de costumes foram conquistas efetivas, embora carregadas da herança dos preconceitos e discriminações. É importante insistir, apesar dos limites, foram conquistas. A nova mulher pode ser vista como a que se permite escolhas (evidentemente, dentro de uma sociedade excludente e opressora).

E entre essas escolhas está a de contribuir para que mais mulheres tenham consciência plena de seus direitos e a importância de seus mínimos gestos e atitudes na criação dessa nova identidade. E avançamos muito.

É desnecessário reafirmar todo o significado da institucionalização do combate às discriminações que pesam sobre as mulheres. Na medida em que o Estado admite a existência da discriminação, possibilita o envolvimento de amplos setores da sociedade no debate que antes se restringia às mulheres. O reconhecimento oficial de que há uma discriminação a ser combatida amplia os espaços de luta. Impõe ao próprio Estado uma ação governamental para responder às demandas que já se vinham expressando nos movimentos organizados.

Hoje, as políticas públicas para as mulheres levam-nos à constatação de que esta é uma das grandes conquistas do movimento de mulheres. O reconhecimento oficial das particularidades da condição feminina, traduzido no surgimento dessas políticas em âmbito nacional de alguns Estados e municípios.

Entretanto, são muitos os desafios que ainda se colocam para as mulheres brasileiras e mineiras. A conquista de espaço de poder dentro da estrutura governamental, a exemplo dos Conselhos Municipais, do Conselho Estadual, da Coordenadoria Estadual da Mulher,

do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com status de Ministério, tem exigido determinação política de suas dirigentes. Adquirir assento nas instâncias e fóruns de decisões políticas e governamentais é o primeiro passo. O segundo diz respeito a uma relação de profundo respeito com o movimento autônomo. É preciso combater qualquer forma de troca de papéis entre as funções públicas e privadas, de articulação das lutas, que cabe ao movimento organizado, e de apoio às suas iniciativas, que cabe aos órgãos governamentais.

Por fim, é fundamental para as brasileiras entenderem que, apesar das limitações, da imprecisão de funções e retrocessos vividos em alguns períodos, os órgãos centralizadores das políticas públicas para a mulher são conquistas a serem resgatadas. E exigem empenho e decisão para, por meio de mobilizações, garantirmos que o reconhecimento oficial da opressão específica saia de novo dos discursos formais e retome o caminho de sua implementação.

As luta das mulheres é um processo contínuo porque a discriminação contra a mulher nas sociedades de classe é um fenômeno profundamente arraigado em toda sua estrutura política, econômica, social. A luta contra a discriminação tem abrangência e expressão global. Ela diz respeito ao direito ao trabalho em igualdade de condições, à busca da participação no poder com representação real, ao direito ao prazer no enfrentamento às restrições contra sua atividade sexual e reprodutiva.

Tudo isso exige alteração na organização geral da sociedade e um cerrado combate na esfera ideológica e cultural que não se dá em qualquer circunstância. Uma nova ordem social – de inspiração socialista – é fator determinante para que o combate à opressão, à exclusão da mulher se dê em melhores condições. Portanto, prosseguimos nosso caminho, às vezes difícil, outras vezes tortuoso, mas certamente verdadeiro. De abertura de espaços para outras gerações. Com coragem, alegria, solidariedade e convicção política de nossas necessidades e direitos é que transformaremos a face do mundo e a história da humanidade.

Lúcia Pacífico

Formada em Economia Doméstica pela Universidade de Viçosa Fundadora do Movimento das Donas de Casa de MG Deputada e Vereadora

Em setembro de 1983, nascia em Minas Gerais uma entidade da sociedade civil organizada – que já surgiu forte, porque a missão que animava suas integrantes era o associativismo, a democracia e a preocupação com o bem da coletividade.

Movimento das Donas de Casa foi seu primeiro nome. Constituído por mulheres donas de casa; elas, embuídas de muita grande coragem, muita força e união, desafiaram a inflação com atos públicos, pesquisa de preços e orientações à comunidade, em busca de uma melhor qualidade de vida para todos.

Sofreram, no início, preconceitos e discriminação de toda ordem, além de falta de recursos, falta de espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades, etc. Mas nada disso abalou a determinação e a coragem dessas "formiguinhas trabalhadeiras com força de elefante". Contra a vontade dos maridos e filhos, elas saíram às ruas, denunciando os preços abusivos, a falta de qualidade dos produtos e serviços e principalmente o total desrespeito aos direitos do cidadão consumidor.

Na Constituição de 1988, levantaram a bandeira pela inclusão, no novo texto Constitucional, a proteção e a defesa do consumidor, e a inclusão das donas de casa no Sistema Previdenciário, recolhendo assinaturas em Minas e outros Estados, e levando a Brasília 390 mil assinaturas, uma das maiores emendas populares defendidas em plenário.

A seriedade, legitimidade e credibilidade do trabalho desenvolvido logo foram reconhecidas pela sociedade e pelos poderes público e político. Mais tarde, na reforma do estatuto, julgaram por bem incluir os consumidores, a pedido dos mesmos.

De forma supra-partidária, buscam a proteção e defesa dos direitos do consumidor com convicção, coragem e muita paixão.

Entre as muitas atividades, citaremos as quase 80 ações civis públicas, a educação para o consumo consciente, campanhas contra desperdício, uso racional da água, energia elétrica e gás de cozinha, oficinas em escolas públicas e particulares, palestras e seminários reeducando — ou formando — hábitos de consumo saudáveis, desde o ensino fundamental até universidades.

Na sede da entidade buscam-se, através de assistência jurídica especializada, solução de conflitos de consumo, quando as reclamações são procedentes. Buscam-se, através de projetos, parcerias com outros órgãos, resguardando sempre a sua autonomia.

Em 2007, a entidade foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), firmando o primeiro Termo de Parceria com o Governo do Estado. Todas as metas do projeto foram superadas em nível quantitativo e qualitativo, alcançando, assim, a maior nota recebida dos órgãos parceiros.

As áreas de saúde e inclusão social da terceira idade são também contempladas através de campanhas preventivas de vacinação, junto às Secretarias de Saúde e Assistência Social. O teatro educativo desenvolvido pelo grupo Trupe Tropel de Saia e do Canto Coral da Turma fazem grande sucesso.

E, assim, elas não param! Participativas, atuantes e organizadas, "vão à luta", reclamam, denunciam, pressionam, botam a boca no trombone e defendem, como ninguém, seus objetivos com garra, determinação e coragem.

Funcionária pública estadual aposentada

Maria Cristina de Carvalho
Psicóloga
Ex-Professora da UFMG e da Faculdade Newton Paiva

No final da década de 70 o feminismo, em Belo Horizonte, estava diluído em várias frentes. Interligava grupos de classe média e dos movimentos populares, e a luta pela libertação da mulher estava asso-

ciada à luta pela libertação da ditadura militar.

Era comum o preconceito contra o ser feminista, pelo temor de que isso significasse ser "pouco feminina" e pela dificuldade de se assumir publicamente nossa condição subordinada. Mas o avanço do Movimento pela Anistia, que começou em 1968, com um grupo de mães cujos filhos e filhas haviam sido presos no Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, contribuiu para o avanço do feminismo, mesmo continuando sem clima para a discussão pública de questões específicas da mulher, como sexualidade ou aborto, ou daquelas consideradas próprias da esfera privada como a violência doméstica.

A repressão não era, portanto, apenas militar, estava internalizada em cada uma de nós. Em 1979 as leis consideravam o marido "cabeça do casal" e estávamos próximas de 1962, ano em que o Código Civil deixou de considerar a mulher relativamente incapaz, sem condições de ficar com a guarda dos filhos, trabalhar sem autorização do marido ou administrar as finanças da família.

Em 1979, casada e com uma filha de alguns meses, descobri que, apesar de tudo que vivera e dos anos de psicoterapia, às vezes repetia con-

dutas iguais àquelas que vira em minha mãe, do tipo que fizeram Simone de Beauvoir nos mostrar que "Não se nasce mulher, torna-se mulher". Não queria isso para minha filha e esse foi o principal motivo que me fez aceitar o convite de amigas para participar de um grupo de mulheres, que se reuníam semanalmente para estudar temas feministas, confrontando

reuníam semanalmente para estudar temas feministas, confrontando abordagens teóricas – Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti, Kate Milet,

Betty Friedan, os Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e outros – com nossa prática cotidiana.

Na cidade existiam outros grupos como o nosso (Grupo de Reflexão Feminista), que acabaram se juntando não só ao movimento pela aprovação da Lei da Anistia em agosto/79, como também à luta contra o assassinato de mulheres em nome da honra, do que resultou o movimento que tinha como *slogan* "Quem ama não mata". Daí surgiu o núcleo de atendimento às vítimas de violência, como os SOS Mulher, vinculado ao Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Posteriormente, surgiram outros núcleos SOS Mulher, com estrutura jurídica mais ampliada, a exemplo do que se fazia na Federação Mineira de Mulheres entre 1985 e 1987.

Mas na década de 80, enquanto lutávamos para que nova Constituição reconhecesse direitos iguais para homens e mulheres (o que finalmente ocorreu em 1988, quando a igualdade como direito inviolável foi implantada no art. 5° da Constituição Federal), e o movimento feminista foi se institucionalizando, chegaram ao fim aqueles grupos "entre quatro paredes" como aquele de que participei. Muitas mulheres se afastaram, mas não sei responder à pergunta sobre o porquê dessa dispersão, faltam-me dados para uma análise, apenas levanto hipóteses.

Maria Elvira Salles Ferreira Presidenta do PMDB Mulher Nacional

Nós feministas, e eu me considero jurássica (há 35 anos na área), queremos saudar as bodas de prata do Conselho Estadual da Mulher em Minas. Vocês não podem imaginar o quanto foi difícil implantá-lo, construir essa trajetória e o que ele reforçou e continua ajudando na luta das mulheres.

Quando percebi que tinha liderança estudantil, no Colégio Izabela Hendrix (presidente do Centro de Ação Social e capitã do time de vôlei), isso foi amadurecendo ao longo do curso de Comunicação Social na UFMG, tornei-me diretora da Associação Brasileira de Relações Publicas e lá comecei a carreira política, classista (fui depois Vice-Presidenta e Presidenta). Depois, participei da diretoria da Associação Comercial de Minas, ajudei a criar o Conselho das Mulheres Empresarias, e ainda participei da Federação de Mulheres Mineiras e da Confederação de Mulheres do Brasil.

E aconteceu a descoberta da militância partidária. Filiei-me ao PMDB, elegendo-me Deputada estadual por duas vezes, e Deputada federal também por duas vezes – ocupei bons espaços no Legislativo. Mas, sempre senti dificuldades, a discriminação por ser mulher, nos momentos de alcançar a liderança política. Há muito ainda por fazer, é necessário empoderar as mulheres, conscientizá-las de seu valor e da necessidade de uma efetiva participação política. E é claro, passar isto para toda a sociedade – inclusive os homens. Fui candidata três vezes – cargos majoritários – à prefeitura de BH em 2000, a Vice-Governadora em 2002 e a Vice-Prefeita em 2004 – não ganhamos e poderia escrever um livro sobre as dificuldades vivenciadas (talvez até o faça).

Não me arrependo de nada, botei a cara para fora, aprendi muito, tornei-me uma referência de trabalho honesto e ético – e acredito ter contribuído bastante para as mulheres mineiras, pois sempre lutei por elas. O Conselho Estadual da Mulher é espaço nosso – e depois criamos no Governo José Sarney o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) onde fiz parte do colegiado de conselheiras por 3 vezes (até 60 dias atrás estive lá representando o Fórum de Mulheres do Mercosul – que criamos em 1995).

A luta das mulheres

Maria Josefina Jannuzzi Moreira Empresária Conselheira do CNDM

Sinto-me orgulhosa de participar da comemoração dos 25 anos do Conselho Estadual da Mulher e parabenizo a Professora Carmem Rocha, atual Presidente, por este evento.

O ato de submissão e preconceito, imposto à mulher durante décadas no mercado de trabalho, sempre me levaram a questionar as raízes dessas desigualdades. Observava desde criança os obstáculos que as mulheres precisavam ultrapassar no elo cultural preconceituoso e machista. Obstáculos não só postos pelo mercado de trabalho, mas por todos os direitos que a humanidade sempre almejou: saúde, educação e justiça.

Iniciando a minha vida empresarial na década de 60, no ramo de derivados do petróleo, cujo ramo era dominado apenas por homens, senti a tempestade machista que varria a dignidade e os direitos da mulher para o lar. Salários baixos, mas com igualdade de funções aos homens, rejeição a determinados setores nas empresas, poder de votos ignorados, medos, angústias, chantagens e assédios contra as mulheres, seriam combatidos rigorosamente por mim e, aos poucos, por todos aqueles que estivessem ao meu lado. Estendo às outras pessoas, pois acredito que a propagação dos direitos humanos, independente do sexo do indivíduo, possui o poder de contaminar e modificar aqueles que os desconhecem. E eu, propagarei sempre! Aos poucos, conquistei o respeito no mundo empresarial e político, assumindo o comando no mercado de trabalho restrito aos homens. Lutei contra os desafios sociais, os tabus, os costumes e os paradigmas que envolviam a capacidade intelectual da mulher no mercado de trabalho.

Passei a estudar os movimentos das mulheres contra a discriminação e a injustiça, contraindo a cada estudo, a vontade de lutar pela igualdade

social, política e trabalhista entre homens e mulheres. Em 20 de junho de 2000, fui designada como conselheira do CNDM, em que orgulhosamente participei de vários estudos, debates e um ativo trabalho de crítica e reelaboração da cultura, tentando romper com os preconceitos, as discriminações, seja na vida pública ou na vida privada, e de superar as desigualdades daí derivadas.

Ressalto que o CEM, desde a sua criação, pelo Governador Tancredo Neves, propiciou que as mulheres passassem a ter seus devaneios voltados a reivindicar seus direitos, despertando e tomando cada vez mais consciência de sua força e capacidade.

Dando continuidade ao trabalho que seu avô iniciou, juntamente com a deputada Ruth Escobar, não posso deixar de agradecer também ao nosso atual Governador Aécio Neves, pelo apoio e defesa da nossa bandeira. Para terminar, quero afirmar que estarei sempre lutando pelos direitos da mulher, plantando para os meus sucessores desta luta – filhos, netos, amigos e colaboradores –, uma semente de esperança e fé, em que um dia, todos os conselhos, associações ou qualquer instituição que luta em prol da igualdade humana, sejam extintas por falta de causa a lutar.

Lugar de mulher é também na cozinha

Maria Stella Libanio Christo Conselheira do CEM, Professora Autora de livros sobre a culinária mineira

Participo, com muita honra, do Conselho Estadual da Mulher, no qual os nossos direitos merecem atenção especial, sobretudo no combate a toda forma de discriminação, segregação e machismo.

Minha trincheira de luta tem sido a culinária mineira, patrimônio de nosso Estado e fatos de identidade de nossa mineiridade. Dos cinco sentidos, o primeiro que o ser humano desenvolve é o paladar, ainda na vida intra-uterina. Uma pessoa que muda de país é capaz de adotar outros costumes, falar outro idioma, usar outro vestuário etc. Difícil é modificar seu paladar. O mineiro, ainda que habite há muitos anos na Austrália ou nos EUA, terá água na boca diante de um pão de queijo, um tutu de feijão ou uma canjiquinha com costelinha de porco.

Se o nosso paladar não muda, o mundo em que vivemos sofre transformações aceleradas. Qual a moça que, hoje, sabe bordar, tricotar ou fazer pão-de-ló? A globalização e os progressos da tecnologia facilitam, de um lado, a vida moderna, de outro, afasta a mulher da cozinha, já que os supermercados oferecem alimentos prontos a serem consumidos. É verdade que a culinária deixa de ser uma atividade meramente trivial, de preparo do "pão nosso de cada dia", e ganha status de obra de arte — o que atrai homens ao fogão. Mas essa internacionalização dos cardápios, sobretudo através de redes transnacionais de lanchonetes, ameaça essa nossa identidade que deita raízes na culinária mineira.

Tal preocupação é que me levou, há mais de 30 anos, à defesa e preservação do patrimônio culinário de Minas Gerais. Em 1973, dediquei-me a percorrer o interior do Estado, sobretudo sítios e fazendas, em busca de cadernos e livros antigos de cozinha, contendo receitas típicas do cardápio mineiro.

Organizei uma coleção de 21 livros, cadernos e cadernetas de armazéns, nos quais nossas vovós anotavam suas receitas. O exemplar mais antigo é uma caderneta de 1860, cuja grafia se caracteriza por vocábulos como maysena, canella, biscoutos, assúcar, enrollar, panno etc. Fiz uma cuidadosa seleção de receitas dos últimos 300 anos e publiquei, em 1977, em defesa de nosso patrimônio culinário, o livro Fogão de Lenha – 300 anos de cozinha mineira (Garamond). Também adaptei as receitas aos ingredientes atuais, bem como ao que hoje sabemos ser mais saudável. Assim, substituí a banha de porco por óleo vegetal.

Depois vieram outros livros e muitos convites para divulgar a nossa culinária fora do Estado e do Brasil. Durante uma década, promovi em São Paulo a Semana da Culinária Mineira, e levei a nossa cozinha a Itália, Áustria, Rússia e Cuba.

Se aqui em Belo Horizonte ensinei às nossas "formiguinhas" – varredoras de ruas – a aprimorar, com recursos baratos, seu cardápio doméstico; no exterior propiciei a chefes de Estado e diplomatas conhecerem o sabor da canjiquinha, do feijão tropeiro, do arroz com queijo derretido e da feijoada à moda mineira.

Graças à luta das mulheres por sua dignidade, hoje a cozinha deixou de ser o único lugar em que deveriam estar confinadas pelo analfabetismo e o trabalho semi-escravo. Sem característica de senzala, a cozinha volta a ser o centro da vida familiar, onde homens e mulheres se dedicam ao preparo dos alimentos, em torno dos quais sempre nos reunimos quando se trata de celebrar – em aniversários, casamentos, diplomações, e até vitória do nosso time – este dom maior de Deus: a vida!

Do medo à tribuna: a agenda inacabada do feminismo nestas Gerais

Marlise Matos

Conselheira do CEM, Doutora em Sociologia Professora da UFMG, Coordenadora do NEPEM-UFMG

Todos sabem que a participação política das mulheres vem contribuindo para a construção e consolidação da democracia e da ampliação da cidadania, uma vez que elas constituem mais da metade da população e do eleitorado brasileiros, e vêm tentando, sistematicamente, agregar suas perspectivas no cotidiano, na cultura e na história do nosso Estado e do País. Mais recentemente, os movimentos feministas também vêm contribuindo direta ou indiretamente para a elaboração das matérias legislativas, dos planos de governo e das políticas públicas, voltadas, seja para a população em geral, seja, em especial, para as mulheres. Mas nem sempre foi assim.

Do ponto de vista da teoria social e política, a incorporação das mulheres aos direitos próprios da condição de cidadania, significou algo como a incorporação de uma das últimas fronteiras de grupos humanos aos direitos democráticos contemporâneos. Mas este processo, no Brasil e em Minas Gerais, ainda está inconcluso.

Um segundo momento importantíssimo do feminismo no Brasil (o primeiro teria se organizado entorno da luta pelo sufrágio feminino nos anos 20 e 30), teria nascido durante o clima político do regime militar no início dos anos 70, o qual foi a epítome, tanto da desvalorização e da frustração de cidadania no país, quanto de um reforço na opressão patriarcal, e teria se caracterizado por um movimento de liberação, no qual as mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder. As organizações de mulheres que se levantaram em oposição ao militarismo construíram e formaram muitos grupos que consolidaram os interesses e demandas femininas propiciando uma maior articulação delas na arena pública. Essa segunda "onda" invadiu

223

Minas Gerais e se caracterizou, então, numa luta contra a ditadura militar e, por outro lado, desencadeou a luta também contra a hegemonia masculina, contra a violência e a dominação sexual masculina e pelo direito ao prazer.

A linguagem da oposição deu às mulheres um primeiro acesso à esfera política, espaço negado sistematicamente a elas por tanto tempo. Através da organização de seus esforços juntamente com as necessidades de suas respectivas comunidades de origem, as mulheres revelaram a negligência do Governo para com o crescimento social e as severas desigualdades econômicas brasileiras. Não afirmamos que estes grupos de mulheres, recém documentados, conquistaram seu próprio espaço dentro da arena política, mas elas, certamente, demonstraram como as reivindicações políticas de suas organizações, aliadas às outras instituições, puderam ajudar a iniciar e a expandir uma discussão política que viria a envolver mulheres em várias cidades e Estados do País.

A partir especialmente do "Quem ama mão mata", slogan bradado pelas mulheres mineiras nos anos 80, foi possível ecoar as vozes femininas pelo Brasil em busca da reparação das atrozes injustiças cometidas na ilegitimidade da então estabelecida "legítima defesa da honra". As conquistas foram se consolidando, e resultado significativo se revela nas tensas iniciativas de institucionalização: primeiro o Centro de Defesa da Mulher e, posteriormente, o próprio Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Minas Gerais.

Temos muito a comemorar ainda que saibamos do inacabamento e da inconclusão destas conquistas. Uma fase (mais recente) do feminismo no Brasil e em Minas Gerais, por sua vez, poderia ser demonstrada através: (1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da elaboração, implantação e monitoramento efetivo de políticas públicas para as mulheres; (2) da criação de novos mecanismos e órgãos executivos de gestão de tais políticas no âmbito federal e nos âmbitos estaduais e municipais; (3) os desdobramentos oriundos da institucionalização com a criação das ONGs e das redes feministas, e em especial sob a influência do feminismo transnacional e da agenda internacional das mulheres.

A cidadania política das mulheres mineiras ainda está para se consolidar, especialmente no que tange aos espaços formais da política e às inúmeras discriminações que perseveram no mercado de trabalho. Se foi conquistada a possibilidade de trazer à luz da democracia que o

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

"pessoal é político", ainda não nos foi/é possível afirmar que a política está marcada por uma perspectiva feminina e feminista. Timidamente mulheres corajosas se lançam à arena dos "leões da política" mineira, arriscando-se à mais perigosa das aventuras. A necessidade da sobrevivência invoca a força da mulher para invadir igualmente o mercado de trabalho, ainda que a preço mais barato e em ocupações segregadas e de menor valia. A escolarização aumenta, mas ainda sem o viés crítico-reflexivo da consciência emancipatória feminista. Ainda inacabado, no entanto o processo flui, com e apesar das inúmeras resistências. Quando, em todas as tribunas dos 853 municípios de Minas pudermos contar com muitas vozes femininas emancipadas, temos a certeza de que Minas Gerais será outra. Resta-nos o orgulho de estar fazendo parte desta caminhada.

Neusa Cardoso de Melo

Geógrafa, feminista, integra a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Mulher e Educação e a Liga Brasileira de Lésbicas

O movimento feminista em Minas Gerais se organiza a partir de várias frentes, tais como: mulheres organizadas nos partidos políticos, no movimento de luta pró-creches, no movimento pró-anistia, nos clubes de mães, dentre outros, são criadas entidades como o Movimento Popular da Mulher, Mulher e Saúde (MUSA), N'zinga, além do Movimento do Graal no Brasil que já existia anteriormente. Entidades do movimento de mulheres se organizam em todo o Brasil.

A pauta do movimento inclui a luta por melhores condições de trabalho, saúde da mulher, direito ao aborto e combate à violência doméstica, e toda esta mobilização do movimento é fundamental para a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, no Governo de Trancredo Neves em 1983. Outros Estados seguem o exemplo de Minas, até que em 1985 é criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Vinte e cinco anos depois o movimento se fortaleceu, atuando em grandes redes nacionais, como a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e Articulação de Mulheres Brasileiras, além disso, se articula a partir de singularidades representadas pelas mulheres negras, lésbicas, indígenas e trabalhadoras rurais.

Nos governos são criados os órgãos de políticas para as mulheres, surgem então os Centros de Referência, Coordenadorias e Secretarias de Políticas para Mulheres. A partir das Conferências Internacionais de População e Desenvolvimento no Cairo em 1994 e da Mulher em Pequim em 1995, as políticas públicas começam a incorporar o

recorte de gênero, raça e orientação sexual. Duas conferências nacionais de políticas para as mulheres são realizadas no Brasil. O combate à violência contra a mulher ganha uma forte aliada com a promulgação da Lei Maria da Penha.

Sim... Muito foi feito. A realidade das mulheres mudou muito, conquistando o mercado de trabalho, ganhando espaço nas universidades, aumentando a autonomia em relação à sua sexualidade. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Minas Gerais é parte importante nesta luta.

Entretanto, quando nos deparamos com dados sobre as mulheres no Brasil, podemos verificar que as mulheres ainda recebem cerca de 30 a 40% menos que os homens, sua participação em espaços de poder é irrisória, na maioria das empresas e dos governos. Além disso, quando falamos da representação política, as mulheres ocupam apenas cerca de 12% dos cargos. No que diz respeito à saúde da mulher, a mortalidade materna no Brasil é considerada muito alta, com 74 mortes de mulheres para cada 100.000 crianças nascidas vivas, enquanto a OMS, prevê como aceitável 10 mulheres para 100.000. Em muitas capitais o aborto é a primeira causa de morte materna, dado que não sensibiliza os governantes e legisladores para avançar na lei e melhorar as políticas públicas para evitar o drama destas mulheres. Questões como câncer de mama e colo de útero continuam em pauta. Não temos dados confiáveis sobre a saúde das mulheres negras e lésbicas, e a discriminação e o preconceito no dia-a-dia prevalecem. A violência contra a mulher continua na pauta como uma farpa, com morte de mulheres todos os dias, e a impunidade dos agressores desafiando a nossa capacidade de ação.

Superar tamanhos desafios é tarefa de titãs, por isso a ação articulada entre sociedade civil e poder público é cada vez mais necessária. E os Conselhos como espaço privilegiado de articulação entre estes dois setores tem especial responsabilidade neste processo.

De um modo geral, no Brasil, os Conselhos passam por um momento delicado. A pouca capacidade de ação em função de não possuírem caráter deliberativo, a pouca autonomia em relação aos governos e a incompreensão do papel dos Conselhos por parte da sociedade, são exemplos das dificuldades que os Conselhos enfrentam para cumprir sua principal tarefa que é o controle social das políticas públicas. Essas dificuldades também se fazem sentir nos Conselhos de Direitos da Mulher.

O Estado de Minas Gerais, com suas tradições libertárias e igualitárias, foi pioneiro na criação do Conselho Estadual de Direitos da Mulher;

após 25 anos de existência é necessário que esta reflexão seja feita. Consolidar o caminho da autonomia, adquirir maior visibilidade das suas ações, executar uma articulação eficiente entre os diversos setores da sociedade e, principalmente, propor políticas, monitorar as políticas existentes e intermediar sociedade e governo na busca de maior equidade de gênero, garantindo uma vida digna para todas as mulheres de Minas, parece ser o caminho a ser seguido.

Entre o atendimento psicológico e a militância gratificante

Olenca Miranda Psicóloga e Pedagoga

Pós-graduada em Processo de Ensino/Aprendizagem Funcionária pública, Psicóloga aposentada

Trabalhar no Centro Risoleta Neves de Atendimento – CERNA, com mulheres vítimas dos "homens", foi um dos serviços mais gratificantes e que mais me realizou como profissional e como mulher. Era o que faltava para que eu me sentisse completa, profissionalmente. Esse período foi muito enriquecedor para meu trabalho.

O CERNA foi inaugurado no dia 16 de setembro de 2004, na Gestão da Professora Luziana Lanna, à frente do Conselho Estadual da Mulher. Com a criação da Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres, a partir de janeiro de 2007, o CERNA passou a integrar sua estrutura administrativa.

Os objetivos do CERNA englobam atendimento e acompanhamento às mulheres vítimas de violência doméstica, nas áreas de assistência social, psicológica e jurídica; promoção de ações de cidadania; encaminhamento de casos aos órgãos competentes; conscientização dos direitos individuais e coletivos; articulação com diferentes meios que favoreçam a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como o acesso a programas de capacitação para o trabalho, educação formal e não-formal.

De setembro de 2004 a janeiro de 2007, período em que o CERNA esteve vinculado ao CEM, foram cadastradas 462 novas clientes e realizados 2.356 atendimentos. A procura centralizava-se mais no atendimento psicológico, o que se explica pelo elevado índice de violência doméstica da qual as mulheres são vítimas.

O período em que estive no CERNA foi um aprendizado mútuo: psicóloga e clientes. Foram quase três anos de trabalho, os seis primeiros meses de atendimento exerci trabalho voluntário. Apesar de ser

um trabalho considerado "pesado" por muitos colegas de profissão, não via o tempo passar. O resgate da auto-estima das pacientes era-me uma conquista e uma recarga de energia. Até hoje recebo telefonema delas, falando da saudade e relatando como suas vidas melhoraram com o atendimento psicológico. Há poucos dias recebi telefonema de uma ex-paciente, dizendo o seguinte: "Dra. Olenca, não sei como agradecer a Sra.; se não fosse o seu atendimento, com sinceridade, eu não estaria mais nesta vida. Só tenho a agradecer; eu era considerada estéril por vários médicos, hoje tenho uma filhinha maravilhosa. Meu casamento está feliz, consegui até tirar carteira de motorista, que era o meu sonho, e ainda voltei a estudar! Abaixo de Deus, devo isso tudo à senhora. Ainda tenho problemas, pois, as pessoas leigas precisam aprender que o vínculo problemático não acaba de uma hora para outra. Mas enfim, valeu..."

Agradeço a toda equipe do Conselho Estadual da Mulher e do Centro Risoleta Neves, que acreditaram no meu trabalho. Parabenizo o Conselho pelos seus 25 anos de existência e pelo trabalho em favor das mulheres. Quanta saudade sinto de vocês!

Na magistratura trabalhista as mulheres consolidam espaço

Olívia Figueiredo Pinto Coelho Juíza da 13ª Vara do Trabalho de BH Presidenta da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região – AMATRA3

Em dezembro de 2007, assumi a presidência da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região – AMATRA 3 – entidade que congrega os juízes trabalhistas de Minas Gerais, hoje com 364 associados – praticamente 100% da totalidade da classe.

Em 30 anos de existência, é a primeira vez que os associados da AMATRA 3 elegem uma mulher para a presidência da Associação. A meu ver, esse é um fato passível de ser analisado sob o panorama dos séculos XX e XXI, quando a mulher passou a conquistar espaço que, até algum tempo, 30 ou 40 anos, era reservado apenas aos homens. No campo profissional, este fenômeno, constante e progressivo, se fez sentir praticamente em todas as áreas, inclusive naquelas tipicamente masculinas — nos dias atuais temos mulheres motoristas de ônibus, frentistas, policiais... É muito comum ver mulheres empresárias ou à frente de grandes grupos financeiros. Nos poderes Legislativo e Executivo, também cresce o índice de mulheres parlamentares, prefeitas, governadoras e ministras, respectivamente, embora ainda não tenhamos experimentado, no Brasil, um governo que tivesse uma mulher à frente da Presidência da República.

No Poder Judiciário, é crescente o número de mulheres que vêm sendo aprovadas nos concursos públicos para ingresso na magistratura. Isso se deve ao crescimento demográfico do sexo feminino no país e ao acesso da mulher ao ensino universitário, a partir da década de 50. Recentemente, tivemos, pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher na presidência do Supremo Tribunal Federal – a Ministra Ellen Gracie. E pouca gente sabe que a segunda mulher do mundo

231

a assumir um cargo de Ministra de um Tribunal Superior, foi uma brasileira – Cnéa Cimini Moreira de Oliveira, falecida no mês de abril de 2008. Nomeada em 1990 para ocupar vaga destinada a membros do Ministério Público, Cnéa de Oliveira atuou no Tribunal Superior do Trabalho durante dez anos.

Na magistratura trabalhista as mulheres consolidam espaço. Em Minas Gerais, atualmente, somos 112 mulheres na ativa, para 157 homens. É interessante observar que o número de juízas substitutas, em início de carreira – 52 – já ultrapassa o de homens – 51. Na primeira instância, temos 18 juízas titulares de Varas do Trabalho, na capital, para 22 juízes. E, no interior, 33 juízas para 61 juízes. No Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) há nove juízas para 25 juízes. Vale ressaltar que a diferença entre juízas e juízes aposentados é grande – 19 juízas para 67 juízes – o que denota uma defasagem no número de mulheres no Judiciário, em relação aos homens, nas décadas de 50 e 60, lembrando que a Justiça do Trabalho passou a integrar o Poder Judiciário, no Brasil, em 1946.

Nosso papel, ao representar os magistrados da Justica do Trabalho da 3ª Região - mulheres e homens - é de observar, antes de mais nada, os princípios da centralidade, do trabalho, da independência e da união, lançados no nosso programa de campanha. As muitas metas e desafios de nossa Associação vão além das questões de gênero. Nosso compromisso é com toda a classe - independentemente do número de homens e mulheres que a compõem. Entretanto, é preciso ressaltar que as entidades associativas da magistratura estão integralmente comprometidas com os direitos trabalhistas já conquistados pelas mulheres na Constituição e em leis ordinárias. São frequentes as tentativas de flexibilização dos direitos dos trabalhadores - incluindo-se direitos específicos da mulher trabalhadora. Nossas associações de magistrados tanto regionais (AMATRAS) como a nacional (ANAMATRA) têm também combatido, diuturnamente, as sucessivas ações discriminatórias de gênero. Ainda é maior o número de mulheres que recebem salários aquém dos percebidos pelos homens, para exercer a mesma função. Ainda é comum julgarmos um volume grande de reclamações de assédio sexual e de assédio moral, em que a principal vítima é a mulher trabalhadora. Nós, magistradas e partícipes do movimento associativo, temos o compromisso de aderir e empunhar essas bandeiras.

O papel da mulher na magistratura

Raphaela Alves Costa 1ª Juiza de Direito de MG Cassada pelo AI-1 da ditadura militar/64 e Readmitida após 33 anos de luta na Justiça²⁶

O papel da mulher na magistratura em nada difere do homem, pelo menos quanto às responsabilidades funcionais, já que, de fato, quanto aos direitos das mulheres, estes são mais restritos e, limitada a progressão na carreira, muito mais morosos. As promoções, até por antigüidade, são preteridas. A mulher ainda não conquistou seu espaço no quadro da magistratura. Haja vista as dificuldades enfrentadas por esta que vos fala que, em outubro de 1960, foi a primeira Juíza de Direito do Estado de Minas e, em 1961, a primeira também a presidir júri no Brasil.

E talvez a primeira e única deste País a ser cassada pelo Ato Institucional Nº 1, da ditadura militar, em 1964. E, absurdamente, por excesso de zelo, quando todos nós, cidadãos, magistrados e quaisquer outros profissionais deveríamos ter excesso de zelo em nossas ações, em nosso trabalho.

E tenho observado os companheiros que têm tido, dado o volume exorbitante de processos e o número reduzido de magistrados,

²³²

²⁶ Cassada pelo AI-1, em 1964, por perseguição de autoridades com quem ela teria criado incompatibilidades na cidade de Mercês/MG (Zona da Mata), a 1ª Juiza de Direito de Minas, Raphaela Alves Costa, depois de 33 anos impedida de exercer seu cargo, foi nele reintegrada no dia 29 de outubro de 1997, assumindo a Comarca de Ferros (Vale do Aço). O Supremo Tribunal de Justiça (STJ), a que ela recorreu, depois de várias negativas de instâncias inferiores, ao longo de 33 anos, concedeu-lhe a vitória, pois seu caso constitui uma das maiores injustiças ocorridas, levando-a, inclusive, a uma carreira interrompida e perdida! Hoje, ela poderia ser uma desembargadora e, no entanto, voltou à estaca zero da carreira. De acordo com o Delegado de Polícia, Renato Divany Aragão da Silveira, que investigou o caso em 1964, a juíza teria errado "apenas por excesso de zelo, no desempenho de suas altas funções" (Jornal de Itabira e Espinhaço. Novembro/1997, pág. Região; Título: "Justiça tarda mas não falha").

233

acúmulo de serviço trabalhando dobrado, por medida de economia de serventuários e de comarcas, já que o ideal seria, para cada município, uma comarca.

A segunda magistrada deste Estado foi a Dra. Branca Margarida Renó, a primeira a atingir a segunda instância, em agosto de 1985. Ao tomar posse mencionou em seu discurso: "O Tribunal de Alçada acaba de completar 20 anos de existência e só agora uma Juíza passa a compô-lo. Este dado já revela a discriminação reinante contra a mulher em nossa sociedade."

A Dra. Branca Renó aposentou-se como primeira e, até agora, única desembargadora do Estado de MG. Também até agora, não foi promovida a sua mais antiga magistrada do tribunal de Alçada, ou seja, a Dra. Míriam Sabóia, uma das coordenadoras do I Encontro Nacional de Magistradas, realizado pela Associação de Mulheres de Carreira Jurídica de Belo Horizonte, no período de 9 a 11 de outubro de 1997: "Minas Gerais ainda assiste à discriminação das magistradas, principalmente no acesso às entrâncias e instâncias superiores."

Sim, há dificuldades para se ver reconhecido o valor do trabalho feminino em igualdade com o exercido pelos magistrados. Naquele 1º Encontro, compareceram juízas de 14 Estados da Federação, inclusive a Dra. Evangelina de Araújo Souza, à época primeira Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Eu me recordo que ela teria sido a primeira governadora, por falecimento do titular, se o seu vice não tivesse vindo correndo de viagem que fazia, para não permitir que ela o substituisse. Foi até motivo de graça e comentários jocosos o episódio.

Estiveram presentes as desembargadoras do Rio de Janeiro, Áurea Pimentel e Maria Stella Souto Vilela. Além de a primeira vice-presidenta do Tribunal do Trabalho de Brasília, destacou-se a presença marcante da Dra. Maria Lúcia Caporalli que apresentou meu caso à Assembléia. Esta não o aplaudiu, dado o discurso polêmico, do qual tenho cópia, feito naquelas circunstâncias que então estavam em vigor os atos institucionais e outros mais complementares, correspondentes às medidas provisórias do governo atual. E que, através de suas lideranças, tentam fazer desacreditar o Poder Judiciário, sem o qual não há ordem, não há progresso, não há paz social.

Naquele I encontro compareceram juízas de Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Bahia, Acre, Amazonas, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e Goiás. Tratou-se de diversos temas, inclusive da luta do Judiciário, por suas associações e

Tribunais, que vinham fazendo esforços, para conseguir a sua independência econômica, administrativa, financeira e política, como verdadeiro Poder. O que foi, por sinal, conquistado, a duras penas na Constituição de 1988, em vigor. E, o pouco conquistado estamos assistindo, pela imprensa, o combate ao equilíbrio de forças.

A estas relações complexas de poderes constitucionais a mulher vem também lutando, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, para a valorização do seu trabalho, como condição de dignidade humana, dentro e fora do lar, tentando fazer valer para si os princípios de direito e constitucional (para nós outros) de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas.

A mulher magistrada que, neste contexto, vem tendo participação não menos difícil e muito mais combatida, pretende exterminar a discriminação preconceituosa da qual é vítima. A realidade brasileira, da mulher na magistratura, é um tema que, aparentemente objetivo, constitui, efetivamente, além de polêmico, um assunto inteiramente subjetivo.

Obtivemos notícias de que em março de 1987, o Estado do Pará empossara três desembargadoras: Climene Barnadete A. Pontes; Izabel Vidal Negreiros; Maria de Nazaré Brado. O Estado de Rondônia, a 1ª Juíza togada do Brasil, Dra. Rosa Maria Nascimento da Silva, no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Como se observa, não foram os Estados tidos mais ricos, mais evoluídos, melhor localizados, e até os mais conceituados, os que demonstraram maior evolução social e intelectual, ao valorizar a mulher magistrada. Mentalidades mais abertas para aceitação do progresso, na compreensão da ocupação no tempo e no espaço pela mulher magistrada, como gênero da natureza humana, partiram de Estados menores, em desenvolvimento, como Pará e Rondônia. As magistraturas não reivindicam privilégios, mas direitos de igualdade.

O Judiciário, mais que qualquer outro Poder, deve acompanhar a dinâmica da realidade social a que se destina na difícil, árdua e, às vezes, triste misssão a que se destina – repito – de dar a cada qual aquilo a que tem direito, aplicando a lei.

Naquele Congresso, discutimos a independência do judiciário que, até a Constituição de 1988, dependia em tudo do Poder Executivo. E, pela Constituição, deveria estar mais independente do que realmente está.

Zélia Rogedo Ex-Conselheira ad-honorem do CEM Feminista e Socióloga

Companheiras, a luta arrefeceu? A luta acabou? Não! Mil vezes, não! Hoje somos chamadas com nomes de bichos... Somos usadas em propagandas que nos dizem sermos frívolas, consumistas, instáveis... Somos reduzidas à parte de baixo do corpo nos programas de baixo nível nas TVs... Continuemos na luta!!

Nasci em 1942. Nos anos 60 participei da JEC (Juventude Estudantil Católica). Nosso trabalho era conjugar a Bíblia com as lutas sociais – reforma agrária, universitária, urbana, etc.

Entrei em 1965 na Universidade Federal de MG, Curso de Ciências Sociais. Logo comecei a participar da Ação Popular, que tinha estreita ligação com a JUC (Juventude Universitária Católica). Atuei, assim, no Movimento Estudantil, contra a ditadura. Terminando o Curso de Sociologia, fui presidenta da Sociedade Mineira de Sociologia, na década de 70. Entre 1972 e 1975, participei de organizações populares (clube de mães, luta por creches, por melhorias urbanas), no Bairro Industrial 3ª Seção, em Contagem. Ainda na década de 70, militei no PMDB-Mulher que tinha um programa importante na luta contra a ditadura, contra a censura, pela anistia, contra a repressão, etc. Durante a década fui também professora de Sociologia na PUC e na UFMG. Na década de 90, fui professora de Sociologia no Instituto Santo Tomás de Aquino – ISTA. Em 1976 iniciei, junto com outras mulheres, especialmente familiares de presos e exilados, o Movimento Feminino pela Anistia, do qual fui Secretária. Participei de inúmeras reuniões e propostas para a Constituinte.

Fui militante do Movimento Negro, ligada à Casa Dandara. Atualmente sou da Ordem Franciscana Secular, e trabalho há 14 anos na Vila Aparecida, Aglomerado da Serra. Sou viúva de Paulo Rogedo, amor de minha vida, que também foi militante em tempo integral na luta por um

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Brasil mais justo e democrático. Tenho quatro filhas e um filho, maravilhosos. Tenho três genros encantadores. Sou avó de João Paulo, de 8 anos, de Luísa, de 1 ano e 3 meses e de Lucas, que vai nascer em outubro. São meus AMORES. Ah! E tenho milhões de irmãs e irmãos espalhados mundo afora...

2. Perfis femininos

Nesta seção foram selecionados perfis femininos, das mais diferentes gerações que, pelo relevante papel desempenhado no contexto histórico da sociedade em que viveram, ou que vivem, merecem o destaque aqui registrado. Por solicitação das co-autoras e do CEM, alguns dos perfis foram escritos por jornalistas e professores convidados, que têm pelas perfiladas um conhecimento próximo e sincera admiração.

Alaíde Lisboa: de Bonequinha Preta Cátedras e Tribunas

Dinorah Carmo

A professora, jornalista, política e escritora Alaíde Lisboa de Oliveira (1904-2006) foi a primeira vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por duas legislaturas (08/12/1949 a 30/01/1951; e mais quatro anos, a partir de 1952), conforme os anais da CMBH. Pelas atas, revelouse uma vereadora sempre preocupada com os problemas da educação nesta Capital, com preocupações voltadas para as escolas de bairros periféricos. Não bastasse isso, é só citar que ela foi a autora dos livros A Bonequinha Preta e O Bonequinho Doce, que tanto encantaram o imaginário de gerações e gerações mineiras e brasileiras, que muita gente dirá: "Ah! A Dona Alaíde... da Bonequinha Preta', irmã da poeta Henriqueta Lisboa!"

Na década de 40, ela foi uma das primeiras jornalistas de Belo Horizonte e, naquela época, era a única mulher que trabalhava no extinto *Diário de Minas*. Escreveu, também, como colaboradora da extinta *Folha de Minas* e falava com muito orgulho: "Minha inscrição de registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho e no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais corresponde ao número Oito!"

Aposentada, já bem idosa, sempre elegante, meiga e simpática, nunca deixou de comparecer às eleições no SJPMG, onde era recebida com respeito e carinho. Tenho alguns livros autografados por ela e fiz questão que autografasse a edição de 1988, da Bonequinha Preta reeditada pela Secretaria de Estado da Cultura. É quase uma réplica da primeira, numa iniciativa da então Secretária da Cultura, Ângela Gutierrez (1987/1991) que, preocupada em resgatar os valores culturais de Minas, não poupou entusiasmo para que saísse uma linda reedição, mesmo sendo em tamanho menor. O original, que inebriou meus olhos de leitora na infância curiosa, era em tamanho tablóide.

Conforme dados retirados do livro *Dicionário Mulheres do Brasil* (Organizado por Schuma Schumaher e Érico Vital Brasil) e dos anais da

239

Câmara Municipal de Belo Horizonte, além de informações de sua própria filha, a professora universitária Maria Lisboa, Alaíde Lisboa de Oliveira, nasceu em 22 de abril de 1904, na cidade das águas sulfurosas de Lambari/MG. Filha de Maria Rita Vilhena Lisboa e do conselheiro João de Almeida Lisboa, fez o curso normal em Belo Horizonte, na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Minas Gerais.

Ainda na Escola, conviveu com a educadora Helena Antipoff, trazida para o Brasil graças ao empenho do professor José Lourenço de Oliveira, com quem Alaíde veio a casar-se, sendo Madame Antipoff, como era tratada a psicopedagoga russa, madrinha de casamento de Alaíde e Lourenço.

Doutorou-se em Didática pela Universidade Federal de Minas Gerais, da qual se tornou catedrática por concurso público. Exerceu diversos cargos na Universidade, sendo durante 13 anos diretora do Colégio de Aplicação da UFMG, considerado escola-modelo pelo MEC; vice-diretora da Faculdade de Educação; primeira coordenadora do Mestrado em Educação e, finalmente, professora emérita da UFMG. Também foi presidenta da Associação de Professores Primários de Minas Gerais, no período de 1943 a 1945.

Paralelamente à bem-sucedida vida universitária, Alaíde Lisboa teve intensa atuação política. Após a redemocratização do país, foi eleita vereadora, pela segunda vez, em 1952. "Reconhecida como importante personalidade da educação brasileira, conforme enfatiza a poeta Jovita Levy e ex-conselheira do CEM, Alaíde foi membro da Academia Mineira de Letras, recebeu inúmeros prêmios e homenagens, e publicou dezenas de livros. Sua obra, especialmente a Nova Didática, foi qualificada por Carlos Drummond de Andrade como inovadora e criativa (...) um trabalho feito de experiência, reflexão e amor à tarefa, com apoio em um grande talento. Dentre seus outros livros, salientam-se Ensino de língua e literatura; Poesias na escola; Meu Coração; Edmar, esse menino vai longe; Comunicação em prosa e verso; Comunicação e Língua; Bonequinha Preta, Bonequinho Doce; Gato que te quero gato."

Faleceu no dia 4 de novembro de 2006, aos 102 anos de idade.

Alice Tibiriçá: feminista e ativista social

Constância Lima Duarte

Conhecida ativista e entusiasta das causas sociais no Brasil, na primeira metade do século XX, e também pela competência no uso da palavra falada e escrita, Alice de Toledo Ribas Tibiriçá nasceu em Ouro Preto (MG), em 09 de janeiro de 1886, mas cedo transferiu-se para o Rio de Janeiro. Foi casada com João Tibiriçá Neto e, com seu apoio, organizou a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, que deu uma significativa contribuição para a melhoria da saúde pública, e um atendimento mais humano, através da mobilização de médicos e da sociedade em geral. Em pouco tempo, o país era beneficiado pelas ações de Alice e até o nome da doença foi mudado para hanseníase.

Em 1944, ela viajou pelo país para contatar entidades que cuidavam do problema da tuberculose. O resultado de tal iniciativa foi a fundação da Federação das Associações de Combate à Tuberculose, entidade de âmbito nacional que vai intensificar a vacinação BCG, e instalar, em todo o País, dispensários com aparelhos de roentgenfotografia. Enquanto esse serviço era implantado, Alice foi mediadora entre o Serviço Nacional de Doenças Mentais e lutadores idealistas para a criação da Sociedade de Amparo aos Psicopatas.

240

A causa feminista também ocupou lugar de honra na vida de Alice Tibiriçá. Assim que um grupo de feministas lideradas por Bertha Lutz criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, Alice Tibiriçá aproximou-se do grupo, tornando-se ela também uma militante. Em 1931, representou o Estado de São Paulo no II Congresso Internacional Feminista, então promovido pela FBPF, no Rio de Janeiro; e em 1947 viajou a Paris para participar de reuniões junto à Federação Democrática Internacional de Mulheres, que desenvolvia trabalhos em prol da defesa dos direitos da mulher e da infância. Em 1945 dirigiu o Instituto Feminino de Serviço Construtivo, que realizou, sob seu mandato, a

primeira comemoração brasileira do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 1947.

Quando, em 1948, grupos de mulheres de diferentes tendências de esquerda criaram a Federação de Mulheres do Brasil, Alice Tibiriçá foi eleita por unanimidade para a presidência, cargo que ocupou durante alguns anos. Em sua gestão, a Federação (que foi desmantelada em 1964, e refundada em 1988, como Confederação das Mulheres do Brasil), organizou a Conferência Latino-Americana e foi responsável por grandes mobilizações populares pelo fim da carestia e a libertação de presas políticas.

Em 8 de junho de 1950, ela faleceu no Rio de Janeiro.²⁷

²⁷Para melhor conhecer a militância de Alice Tibiriçá, consulte M. Tibiriçá Miranda, *Alice Tibiriçá: lutas e ideais*, 1980.

Amélia Dulce Vilela de Carvalho, uma sufragista revolucionária

Dinorah Carmo

Presto minha homenagem póstuma a uma grande amiga, uma irmã de fé, que tive o privilégio de conhecer em Belo Horizonte, desde que aqui cheguei em 1967. Com ela mantive enriquecedora e leal convivência, nos bons e maus momentos de nossas vidas, por quase quatro décadas. Falo da professora do Instituto de Ciências Biológicas e da Faculdade de Medicina da UFMG, doutora Amélia Dulce Vilela de Carvalho, filha de tradicional família de Lavras, falecida no dia três de dezembro de 2002, com sepultamento no Cemitério Parque da Colina. Com sua morte ficou uma lacuna nos meios científicos e um vazio na convivência intelectual de seus amigos de Belo Horizonte, onde ela passou a maior parte de sua vida.

Desnecessário seria falar aqui de seu competente curriculum, mas como escrevo para várias gerações, que não tiveram oportunidade de conhecer essa grande figura humana, tento traçar o seu perfil feminino e feminista ainda com o coração cheio de saudade, pela sua ausência. Um infarto arrancou-a do convívio de parentes e amigos, no vigor de seus 65 anos. Hoje, se ainda entre nós, ela estaria com 71 anos. E como faz falta!

A professora da UFMG, Amélia Dulce, de formação odontológica, mas que, por concurso, acabou por dar aulas nas Faculdades de Medicina e no ICB/UFMG, numa época em que raríssimo era o espaço para mulher em cátedra naqueles nichos reservados somente para os homens-médicos, teve de lutar muito para firmar-se, afirmar-se e ser reconhecida no meio deles. Evoluiu-se aqui por mestrados, aulas competentes, convivência democrática com alunos e colegas de profissão. E, na Inglaterra e Portugal, aprimorou-se em doutorados brilhantes, elevando-se à condição de mestra PHd e cientista. Deu mais de trinta anos de profícuas atividades à Faculdade de Medicina e ao ICB da UFMG.

243

Politizada, feminista desde sempre (conforme ela se auto-referia), teve militância no Partido Comunista Brasileiro, em que deixou grandes amigos, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Um deles era o cientista e político Sérgio Arouca (também falecido), residente no Rio, diretor da Fundação Osvaldo Cruz.

No Departamento de Morfologia do ICB/UFMG, Amélia Dulce lecionou, dentre outras disciplinas, Histologia, Embriologia e Morfologia. Foi também uma incansável pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, tendo publicado diversos trabalhos na área de Morfologia, com repercussão nacional e internacional nos meios científicos. Lembro-me de quando me mostrara duas revistas especializadas, há alguns anos, toda orgulhosa de seus trabalhos nelas publicados (área de Embriologia) que foram bem reconhecidos na Inglaterra e na Itália.

Apaixonada por sua profissão, ela ajudou a formar, com seus conhecimentos, várias gerações de médicos e de biólogos, destacandose como seus grandes amigos os médicos Teomar Alves (nefrologista de nome internacional, ex-diretor da Faculdade de Medicina de Barbacena), José Ronaldo Procópio (psiquiatra, falecido), Norton Andrade (clínico geral e médico do Trabalho), que simplesmente a adoravam; e o biólogo e professor do ICB, Alan Lane de Melo, que fora seu aluno, estagiário/monitor, enfim, "cria científica" da Amelinha, como os íntimos a chamavam.

Em 1995, aposentou-se da UFMG, mas todos notavam que ela sentia falta da Universidade, mesmo compensando-se por um descanso merecido e com mais tempo para seus negócios de café, na Fazenda do Registro, em Lavras; suas leituras, sua contemplação das artes plásticas, seus programas de TV a cabo, suas caminhadas pela Avenida dos Bandeirantes e sua maior dedicação à música, aprofundando-se nas aulas de violão. Não mais criava gatos da raça angorá-americano-selvagem – sua grande afeição –, desde que Laio, Medusa e Fedro faleceram, deixando-a muito pesarosa "e mais só", como me desabafou.

A doutora Amélia Dulce era uma intelectual brilhante, politizada, corajosa, feminista, independente e sempre esteve na vanguarda dos comportamentos. Ela dizia sobre si mesma: "Comigo não tem meio termo: ou as pessoas me amam ou me detestam." Amélia era forte e frágil, como disso só entendia quem privou de sua intimidade. Geminiana autêntica, movida pela inteligência, com sensibilidade exacerbada, fez de sua vida uma eterna ligação entre a ciência, a cultura e as artes. Recordar

Amelinha, aquela pessoa de um verde agressivo nos olhos, mas traída pela doçura de seu sorriso, é-me difícil e doloroso. Entretanto, não posso me furtar a algumas referências àquela que, corajosamente lúcida, sempre esteve à frente de nosso tempo, abrindo picadas de emancipação feminina, contestando com certa rebeldia a hipocrisia de muitos padrões de comportamento da sociedade. Filha de pais austeros, ela estudou ginásio e científico no Colégio Metodista Carlota Quemper, de Lavras, numa época em que a maioria de suas conterrâneas ia para o de freiras. Preferiu o Quemper por "ser mais livre, mais moderno", justificava.

Perdendo os pais muito nova, foi criada pelas irmãs mais velhas, até ir para o colégio interno, assim ela contava. Os irmãos Otávio, Aparecida, Marlene, Vânia e Gicelda, somados aos cunhados e sobrinhos de Amélia que, por opção, nunca quis se casar, eram a sua família, a que ela agregava os amigos de Belo Horizonte e seus gatos. E também sua fiel Geralda, que lhe prestou serviços domésticos por 23 anos, recebendo da doutora Amélia ajuda financeira e formação intelectual na educação de seus três filhos. Amélia Dulce preocupava-se com todos os amigos, era solidária, mesmo brigando muitas vezes com eles. Era seu jeito de ser. Ela tinha um coração do tamanho do mundo. Um mundo que nem sempre a compreendeu, como costuma acontecer com os mais evoluídos e que se desajustam no meio comum. Tornou-se uma libertária para as décadas de 50, 60 e 70, desfraldou bandeiras de emancipação feminina, libertação sexual, de aborto, divórcio e outros tabus.

Em 1980, quando estávamos no afã do Ato Público de Repúdio aos Assassinatos de Mulheres e criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, o jornalista Geraldo Fonseca, também de saudosa memória, sentenciou-nos na redação do *Jornal de Casa*: "Tudo isso que vocês fazem agora, a Amélia Dulce, minha vizinha e amiga no Edifício San Remo, nas décadas de 1950 e 60, já o fazia, e praticamente sozinha há 30 anos, desde os seus tempos de universitária. Vocês precisam chamá-la para essa luta." Mas claro que ela foi convidada! Não quis e dizia: "A Dinorah me representa. Vou acompanhar à distância." Dava notícia de todas as entrevistas e debates a que comparecíamos, fosse no rádio, televisão ou jornal. E fazia avaliações, críticas negativas ou elogios.

Em Belo Horizonte, nos meios artístico-cultural, jornalístico e científico, nos quais era respeitada e querida, não obstante seu temperamento agressivo, polêmico, beligerante, ela deixou muitos amigos. Teve amores famosos, destacando-se seu noivado de muitos anos com

o jornalista e escritor Murilo Rubião; e também seu relacionamento com o professor, poeta e crítico literário Fritz Teixeira de Salles, ambos de saudosa memória.

De seus mais íntimos amigos, aqueles da boemia saudável do Edifício Maleta (Bar Lua Nova e Cantina do Lucas) e freqüentadores de sua casa no Sion, podemos destacar o pintor Chanina, o casal Dulce-Gastão Guimarães e seu filho Valmique, o jornalista Geraldo Magalhães, o poeta Macário, a delegada aposentada e escritora Alzira Francisca Vieira Magalhães, a psicóloga Marly Alves, a artista plástica Suzana Macedo, o poeta e colecionador de obras de arte, Renato Sampaio, os decoradores Miguel e João Carlos, a desenhista industrial Marly Machado e eu. Todos choramos muito sua partida, bem como os colegas/amigos do ICB/UFMG.

Ela resistiu ao primeiro infarto ocorrido em julho de 1988, depois de dias e dias no CTI de hospital. Deixou a bebida e o cigarro, fazia caminhadas, exames regulares, pois queria viver mais. Dizia bem humorada: "A vida virou um tédio morno, mas fazer o quê? Agora só me faltam proibirme de falar palavrão." Quatorze anos depois, seu coração não agüentou o segundo infarto, que veio na madrugada de dezembro de 2002, para levála à eternidade.

Você, Amélia Dulce, que era mulher de verdade às avessas da melodia de Mário Lago, está fazendo muita falta, com sua dialética comportamental, sua rebeldia, seu jeito acridoce de encarar a vida, seus amigos, a humanidade. E, por esta razão, eu a celebro carinhosamente nesta homenagem póstuma, como uma feminista muito especial.

Ângela Tonelli Vaz Leão, a dona Ângela, Decana das Letras Clássicas e Modernas

Dinorah Carmo

Mineira da cidade de Formiga (Região Centro-Oeste), a professora Ângela Vaz Leão, a Dona Ângela, como é conhecida nos meios universitários, aos 85 anos continua em plena atividade, lançando livros, entre outros projetos. Professora aposentada da UFMG (mestra titular de Língua Portuguesa e doutora em Estilística, de livre-docência), atualmente está na PUC/Minas, onde é uma das responsáveis pela criação dos programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* de seu curso de Letras. Em recente entrevista declarou a mestra: "Ao relembrar minha trajetória, devo ao meu falecido marido, Wilson Coelho Leão, meu companheiro de vida inteira, todo o incentivo e cumplicidade, que foram fundamentais para o sucesso de minhas realizações profissionais."

Ao contrário de muitos outros, que competem com suas esposas, quando mais estudadas e cultas do que eles, o marido de Dona Ângela, o comerciante/livreiroWilson Leão, era seu maior fã (isso eu ouvi de viva voz dele, na roda do Lua Nova/Maleta de que era freqüentador), pois para Leão "não existia mulher mais inteligente e bonita" do que ela. E ser o marido da professora Ângela Vaz Leão não o deixava inferiorizado, pelo contrário, era-lhe um orgulho só.

Dona Ângela confirma essa admiração em entrevista ao jornal da

PUC Minas (novembro/dez./2007): "Fiz concurso público e fui nomeada para trabalhar na Delegacia Fiscal, primeiro em Juiz de Fora e, depois, em Belo Horizonte. Estava casada, iniciando meu curso de Letras Neolatinas na Federal e trabalhando naquele emprego estável, que acabei deixando, para ganhar um quinto dele no Colégio Isabela Hendrix, lecionando Latim. O Wilson deu-me todo apoio e dizia: 'você merece trocar a lida diária

para ganhar um quinto dele no Colégio Isabela Hendrix, lecionando Latim. O Wilson deu-me todo apoio e dizia: 'você merece trocar a lida diária doméstica e os insípidos números do IR, pelos encantos das línguas neolatinas, pelas quais tem pura paixão.' Ele dividia as tarefas domésticas comigo, ajudava a babá a tomar conta de nossas gêmeas, supervisonava a

casa, enquanto eu estava no Colégio Santa Maria, recolhida, estudando e preparando para uma de minhas teses."

Para chegar às aulas de Língua e Literatura Francesas, na Aliança Francesa, de que foi presidenta; e à cátedra da Faculdade de Letras da UFMG, onde a professora Ângela se doutorou em 1959, em livre-docência, com a tese: A Estilística: tentativa de conceituação e aplicação a alguns fatos da língua, após graduação em Letras Neolatinas naquela universidade, bem como mediante um novo concurso na UFMG, em 1961, quando defendeu a tese sobre a Conjunção Se, tornando-se professora titular de Língua Portuguesa, um caminho longo, bem longo, teve de ser percorrido por ela. Seu contato com o magistério começou aos 13 anos, no limiar da adolescência na cidade mineira de Formiga (Região Centro-Oeste), sua terra natal, quando ajudava os pais no orçamento doméstico, como filha mais velha dentre seis outros, dando aulas particulares.

Foi por ser de lá que ela voltou às sua origens no ano de 1968, para fundar a Faculdade de Letras na cidade de Formiga, onde também lecionava, na companhia de uma equipe competente, formada por seus ex-alunos da UFMG, como José Fernandes Vilela, Maria Helena Maciel (falecida), Valmique Guimarães e outros. Eles viajavam de Belo Horizonte para lá, em fim de semana, para darem aulas.

Sim, inquieta, vigorosa, empreendedora e com uma grande capacidade para gerir projetos, Ângela Vaz Leão compôs e coordenou equipes que implantaram cursos de Letras em alguns locais. Além do de Formiga, também na UFMG, onde foi a primeira diretora da Faculdade de Letras; e na PUC-Minas, onde coordenou as equipes que criaram o Prepes- Programa de Pós Graduação Lato Sensu, em 1974, e posteriormente, o Programa de Pós-Graduação em Letras, com o Mestrado e o Doutorado, do qual também foi coordenadora.

Assim, "intelectual e competente gestora," como a define o professor da PUC-Minas, Aldemaro Taranto, Dona Ângela vai colecionando as mais elogiosas opinões de colegas e alunos que estão sempre em volta dela. A professora Lélia Duarte diz que "além de ser uma autoridade em língua portuguesa e em lingüística, ela é tradutora, aquarelista, poeta e administradora". E Anneliese Maria Bento Gama de Carvalho, doutoranda da Pós-Graduação em Letras da PUC-Minas, recém-chegada de seus estudos como bolsista do CNPq, em Genebra, comenta feliz: "É uma honra poder falar sobre a professora Ângela Vaz Leão, essa cabeça erudita que, com suas aulas inteligentes, didáticas e repletas de conteúdo, vai nos iluminando por este caminho que é o mundo das Letras."

Anita Uxa: italiana e mineira

Constância Lima Duarte

Considerada uma das maiores produtoras e patrocinadoras culturais do País na década de 60, Anita Uxa nasceu em Trieste, na Itália. Em 1951, chegou ao Brasil, com a intenção de recomeçar a vida após a Segunda Guerra Mundial. Já em 1953 fundou, em Belo Horizonte, com outras amigas européias — Lilly Kraft, pianista, e Maria Schreiber, zoóloga — uma entidade cultural feminina cujo objetivo era incentivar e divulgar eventos artísticos, tais como palestras, recitais musicais, e exposições de arte, entre outros.

A proposta recebeu pronta adesão de dezenas de mulheres da sociedade belo-horizontina, consolidou-se, e o número de integrantes não parou de crescer. Em 1961 o estatuto foi registrado, e o grupo passou a se denominar formalmente "Sociedade Amigas da Cultura" – uma entidade cultural, civil, sem fins lucrativos, reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Estadual e Municipal.

Anita Uxa também fundou o Centro Brasileiro de Cultura Italiana, e realizou inúmeras atividades culturais e educativas no Museu de Arte da Pampulha.

Por seu trabalho junto às artes, recebeu importantes condecorações, como o Diploma de Mineira Honorária, atribuído pela sucursal de *O Globo* em Belo Horizonte em 1961; a Condecoração Stella della Solidarietà Italiana, conferida pelo governo italiano em 1962; o Título de Cidadã Honorária de Belo Horizonte, e a Medalha da Inconfidência Mineira, em 1971, entre outras.

No presente ano, 2008, comemorou seus oitenta e nove anos cercada de amigas e familiares, em Belo Horizonte, onde ainda reside.

Um anjo chamado Cacá luta pela igualdade racial

Rogério Zola Santiago

Mestre em Comunicação Social pela Indiana University (EUA) Membro da Academia Municipalista de Letras/BH

Conheci Maria do Carmo Ferreira da Silva (Cacá) de chinelos de couro e vestidinho de flores, menina-moça no Alto do Santuário, no Palácio do Bispo (na ocasião, Dom Silvestre). Orientava crianças, adolescentes e suas famílias numa realidade agreste que causara mortes e desolação devido à desapropriação de terras para a feitura de barragens desnecessárias. Cacá atuava no caminho da benfeitoria humana, em trabalho voluntário voltado para a Assistência Social. Seu sorriso e imagem doce ficaram em minha memória enquanto eu fazia Estágio de Comunicação Rural em Araçuaí, pelo Campus Avançado da Universidade Católica de MG, naquele local. Dez anos mais tarde, já atuando como Assistente Cultural da Embaixada dos Estados Unidos nos anos 1980, tive a oportunidade de incluí-la numa exposição internacional, pouco antes de ser eleita Prefeita em sua cidade (a votação mais expressiva que alguém jamais conseguiu). Tratava-se da instigante mostra "Mulheres Negras mudando Minas", (fotos de uma fotógrafa contratada, a saber, Eliane Torino), aberta na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. À abertura, que contou com a presença da Juíza afro-americana La June Thomas Lange, compareceram 1.500 afro-brasileiros e seus amigos. Cacá foi um destaque.

Em 2008, após eu ter sido convidado para lecionar em Maputo, na África, e nos Emirados Árabes Unidos, meu contato com estes mundos (o africano e o árabe) mostra-me a importância da atuação da Sra. Maria do Carmo Ferreira da Silva, Assistente Social e Bacharel em Direito, no território nacional. Maria do Carmo extrapolou sua simplicidade (que fez dela a grande mulher que é), ocupando atualmente posição de destaque na luta pelos Direitos Humanos e da Mulher, por meio de organismos

de promoção da Igualdade Racial. Longa e profícua será sua trajetória, com o aplauso dos seres do Bem. Acompanhando-a de longe, vejo que se firmaram a grandiosidade do seu caráter e seu pendor às causas nobres. Durante quase três décadas mantivemos contato: quatro vezes, trouxemos juntos, a Belo Horizonte, a Associação de Artesãos de Araçuaí (juntamente com a Fundac-BH, a Associação Amigas da Cultura e as Secretarias de Cultura do Estado de Minas Gerais e de Belo Horizonte). Com a AAA, de cuja fundação participamos, vinha Adaltiva Teixeira, sua coordenadora, professora e também admiradora das aptidões humanitárias da conterrânea Maria do Carmo.

Histórico - Na região do Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, quase dois séculos depois da fundação da cidade de Araçuaí pela afro-descendente Luciana Teixeira, outra mulher negra assumiria o comando do Executivo local. Em 1997, a assistente social e advogada Maria do Carmo Ferreira da Silva – filha do operador cinematográfico e jornaleiro Geraldo Ferreira da Silva e de Dona Luci Eleutéria Pereira da Silva -, Cacá, foi eleita para a prefeitura no período 1997/2000 e reeleita para o mandato seguinte (2000/2004). Ao sair, ajudou a eleger seu sucessor (2004/ 2008). Em 2005, dedicara-se à implementação do Plano de Desenvolvimento Meso-Regional, envolvendo o extremo-sul da Bahia, o norte do Espírito Santo e os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Cricaré, compostos por 105 (cento e cinco) municípios. Seu trabalho culminou com a elaboração do 1º Plano de Desenvolvimento Meso-Regional/Ministério da Integração Nacional e com a inauguração da Agência de Desenvolvimento Sustentável, com núcleos em vários Estados. Em 2006, passou a integrar o quadro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, como Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais, e, a partir de junho do mesmo ano até meados de 2007, tornou-se Secretária Adjunta, quando passou a coordenar o Fórum Intergovernamental de Promoção de Igualdade Racial. Maria do Carmo é a responsável pela articulação e implementação de organismos de promoção da igualdade racial junto a governos estaduais e municipais. Também é membro da Comissão de Ética dos servidores da Presidência da República e Assessora para Assuntos Federativos da Casa Maior.

Carmem Gomes: Feminismo e Cinema de mãos dadas

Rogério Zola Santiago

Mestre em Comunicação Social pela Indiana University (EUA) Membro da Academia Municipalista de Letras/BH

Maria Carmem Gomes Oliveira idealizou e fundou a Escola Superior de Cinema de Minas Gerais, juntamente com o Padre Massotte e Frei Urbano Plenz, a qual não vingou, lá na PUC, devido a incompreensões internas (teria hoje repercussão internacional: Minas não possui, até a presente data, uma escola de cinema de renome). Mas acabou dando ensejo para que fosse lançada a Escola de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), onde Carmen atuava como Assessora de Dom Serafim.

Ela nasceu em Uberaba, no dia 5 de março de 1919, vindo para Belo Horizonte aos 8 anos de idade, trazida pelos pais. A mãe Ruth dedicava-se às tarefas do lar e o pai, Manoel Gomes de Oliveira, era guarda-livros (contador). Talvez por ouvir esta palavra inúmeras vezes, Carminha desenvolveu e lavrou na memória a fantasia do manuscio de publicações, revistas, encadernações, cadernos, páginas e folhas... Chegaria a montar uma das mais importantes bibliotecas particulares de Minas Gerais, a qual, durante os últimos oito anos de vida, distribuiria entre amigos diletos e para a própria Pontifícia Universidade Católica.

Carmem foi a primeira Presidenta da Federação de Cineclubes de Minas Gerais, a partir de 13 de julho de 1960, que funcionava na Reitoria da Faculdade Católica. Uma das mais antigas militantes do cineclubismo do Estado, fez parte da Diretoria do Cineclube Asa, devendo-se a ela a valorização, através da Escola Superior de Cinema de Humberto Mauro (Volta Grande/Cataguases), da aproximação do cinema junto aos jovens. Atuou, ainda, no Cineclube Universitário e, em 1954, fundou o Cineclube do Banco da Lavoura. Em 1966 afastou-se de suas atividades devido aos problemas de saúde.

Foi também integrante do famoso CEC – Centro de Estudos Cinematográficos, dirigido por Cyro Siqueira (seu idealizador), Fritz Teixeira de Salles, Alex Viany, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Padre Guido Logger, Fábio Lucas, Pontes de Paula Lima, Jomard Muniz de Brito, Vítor Hugo de Almeida, Ronaldo Brandão e outros. Carmen e Cordélia Fontainha Seta eram das poucas mulheres que participavam do CEC. Intelectuais feministas reinaram ali, mas também receberam algumas resistências da predominância masculina.

Segundo a irmã Maria do Carmo Gomes, "Carmem foi a mais independente e sábia de todas nós. Passou a vida estudando (achamos os diplomas depois!). E prestando serviços úteis. Pagava do próprio bolso, para que outras pessoas pudessem deslanchar rumo a um futuro promissor. Deixava de comer para auxiliar. Tenho saudades de quando me levava ao CEC – no último andar do Banco Lavourinha, onde nos deliciávamos com os festivais, fossem em P&B ou coloridos. Ela era partidária do cinema europeu, enquanto meu outro irmão, o Manoel, preferia Hollywood.

Carmem apreciava Ingmar Bergman, Federico Fellini e idolatrava a feminista-existencialista Simone de Beauvoir. Porém, foi com o precursor mineiro Humberto Mauro, cineasta de Cataguases, que ela trabalhou como roteirista e confeccionou filmes. Depois, escreveria sobre a vida dele. Jamais se casou, mas teve grandes amizades: Lourdes Bastos, Teresa Vasseur e Lourdes Paixão foram, inclusive, beneficiadas com parte de seu precioso acervo literário e cinematográfico."

Carmem atuou como professora e preparadora de rapazes oriundos de estratos sociais menos favorecidos e que almejavam ser aceitos pela Escola Técnica (hoje CEFET), e depois pelo ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos. Gastava grande parte de seu salário com cadernos, livros e roupas para jovens que, mais tarde, destacar-se-iam profissionalmente. Era humana e prática — esta última, uma característica mais pertinente ao universo masculino. Para a irmã Elizabeth Gomes, "ela foi uma precursora. Em seu tempo, mulheres não eram audaciosas, poucas se intelectualizavam. A maioria nem tinha força para lutar contra os tabus que nos restringiam aos limites do lar. Minha irmã foi tudo. Carmem merece a sala e placa com seu nome na PUC, devido às doações que fez à sua Biblioteca. Foi uma benemérita."

Morreu no dia 21 de março de 1972. Porém, fez questão de escrever um livro sobre a doença que a mataria, alertando mulheres em relação à

tragédia que representa o câncer, se não detectado na fase inicial: o dela começou nas mamas, numa época em que não havia quimioterapia. Corajosa, se expôs e escreveu sobre uma sofrida vitória de quase uma década – quando não podia contar com os atuais recursos que, em 96% dos casos, segundo Dr. João Resende Alves, do Hospital do Câncer (fundador do "Mário Penna"), provam-se vencedores a partir dos anos 1990 e 2000.

Juntamente com o irmão-escritor Manoel Gomes Júnior, Carmem desenvolvera genuína paixão pelo Cinema e pela Educação em geral. Para sua família, legou um exemplo de seriedade e trabalho que frutificaria na forma de destaques artísticos e premiações nas modalidades que mais amou: não teve filhos, mas seus sobrinhos e sobrinhos-netos foram destacados em nível nacional. A sobrinha-neta Silvia Gomez teve seu texto teatral considerado pelos exigentes Antunes Filho e Eric Lenate (Revista Bravo) "uma genial revelação no Brasil, onde têm surgido poucos novos dramaturgos de peso". Com a peça O Céu 5 minutos antes da tempestade, da densidade de um Bergman (cineasta favorito de nossa homenageada), esta jovem estreou e consagrou-se em São Paulo.

Por sua vez, a atriz Yara de Novaes, filha do irmão Maneco (Manoel Gomes), recebeu em Recife, num festival nacional de cinema, o prêmio de "Melhor Atriz", enquanto o sobrinho Edmundo Gomes ganhava no Sul o primeiro lugar em um concurso de romances, com seu livro *Falar*, tornado peça teatral e já cogitado para as telas. Denise Gomes, Mestra em Literaturas de Língua Portuguesa, para arrematar, escreveu, segundo informaram as tias Maria Dalva e Maria Stella, o texto *A Casa das Marias*, uma coletânea de reminiscências femininas da vivência das tias, a qual faz lembrar uma época de que restam poucos registros. Certamente, a feminista e desbravadora cultural Carmem, de onde estiver, deve estar sorrindo.

Cnéa Cimini Moreira de Oliveira, a pioneira do TST

Dinorah Carmo

A ministra aposentada Cnéa Cimini Moreira de Oliveira foi a primeira mulher no Brasil, e a segunda no mundo, a ocupar o cargo de Ministro em Tribunal Superior do Trabalho (TST). Nomeada em 1990 para ocupar vaga destinada a membros do Ministério Público, atuou no TST durante dez anos. Ela faleceu no Rio de Janeiro, onde residia, no dia 22 de abril de 2008, sendo sepultada no Cemitério São João Batista. Pioneira, a Ministra defendia maior participação da mulher na magistratura brasileira e acreditava que o Brasil já havia evoluído o bastante para tornar a presença feminina permanente no cenário de todo o mercado de trabalho.

Na abertura da sessão da SDI-2, o Ministro Ives Gandra Martins Filho – que a substituiu no TST após sua aposentadoria – lembrou o papel pioneiro da colega de Ministério Público; e o Ministro Milton de Moura França, Vice-Presidente do Tribunal, associou-se aos demais integrantes da Seção, nas manifestações de pesar pelo seu falecimento, e que foram encaminhadas à família da Ministra. (Dados retirados do site do TST/Notícias).

Cordélia Fontainha Seta: a árdua tarefa do existir

Rogério Zola Santiago Jornalista, mestre pela University Indiana (USA) e membro da Academia Municipalista de Letras

Cordélia Fontainha Seta, grande intelectual, jornalista, crítica de cinema e de teatro, foi da segunda geração feminina a atuar na imprensa em Belo Horizonte. Fontainha atuou nessas áreas até o ano de 1968, recolhendo-se da sociedade e das atividades culturais e de imprensa, a fim de dedicar-se à administração de seus bens imóveis. Filha única, herdeira de muitos bens, após a morte dos pais, teve que assumir a gerência do patrimônio. Feminista, defendeu os Direitos da Mulher com determinação, colocando-se à frente de campanhas que buscavam o reconhecimento do fato de que não existe um sexo frágil, mas mulheres e homens fortes em busca de um mundo melhor.

É importante lembrar que essa crítica de cinema e teatro, voltada às artes desde a tenra idade, destacou-se inicialmente devido a um precoce interesse pela literatura, quando, aos sete anos, começou uma singela correspondência com Monteiro Lobato, o maior escritor brasileiro para crianças de todos os tempos e que revolucionava o Brasil com sua forma de escrever moderna, cativante e livre de tabus, a qual abordava desde a ciência da Matemática para crianças até figuras mitológicas, como Hércules, Teseu, o Minotauro e a Hidra de Lerna. Não gostava de bonecas. Seus brinquedos eram os livros, principalmente.

Cordélia já havia lido toda a coleção de Lobato e com ele se correspondera até seus 12 anos, quando, na pré-adolescência, passou a ler Julio Verne, Victor Hugo, Charlotte e Emily Brontë, além de Jane Austin (dentre dezenas de autores), e à apreciação dos clássicos. O próprio autor, na época, era considerado impróprio e "comunista" pelas fanáticas da TFP – Tradição, Família e Propriedade –, organização retrógrada de extrema direita, que, nos idos de 1961, contra os protestos de Cordélia, chegou a

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

queimar as publicações de Lobato em pátios de escolas, como ocorreu uma vez no Grupo Escolar de Demonstração do Instituto de Educação.

Em plenos anos 2000, indignada, já beirando os 70 anos de idade, postou-se ao lado de um quadro do Louvre e lá ficou assentada na abertura da mostra, em protesto diante da parede vazia: tinha sido retirada e levada para o fundo do prédio uma pintura do século XVIII, trazida a Minas pela *marchande* Elizabeth Lobato, e destacada no *hall* de entrada de poderosa instituição bancária.

A bela pintura de corpo, deitado na lateral, destacava a genitália feminina, de modo até discreto (haja vista as pornografias atuais), e fora alvo de censura pelos diretores de importante Banco, em Belo Horizonte. A pintura foi arrancada da parede e levada embora, a despeito dos protestos que incluíram aplausos (ao artista ausente), e vaias (à atitude fora de época). "A Arte não pode ser usada apenas para atrair novos públicos consumidores, deve ser respeitada em sua função de fazer pensar", diria uma Cordélia decepcionada com o mercantilismo cultural que percebe ter-se instalado.

Experimentando a tristeza devido à doença da mãe, andava um dia, para relaxar, pelas imediações da Praça Raul Soares. Vertia lágrimas. "Sinto falta de amigos", diria a brava mulher, "alguém que simplesmente me levasse para dar uma volta" — carência inusitada a quem dedicou grande parte da vida à nobre prática da amizade. Cordélia Fontainha Setta, como em muitas outras ocasiões, portava velhas alpargatas confortáveis e um vestido simples, inteiriço, com cintinho do mesmo pano. Sóbria, sem maquiagem, os cabelos brancos, "nada de máscaras".

Poucas, como Cordélia – tão digna – fizeram e ainda fazem da autenticidade e boa educação uma constância na árdua tarefa do existir.

José Osvaldo Guimarães Lasmar Professor PhD, Economista, Ex-Vice-Reitor da UEMG, Ex-Secretário-adjunto de Estado da Cultura e Presidente do Centro Mineiro de Referência em Resíduos

Minha carismática professora de ginásio (Português e História, além de bibliotecária), que adorava declamar poemas de Fernando Pessoa, Drummond e Raul de Leoni, conterrânea amiga, Dinorah Maria do Carmo, é uma das pessoas que sempre exerceram grande influência em minha vida. Toda a minha geração herdou o seu senso de disciplina, dinamismo, cultura e criatividade. Na Biblioteca do Colégio Senhora de Fátima, de acervo riquíssimo em conteúdo, na cidade de Santo Antônio do Monte/MG, como D. Dinorah nos fazia ler, além de exigir redação de fichas dos livros, com interpretação/síntese do que líamos!

Quando fazia meu Doutorado na França, no final da década de 70, sempre me lembrava dela, pois a jornalista Dinorah Carmo iria gostar muito de Paris, dos seus cafés, de Montmartre e do Louvre. Iria se dar muito bem com os franceses, que são autênticos, francos e, às vezes, indignados, iguais a ela. A cultura e senso de justiça de Dinorah Carmo são marcas de seu caráter revestido em generosidade, solidariedade e aprimorada educação, o que lhe confere conduta de muita classe.

Portanto, falar dessa brilhante comunicadora social (jornalista, relações públicas e publicitária), ex-atriz de teatro, crítica de arte, professora e escritora, para mim é um prazer e um dever. Vejo como primeiro dever, lendo seu extenso *Currículum Vitae*, que me foi encaminhado, dizer que ela, do curso básico (aluna de minha mãe Odete, no 2º ano primário) à universidade, sempre foi oradora de turma e "menina nota dez". Na FAFICH/UFMG, conquistou o Prêmio Geraldo Teixeira da Costa, por currículo A, conferido ao Melhor do Curso de Comunicação Social/Habilitação Polivalente, em 1974. Antes, graduou-se pela Escola de Atores do TU da UFMG (1968/70), em que foi 1º lugar em seu vestibular. Encantou a banca examinadora na prova oral, ao

interpretar uma nordestina fugindo da seca (A grande estiagem, de Isaac Godim Filho) e uma inglesa esnobe, na leitura dramática da peça Chuva, de Somerset Maugham.

Jornalista combativa, questionadora, ética, texto primoroso, corajosa e coerente nos pensamentos e ações, ela atuou nos principais jornais e sucursais de BH e trabalhou duro para firmar-se e afirmar-se na profissão, até então reservada mais aos homens. Conciliava serviço público pela manhã, jornal à tarde e, à noite, aulas no curso de Jornalismo da FAFI/BH (hoje, UNI/BH). Casada com a profissão, relegou casamento para terceiro plano. Mas casou-se mais tarde, tendo seus dois filhos (o primogênito falecido ainda recém-nascido), vindos de gravidez de alto risco, o que ela enfrentou com coragem e otimismo. Seu segundo filho, Leandro Carmo Guimarães, hoje com 23 anos, graduou-se em Ciências Biológicas pela UFMG, em julho deste ano, com sucesso!

Só na Secretaria de Estado da Cultura, Dinorah Carmo trabalhou por 14 anos, como assessora de imprensa, convivendo com vários secretários, pois eles passavam e ela ficava, já que era concursada na função de técnico em Comunicação Social. Dinâmica, cheia de energia, ao tempo do Coordenador de Cultura, Paulo Campos Guimarães, foi ela que viabilizou a compra do Palacete Dantas pelo Estado, à venda pela viúva Dantas, descobrindo, com seu "faro de repórter", um Programa de Incentivo Cultural, da extinta Minas Caixa, sendo tudo negociado, em 1980, com o apoio de seu presidente, Júlio Laender, e seu assessor, José Carlos Laender de Castro, então Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil/Secão MG.

O Estado, através das Secretarias da Fazenda e do Planejamento, já tinha sentenciado à Secretaria da Casa Civil, a que a Coordenadoria de Cultura era vinculada, não dispor de recursos financeiros para fazer aquele investimento. Àquela época já estava em andamento transformar a Coordenadoria em Secretaria de Cultura, projeto de que Dinorah Carmo também participou na criação da Assessoria de Imprensa e implantação da TV Minas.

Com os secretários Jota Dangelo e Angela Gutierrez, na Secretaria da Cultura, assumiu cargo de confiança (Diretora), o que também ocorreu na Fundação Ruralminas (1999/2003), quando já aposentada, retornou ao Estado, no Governo Itamar Franco, a convite do Presidente daquela Fundação, o jornalista e advogado Caio Brandão, para ser assessora-chefe da ASCOM.

Pessoa idônea, de caráter íntegro e de uma capacidade intelectual

259

que se prima pelo discernimento lúcido, analítico e imparcial, sempre foi feminista, desde os tempos de Santo Antônio do Monte, ainda adolescente. Isto lhe valeu, tanto lá como aqui, muitas resistências e antipatias, principalmente da parte masculina.

Ela própria afirma que, na década de 70, sofreu muito com o machismo belo-horizontino, até mesmo da esquerda/sua turma, na Cantina do Lucas. É com certa tristeza, por exemplo, embora sem mágoas, que Dinorah nos relata desgastantes atritos com o jornalista e advogado Cretildo Crepaldi e, sobretudo, seu profundo desapontamento com o tratamento dado ao episódio inventado por Crepaldi e absorvido no livro pelos jornalistas/autores Luiz Otávio Madureira Horta e Brenda Silveira que, como enfatiza, nunca a procuraram para ouvi-la, quando elaboravam o livro Histórias da Cantina do Lucas e da Rua da Bahia, publicado em 2002. Mas como diziam seus outros amigos, o arquiteto José Osório Caetano, por exemplo, "Ninguém é Dinorah Carmo, impunemente", ela continua indestrutível! E até compreende que mulheres iguais a ela, "de fato, incomodamos". E "o preço, muitas vezes, costuma ser caro", pondera Dinorah, batendo no peito, cujo coração é agora protegido por um marca-passo desde 2005.

Como seu ex-aluno e amigo, tenho pela Dinorah carinho, admiração e respeito. Sempre acompanhei sua trajetória de vida com interesse e entusiasmo. Vê-la chegar à Presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, numa disputa acirrada de três chapas, depois de 12 anos de chapa única, foi emocionante! E logo na virada do milênio (1999/2002), sendo a primeira Presidenta do SJPMG (entidade hoje com 63 anos de vida) em Minas, e a segunda do Brasil (Sindicato de Jornalistas de São Paulo já tivera uma), num triênio profícuo, comandando uma Diretoria Suprapartidária, que realizou muita ação política, mas sem partidarismo. Ela confirma: "Em minha gestão no SJPMG, quem mandava era Dona C, ou seja, a Categoria, pois todos tinham voz e vez".

Eis o depoimento que ela prestou na revista do Sindicato dos Jornalistas (2005) que bem revela sua vida independente e digna:

"A Presidência do SJPMG foi-nos, mais que um exercício de poder, uma experiência e um aprendizado riquíssimos, oportunizando-nos colocar a liderança política a serviço da categoria jornalística. Nossa Diretoria desenvolveu um trabalho inspirado nos valores com os quais o Sindicato dos Jornalistas, em seus 60 anos, tem um compromisso histórico: liberdade, ética, transparência e responsabilidade social.

Na virada do milênio, após 12 anos de eleições com chapa única, assumimos o SJPMG, disputando com mais duas outras chapas

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

e trazendo uma novidade: a presidência feminina. O triênio 1999/2002, marcado por problemas administrativo-financeiros de quatro gestões anteriores, desaguados na nossa, estando o Sindicato com os bens penhorados na Justiça Federal pelo INSS, foi-nos um desafio! Mas um desafio muito bom de ser aceito, porque conseguimos, numa gestão austera, quitar as dívidas junto ao INSS e à Receita Federal, além de honrar nossos compromissos e deixar *superávit* para a diretoria sucessória.

Obtivemos conquistas salariais que, naquele triênio, alcançaram 22%, índice recorde dentre todas as outras categorias jornalísticas do País, acima dos índices do Plano Real, pelos dados de perdas e ganhos salariais, fornecidos pelo DIEESE/SP, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* (março de 2002). Lutamos pela implantação do Conselho Federal de Jornalismo, em apoio à FENAJ, para garantir à categoria a auto-regulamentação profissional, advinda de curso em nível superior para o exercício do jornalismo.

Pelas liberdades democráticas, fizemos um Sindicato político, porém suprapartidário, por entendermos que a categoria é cheia de matizes ideológicos. De braços abertos, acolhemos todos os anseios dos companheiros, lutamos em sua defesa e por sua valorização profissional, bem como pelos anseios da sociedade civil, apoiando-a por meio de um Sindicato participativo e participado."

Diva Augusta, se todos fossem iguais a você

Dinorah Carmo

Peço licença ao poeta Vinicius de Morais, para com seu verso dar título ao perfil dessa mulher magnânima que foi Diva Augusta do Carmo Veneroso.

Uma Secretária de Ação Social sem pasta, uma feminista nata, sem nunca ter lido Simone de Beauvoir ou Rose Marie Muraro. Simplesmente era. Desde sempre fora. Não precisava, seu feminismo era intuitivo. É assim que vejo Diva, minha exemplar irmã mais velha: dinâmica, inteligente, carismática, independente, que preferia estar fora de cargos políticos, não obstante os convites; que por sua independência e liberdade de ir e vir, traçou suas próprias atividades, ajudou e encaminhou na vida muita gente, dos mais diversos estratos sociais. Com sua liderança, alegria e prosa fácil, vivia aconselhando, sobretudo as mulheres, a se darem ao respeito da dignidade para consigo mesmas, não aceitando violência machista, e a conquistar independência econômica, pelo trabalho extralar, frente ao domínio masculino.

Nasceu na pequena cidade de Santo Antônio do Monte/MG, no dia 18 de setembro de 1925, ali cresceu e viveu até à morte ocorrida no dia 3 de dezembro de 2007. Filha do comerciante (padeiro, moldureiro, criador de pássaros), Herothylde José do Carmo, também poeta repentista, e de Georgina do Couto Souza, costureira de roupas masculinas, era a segunda de uma prole de dez filhos. Sete mulheres e três homens, todos muito inteligentes, com o dom da oratória, ligados à boa leitura, às artes, aos trabalhos manuais, disciplinados, solidários e trabalhadores. Foi nesse ambiente alegre, numa casa imensa e movimentada, o Casarão dos Carmo, recebendo visita a toda a hora, que Diva cresceu, sempre ajudando nas tarefas domésticas e na criação dos irmãos menores.

Na escola foi aluna brilhante, obtendo a nota dez com distinção ao concluir seu curso primário, tendo sido a oradora da turma. Já adolescente,

buscando independência para ganhar seu próprio dinheiro, aprendeu e praticou tricô, bordado, crochê, corte e costura. Casou-se aos 19 anos com o comerciante Xisto Veneroso, de tradicional família, com quem teve três filhos: Roberto (advogado e analista fiscal aposentado); Sônia (graduada em Letras, professora de 1° e 2° graus, aposentada) e Oswaldo (comerciante atacadista em Belo Horizonte).

Esposa, mãe e avó dedicadas, quis também conquistar espaço, além dos limites do lar. Atuou, ao lado do marido, nos diversos tipos de comércio (armazém, bazar, bar e sorveteria), ajudando-o, também, na escrita da Sul América Seguros e Capitalização, da qual ele era representante; e ainda ensinava corte, costura, tricô e bordado à máquina, para jovens e "coroas".

Incentivou familiares e amigos, especialmente mulheres a trabalharem fora de casa, a terem profissões autônomas. Isto na época em que, na conservadora Santo Antônio do Monte, mulheres só podiam trabalhar fora como professoras de curso primário. Católica, fazia parte do Apostolado da Oração, em que liderava ações sociais e convivia bem com suas colegas que muito a admiravam. Com seu espírito apostólico, era de um cristianismo mais na prática do que nas carolices das rezas de Igreja. Atenta às novidades, às transformações e aos direitos e deveres legais, lia muito, descobrindo benefícios para o próximo. Adorava uma novidade, gostava de televisão, estava por dentro dos fatos e notícias. Era também questionadora, combativa, agitando sempre as rodas, sorridentemente.

Na década de 60, cadastrou-se como costureira autônoma, contribuindo para o INSS. Liderou uma verdadeira campanha, orientando diversos profissionais do campo e da cidade a fazerem o mesmo. Uma verdadeira romaria batia às portas de sua casa. Na realidade ela é que fazia tudo para aquela gente, viajando para Divinópolis e Belo Horizonte, para despachar junto aos guichês burocráticos do INSS toda a papelada e muitas vezes aguardando nas salas de espera para falar com chefias e diretorias. Até certidão de nascimento, quando a pessoa não a tinha, era providenciada por ela, o que é um processo complicado de conseguir-se, mas ela, empenhada, viajando e pesquisando por cartórios, igrejas (batistérios) rastreando origens por meio de conversas, indagações, conseguia! Assim sendo, muitos e, em especial a classe feminina, puderam garantir assistência e aposentadoria, o que foi um conforto para essas famílias.

Com incansável altruísmo, descobriu o verdadeiro sentido de viver, realizando uma obra pioneira de assistência social e voluntariado em seu município. A partir de 1975, tendo o amparo da lei vigente,

263

encaminhou ao INSS documentação e requerimentos de centenas de idosos e inválidos, gente simples, humilde, que jamais teria iniciativa sozinha, para conquistarem benefício assistencial, àquela época, denominado renda mensal vitalícia.

Por volta de 1985, fundou o Núcleo de Prevenção e Combate ao Câncer, em parceria com a professora aposentada Áurea Rodrigues, Ex-Presidenta da Casa da Amizade do Rotary Clube, o qual funciona até hoje naquela cidade, hoje com 25 mil habitantes. Sem distinção levou ajuda, amizade, total disponibilidade e orientação segura aos doentes e/ou carentes de pão material ou espiritual. Teve constante compreensão e apoio de seu marido e filhos, para enfrentar desafios, praticar o bem e exercer sua liderança social.

Por seus esforços, recebeu reconhecimento público, sendo agraciada com diploma de Honra ao Mérito, por ocupação útil (Rotary Clube, abril de 1976); Diploma de Alfabetizadora (MOBRAL, fevereiro de 1979); diploma de Honra ao Mérito/Assistência Social – DESTAQUE – (Prefeitura Municipal de Samonte, novembro de 1980); Placa de Prata, enaltecendo seu Voluntariado, pela Associação Municipal Feminina de Samonte (AMFESAM, março de 1996); Medalha *Pedro Henrique Costa Brasil de Sousa*, por *Virtude da Cortesia*, promoção da Ordem De Molay da Loja Maçônica Monte das Acácias, em Samonte, dezembro de 2001.

É dessa jovem Ordem os seguintes dizeres num pergaminho oferecido em sua homenagem:

Diva Augusta do Carmo Veneroso, viúva do Sr. Xisto Veneroso e mãe de Roberto, Sônia e Oswaldo, é daquelas poucas pessoas que descobriram o verdadeiro sentido de viver: a solidariedade. Realizou uma obra pioneira de assistência social e voluntariado em nossa cidade. Sem distinção, levou ajuda, uma palavra amiga, bons conselhos e orientação segura aos que a procuravam. Encaminhou empregos, estudos, remédios, alimentos, aposentadoria para os necessitados. Com o tal apoio de sua família, enfrentou desafios e dificuldades. Por isso, a senhora é hoje o melhor exemplo da Virtude da Cortesia.

No ano de 1997, vítima de retinopatia diabética, não obstante duas cirurgias, perdeu a visão de ambos os olhos. Nunca uma palavra de tristeza, de desespero; jamais uma atitude de revolta pela deficiência. Foram 11 anos de cegueira, mas ela não se deixou esmorecer. "Continuou a luta, com os olhos do coração, sempre iluminados", como bem expressou sua filha Sônia que foi sua companhia constante. Conservou a mão estendida,

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

para acolher e mostrar caminhos àqueles que em sua casa a procuravam. E, aos 82 anos dignamente vividos, lúcida e sempre sorridente, despediuse de todos, que prantearam demais a sua morte, no final de 2007, para iniciar nova etapa de vida, no plano espiritual em que sempre acreditou.

Efigênia Carlos Pimenta, militante da causa negra e da mulher

Constância Lima Duarte

Nasceu em Belo Horizonte em 1932, filha de Vitalina dos Santos e Antônio Carlos, o primeiro negro a se tornar Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais. Estudou no Ginásio Mineiro e no Colégio Imaculada de Barbacena, formando-se professora. Durante mais de 30 anos lecionou em escolas de diferentes municípios mineiros. Participou ativamente da organização da Fundação das Pioneiras Sociais e foi uma das organizadoras da Associação José do Patrocínio, em 1950, a primeira entidade de negros do Estado de MG. Também participou da criação de outros grupos, como Movimento afro-brasileiro Ciscurne, e Núcleo do PT em Santa Efigênia.

Foi Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e também do Conselho Estadual da Mulher de MG. Com outros companheiros, organizou o Movimento Negro e a Constituinte, na Assembléia Legislativa de MG, e o I Encontro de Mulheres Negras de Minas Gerais, que reuniu cerca de 280 municípios. Assessorou o Ministro Aluisio Pimenta na criação da Fundação Palmares, juntamente com Dr. Carlos Alves Moura. Participou da organização do Conselho Estadual da Comunidade Negra em Belo Horizonte, e foi nomeada para a Comissão Nacional do Centenário da Abolição da escravatura pelo então Ministro da Cultura Celso Furtado. Efigênia Pimenta foi ainda assessora da Deputada Maria Elvira.

Elke Maravilha, do sagrado ao profano

Eustáquio Trindade Neto Jornalista e Professor da Faculdade Newton Paiva

Ela nasceu em 22 de fevereiro de 1943, na imperial cidade de São Petersburgo — então oculta sob o nome de Leningrado, por obra e graça de Revolução Russa de 1917. Elke Giorgierena Grunnupp Evremides, filha de mãe alemã e pai russo e dona de um passaporte alemão, é, acima de tudo, mineira. E de Itabira, onde chegou aos 7 anos de idade, quando a família escolheu o Brasil para se refugiar da fúria stalinista. Da Elke de sobrenome difícil e solene para Elke Maravilha foi um pulo, e, a partir daí, nascia também uma das raras unanimidades brasileiras — sim, porque Elke Maravilha é dessas que dispensam passaportes, pois, afinal, é mineira e cidadã do mundo.

A mineiridade de Elke não tem tamanho. Começa, certamente, no sítio do distrito de Ipoema, a poucos quilômetros de Itabira, e depois segue por outras cidades mineiras em que a família viveu, Acesita, Governador Valadares, Belo Horizonte... Na capital mineira, Elke bancária, secretária, professora de francês e... Glamour Girl. Isso mesmo, em promoção do falecido colunista Eduardo Couri, com direito a desfile no Iate Tênis Clube, Elke se sagrou Glamour Girl de Belo Horizonte, vencendo na disputa final outra famosa beldade mineira, Berenice Lunardi, que um ano depois se sagraria Miss Minas Gerais e representante do Brasil no concurso de Miss Mundo, em Londres, onde foi finalista.

O concurso de Glamour Girl foi em 1960, quando, pelo menos por aqui, ainda era moda as moças — todas elas representantes de famílias da mais fina flor da sociedade — desfilarem em vestidos rodados, de tecidos vaporosos, claros, importados, e cabelos em estilo "bolo de noiva", com direito a muito laquê. Qual não foi o espanto da platéia ao ver surgir na passarela uma moça alta, loura, com os cabelos escorrendo naturalmente sobre os ombros, de vestido preto, acetinado, justo e tomara que caia? Não deu outra, Elke Grunnupp acabou se tornando a Glamour Girl de

267

Belo Horizonte. Mas aí, é preciso fazer justiça à D. Olga Mazzetti, a Marchesa di Lucca, considerada, então, a "modista" número um de Belo Horizonte. Foi ela quem aconselhou que Elke, em vez de usar o vestido vaporoso, desfilasse de preto, pois assim destoaria das demais.

E possível que na então provinciana passarela do Iate tenha se iniciado sua carreira de modelo. Desde Geórgia Quental, Adalgisa Colombo e Gilda Medeiros, famosas "manequins" dos anos 50, o Brasil não sabia o que era na verdade uma top model. Isso, em um tempo em que a Europa já estava mais do que familiarizada com Veruscka, Penélope Tree ou a própria Twiggy. Elke começou como modelo de Guilherme Guimarães, em que foi clicada pelas lentes do grego Alex Evremides, que se tornaria seu primeiro marido.

Mas, foi algum tempo depois, com um look que emulava Marilyn Monroe e Jean Harlow, que Elke se tornou a mais famosa modelo do Brasil. Sua foto era capa de revistas de moda, estava em todos os outdoors. E acabou parando também na Polícia Federal, para onde foi levada, em 1971, quando o país vivia a paranóia do mais sangrento dos governos militares, o do general Garrastazu Médici. Foi quando, já diva das passarelas, Elke começou a arrancar das paredes do Galeão os cartazes com as fotos de Stuart Angel — "Procura-se" —, filho da estilista Zuzu Angel e já vivendo na clandestinidade como militante de uma organização guerrilheira. Elke foi detida e levada à Polícia Federal, onde permaneceu presa durante seis dias. E teve cassada a cidadania brasileira. Feminista e politizada, Elke deu grande apoio a Zuzu Angel, na incansável busca de seu filho, vivo ou morto, pelos labirintos da repressão. Tempos depois, em um programa de entrevistas na TV Cultura, do Rio de Janeiro, Elke falou ao jornalista Sérgio Cabral sobre a cassação:

"Já fui anistiada, mas não aceitei, porque se aceitasse, estaria assumindo a culpa, e eu não tenho culpa nenhuma. Já me ofereceram outra vez a cidadania brasileira, mas isso aí significa apenas um pedaço de papel. A verdadeira cidadania, o povo já me deu..."

Mas, apátrida também não dá, que o mundo ainda não está preparado pra isso, e não restou a Elke outra solução senão buscar, por parte da mãe, a cidadania e o passaporte alemães.

O fim da carreira nas passarelas abre as portas para a Elke Maravilha personagem, a musa incomparável dos júris dos programas de auditório — do Chacrinha, onde foi revelada, ao de Sílvio Santos —, onde impôs um estilo e uma forte marca pessoal. É bem possível, no entanto, que os programas de auditório tenham feito um mal imenso ao cinema brasileiro.

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Em "Pixote, a Lei do mais Fraco", de Hector Babenco, Elke tem o segundo papel feminino — o primeiro foi de Marília Pêra, premiada com o Globo de Ouro, em Hollywood —, o de "Débora", uma prostituta traficante dos inferninhos da Avenida Prado Júnior, assassinada pela gang de Pixote. Não foi um grande papel, mas marcou como poucos.

"Foi uma cena dificílima, porque eu mato um dos meninos e o outro me mata depois... Cheguei em casa arrasada, física e mentalmente."

Em "Xica da Silva", como a carola "Dona Hortênsia" que inferniza a vida da heroína, Elke teve outro bom momento no cinema. "Até hoje, sempre fiz pequenas participações", conta. Pequenas, porém marcantes, como em "Pastores da Noite" e "Quando o Carnaval Chegar", entre outros. Cantando "In der kaserner", em uma cena do filme sobre a vida da amiga Zuzu Angel, outro momento inesquecível, forte.

Elke Maravilha é como Minas, são muitas. A musa dos programas de auditório e a itabirana que caminha pelas ruas e ladeiras da cidade, que fala das amigas — "Você não conhece a Míriam Brandão?" — como quem nunca saiu de lá, são sempre a mesma pessoa. Gente que só uma terra como Minas é capaz de forjar.

Elvira Komel, a la feminista revolucionária do Brasil

Dinorah Carmo

Não procure o nome de Elvira Komel nas ruas de Belo Horizonte ou de Minas Gerais. Ela passou ao esquecimento como conviria aos homens públicos de seu tempo. (Geraldo Fonseca, jornalista)

Elvira Komel passou como um meteoro. (Pedro Nava, médico e escritor/memorialista)

Uma estrela riscou o céu – e se chamou – em que pese a omissão dos "astrônomos" da História, Elvira Komel. (Lélia Vidal Gomes da Gama, historiadora)

Quando o jornalista Geraldo Fonseca, de saudosa memória, competente repórter e pesquisador memorialista, escreveu matéria de página inteira no semanário Jornal de Casa (06 a 12-08-78) sobre a mineira Elvira Komel, tachando-a de "a maior feminista deste século" (o século XX, recém passado), tinha completa razão, pois sua curta vida, mas intensa, viera traçada para que ela cumprisse importante missão: a de resgatar um papel mais amplo para a mulher, na conservadora década de 30, dispondo-se a defender seu feminismo, voltado para nossas realidades em todos os estratos sociais, sob a ótica socialista. Advogada combativa, jornalista, feminista e comandante do Batalhão Feminino João Pessoa (iniciado com 21 mulheres), fundado por ela na e pela Revolução de 30, Elvira Komel, também Presidenta da primeira Associação Feminina Mineira (dezembro/1930), faleceu em julho de 1932, aos 26 anos de idade! Vítima de meningite cerebral, que interrompeu sua vasta atividade sempre à frente de seu tempo como profissional, líder feminista e política, ela atuou em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. E fez, em dois anos, coisas que demandariam uns 20, em sua marcha normal.

Ela defendeu, em todos os sentidos, o movimento tendente a reivindicar os direitos da mulher na sociedade em que viveu, buscando equiparála sociologicamente ao homem. "Sem medo de errar – afirmava Geraldo

Fonseca – pode-se dizer que Elvira Komel foi a única líder feminista a atuar nesse século em Minas Gerais, arregimentando grande número de mulheres em todo o Estado e chegando ao ponto de realmente causar assombro na sociedade conservadora de sua época."

Uma pergunta foi lançada, aleatoriamente, a dezenas de pessoas, dos 18 aos 90 anos: "Você já ouviu falar em Elvira Komel?" E poucas puderam lançar alguma luz à penumbra em que foi submersa a personalidade dessa incrível mulher, que teria agora 102 anos, não fosse sua morte tão prematura. Muito a propósito, a historiadora e memorialista Lélia Vidal Gomes da Gama, intitulou seu livro sobre a vida dessa singular mulher de *Uma Estrela Riscou o Céu*, devido ao brilho fulgurante, mas fugaz, no firmamento de sua existência.

Mesmo tendo Francisca Senhorinha da Motta Diniz, a pioneira da imprensa feminina no Brasil, fundado o jornal Universal, em julho de 1829, na cidade mineira de Campanha, e nele escrito artigos combatendo a desigualdade entre o homem e a mulher, os quais escandalizaram a sociedade da época, personagem de cunho feminista mesmo, por sua militância e liderança, no século XX, foi Elvira Komel, na opinião do jornalista Geraldo Fonseca e da historiadora Lélia Vidal Gomes da Gama. E sua projeção acontece na Belo Horizonte conturbada pela "Revolução de 30, que levou Getúlio Dornelles Vargas ao poder, o Presidente Arthur Bernardes à prisão e o Governador de Minas, Olegário Maciel, à morte," com bem lembra o jornalista Geraldo Fonseca. Assim, dois meses depois de estourada a Revolução de 30, a 5 de outubro, com a revolta dos tenentes no Exército Militar, é anunciada a fundação do Batalhão Feminino João Pessoa, comandado por ela, Elvira Komel. Afinal, quem é essa mulher, que durante um ano e meio parecia estar em todo lugar, fazendo e acontecendo, com toda a firmeza, inteligência e elegância?

270

Ela nasceu no dia 24 de junho de 1906, em São João do Morro Grande, hoje Barão de Cocais/MG, cidade que teve há 38 anos, em 1970, uma mulher como prefeita, talvez a primeira de Minas. Filha de pai austríaco, Ernesto Komel, e mãe mineira, Maria Severina Corrêa Guedes, a menina faz seu curso ginasial na cidade de Viçosa, onde revela notas brilhantes em todas as matérias. Dali vai para o Rio de Janeiro, onde presta vestibular para Direito, com 19 anos, a 10 de janeiro de 1925, graduando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, com 23 anos (1929). Retorna a Belo Horizonte para advogar, residindo com os pais no Bairro da Floresta.

271

Revela-se combativa advogada e, na opinião de Alberto Deodato, de saudosa memória, advogado e cronista de nome, conhecedor das mazelas belo-horizontinas, "ela teve grande atividade forense, enfrentando em vários júris o promotor Afonso Arinos de Mello Franco, que levou dela sempre a pior." E continua Deodato que demonstra admirá-la, como se vê em depoimento prestado à historiadora Lélia Vidal, no excelente livro sobre Komel: "Acredito que a formação feminista de Elvira teve o seu forjamento no âmbito universitário, pois naquele tempo já se discutia o voto feminino no Rio de Janeiro. Já a mulher mineira era mais do lar, recatada e não participava dos movimentos organizados em prol de seus direitos".

Como comandante do Batalhão Feminino, naquele ano de 1930, ela trabalha incansavelmente. Repentinamente, suas legiões crescem em toda Minas Gerais, garbosas, trajando fardas de brim cáqui e confeccionando a bem da Revolução mais de quatro mil fardamentos para os soldados e servindo nos hospitais de sangue da Capital e dos municípios mineiros, além de terem como obrigatória a instrução militar feminina. Eram mulheres de todas as classes e profissões sociais, incluindo 300 enfermeiras práticas, postas à disposição da Saúde Pública (através de aquiescência do secretário da Saúde, Dr. Ernani Agrícola) e bem comandadas pela inesperada comandante.

Ao todo o Batalhão Feminino João Pessoa (havia também o masculino, assim denominado em homenagem ao Governador da Paraíba que morrera assassinado durante a Revolução de 30) possuía oito mil adeptas em 52 prósperos municípios do Estado mineiro, sendo 1.200 aqui na Capital. No desfile das forças militares realizado no Rio de Janeiro pelo 15 de novembro (Proclamação da República), o Batalhão da Komel foi a grande atração. E naquela manhã do feriado cívico de 1930, na Esplanada do Castelo, o Presidente Vargas afiançava à multidão: "Nesta nova Era que começa para o Brasil, prometo-vos brasileiros, meus patrícios, dentre outros direitos que vos foram postergados de direito, a mulher terá acesso às urnas". Komel e a paulista Bertha Lutz já estavam engajadas pela causa do voto feminino, portanto, foi muito significativa a afirmação do Presidente Vargas, naquela data.

Elvira, ao desembarcar de volta com suas soldadas na plataforma da Central, em Belo Horizonte, trazia na cabeça uma idéia pré-determinada e, no coração, um segredo: não dissolver suas hostes, mas sim transformar o Batalhão João Pessoa na Associação Feminina João Pessoa (AFJP). Se assim pensou, melhor o fez. Quando chegou o momento

oportuno, procurou os donos do Poder e fez-lhes a inesperada revelação. Atordoados, os donos do Brasil Novo mostram-se perplexos no Palácio da Liberdade, enquanto a notícia vai bater no Palácio do Catete, provocando o mesmo *frisson*.

E no dia 23 de novembro de 1930, na suntuosa sede do América Futebol Clube (Rua dos Caetés, 343, Centro/Belo Horizonte), a reunião preparatória para a fundação da AFJP determinou uma Comissão elaboradora dos estatutos: Celina Coelho, a bacharelanda Elza Pinheiro Guimarães; as farmacêuticas Zinah Coelho Júnior e Elvira Poch; as professoras Olympia Duarte, Diva Magalhães, Esmeralda Alves e Irene Dias.

E as adeptas dos 52 municípios mineiros receberam ofícios da Comandante Komel não só comunicando o início da Associação Feminina, como autorizando e estimulando a fundação de centros municipais e centros filiais nos bairros desta Capital, por professoras. Tudo isso visando ao engajamento na Campanha Econômica para recuperação dos cofres públicos, conforme conta Geraldo Fonseca: "Minas arcara com o alto custeio da Revolução de 30. Exaurida sua arca, uma campanha econômica é lançada pelo Dr. Amaro Lanari, com dísticos curiosíssimos: 'Substitua a seda pelo algodão'; 'O angu deve ser o prato de resistência do operário'; 'Sejamos mineiros em tudo, na roupa, no alimento, nos usos e costumes'; e outros mais desse cunho".

Embora Elvira Komel coloque a Associação Feminina à disposição da Campanha, por meio de ofício ao Dr. Lanari, esta não é chamada a participar. Não convinha aos homens daquela época prestigiar a AFJP, mas deixá-la ignorada, para cair no vazio, desmobilizar-se e dissolver-se. Entretanto, a mulher mineira, que desde os tempos da Inconfidência tinha o sangue político correndo quente nas veias (Bárbara Heliodora, por exemplo), fazia o movimento recrudecer-se. Ela queria continuar participando, alçar vôo livre, e sua motivação estava naquela oportunidade do voto feminino, prometido pelo Presidente Vargas. Assim, sua líder já era chamada de Senadora Elvira Komel.

Aqui outro trecho importante de Geraldo Fonseca: "Com isso as entranhas de muita gente roíam de inveja. E em fins de dezembro de 1930, ao organizar o Natal dos Pobres, Elvira pede a ajuda de Mère Gabrielle, do Colégio Santa Maria, disposta a colaborar. Mas o jornal católico *O Horizonte* investe contra ela, dizendo, entre outros absurdos, que a freira estava influenciada 'pela advogada que escrevia com fartura,

273

misturava as coisas, sofismava; que a religiosa não sabia que o Batalhão Feminino fazia exercícios de ginástica em público, contrariando as vontades expressas do Santo Papa Pio XI, as quais todo católico deve acatar; que a comandante era livre pensadora e a AFJP suspeita aos princípios católicos'. Imediatamente a Dra. Komel reagiu, partindo para o Rio e, numa entrevista com o Cardeal Leme, divulgada nacionalmente, destrói as malfadadas denúncias''.

Chega 1931, com as mulheres em evidência por sua forte mobilização. Marca-se o I Congresso Feminino Mineiro pela defesa dos direitos da mulher mineira, para junho do mesmo ano, mas no Rio de Janeiro, onde se criara em março/1931 a Aliança Nacional de Mulheres, sob a liderança de Bertha Lutz, também ocorre o II Congresso Internacional Feminista em 19 de junho, correndo paralelo ao das mineiras, enquanto em Genebra, pouco antes, dia 11 de junho, a brasileira Odete Carvalho despertava as atenções mundiais, participando da Conferência Internacional do Trabalho.

Embora a tentativa de esvaziamento para com o Congresso Mineiro, ao marcar o do Rio em data idêntica (antes Bertha e Elvira se entrosavam, mas depois veio o rompimento), ele foi exitoso, realizando-se no Belo Horizonte Clube, sob a presidência de Elvira Komel. A Mesa instalou-se com a presidenta da Aliança Nacional de Mulheres, Nathércia Silveira, na Vice-Presidência. A plenária compôs-se de congressistas de 51 municípios mineiros e de representantes do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e da Paraíba. As teses e debates foram condensadas na Carta de Deliberações, com a decisão principal em favor da liberdade feminina. Conta Geraldo Fonseca que Genaide Generoso teve sua tese — A Ação Moralizadora da Mulher na Política — aprovada com louvor e, no encerramento, Gustavo Capanema compareceu e discursou em nome do Presidente de Minas, Olegário Maciel, a quem representava.

Pouco mais de um mês depois, morre Elvira Komel no dia 26 de julho de 1932. A cidade foi pega de surpresa, pois só os mais chegados sabiam-na enferma. Uma consternação geral por todo o Estado! O *Jornal Minas Gerais* de 27-07-32 (págs 11 e 12), diz: "A morte inesperadamente a vem colher no desdobramento de um programa de úteis iniciativas em prol da causa feminina, que a Dra. Elvira Komel defendia com desassombro". Os amigos de Elvira, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Cyro dos Anjos, Edmundo Hass, Olinto Fonseca e Alberto Deodato lamentam a morte da singular jovem, enquanto as más línguas de quem

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

por ela tinha desafetos passados, maliciam como *causa mortis* suicídio ou assassinato, "o que muito magoou e até hoje magoa a família", como disse em entrevista no dia 30 de maio 2008, sua irmã, Esmeralda Komel de 99 anos, lúcida e receptiva, residente em Belo Horizonte.

Daí, também o jornalista Geraldo Fonseca dizer, com pesar e contundente ironia, no encerramento de sua matéria: "E o município de Belo Horizonte, impulsionado por Alberto Deodato, amigo e admirador da jovem, fez-lhe uma única, derradeira e eterna homenagem: uns tantos palmos de terra na quadra 41 do Cemitério do Bonfim, onde ela jaz enterrada. Não procure o nome de Elvira Komel nas ruas de Minas Gerais. Ela passou ao esquecimento, como conviria aos homens públicos de seu tempo!"

Dinorah Carmo

Personalidade que sempre esteve à frente de seu tempo, por sua mente evoluída, talento e cultura, aqui neste livro ela não podia faltar: Haydée Nunes Bittencourt, "personalidade internacional sempre", no dizer de seu ex-aluno e ator mineiro, Helvécio Ferreira, quando da homenagem que o Palácio das Artes lhe prestou em 1986, ao despedirse de Belo Horizonte. Hoje, aos 85 anos, bem lúcida, disposta e participante, Haydée recorda o que foi para ela uma conquista de espaço no distante ano de 1961: "Ser a primeira mulher a dirigir o Teatro Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (TU) e Escola para Atores vinculada ao TU/UFMG".

Atualmente, faz parte da Diretoria do Sindicato dos Artistas de Teatro e Espetáculos de Diversão/SATED/SP, representando-o na Federação dos Trabalhadores em Espetáculos de Difusão Cultural e Artística do Estado de São Paulo. Em 1993 representou o teatro brasileiro como Delegada do Brasil junto à All China Women's Federation (Federação das Mulheres Chinesas) pelo convênio cultural Brasil- China, em Pequim, Hangzhou e Shentzen. Representou o SATED/SP nas Comissões do Conselho Municipal de Cultura e Comissão de Teatro da Secretaria Estadual de Cultura (1996-2001), em São Paulo.

Essa teatróloga paulista, residindo em Belo Horizonte por 25 anos (1961/1985), tornou-se mineira de coração e de vivência nestas Minas Gerais, Estado que muito ama. Em carta ao Conselho Estadual da Mulher, manifestou-se: "Agradeço de coração o convite do CEM, ao incluir-me neste livro, sentindo-me extremamente honrada por fazer parte da história do trabalho das mulheres em Minas Gerais. Mulheres que respeito e admiro, pois conheço-as bem".

Esta é Haydée Bittencourt, discreta, distinta, culta e carismática. Paulista de nascimento, filha única de pais portugueses, desde criança foi ligada a viagens, artes, bichos (gatos principalmente), natação (foi

vice-campeã brasileira de natação e, por cinco vezes consecutivas, vice-campeã paulista), a livros em miniatura, plantas, natureza e gente. Sim, *gente*. Ela gosta, sobremaneira, de gente, pois fosse o contrário não seria a atriz, diretora, cenógrafa/figurinista e professora de teatro que sempre foi.

Formada em Microbiologia, dedicou-se por pouco tempo à carreira, pois o teatro, o esporte e outras atividades artístico-culturais a absorviam totalmente. Graduada em Língua e Literatura pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Alliance Française e Câmara Mexicana, colaborou em jornais e revistas paulistas, fez diversas conferências e, convidada pelo teatrólogo Alfredo de Mesquita, deu aulas na EAD (Escola de Arte Dramática/São Paulo) de Interpretação e de Mímica/Movimento. Tudo isso depois que ela voltou de Londres, onde "fez a Rada" (Royal Academia Dramática de Arte) em Londres. Dentre seus ex-alunos, na EAD, ela sempre destacou o talento e a disciplina dos atores Juca de Oliveira e Aracy Balabanian, que têm por Haydée admiração e carinho, conforme revelaram ao programa/entrevista de Antônio Abujamra, também ator e diretor de teatro, na TV Cultura/São Paulo, em maio de 2007.

Em 1959 começou sua carreira de diretora de teatro com o Prêmio Revelação de Diretor, na peça inglesa *Mulheres do Crepúsculo (Womens of to Twilight)* de Sylvia Rayman, auferido pela Associação dos Críticos de Teatro de São Paulo. A partir daí, não parou, seu trabalho foi sempre contínuo. Primeiro, em São Paulo, depois Paraná e, finalmente, Minas Gerais, onde permaneceu por 25 anos.

Ela chegou a Belo Horizonte em 1961 e seu trabalho de estréia foi "O Noviço", do dramaturgo brasileiro Martins Pena. Seguiram-se outras peças e, em 1965, revolucionou o TU/UFMG, com a montagem de "Vestido de Noiva", de Nélson Rodrigues. Tempos depois, em 1973, quando o diretor Ronaldo Brandão dirigiu "O Beijo no Asfalto", do mesmo autor que veio para a estréia, entrevistei esse jornalista e dramaturgo, de saudosa memória.

jornal *Estado de Minas*, quase graduada em Jornalismo/UFMG, ouvi do próprio Nelson, ao entrevistá-lo, após final do espetáculo: "Vim aqui em 1965, para a estréia de *Vestido de Noiva*, dirigido pela Haydée Bittencourt. Foi o espetáculo mais competente e bonito a que assisti de todas as montagens de men *Vestido de Naiva*. Nunca me esqueri do interpretação do atriz

Já formada pelo TU (1968/1970), e exercendo a crítica de teatro no

tagens de meu *Vestido de Noiva*. Nunca me esqueci da interpretação da atriz que fez a madame Clecy (Neusa Rocha). Ela está por aqui?" Perguntei-lhe se havia gostado de *O Beijo no Asfalto*. Respondeu que "sim, esplêndido,"

277

despedindo-se de mim, fumando charuto, apesar de estarmos nas coxias do palco do Teatro Clara Nunes, dizendo-me: "Deus te abençoe".

No princípio da década de 60, quando a diretora paulista Haydée aqui chegou, foi recebida calorosamente por todos, sobretudo pela gente do *metier* teatral. Embora tenha sido a primeira mulher no comando do TU da UFMG, ela garante não ter sentido discriminação masculina, "ao contrário, professores, alunos e funcionários da Reitoria sempre me manifestaram apreço e respeito". Haydée faz um elogio "justo e rasgado" ao Reitor e Professor Orlando de Carvalho, "incentivador e admirador das artes, de saudosa memória, que não só me convidou, como deu total apoio e respaldo ao Teatro Universitário e Escola de Atores, em toda a sua gestão na Reitoria da UFMG".

Cursou uma das mais prestigiadas escolas para atores profissionais, a Royal Academy of Dramatic Arte (RADA), em Londres. Naquela época, foi contemporânea do ator Peter O'Toole que, segundo ela, "era meio tímido, adorava um cofee, mas muito gentil e delicado, servia cafezinho na Cantina da Royal Academia para todas os colegas, mesmo sendo o primeiro a ali chegar". Também fez parte do elenco de atores e locutores da BBC de Londres. Seu inglês é considerado perfeito, pelos experts lingüísticos. Voltou ao Brasil para dar o exemplo de uma disciplina e de uma qualidade, raras ao teatro brasileiro. Dentre as mais de quarenta peças que dirigiu, do mais alto repertório internacional e nacional, destacam-se: Um Panorama Visto da Ponte (Arthur Miller); Pignalião (George Bernard Shaw); À Margem da Vida (Tennesse Williams); As Três Irmãs (Anton Techecov); Bodas de Sangue (Federico Garcia Lorca); Seis personagens à Procura de Um Autor (Luigi Pirandello); Jacques ou a Submissão (Eugène Ionesco); O Noviço (Martins Pena); Vereda da Salvação (Jorge Andrade), em duas versões de elenco; Frei Luiz de Souza (Almeida Garrett); Sonho de Uma Noite de Verão (William Shakespeare), em duas versões de elenco; Tartufo (Molière); As Feiticeiras de Salem (Arthur Miller); e, em português do século XVI, sem alterações de linguagem, Farsa de Inês Pereira (Gil Vicente); Auto de Vicente Anes Joeira (Autor Anônimo) e Auto do Rei Seleuco (Luís de Camões).

E ainda, seus três últimos trabalhos em Belo Horizonte: A Vida é um Sonho, espetáculo de Nôs e Kyogens, de autores japoneses do século XIII; Marat Sade (Peter Weiss); e sua tão sonhada direção, O Café (Mário de Andrade) finalmente encenada, fechando com chave de ouro seus 25 anos dedicados ao TU.

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

De volta a São Paulo, dirigiu a peça *Suite Presidencial*, para a André Loureiro Produções Artísticas (de seu ex-aluno mineiro, ator, produtor e autor, de saudosa memória), para excursão ao Sul do país e interior paulista, em 1986/87.

Quando dirigia o Teatro Universitário da UFMG, em 1985/86, Haydée Bittencourt foi hóspede oficial do Departamento de Estado do Governo Americano, visitando cerca de 22 departamentos de teatro das mais importantes universidades americanas e os estúdios de Stella Adler, Tâmara Daykharnova, Uta Haegen-Herbert Berghof Actor's, Neighbourhood Playhouse e outros centros de aperfeiçoamento de atores profissionais. Em 1979 voltou à Inglaterra a convite do British Council para um intercâmbio com universidades inglesas e estúdios de teatro, ampliando sua visita à França, a convite do Ministére des Affaires Etrangeres, para o Conservatoire National em Paris e o Theatre de L'Est e Escola de Teatro de Strasbourg.

Dentre dezenas de prêmios, comendas, diplomas, placas de prata e troféus, recebidos em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, destaca-se a Insígnia da Inconfidência (medalha e diploma por serviços prestados à cultura mineira) outorgada pelo Conselho Permanente da Medalha e pelo ex-Governador do Estado de Minas Gerais, Hélio Garcia, recebida em 21 de abril de 1981, na cidade de Ouro Preto.

Helena Greco: Direitos humanos / cidadania no binômio feminino / feminista

Heloísa Bizoca Greco

Muito difícil fazer breve relato da trajetória de D. Helena Greco. Melhor, neste caso, transcrever suas próprias palavras, sempre tão expressivas, como este pequeno trecho do discurso feito por ela ao receber o título de cidadania honorária na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 28 de agosto de 1998 (ela é natural de Abaeté/MG, onde nasceu no dia 15 de junho de 1916), projeto do então vereador Rogério Correa:

Estas duas décadas e meia de militância significaram muito para mim: foram anos de acúmulo e conquistas, e também de contradições, desgastes e limitações. E tudo isto se deu aqui em Belo Horizonte: tornei-me mulher (a gente não nasce mulher, tornase, lembram-se?) e cidadã em Belo Horizonte. (...) Aqui tornei-me militante em duas frentes tão quanto universais: direitos humanos e mulheres, síntese de opção assumida a partir da gloriosa luta pela anistia ampla, geral e irrestrita – que se desdobrou em luta contra todas as formas de opressão.

De fato, no Movimento Feminino pela Anistia e no Comitê Brasileiro de Anistia, fundados por ela, em Minas Gerais, respectivamente em 1977 e 1978, D. Helena imprimiu a sua marca de radicalidade e politização – o que passou a ser a sua marca registrada – sempre a partir da combinação luta contra a ditadura/ luta feminina e feminista. Sob sua direção, o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, passou a ser comemorado publicamente em Belo Horizonte (1978) na perspectiva da luta pela superação da discriminação, do preconceito, da violência, da brutal desigualdade de gênero – sistêmica nesta sociedade tão arraigadamente patriarcal e machista, de um lado, e tão exploradora e opressora, de outro.

D. Helena exerceu dois mandatos eletivos e um mandato tampão como vereadora de Belo Horizonte pelo Partido dos Trabalhadores

(1983-1992). Também no espaço eminentemente instituído e reacionário da Câmara Municipal onde, naquele momento, só haviam duas vereadoras (a outra era D. Maria Toffani), ela deixou impressa sua marca registrada: idealizou, conseguiu fazer aprovar e implementou o Comissão Permanente de Direitos Humanos cujo programa político se bifurcava em luta contra a opressão da ditadura e a exploração dos trabalhadores e do povo e luta contra a discriminação e desigualdade de gênero.

D. Helena Greco idealizou o primeiro órgão executivo, no Brasil, voltado exclusivamente para a questão dos direitos humanos, a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, na administração da Frente BH Popular (Prefeito Patrus Ananias, 1993-1996). A CDHC acabou por se constituir referência para várias outras criadas posteriormente no Brasil adentro e afora. Tornou-se também referência de luta contra a violência policial e institucional e pelo direito à verdade e à memória da resistência contra a ditadura militar.

Tornou-se, ainda, referência de luta feminista. Ainda em dezembro de 1993, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, tomou posse na Prefeitura de Belo Horizonte a Comissão Paritária de Mulheres, composta por seis representantes da Administração Municipal (CDHC/ PBH, Secretarias de Educação, Cultura, Saúde, Governo e Desenvolvimento Social) e seis representantes do movimento de mulheres (MUSA, Coletivo de Mulheres Negras, NEPEM, GRAAL, Movimento Popular da Mulher e Pastoral da Mulher Marginalizada). Seu objetivo era a discussão de políticas públicas para a mulher priorizando a construção de uma Casa Abrigo para mulheres em situação de violência, por se tratar de reivindicação histórica dos movimentos femininos e feministas a partir da assustadora escalada da violência de gênero na cidade. Em 1996, a Comissão Paritária de Mulheres evoluiu para o Conselho Municipal da Mulher, regulamentado em decreto pelo Executivo Municipal em janeiro e instalado em março. D. Helena sempre atuou na perspectiva do instituinte, da amplificação da política, na superação e desmonte da estreiteza e das limitações do espaço institucional.

Em 2005, D. Helena Greco foi uma das cinquenta e duas brasileiras (duas mineiras, ela e Fátima de Oliveira) que integraram a lista do Projeto Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz, iniciativa da Fundação Suíça pela Paz e Associação Mil Mulheres. Hoje, do alto de seus noventa e dois anos de idade ele continua se reivindicando feminista radical e militante socialista de "extrema esquerda".

Hercília Levy: Mulher imprescindível na vida das pessoas e na luta com arte

Jalmelice Luz

Uma mulher que há décadas se dedica ao trabalho de resgate da condição de outras mulheres em situação de risco social, de violência, utilizando um instrumental que é a essência de sua formação, daquilo que acredita. A arte, o teatro como forma de expressão das incongruências e superação humanas. Na década de 1980, ainda morando em Uberaba, no Triângulo Mineiro, Hercília Levy fundou, em 1982 o Centro de Integração da Mulher que trabalhava com questões relacionadas à saúde, à violência, a organização das mulheres rurais. Para dar força à luta buscou levar para os quadros do Centro uma comunista histórica, dona Lucília Rosa, hoje com 95 anos. Criada em uma família que respirava política, o pai era anarquista, amiga de Luís Carlos Prestes, dona Lucília Rosa, aceitou o novo desafio e lá foram elas, Hercília, Lucília, Lélia e Inês em busca do sonho maior de transformar a sociedade, começando pelo reconhecimento dos direitos das mulheres.

Os encontros eram realizados em escolas cedidas por diretoras, também engajadas ou simpatizantes da luta das mulheres. O primeiro encontro não sai da memória de Hercília. Todas as mulheres, mães de alunos, reunidas, aguardando um acontecimento. Ninguém dizia nada. Foi neste instante, que Hercília Levy, colocou seu arsenal à disposição do grupo. A proposta era cada mulher representar para o grupo aquilo que acreditava que representava para sua família, para a sociedade. Não deu outra. Foi um falatório, uma discussão sem fim. A motivação de Hercília para a causa feminista foi sentida na pele. Começou por meio de questionamento pessoal sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, na vida doméstica, nas relações amorosas. Muitas diziam: na próxima encarnação (se houver) quero ser homem. Esta fala tão comum in-

comodava muito a Hercília que começou a se fazer perguntas e descobriu o caminho da luta feminista.

Em 1982, representou Uberaba no I Encontro de Mulheres para discutir a descriminalização do aborto, do qual participaram a ex-deputada Cristina Tavares, Marta Suplicy, Carmem Silva, entre outras.

Desta experiência nasce o Movimento Popular da Mulher, em 1983, já em Belo Horizonte, com trabalhos reconhecidos nacionalmente, a exemplo do Grupo de Teatro Vênus e o Teatro Itinerante da Mulher (TIM). O Grupo Vênus originalmente constituído por profissionais do sexo que trabalhavam na região do bairro Bonfim. A primeira peça em público, na Praça Sete, foi a encenação do episódio das operárias, assassinadas numa fábrica, nos Estados Unidos, história emblemática para o feminismo. A segunda peça foi um Auto de Natal; *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. Os papéis foram memorizados porque a maioria era analfabeta. Durante um ano decoraram os textos, ensaiaram e agruparam mais mulheres; já eram 27 integrantes. O diretor de Teatro Tião Vieira, em um mês, ajudou a montar a peça que foi um sucesso.

Esse grupo, inicialmente havia trabalhado com a Pastoral da Mulher, tem uma trajetória vitoriosa, apesar dos percalços (falta de recursos, dificuldade para alugar um teatro, entre outras coisas), sob a coordenação de Hercília Levy, tendo apresentado clássicos do teatro brasileiro e internacional, a exemplo de "Gota D' Água", de Chico Buarque de Holanda e Paulo Pontes, que arrancou lágrimas e aplausos de Bibi Ferreira, além de uma visita do grupo à casa da atriz, no Rio de Janeiro. Muitas viram o mar pela primeira vez, puderam se banhar e sentir o sabor da água salgada e da alegria pelo reconhecimento de Bibi Ferreira.

Hercília faz questão de dizer que o trabalho com as prostituas nunca teve a intenção de que as mulheres deixassem sua profissão, mas que se descobrissem como cidadãs de direito e importantes para a sociedade.

Ao longo dos anos, o grupo foi ampliando com pessoas de todos os segmentos sociais: donas-de-casa, estudantes, professoras, profissionais liberais, prostitutas e artistas. São gerações que passam e estão no grupo: a avô, a filha e a neta.

As idades variam de 17 a 90 anos (Dona Zulmira muito conhecida, que vai ao Parque Municipal conversar com as pessoas sobre o abuso sexual contra crianças). As apresentações que lotam os teatros,

a exemplo do Francisco Nunes e Marília, não deixam nada a desejar às companhias profissionais. "A casa de Bernarda Alba", de Garcia Lorca, mexeu com as integrantes e com a platéia.

O TIM tem a função de levar questões de gênero para o maior número possível de pessoas. Apresenta-se em praças, na Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto, em hospitais, fábricas, onde forem chamadas. Nas praças apresentaram "Mulher agora são outros 500", em 1999, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – 8 de Março. Um grupo que considera de utilidade pública e que vive a duras penas com a contribuição de cada integrante, principalmente de Hercília Levy, que sente a falta de apoio governamental para que o trabalho possa expandir. A exemplo, também do trabalho com as mulheres da Granja de Freitas, vila da região leste de Belo Horizonte, de confecção de peças com retalhos. O único apoio até agora é da Associação de Funcionários do Banco do Brasil.

Hercília, artista plástica, se diz uma militante de fundo de quintal, nunca trabalhou em órgãos públicos, em empresas privadas, mas diretamente com as pessoas, fazendo de sua casa um atélier ou estúdio. Aquilo que fosse necessário. O grupo está ensaiando a *Aurora da Minha Vida*, de Naum Alves de Souza. O projeto mais arrojado ainda está na incubadora: será a montagem de O *Circulo de Giz Caucasiano*, de Bertolt Brecht.

Dinâmica, humana, mística: Eis aqui a Dra Judith Viegas

Dinorah Carmo

A Conselheira do CEM, Drª Judith Aurora Gonçalves Viegas, também membro da OABMulher nas Comissões OAB Cidadã e OAB Mulher, vinculada à Ordem dos Advogados do Brasil/Seção MG; defensora pública criminal e procuradora Nível III (aposentada) da Prefeitura Municipal de Contagem; vice-presidenta do Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Belo Horizonte); e ex vice-presidenta do Conselho Municipal de Direitos da Mulher em Contagem, há 30 anos dedica-se à causa da mulher, principalmente no sentido de erradicar a violência doméstica. Nessas três décadas de dedicação à causa, Judith Viegas, como é mais conhecida, não poupou esforços para alcançar o ideal de uma sociedade mais justa, mais humana, sem hierarquias discriminadoras, buscando a paz e a união das famílias.

Advogada especializada em Criminologia e Medicina Legal, vice-presidenta estadual da ANAD, instituição que se dedica à defesa dos Direitos Humanos, e diretora da Federação Internacional dos Advogados – FIDA –órgão ligado à ONU e ao UNICEF, Judith Viegas é uma pessoa dinâmica, inteligente, alto astral. Na entrevista, vai logo sintetizando suas ações feministas nesta afirmação: "Minha atuação profissional é marcada pelo profundo comprometimento que tenho para com a causa da mulher e dos direitos humanos." Viúva e divorciada por duas vezes, esta taurina autêntica considera-se uma mulher feliz e realizada, principalmente ao lado do genro e seus dois filhos, Sun Shing e Ananda, grávida de primogênita. Aguarda a vinda da primeira neta, revelada na ultra-sonografia, com alegria e carinho.

Também fundadora e presidenta da Hahasiah Project, que leva o nome místico de seu anjo-da-guarda, e tem por objetivo ser uma associação de proteção à mulher, à criança e ao adolescente em situação de risco, Judith Viegas coordenou o projeto de criação da primeira cooperativa social do

285

Brasil, a Cooapevi – Cooperativa Ação Pela Vida. Segundo Judith Viegas, esse sistema de cooperados é uma alternativa de vida em contrapartida à perspectiva de morte que ronda os portadores de HIV/Aids, os excluídos sociais e pessoas em constante situação de risco. Na Cooapevi, criou projeto que implantou a prevenção do câncer, DST/Aids.

É também Judith Viegas a criadora e coordenadora do Centro de Referência da Mulher, do programa de Ação Social Fênix, no município de Contagem. Como nos moldes do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, que criou o SOS Mulher em 1980/83, ela participou da recriação do Centro de Atendimento Integral à Mulher Vítima da Violência em MG (mais ampliado e abrangente do que o SOS Mulher), pela Federação Mineira de Mulheres, sob a coordenação geral da jornalista e ex Sub-Secretária de Estado do Trabalho e Ação Social, Rachel Scarlatelli, no Governo Newton Cardoso (1987/91 em BH; 1992/95, em Contagem). Também idealizou e criou os 'Anjos do Lar', formado pelo 18° Batalhão da PMMG, em Contagem/MG, com o apoio do major Antônio de Salles Gomes e da sargenta Andréia Avelar.

Mas sua liderança e ações ligadas a associações e ONGs não param por aqui, pois idealizou e tornou reais vários Centros de Atendimento à Mulher, onde descobriu e incentivou novas lideranças femininas, tais como: Núcleo Mulher Cidadã Thaís de Abreu, em Nova Contagem; Núcleo Ação Pela Vida Elizabeth Mascarenhas, (Belo Horizonte/bairro Bonfim, área do baixo meretrício); Núcleo Ação Pela Cidadania Lílian Claúdia (Contagem); Núcleo Inclusão Pelo Trabalho Dr^a Judith Viegas, em Belo Horizonte e Contagem. Neste último, as tarefas se realizam por meio do atendimento a presidiários e suas famílias; às mulheres, crianças e adolescentes em situação de risco social; aos travestis, prostitutas, moradores de rua e portadores de HIV/Aids. Segundo a advogada, todos esses excluídos sociais tiveram recorrência de violência doméstica e/ou sexual na infância ou adolescência, em entrevistas e conversas informais reveladas junto ao Núcleo que leva o seu nome.

Merece destaque o trabalho realizado pela Federação Mineira de Mulheres, de 1987 a 1991, em parceria com o CEM. O público-alvo era a mulher vítima de violência doméstica de todos os segmentos sociais. Cerca de 4.800 mulheres, entre maridos e filhos, foram atendidas tão eficientemente, que o Poder Judiciário – conta Judith – reconheceu a seriedade de nosso trabalho e nomeou-nos peritos-judiciais nas disputas de guardas de filhos em processos litigiosos. De 1992 a 1995, esse trabalho transferiu-se para Contagem, onde Judith, que era voluntária em BH, lá, assumiu o seu comando.

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Com atendimento interdisciplinar, envolvendo profissionais de áreas afins, com destaque para a área jurídica no cível e no criminal; atendimento médico e psicológico; e atendimento de Serviço Social, Viegas cita as lideranças, os participantes e voluntários dessa causa: Scarlatelli, Sandra Lima, que foi presidenta do CEM; Tereza Delamare Franco Neto; Lúcia Lins Ziller e seu pai, o coronel do Exército, Walter de Oliveira Lins; Hilma Inês Alves, Miriam Salles de Souza Lima, Zaíra Garcia, Francisca Araruna Santiago, Maria da Conceição Souza, Maria do Carmo Viana, Luzimar Pereira Amorim, Selma Diniz, Ivan Reis, João Libério Cunha, Mário José Lemos, Carmen Valadares. No Psicológico, Maria Bernadete Biaggio (do Movimento Mulher e Saúde- Musa), Lílian Cláudia Guimarães Rosa, Neusa de Moura, Sueli Reis, Neima Tereza Magalhães, Geralda Nogueira, Jacqueline Rangel Santos, Sálvio Bittencourt; os médicos Tadeu Provenza (mastologista), Eduardo Generoso, a ginecologista Sílvia Catarina Patrocínio de Oliveira e Marlene Oliveira Nerv; as assistentes sociais, Elizabeth Sanches Lemos, Margareth Araújo; e a jornalista Giselle Bicalho.

Questionada se neste Terceiro Milênio a violência doméstica teria diminuído Judith Viegas pondera: "Com a Lei Maria da Penha cresce a pressão por todos os lados e as coisas estão mudando um pouco, pois essa Lei é rigorosa. E infelizmente o que mudou não decorreu tanto de nossas campanhas e reivindicações, mas sim da pressão internacional e do fator econômico, do impacto na economia nacional e no setor de saúde. A mulher vitimada acaba por dar prejuízo ao sistema, pois deixa de participar da Previdência Social como contribuinte/assalariada, ao tornar-se dependente da Saúde Pública e da própria Previdência, devido a tratamentos, invalidez, pensão e situação de filhos que passam a depender do Estado."

Observa-se que Judith Viegas não trabalha para se projetar, pois trabalhar é seu destino, algo super ligado à sua personalidade, à sua vida. Para o Conselho Estadual da Mulher (CEM) e outras instituições femininas em que Judith não só participa, como também dirige, "é um privilégio tê-la conosco, pois Judith sempre soma com seu dinamismo", afirmaram a professora Carmen Rocha Dias, presidenta do CEM e superintendente de Desenvolvimento Social da Sedese, e o Dr. Raimundo Cândido Filho, presidente da OAB/MG.

Lélia Gonzalez e a militância feminista

Constância Lima Duarte

Lélia Gonzalez, feminista e ativista social, nasceu em Belo Horizonte em 1º de fevereiro de 1935, filha de Orcinda Serafim d' Almeida e Accacio Serafim d'Almeida. Foi casada com Luís Carlos González. No Rio de Janeiro, fez a Faculdade de História e de Filosofia, e o Mestrado em Comunicação Social. O doutorado em Antropologia Social foi realizado em São Paulo. Como professora de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, realizou inúmeras pesquisas na área de gênero e etnia, e foi pioneira em oferecer cursos sobre Cultura Negra. Destacou-se ainda pela fundação, com outros companheiros, do Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, e ainda como membro atuante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNMD). Como filiada do Partido dos Trabalhadores, disputou em 1982 uma vaga na Câmara Federal, alcançando a primeira suplência. Nas eleições de 86 concorreu à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista, ficando novamente na suplência.

Publicou diversos artigos e ensaios em revistas científicas e em obras coletivas. Deixou inéditas duas teses de pós-graduação. Dentre seus livros, destacam-se Festas populares no Brasil, que recebeu prêmio na Feira de Frankfurt, e Lugar de negro, em co-autoria com Carlos Hasenbalg. Nos últimos anos, estudava o que chamava de "negros da diáspora", cunhando o conceito de amefricanidade. Morreu no Rio de Janeiro a 10 de julho de 1994. Lélia Gonzalez é hoje nome de um site feminista, dos mais consultados, de prestígio e credibilidade.

Beth Emmer pinta agora os anjos no céu, pois na terra só seus quadros na parede

Dinorah Carmo

Existe algo mais contemporâneo que um pintor pintando ao vivo? Criando num espaço supra-real durante o processo de elaboração, o pintor só faz uma boa pintura, quando seu quadro consegue reter, guardar um tempo que não escoa. Pois o Projeto de Interação Público/Artista possibilita isso, objetivando a promoção, animação de espaços urbanos, sociais, comerciais e culturais.

Atividades criativas são a melhor forma de reunir pessoas. Somente através do olhar e da mão do artista, podemos conhecer outros mundos que não o nosso A diversidade dos seres manifesta-se na singularidade do olhar artístico. Olhar de quem faz materializando, visualmente, sua idéia única do Globo, do total da Gestalt do mundo contemporâneo, e o olhar de quem vê, objeto da sensação estética, apreendendo-o na condição única, individual de cada ser.

Assim deixou por escrito ao produtor cultural Luiz Otávio Brandão, organizador do Projeto Pintando ao Vivo, nas praças desta cidade, dias antes de falecer com um infarto fulminante, no dia 20 de junho de 2008, Lisabeth Gomes Emmermacher, artista plástica, professora da Escola Guignard, universitária de Física na Universidade Federal de Ouro Preto, feminista desde a infância, um vulcão de idéias, emoções, talento e criatividade.

Mulher arrebatada e expressiva nos pensamentos, na inteligên-

cia, nas atitudes; sorriso largo e sensual, olhão grande cor de mel, lembrando a atriz Jane Fonda. Foi adolescente e moça de vanguarda nas décadas de 60 e 70 nesta Belo Horizonte cheia de constrastes. Bonita e bondosa foi Beth Emmer, como eu a denominava, minha colega querida na Escola de Atores do Teatro Universitário/UFMG (1968/70). Original bom gosto para vestir-se, fumava com incrível charme. Em solteira, na casa dos pais na Serra, ela morava no agradável porão (casa

e atelier), ali recebendo os amigos com muito savoir faire. Ia muito estudar com ela nos tempos do T.U. e discutíamos frequentemente a ques-

tão da mulher, em 1968/69, fazendo boas reflexões. Eu, com 24 anos, ela com quase 18, tínhamos as mesmas preocupações femininas, o que muito me fazia apreciar a sua precocidade.

Com a Lisabeth, entrei pela primeira vez na Cantina do Lucas, egressas de um aniversário na casa do intelectual João Etienne Arreguy Filho, nosso professor no T.U., de saudosa memória. O coleguismo evoluiu para uma sincera amizade, no decorrer desses quarenta anos. Vi todo o processo de amadurecimento daquela pessoa sensível e carente, responsável e ótima dona-de-casa, revestida por uma aparência de temperamental ou de um bom humor inconseqüente, como se não estivesse "nem aí para a vida". Tudo engano. Mãe carinhosa, esposa apaixonada, agora reencontrou-se com o seu Arnold Teixeira, meu amigão/jornalista. Beth Emmer era ligadona, conectada consigo, com tudo e com todos. Com todo o mundo. Agora está integrada no Cosmos. Para profundo pesar de seus amigos e, particularmente, para os meus pesares.

Luciene Magalhães de Albuquerque: Uma Mulher no Estado Maior da PMMG

Dinorah Carmo

Primeira mulher a comandar uma tropa masculina no Brasil, em 1992, a Cel^a. Luciene Magalhães de Albuquerque é Subchefe do Estado Maior da Polícia Militar de Minas Gerais. Comandou cerca de 800 homens do 34º Batalhão da PMMG, responsável pelo policiamento da região Noroeste localizada no meio da cidade. Para a Cel^a. Luciene "a grande conquista do ingresso da mulher nas instituições policiais é a humanização nos relacionamentos, através de saudável interação entre a comunidade e a polícia, pois aquela passa a participar das atividades preventivas, com resultados positivos de diminuição de criminalidade".

A Coronela diz que nunca foi desrespeitada pelo fato de ser mulher. "Minha percepção é a de que o respeito é até maior, em função da preocupação do homem de não falhar perante uma mulher. Não temos problemas com lideranca de mulheres," garante.

Com seu jeito feminino de combater a violência, a Cel^a. Luciene tornou-se prova concreta de que as mulheres têm competência para ocupar os mais diferentes cargos nos espaços de poder, e podem quebrar paradigmas convencionais nos diversos setores da sociedade, até mesmo dentro da hierarquia policial. Esta merece aplauso, pois tem demonstrado confiança e dado crédito ao trabalho das policiais femininas. Essa mentalidade demonstra que há espaço para mulheres na nova concepção da segurança pública.

Conselheira do CEM, na gestão Luziana Lanna, a Celª. Luciene teve participação significativa em benefício das políticas públicas para as mulheres, identificando demandas na área da violência contra a mulher e apresentando propostas de políticas para enfrentamento dessa violência, como o Projeto Piloto de prevenção à violência doméstica, com atendimento especializado à mulher vítima de violência e sua família, através do Serviço Integrado de Apoio à Família, pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Esse projeto encontra-se em desenvolvimento na área do 34º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte, com a participação da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais. Projeto semelhante a esse foi desenvolvido, inicialmente, nos municípios de Uberlândia e Barbacena, com sucesso. Um dos objetivos do projeto é capacitar os policiais para o atendimento da questão da violência doméstica.

A região Noroeste, localizada no meio da cidade, cortada por muitas vias, e com aglomerados e favelas complexas, registrava os maiores índices de criminalidade violenta da capital mineira. Mudanças na gestão da segurança levaram a uma redução significativa desses crimes. Um exemplo é o bairro Castelo, onde o número de casos, em um mês, caiu de 34 para quatro. Celª. Luciene explica que a estratégia adotada foi o policiamento comunitário e o empoderamento dos policiais. Segundo a comandante, "não aumentamos o número de PMs, só mudamos a gestão, trabalhando junto com a comunidade. Fomos de rua em rua, até fazer o bairro todo participar. Criado no ano de 2005, esse projeto ganhou o nome de Rede de Vizinhos Protegidos.

A Polícia Militar de Minas Gerais é a mais antiga do Brasil, com 233 anos, 26 deles com participação feminina. Hoje, o limite de entrada da mulher na PM aumentou de 5% para 10% do efetivo. "É difícil quebrar paradigmas numa Instituição tão antiga, mas lutamos para garantir o espaço das mulheres", diz a Celª. Luciene. E garante: "A Polícia moderna tem características femininas, como parlamentação, comunicação e mediação de conflitos. Ela inspira confiança."

Para a Cel^a. Luciene, participar do Conselho Estadual da Mulher foi uma oportunidade única, da qual ela se sente muito honrada. Ao ensejo das comemorações dos 25 anos do CEM, cumprimenta todas as mulheres que participaram e continuam na luta em favor da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

De Lucy Panicalli, Le Mocó e outros panicallismos

Dinorah Carmo e Ronaldo Brandão Jornalista, crítico de cinema, Ator e diretor de teatro

Conheci Lucy Panicalli em cima da capota de um carro Simca Chambord, em biquíni sumaríssimo, desfilando pela Avenida Afonso Pena, esquina com Rua dos Tupis, em plena tarde de um agosto cinzento de 1968, com uma claque alegre, iluminada, a aplaudi-la em volta. E, claro, cercada pela imprensa falada, escrita e televisada. Foi ali defronte à extinta e chic *Sloper*. Voltava de meu almoço, rumo ao trabalho na Biblioteca da Sociedade Mineira de Engenheiros, e ver aquela irreverência esfuziante diante de mim, eu uma jovem interiorana, ainda que moderna, com apenas um ano de Capital mineira, foi um "tapa". Parei, perplexa, vendo aquilo tudo, sem entender muito bem. Lembrei-me então de algo lido alhures: "Não louvo, nem condeno; admiro-me das coisas". E foi o que fiz. Ela impressionou-me por sua ousadia com classe. Nada de vulgaridade.

No dia seguinte o jornal tablóide *O Sol* dava uma página inteira sobre Lucy Panicalli, a rainha do Festival Nacional de Cinema da Cidade, numa entrevista inteligente e bem humorada, concedida a um grupo de jornalistas brilhantes: Flávio Márcio, Ronaldo Brandão, Eid Ribeiro que, àquela época, ainda não pensavam em trocar o jornalismo pelo teatro. Li a reportagem, tipo entrevista ping-pong, reli as legendas das fotos, com a maior curiosidade, pois queria saber, afinal, quem era aquela moça tão autêntica. Depois de ter "aprontado", na década de 60, dizem que hoje Lucy Panicalli se tornou uma pacata dona-de-casa, feliz ao lado da família.

O que vi ao vivo e a cores, um dia antes, estava ali registrado num jornal, mostrando a quebra de tabus, pela coragem de uma mulher que provocava a tradicional Belo Horizonte, com sua beleza sensual, por seu *epatée le borgois* e outros procedimentos contestatórios "pra lá" de vanguardistas! Esta era a Lucy. Se o Rio de Janeiro tinha a sua Leila Diniz, Belo Horizonte tinha a sua Lucy Panicalli.

Militante da alegria, inteligente e culta, La Panicalli, vanguarda da década de 60 por seu comportamento ousado e irreverente, dona do famoso bar *Le Mocó*, no bairro Serra, fez uma réplica bem peculiar, das caves existencialistas de Saint Germain des Prés e Montmartre, da Paris das décadas de 1950 e 60. E tudo aconteceu aqui, naquela conservadora e ainda verdejante e bonita Belo Horizonte.

Recentemente, ela disse à repórter Júlia Guimarães (Jornal *Pampulha*, de 03 a 09 de maio de 2008), na matéria especial, "1968: O Legado": 'O momento político era dos mais terríveis, as pessoas tentavam se agrupar de alguma maneira para respirar, onde a alegria e a autenticidade ainda eram possíveis. Mas, depois, vimos que nem isso era mais possível, já que o *Le Mocó* foi esquartejado pela polícia'.

Ninguém melhor do que Ronaldo Brandão, jornalista, crítico de cinema, ator e diretor teatral, frequentador de seu bar, para falar na La Panicalli daquela histórica década, para ele, simplesmente a Lucy, pois eram grandes amigos. Abaixo, o depoimento de Ronaldo Brandão:

O Demônio do 'Le Mocó'

Flamejante, inteligente, atrevida e... proibida!

Uma orquídea cor-de-rosa na cabeça, um justo vestido de pérolas falsas e negras que a exibe quase nua, sandálias prateadas que brilham tanto quanto suas unhas vermelhas.

Acompanhei a meteórica, efêmera carreira de Lucy Panicalli, desde os nossos tempos na Faculdade de Filosofia (hoje, Fafich), ainda agasalhada na Rua Carangola, no comecinho do bairro Santo Antônio. Ela cursava a Ciência de Platão. Eu, Jornalismo. Foi um pulo até se tornar, primeiro, recepcionista e, logo, logo, *marchande* da Galeria Guignard de propriedade do seu inesquecível tutor, Sálvio de Oliveira.

Mas não ficou só nisso, a Lucy.

Fez dupla com o homem da moda, Luiz Carlos Figueiredo: desfilou, posou, foi atriz e eventual personagem *vip*, Rainha do primeiro e único

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

Festival Nacional de Cinema da Cidade, no agitado apagar das luzes da década de 60, quando escandalizou a mulher de um prefeito com a sua nudez. E ainda deu umas voltinhas com um visitante ilustre, o ministro Andreazza.

Irreverente, insensata Lucy!

Seu maior legado, porém, foi o finado *Le Mocó*, misto de cabaré e ateliê na Rua Caraça, na Serra, um incêndio na pacata Belo Horizonte da época, também um famoso caso de polícia.

Foi exatamente por isso que será sempre lembrada, a Lucy.

Mamélia Dornelles: Brasileira por inteiro, Tão mineira, tão bonita e tão mulher!

Dinorah Carmo

A superintendente de Artesanato Mineiro da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Maria Amélia Neves Dornelles Dangelo, também atriz e diretora de teatro, foi uma das mais ativas conselheiras do Conselho Estadual da Mulher (CEM), na Gestão da primeira presidenta, a então deputada federal Júnia Marise. Ela afirma que "falar do Conselho Estadual da Mulher é falar da alma feminina, pois remonta a lembranças e relembranças de um sonho coletivo. Este sonho foi resultado do encontro de mulheres, quando, ao término de um período de luto cívico, um pesadelo, que foi a ditadura, o Brasil dava início à alvorada democrática."

Da Gestão Júnia Marise, ela destaca a Exposição ARTE MULHER MINAS, que se desdobraria, posteriormente, no bem-sucedido projeto Mãos de Minas, sob a coordenação de Tânia Machado. Cumpriu-se, segundo Maria Amélia, o objetivo principal para o qual esse projeto foi criado: incentivar e fortalecer a mulher, na cultura artística de Minas, como um testemunho do "saber fazer" da mulher artista, cujas obras encerram a mensagem feminina do talento e da beleza. Seja com mãos artísticas do cenário erudito, onde o intelecto e a técnica enriquecem a necessidade criativa (artistas urbanas), ou com mãos calejadas pelo trabalho agrícola e doméstico, mas irmanadas pelo vigor e originalidade para esse fazer maior, como o fazem as artesãs campônias.

Lamentando profundamente não ter guardado mais documentos daquela época, sobretudo do período que precedeu à criação do CEM, Mamélia Dornelles (nome artístico) relembra: "Foi um tempo de efervescência, momentos marcantes e inesquecíveis na luta, os primeiros encontros pela anistia, a volta dos exilados políticos, a dura batalha eleitoral para chegarmos, enfim, à eleição de Tancredo Neves para governador de Minas Gerais. A Praça Sete era a grande trincheira onde, de cima de caminhões, fizemos comícios memoráveis com mensagens de esperança na restauração democrática."

O Comitê Feminino ficava numa casa situada na rua Espírito Santo, esquina da avenida Álvares Cabral. Maria Amélia Dornelles conta que, por sugestão de sua tia Risoleta Tolentino Neves, foi convidada pela srª Édila Couto para, juntas, iniciarem a coordenação do Movimento. E comenta: "Percebemos que deveríamos partir para uma coordenadoria setorial, uma vez que havia um entusiasmo generalizado e todas as mulheres companheiras queriam colocar em prática suas idéias, algumas, diga-se a bem da verdade, inteiramente delirantes e impraticáveis, cuja recusa resultava em crises de ciúmes."

Hoje – relembra com bom humor – aquelas crises parecem engraçadas, mas na época eram cenas de conflitos e divergências, como só as mulheres sabem fomentar. Entretanto, talvez as coisas não pudessem ser diferentes, já que ali existiam representantes de todos os partidos empenhados numa coligação disposta a construir um novo tempo, o que tornava difícil a unanimidade e fácil a rota de colisão.

Conflitos à parte, o movimento soube vencer os duros obstáculos, pois trabalhar em equipe foi a decisão politicamente correta que se tomou na ocasião, ainda que para isto tivessem de vencer os percalços, obtendose mais à frente um resultado gratificante. Tanto que Maria Amélia afirma: "Na divisão de responsabilidades descobrimos fatores multiplicadores de ação e o Comitê Feminino foi um sucesso, tornando-se berço, sem qualquer dúvida, do futuro Conselho Estadual da Mulher.

Chegou-se, inclusive, a cogitar de um Encontro de Mulheres Mineiras, participantes de comitês de todo o Estado, às vésperas da eleição, no Complexo Ferroviário de São João Del-Rei, mas por avaliação do próprio candidato Tancredo Neves, que não considerou oportuna a realização, o projeto foi abortado.

Mas Mamélia Dornelles pondera que houve compensação, pois "a principal reivindicação do Movimento, que era a criação do Conselho Estadual da Mulher, foi atendida de imediato pelo já eleito governador Tancredo Neves, tendo sido um de seus primeiros atos no cargo. A implantação do CEM até hoje é lembrada por todos, principalmente pelas mulheres mineiras que se sentiram muito valorizadas, com uma entidade voltada só para apoio às suas reivindicações e desenvolvimento de sua condição feminina.

Segundo a conselheira Dornelles, que afirma modestamente que "nossa constelação de mulheres não tinha o peso da paulista e nem estava sob os holofotes da mídia nacional, tivemos o nosso Conselho Estadual da

Mulher antes do de São Paulo, cujo governador, Franco Montoro, estabelecera como meta criar o primeiro do Brasil". Entretanto, a bem da verdade, é bom que se diga que há um ledo engano nisso, pois o Conselho da Condição Feminina em São Paulo foi o primeiro, sim, criado no dia quatro de abril de 1983. Tudo foi exaustivamente discutido e pesquisado, até que os anais da Assembléia Legislativa de São Paulo nos concederam a prova a saber: "Decreto número 20.892 de 04-04-1983, que cria o Conselho da Condição Feminina." Há outros detalhes de artigos e incisos, nomeações e modificações sobre o Conselho paulista e tudo remonta à sua data de criação, sem sombra de dúvidas, em abril de 1983. Já o nosso, em 24 de agosto de 1983. Desta vez quem trabalhou em silêncio foi São Paulo...

Voltando aos tempos do Comitê Feminino, é de se ressaltar a sensibilidade das lembranças de Mamélia Dornelles que ali coordenava o Setor de Cultura: "Na porta do Comitê colocamos numa placa um verso do poeta mineiro Ronald Clever: 'A mulher que eu amo é um povo em liberdade.' Ela disse que o verso tornou-se a oração e a palavra de ordem de todas as participantes, salientando-se as companheiras Nair Guedes, Sandra Lima, Letícia Borges Martins, Cida Chaves, Letícia Panisset, Luzia Ferreira, Zélia Rogedo, Nair Cobério, Jô Moraes, Maria Ilma Ricardo, Joana, Júnia Marise.

"Nosso Comitê era uma festa", declara Maria Amélia, mas analisando toda a seriedade que também o revestia: "divergíamos e convergíamos na condução de nossos desejos e idéias. Fazíamos parte de uma minoria que começava a ter voz, como a negritude e as nações indígenas. Depois de tantos anos de silêncio, ficava difícil conter o discurso, acalmar os ânimos, decidir sem o debate acalorado, cheio de paixão. Ninguém queria deixar de participar, esta é que era a verdade. E participamos juntas, de mãos dadas, sempre com muitas flores plantadas em nossos cabelos, jardineiras de um novo porvir, colorindo praças e ruas, porque era preciso soltar a voz e saudar a liberdade, os direitos humanos, a democracia. Nossas roupas coloridas eram a fotografia da alegria que só a liberdade pode proporcionar."

E ela conclui, narrando um fato muito interessante. Nas vésperas da instalação do Conselho Estadual da Mulher, Maria Amélia foi ao Rio de Janeiro e na Loja Mônaco, em Copacabana, viu um vestido que parecia estar à sua espera: duas peças, saia e blusa em verde e amarelo, nas cores exatas da bandeira do Brasil. Com ele tomou posse no Conselho, sob o olhar um tanto assustado do governador Tancredo Neves, seu tio, diante daquela indumentária de nacionalismo tão eloqüente. E arremata: "Devo

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

ter assustado a outros igualmente, no entanto, eu me senti brasileira por inteiro, tão mineira, tão bonita, tão mulher! Durante muitos anos guardei aquele vestido que só usei naquela ocasião. Teve sua hora, sua vez e seu momento. Pena que não o emoldurei e o coloquei numa parede, como no poema de Drummond. Não seria um documento histórico-nacionalista bem feminino?"

Simplesmente Many Lenda eternamente viva

Dinorah Carmo

Mãos mágicas e mente brilhante – a chapeleira Many Catão – e a disciplinada e eficiente Oswaldina Nobre foram as duas primeiras jornalistas de Belo Horizonte. Feminista desde a adolescência, precursora nas atividades da imprensa escrita e falada, Many exerceu funções até então reservadas aos homens: participou de reuniões de marketing, de negócios e de pautas para as publicações dos Diários e Emissoras Associados, ao tempo de Assis Chateaubriand.

Many Catão de Novais Viana foi repórter do jornal Estado de Minas nos anos de 1940 e 1950, atuando em emissoras de rádio no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Devotada à filantropia e determinada a fazer valer os direitos da mulher, lutou contra o machismo e foi uma pioneira da ecologia. Criava cães, gatos e passarinhos e costumava impedir a poda e o corte de árvores, enlaçando-as e defendendo-as com o próprio corpo até a chegada da mídia. Suas mãos frágeis, dedicadas à confecção de grinaldas de noivas, não temiam o serrote dos operários. E sua pena foi sempre usada em favor da arte e da cultura mineiras. Quando ia visitá-la (1996 a 98), pois trabalhava perto de sua casa, levava-lhe agrados (doces que adorava) e conversávamos muito. Falava com muita saudade de sua mãe, Dona Alexina, esclarecendo-me que nascera na cidade de Guanhães, que atendia, antigamente, pelo sagrado nome de San Miguel y Almas.

De beleza rara e comportamento excêntrico, Many Catão tinha forte ligação com a Índia. Questionava a guerra e a "dominação do mundo por parte de povos não milenares, mas donos do dinheiro", dizia. Colunável, presença indispensável nas grandes festas da alta sociedade, apresentava-se sempre vestida em saris e mãos e braços cobertos por jóias indianas. O cabelo em um clássico coque, com belas sobrancelhas arqueadas, configuravam-lhe uma beleza exótica.

Espírito crítico, atenta a tudo, prosa inteligente, era, contudo, na intimidade de seu lar, uma pessoa simples, despojada. Aos 60 anos fez voto de pobreza: doou seu único bem e residência, um apartamento no bairro da Serra, em Belo Horizonte, ao Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, que ela assistia graças a doações de amigos e relações de prestígio. Contaria, muito especialmente, com a generosidade de um jovem empresário, Ricardo Pimenta (da Água de Cheiro) para sobreviver, sobretudo na década de 1990.

Muito vaidosa, Many jamais revelava a idade. Mas agora o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, através das certidões de óbito e nascimento que o gerente daquela entidade, Márcio Pacífico, doou cópias ao Centro de Documentação do CEM, desvendou o mistério: ela nasceu em Guanhães, no dia 21 de abril de 1921, filha de Álvaro Viana Novais e Alexina Catão Novais, falecendo aos 81 anos de idade, em três de março de 2002. Mas o mistério intrigante em torno da idade de Many continua: sabe-se, contudo, que nos idos de 1922, por ocasião da Semana da Arte Moderna, foi retratada, já adolescente, por Delpino Filho. Era cortejada e decantada pelos poetas. Entre eles, Manuel Bandeira e Drummond. Um retrato de Xiku Fernandes, que Rogério Santiago doou ao Automóvel Clube de Belo Horizonte, com o apoio das escritoras Tiola eTereza Vilela, registra, num instantâneo de glamour, a sua fase de esplendor.

Em março de 2001, pela data de comemoração do Ano Internacional da Mulher, que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (gestão Dinorah Carmo) organizou em parceria com o Conselho Municipal da Mulher, quando setenta mulheres foram homenageadas por sua atuação em diversos segmentos sócio-político-culturais, Many Catão foi celebrada com palmas, diploma, flores e carinho, como a primeira repórter de Belo Horizonte. Já estava em cadeira de rodas e ali chegou acompanhada por sua enfermeira e a psicóloga Jane Stelgs, grande amiga de Many. Aliás, Ricardo e Jane agiram como os bons filhos que ela nunca teve, durante toda a sua vida. Apesar de doente, mas ainda bonita, Many foi com o cabelo comprido, lindíssimo, em penteado caprichado de um amigo cabeleireiro. As madeixas, num castanho avermelhado, caíam-lhe até os ombros, em volume admirável para quem já estava bem idosa.

Nos seus últimos anos de vida, o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, que ela tanto ajudou, haveria de abrir-lhe carinhosamente as portas. Ali Many Catão, uma lenda viva, desliga-se da Terra – vale repetir – aos 81 anos, no dia três de março de 2002, às 15h25min, partindo para o mundo espiritual que ela tanto ansiava encontrar.

Dinorah Carmo

Professora Maria Angélica de Castro,

a primeira Secretária de Educação do Brasil

A pedagoga Maria Angélica de Castro, de saudosa memória (19/02/1898 – 07/06/1988), natural de Santo Antônio do Monte, cidade do Centro-Oeste mineiro, foi a primeira Secretária de Estado da Educação do Brasil, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, quando este deixou de ser território e tornou-se Estado, no ano de 1945. Convidada por seu conterrâneo e primo, o então coronel do Exército, José Guiomard dos Santos, à época governador do Acre, e incentivada por Dona Helena Antipoff, de quem era a discípula preferida na Escola de Aperfeiçoamento, onde estudara e trabalhara, a professora Maria Angélica aceitou o desafio! Lá chegou em 1946 e no distante Acre permaneceu por cinco anos, implantando 70 escolas de 1º e 2º graus, desincumbindo-se com muito êxito de sua missão. O Acre tornou-se Estado, graças ao gigantesco trabalho do posteriormente senador e general José Guiomard dos Santos, também natural de Santo Antônio do Monte, o qual, se vivo, teria completado 100 anos em 2007. E D. Maria Angélica, uma geração acima, estaria com 110 anos neste ano de 2008!

A também pedagoga e ex-Secretária Municipal de Educação daquela cidade, Norma Raquel Gontijo de Melo, escreveu a respeito de D.Maria Angélica: "A magia de sua força saiu dos limites do município e alcançou toda Minas Gerais, estendendo-se a outros Estados. Seu nome está na lista obrigatória dos grandes Educadores brasileiros. A transcendência de sua obra ultrapassou as fronteiras impostas pelo homem e universalizou-se no tronco da Pedagogia. Quantos lhe devem quase tudo que são hoje! Esta é a nossa Maria. Maria muito especial. Única. Uma mistura de mulher e de anjo. Como o seu próprio nome: *Maria Angélica*".

Tive o privilégio de ser sua aluna, no Colégio Senhora de Fátima, fundado em 1953, em nossa terra natal, quando ela fez o caminho de volta, após aposentar-se de suas atividades educacionais na Secretaria de Estado da Educação em Belo Horizonte. Também trabalhei como professora naquela

escola e muito aprendi com D. Maria, venerável educadora. Jamais me esqueço do lema de sua vida que também adotei para mim: 'Mãos para o trabalho, coração para Deus, amor para o próximo'.

De acordo com os dados da professora Maria Luísa de Castro, sua sobrinha e também sucessora na direção do Colégio, após o afastamento de Dona Maria Castro, em 1981, por motivos de saúde, bem como da biografia levantada pela professora e escritora/pesquisadora Dilma Moraes, atual Secretária Municipal de Cultura daquela cidade, assim podemos resumir sua vida: 60 anos de profícuo, ininterrupto e respeitável trabalho pela educação mineira e brasileira.

Mais que seu curriculum vitae, o que em Dona Maria Angélica impressionava era sua vida, suas ações, suas aulas de Português, Francês e Pedagogia, seu jeito austero, sua palavra no dia-a-dia da escola. Sua personalidade firme, exigente e carismática direcionou sua equipe e plasmou o caráter dos alunos que com ela conviveram. O Colégio Normal Senhora de Fátima, fundado em 1953, com internato e externato, foi considerado escola-modelo até o ano de 1973, tendo por ele passado alunas que vinham até de outros Estados, (filhas de reitores, inclusive) tamanho seu elevado conceito.

Eis sua biografia, conforme consta do livro memorialístico, Famílias que construíram a história de Santo Antônio do Monte, de Dilma Moraes:

Maria Angélica de Castro nasceu a 19 de janeiro (mas foi registrada pelo pai a 19 de fevereiro) de 1898, na Fazenda do Diamante, filha de Victal Theotônio de Castro e de Afonsina Batista dos Santos. Iniciou seus estudos em 1906, na escola isolada feminina, sendo sua professora D. Maria de Araújo Magalhães Pinto, a D. Maricota, que ministrava suas aulas no chalé onde residia (no local onde hoje funciona o Centro de Memória Municipal Doutor José de Magalhães Pinto, que ali nasceu e viveu até os cinco anos de idade).

Dessa época, Maria Angélica guardou na memória uma festa inesquecível: a chegada à cidade de Maria Philomena Pacheco de Araújo, a Cota, filha de José Pacheco de Araújo e Silvina Philomena da Fonseca. Em 1907, a cidade engalanou-se para receber sua primeira normalista. Ela entrou na cidade a cavalo, sob o estampido de foguetes. Os olhos da menina Maria Angélica ainda não tinham visto nada mais bonito e ela decidiu-se: "Também vou ser uma normalista".

Com a mudança da família para a Fazenda do Diamante, foi contratado o professor particular, Luís Alves Filgueiras. De suas lembranças na

fazenda, as que mais a marcaram foram as reuniões políticas no salão principal da casa grande. As pessoas influentes vinham encontrar-se com seu avô, Cel. José Batista dos Santos, o grande político da região.

Em 1911, com 13 anos de idade, foi estudar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Lavras. Não se adaptando à rigidez do colégio de freiras, em 1912 transferiu-se para a Escola dirigida por D. Maria Constança Pinheiro Chagas, D.Mariquinha, na cidade de Oliveira. Era uma aventura chegar àquele Colégio, a cavalo até Divinópolis, onde se pegava o trem-de-ferro, que ia sacolejando até Gonçalves Ferreira, um entroncamento ferroviário e, de lá, para Oliveira. As férias eram somente ao final do ano letivo. Quando D. Mariquinha voltou de viagem à Europa, trouxe a idéia de férias de meio do ano, adotadas imediatamente por sua escola. Obtendo sucesso, o Estado também adotou a mesma medida, estendida a todos os estudantes.

Concluindo o curso normal de quatro anos, em 1916, Maria Angélica volta para casa de trem, pois a estrada-de-ferro para Santo Antônio do Monte fora inaugurada um ano antes. Formada, a jovem normalista ficou na fazenda, lecionando para os irmãos, agregados e vizinhos. Atendendo aos desejos do avô, a 30 de setembro de 1917, data de inauguração do Grupo Escolar Amâncio Bernardes, ela mudou-se para a cidade, integrando o primeiro grupo docente da referida escola, nomeada pelo governador Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ali permanecendo por 12 anos, até 1929.

O início de sua vida profissional não foi nada fácil. A oito de abril de 1917 perdeu a avó materna, Angélica Maria da Silva Capanema, aos 66 anos de idade, o que abalou a organização da grande família. Logo em seguida, a nove de maio, perdeu a mãe, com apenas 40 anos. Maria Angélica, nos seus 19 anos, se viu à frente dos irmãos, orientando-os e dirigindo a casa. Um ano depois, falece seu pai aos 56 anos, deixando seis filhos do primeiro casamento e catorze do segundo que herdaram 400 alqueires de terras na Fazenda do Diamante. Ela e seus irmãos aprenderam, a duras penas, o significado da solidão da orfandade. Unidos, tornaram-se mais fortes e mais amigos.

Em 1930, ela veio para Belo Horizonte fazer o famoso curso da Escola de Aperfeiçoamento, tendo como professores Alda Lodi, Lúcia Monteiro Casasanta, Dr. Mário Casasanta, Lúcio dos Santos, Amélia Monteiro, Guiomar Meirelles, Helena Antipoff e Madame Arturs Perelet. As aulas em francês não intimidaram a jovem professora, acostumada com

a língua desde o curso normal em Oliveira. Em 1932, concluído o Curso, retorna a Santo Antônio, como orientadora de classes primárias do "Amâncio Bernardes".

Em 1933 retornou a Belo Horizonte como Assistente do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, trabalhando com o psico-pedagogo suiço Claparède e Madame Helena Antipoff de quem se tornou grande amiga, vida afora. Graças a ela, que muito a incentivou, perdeu a timidez de professora do Interior e decidiu prestar concurso para Técnico de Educação do Ministério da Educação e Cultura –MEC, no Rio de Janeiro, em 1938. Com sua inteligência e cultura brilhantes, foi a única mineira aprovada. Já na década de 50, quando Dona Maria, aposentada, fundara o Colégio Senhora de Fátima, em Santo Antônio do Monte, lembro-me de D. Helena Antipoff passando férias ali, em 1956, aplicando-nos testes de inteligência da Escala Binet-Simon e conversando conosco.

Mas ainda estamos em final da década de 30, quando Dona Maria Angélica ocupa na capital mineira cargos importantes na Secretaria de Estado da Educação, dentre eles, o de inspetora técnica do ensino de MG, atuando até 1946. Neste mesmo ano, vai para o Acre, como já dissemos. Voltando daquele novo Estado em 1951, atendendo ao pedido do secretário de Educação de MG, Dr. Odilon Behrens, organizou Comissão de alto nível para rever o Programa de Ensino Primário, lançado em experiência desde 1943, que era o guia metodológico das mestras de todo o Estado mineiro. Dona Maria Angélica não só participou dele (área de Matemática) como acompanhou, supervisionando, os trabalhos e a impressão do Programa. Quando este ficou pronto, entregou-o ao Secretário, juntamente com seu pedido de aposentadoria, em 1953, depois de 36 anos de serviço público.

E ela faz o caminho de volta: em 1954, já na sua pequenina Santo Antônio do Monte, carente de um colégio, ela cria o Curso Normal Regional (curso pesado, englobando ginásio e magistério em quatro anos), recebendo alunos de ambos os sexos, o qual funcionou provisoriamente no Grupo Escolar Amâncio Bernardes. E a 19 de março de 1955, lança-se a pedra fundamental para a construção do Colégio Senhora de Fátima. Seu idealismo teve o apoio financeiro de seus irmãos José Theotônio de Castro (José Vital) e Abelardo de Castro; do prefeito municipal, seu cunhado, Álvaro de Oliveira; e de diversas pessoas da comunidade, dentre as quais a professora Maria Cândida do

Carmo de Oliveira, que se tornou seu "braço direito". E a 13 de maio de 1956, deu-se a bênção do moderno e bonito prédio e da imagem de Nossa Senhora de Fátima, a protetora daquele educandário, pelo cônego Pedro Paulo Michla, também professor e vigário da cidade (falecido). Maria Angélica de Castro era católica praticante. Sem carolice, infundiu preceitos religiosos oportunos e consistentes em seus alunos e professores.

O curso normal regional extinguiu-se gradualmente, sucedendo ginásio e curso normal de segundo grau, em 1964, além de curso técnico de contabilidade/2º grau, criado posteriormente Sua grande obra, sua 'Escola Verde', no alto da avenida Governador José de Magalhães Pinto, foi chamada por Dr. Antônio Augusto de Mello Cançado (à época, membro do Conselho Estadual da Educação), de *Universidade de Maria Angélica*, em artigo publicado na Editoria de Opinião do jornal Estado de Minas, de 14 de abril de 1968. Ele dizia: 'Maria Angélica provou, ensinando-nos, que a tradição não significa que nós, vivos, estejamos mortos, mas, sim, que nossos mortos estão vivos, com suas lições para ajudar-nos a construir o futuro.'

Em 21 de abril de 1980, pelos relevantes serviços prestados à educação, recebeu em Ouro Preto o Diploma e a Medalha da Inconfidência, conferidos pelo Conselho Permanente da Medalha e pelo governador Francelino Pereira. E a 15-10-1984, na passagem do Dia do Professor, recebeu a Medalha do Mérito Educacional, um reconhecimento ao seu trabalho de educadora que imprimiu novo rumo ao ensino do Acre, ao de Minas Gerais e, particularmente, ao de Santo Antônio do Monte.

E, recentemente, houve noite de gala naquela cidade, em 14 de junho de 2008, para a entrega do Troféu Maria Angélica de Castro a 60 personalidades femininas, a maioria suas ex-alunas, como eu e a própria promoter da festa, professora e ex-vereadora, Maria da Conceição Santos.

Ela faleceu aos 90 anos, no dia sete de junho de 1988, em Santo Antônio do Monte, após militar 60 anos na carreira do Magistério, "com espírito de abnegação, altruísmo, elevação moral e inteireza intelectual, inspirando, com seu exemplo, a vontade dos mais novos em construir com a causa da educação e a continuar com o seu trabalho, mantendo seus princípios e sua filosofia," declarou a Secretária de Cultura Dilma Moraes, que também foi professora e diretora do Colégio Senhora de Fátima.

Maria Cândida do Carmo Oliveira, intelectual de primeira grandeza

Dinorah Carmo

Quando na noite de 22 de dezembro de 2004, a professora Maria Cândida do Carmo Oliveira, decorridos dezessete anos de sua morte, recebeu em solene inauguração o título de Patrona In Memorian da Academia de Letras de Santo Antônio do Monte - ACADSAL, de que tenho a honra de fazer parte, na cadeira nº 24, disse em meu discurso de posse:

Ter a lembrança de evocar Maria Cândida do Carmo Oliveira, intelectual de primeira grandeza pelo seu destacado e brilhante trabalho no campo da Educação, das Artes e da Assistência Social em Santo Antônio do Monte/MG, como Patrona da ACDSAL, hoje instalada, foi um ato de justiça de nossa cidade, pois há muito esta lhe devia homenagem à altura de sua grandeza, um tributo que agora, felizmente, se resgata. Reconhecemos que ela já havia sido lembrada, anteriormente, com seu nome em uma pequena praça, num bairro que acolhe uma escola da rede municipal de ensino, mas isto era pouco, para quem fez tanto por sua terra!

Que falar de Tia Maria Cândida, minha "ídola", que tanta influência intelectual teve em minha vida, desde meus seis anos de idade? Convivi com ela anos a fio, admirando sua inteligência e cultura; sua alegria e meiguice; sua modéstia e generosidade; seu espírito independente de realizarse por si mesma e não por ser casada com o Dr. Aristides de Oliveira, cirurgião-dentista e fazendeiro, o homem mais respeitado da cidade por seu patrimônio, finanças e profissão. Em lar feliz, com ele teve cinco filhos: Fernando Célio, Dalmo e José Osvaldo (os dois últimos, falecidos em criança), Gilda e Shirley. Foi exemplar como esposa, mãe e mestra.

Ela nasceu em 13 de junho de 1899 em Santo Antônio do Monte/MG e faleceu em 12 de novembro de 1987, vivendo gloriosamente 88 anos. Era filha de Francisco Augusto Queiroz do Carmo e Maria Augusta Cabral de Oliveira, pais vitimados e falecidos em um espaço de 12 dias pela

gripe espanhola que assolou o Brasil em 1918. Fez o curso primário em sua cidade e formou-se professora na cidade de Oliveira/MG, recebendo o título de "Laureada da Turma de 1917", por suas brilhantes notas. No mesmo ano iniciou-se no magistério público em Santo Antônio do Monte, no primeiro grupo escolar daquela cidade, hoje Escola Municipal Amâncio Bernardes. A mestra trabalhou durante 40 anos no efetivo exercício do magistério, tendo exercido os cargos de professora, diretora, vice-diretora e auxiliar de escrita.

Aposentando-se do magistério primário em 1957, trabalha arduamente na campanha de fundação do Colégio Senhora de Fátima (1954/1955), o primeiro da cidade, juntamente com sua conterrânea, a pedagoga Maria Angélica de Castro, idealizadora do projeto, atuando juntas na organização, instalação e funcionamento daquele estabelecimento de ensino, considerado escola-modelo até 1973. Ali trabalhou por 18 anos como professora de Matemática, Francês, História e Desenho. Foi ainda fiscal permanente de ensino daquele colégio até 1971.

Recordo-me de suas aulas de francês, levando-nos a recitar poemas de Paul Geraldy, Verlaine, ou cantar "Au Claire de la Lune"; em sua casa, ao piano, tocando sonatas de Chopin, sob os ouvidos atentos de seu marido Dr. Aristides, também político (vereador e dirigente do PSD local). E recordo-me dela, principalmente, recebendo com muito savoir faire, políticos famosos como JK, Tancredo Neves. Este último, quando de alguma entrevista com ele, sempre me perguntava: "E como vai a mestra e poeta Dona Maria Cândida, de quem ouvi os mais belos discursos? Olhe, você como sobrinha tem um belo espelho para mirar-se..."

São tantas as realizações que a notabilizaram! Em outubro de 1944 foi nomeada Presidenta da Legião Brasileira de Assistência/Regional SAMonte, pelo Governo Getúlio Vargas, cargo exercido por vários anos. Uma das ações era amparar as famílias dos expedicionários que lutaram na 2ª Grande Guerra, os quais foram recebidos com muitas festas em 21 de abril de 1946, no seu retorno. Maria Cândida foi também diretora das seguintes entidades: Apostolado da Oração, Obras Sociais Santa Mônica, Casa da Amizade/Rotary Clube e Ancianato São Vicente de Paulo.

Ela possuía o dom da oratória e escreveu belos poemas, discursos, peças teatrais infantis e hinos, proferindo também várias palestras e conferências. Sempre promoveu os acontecimentos familiares, festivo-escolares, culturais, sociais e municipais da cidade. Alma de artista, também pintava,

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

tocava piano, costurava e bordava admiravelmente. Gostava de viajar, freqüentar festas, carnaval, bem como de fumar cigarros, o que fazia com muita classe. Tanta coisa poderia falar de Tia Maria Cândida, tão carismática, tão chic e de uma simpatia ímpar. Mas prefiro deixar aqui trechos de depoimentos verdadeiros que me corroboram.

Da professora do Uni-BH e antropóloga, Gilda de Castro, sua exaluna:

Seu salário sempre foi usado para comprar "alfinetes de ouro", mas deixou uma produção monumental em Santo Antônio do Monte/MG, como professora primária e ginasial, além de fiscal permanente de ensino no Ginásio e Escola Normal Senhora de Fátima. Conhecia música, literatura e etiqueta. Bordava com perfeição. Escrevia poesias, discursava em solenidades e recebia visitantes ilustres na cidade. Mostrava refinamento em todas as situações e incutia em seus alunos propósitos de cordialidade, estética e responsabilidade.

Da pedagoga e ex-secretária municipal de Educação e Cultura/ SAMonte, Norma Rachel Gontijo:

Lá bem guardado no arquivo de minhas memórias estão as lembranças de uma pessoa que marcou a minha vida. Professora exemplar, de uma delicadeza pouco comum, soube cativar a sociedade com seu jeito requintado, sua elegância ímpar, uma letra bem parecida com seu estilo nobre. Era prendada, exigente com as coisas pessoais e com a missão que escolheu. Dona Maria Cândida, sempre perfumada e bem trajada, era uma lição viva de mestra bem dosada de arte, cultura, dedicação, intuição e talento.

Da professora/diretora da Escola Municipal Maria Michla e atual secretária municipal de Educação/SAMonte, Célia Rodrigues Filgueiras:

Na grande jornada da vida as pessoas transitam e passam, mas existem seres especiais que se fazem registrar, no decorrer da caminhada. Assim aconteceu com Maria Cândida do Carmo Oliveira que já nasceu predestinada a deixar, na história de nosso município, marcas indeléveis de sua personalidade, caráter e, sobretudo, de seu incansável trabalho.

Ao falar dessa grande Mestra, refiro-me àqueles soberbos exemplos, já desaparecidos, nascidos para a nobre missão de ensinar, orientar e incentivar crianças e jovens, dedicando-se integralmente ao seu mister, com imensurável amor.

Maria José de Queiroz: É preciso dar a palavra à mulher e entender-lhe as inquietudes

Dinorah Carmo

A professora/catedrática da UFMG (aposentada), escritora, ensaísta e poeta, Maria José de Queiroz, mineira hoje residente no Rio, tornou-se aos 26 anos a catedrática mais nova do Brasil (1962), o que é explicado por sua inteligência brilhante, reforçada por disciplina e cultura precoces. Em entrevista à repórter Mirian Chrystus ao *Jornal de Casa* (06 a 12-08/1978), semanário que marcou época em Belo Horizonte, disse ela: "Se pudesse fazer-me ouvir, a minha voz se levantaria em defesa da mulher como ser humano. Tenta-me o desejo impossível da igualdade. Porque as mulheres seguem à rabeira da civilização. E por estarem à rabeira, não fazem ainda parte da humanidade. É preciso dar a palavra à mulher, entender-lhe as inquietudes e elevá-la à condição de ser humano."

Assim, em dois romances da professora PHd/UFMG, Maria José de Queiroz – *Ano Novo, Vida Nova e Invenção a duas Vozes* – , fica bem clara a preocupação da autora, na questão feminina/feminista: "salvar do esquecimento as obscuras heroínas do cotidiano." Em *Invenção a Duas Vozes*, temos a personagem Sofia, mulher casada e mãe que, enquanto permanece trancada com seu cônjuge no banheiro da casa – assaltantes obrigaramnos a isso – faz uma retrospectiva de sua vida, do absurdo da mesma.

Também ela diria a mim mesma, em entrevista para o *Jornal de Casa*, em 1980, onde também trabalhava, ao ser entrevistada sobre Literatura Hispano-americana: "Feminista sou, mas não de um feminismo agressivo. Jamais! Aborreço-me com todos os ismos e, esse, mais do que todos." E ela também disse na entrevista a Mirian Chrystus, para o *Jornal de Casa*: "Para furtar-se às frustrações, as mulheres se valem de transferências compensatórias – a maternidade, o amor conjugal, o desvelo doméstico... E atribuem aos pais, aos filhos e aos maridos direitos e poderes para representálas, nos atos públicos e, também, no tribunal da vida."

Hoje, o que pensa Maria José de Queiroz, aos 72 anos, sobre essas afirmações ditas há 30 anos? Houve evolução, avanços, lutas e conquistas, na questão da mulher? A igualdade de gêneros está mais próxima nas conquistas profissionais da atualidade? Ou as mulheres continuam à rabeira da civilização? Em entrevista no dia 24 de julho último, ela afirma que "houve evolução, sim, pois trinta anos é tempo necessário à sedimentação da História. Mas um simples documento sociológico poderia informar-nos sobre essa evolução. Cumpre apreciá-la, observá-la e discuti-la, pois há evolução e evolução. Veja o caso da mulher no espaço urbano, difícil é apontar onde ela não freqüente, cargo que não ocupe, função que não exerça. Mas em que condições? Não preciso responder-lhe, pois você as conhece tanto quanto eu."

À custa de enormes sacrifícios – completou Maria José –, perdas e danos irreparáveis, a mulher vem conquistando um lugar ao sol, no solo urbano. Mas em boa verdade, o que há de fato é que nos tornamos, bem ou mal, digna ou indignamente, personagens de nossa própria história. E o melhor: tomamos a palavra para contá-la.

Perguntei-lhe, também, o porquê de não gostar dos sufixos "ismos", sobretudo o do feminismo. Ela responde: "Porque congelam, estratificam idéias, ideais, opiniões. O tempo passa e os ismos caem no limbo das boas intenções, das grandes revoluções, dos grandes movimentos... no caso da mulher, porque constituímos uma parte da humanidade, não um partido, um *ghetto*, uma capelinha de idéias incendiárias."

E a professora Queiroz recomenda a leitura sobre a história do amor materno (Elisabeth Badinter) que atenta no aparecimento de toda uma literatura (masculina e feminina) francamente "matricida". Em sua opinião, "ao imenso clamor masculino contra a ousadia da negação do credo ideológico do amor materno, haveria de suceder a IMOLAÇÃO, em letra de forma, daquilo que Jean-Yves Cendray chama de 'respeito obsceno da figura materna'."

A essa intelectual parece-lhe difícil avaliar, nos nossos dias, o que seja atraso e o que seja avanço, progresso. "Há países onde as *pin-ups*, as melancias, madonas, xuxas, modelos e manequins invadem o cenário nacional para os seus quinze minutos de fama, enquanto as Rita L. Montalcini (italiana, Prêmio Nobel de Medicina), as Esther de Figueiredo Ferraz, as Rosa Célia Barbosa (brasileira, cirurgiã, chefe do Pró-Cardíaco e criadora do projeto Pró-Criança, do Rio de Janeiro) continuam desconhecidas e uma Ruth Cardoso só teve seu valor reconhecido e exaltado, *post mortem...*"

O jornalista e escritor Rogério Zola Santiago, grande amigo da escritora, assim declara: "Ter sido aluno e ter tido a chance de conhecer a escritora profícua e fabulosa, ser humano inigualável, Mestra e Doutora em Literatura, Maria José de Queiroz, juntamente com o crítico Fábio Lucas, foi o elo definitivo na concatenação de minha intelectualidade: poucas vezes pude conhecer alma tão generosa, preocupada em exigir de nós e criar ela mesma textos perfeitos, que buscassem encarecer, no trato do cotidiano, questões e problemas propostos no plano das idéias. É esse, de fato, o interesse primeiro da cultura e que Maria José realmente cumpre com o legado literário que lhe valeu o Prêmio Jabuti, na categoria ensaio, e que, brevemente, garantir-lhe-á assento na Academia Brasileira de Letras."

E eu também afirmo: Ter entrevistado Maria José de Queiroz por duas vezes, em tempos passados (1979 e 1982), como repórter especial do *Jornal de Casa*, foi para mim um prazer e um aprendizado, sobretudo no tocante à literatura hispano-americana. Escritora respeitada, destacando-se seus trabalhos como crítica literária e profunda ensaísta, embora sua verve se oriente, também, para a ficção, como no livro *Amor Cruel, Amor Vingador*.

E que dizer da alma feminista dessa mulher, de seus arrojos e de sua autodeterminação? Queiroz caminha sozinha, nunca fez parte de movimentos feministas, mas dá o seu recado como mulher/escritora sensível, densa, em sintonia e/ou distonia com o mundo. Livre e independente, tem sempre uma atitude de indignação diante das injustiças sociais, do tratamento desigual e preconceituoso para com a mulher e para com outras minorias políticas.

Dentre sua monumental obra, salientam-se os ensaios: Do indianismo ao indigenismo nas letras hispano-americanas (1962); César Vallejo: ser e existência (1971); Presença da literatura hispano-americana (1971). Na poesia, Para que serve um arco-íris? (1974) e Resgate do real: amor e morte (1978). Na narrativa ficcional, O homem das sete partidas (1981); Sobre os rios que vão (1990); e Amor cruel, amor vingador (1996); A América sem nome (1997), uma abordagem antropológica/sociológica sobre os problemas do continente latino-americano; e Em nome da pobreza (2006), também um ensaio, onde "Maria José de Queiroz persegue os rastros da miséria, do Renascimento aos nossos dias," disse Rogério.

A escritora e professora Maria José de Queiroz nasceu em Belo Horizonte, no dia 29 de maio de 1936. Foi professora de francês no Colégio Estadual, nas décadas de 1960/70, nos áureos tempos daquele

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

educandário público. Doutora em Letras Neolatinas e Livre-docente pela Universidade Federal de Minas Gerais (1960), tornou-se, aos 26 anos de idade, Professora Catedrática de Literatura Hispano-Americana da mesma universidade (1962). *Visiting* Professor da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, *Professeur associée* da Universidade de Paris-Sorbonne, professora convidada de várias instituições universitárias, norte-americanas e européias – Indiana, Harvard, Berkeley, Sorbonne, Bordeaux, Aix-en-Provence, Bonn e Colônia – é membro da Academia Mineira de Letras desde 1968. Atualmente mora no Rio de Janeiro, mas está sempre em temporada na Europa (Paris, principalmente), onde tem um seleto grupo de amigos, sobretudo intelectuais de peso.

Constância Lima Duarte

Maria Lacerda de Moura nasceu em Manhuaçu (MG) em 16 de maio de 1887; mas ainda criança mudou-se para Barbacena (MG), onde estudou, formou-se na Escola Normal Municipal, e lecionou Pedagogia e Higiene. Casou-se com Carlos Ferreira de Moura e, como não engravidasse, adotou uma menina e um sobrinho.

Muito rebelde, desafiou os padrões educacionais vigentes, e escreveu livros de análise e denúncias. Desde os primeiros escritos, já revelava um forte interesse pelas lutas femininas e também pelo sofrimento da população mais humilde. Em 1918, publica *Em torno da educação*, que considera a instrução das mulheres como instrumento transformador de suas vidas; e em 1919, lança *Renovação*, que trata da condição feminina e da exclusão do povo no processo sociopolítico.

Participou com Bertha Lutz e outras companheiras da fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). E foi presidente da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres paulistas. Mas logo se desligou do grupo feminista por acreditar que a luta pelo voto beneficiaria, principalmente, as mulheres da elite, e não abalaria as estruturas patriarcais. Radicalizou então o seu discurso, e abraçou a causa do movimento operário anarquista. Foi ainda adepta do amor livre, a favor da educação sexual e contra a moral vigente. Um de seus livros – *A mulher é uma degenerada?* – teve três edições desde 1924, e chocou a sociedade, provocando polêmicas na mídia brasileira.

Ao se separar do marido, em 1928, passou a viver numa colônia agrícola anarquista de Guararema (SP), onde participava intensamente da vida comunitária. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, apesar de rompida com o movimento, lutou pela emancipação e direitos das mulheres à educação. Em 1935 a colônia de Guararema foi invadida pela repressão policial do governo Vargas, e muitos membros

Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas

da comunidade foram presos, entre eles o companheiro de Maria Lacerda, o argentino A. Néblind, que depois foi deportado. A escritora passou a viver clandestinamente no Rio de Janeiro.

Sua obra, além de polêmica, é vasta, com vários títulos, como A mulher e a maçonaria (1922); A mulher hodierna e seu papel na sociedade atual e na formação da civilização futura (1923); Religião do amor e da beleza (1926); Amai e... não vos multipliqueis (1932); Han Ryner e o amor plural (1933); Ferre, o clero romano e a educação laica (1934); Clero e fascismo – horda de embrutecedores (1934); Fascismo, filho dileto da igreja e do Capital (1934); Português para os cursos comerciais (1940); entre outros.

Maria Lacerda de Moura faleceu no Rio de Janeiro, em 1945.²⁸

³¹⁴

²⁸ Mais informações sobre Maria Lacerda de Moura em A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura (Editora Ática, 1984) e em Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica (Editora Mulheres, 2005), ambos de Miriam Lifchtz Moreira Leite.

Mari'Stella Tristão: sou uma formiga saúva

Rogério Zola Santiago

Mestre em Comunicação Social pela Indiana University (EUA) Membro da Academia Municipalista de Letras/BH

Dezenas de artistas freqüentemente a procuravam em busca de apoio e divulgação. Uma matéria sua (ou de Celma Alvim), uma crítica sua, no jornal *Estado de Minas*, significava ou não adentrar o mercado da arte pictórica. Assim, na parede e no chão entre o posto de gasolina e o Edifício Aljan, seu prédio na Rua Rio de Janeiro, muitos artesãos e pintores colocavam suas obras para um momento de apreciação quase forçada por parte daquela senhora que tarde chegava à casa, depois de pesada jornada, fosse em redação, na Secretaria de Estado da Cultura, ou no Departamento de Feiras Artesanais. Este, por sinal, foi criado por ela em 1971/72, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, onde atuava, juntamente com a também crítica de artes plásticas, Maria do Carmo Arantes.

Veio do interior como professora, três filhos, viúva do dentista Dr. Otto Tristão. Com aptidão para o desenho e a escultura, conforme contou para a jornalista Dinorah Carmo, foi aprimorar estudos na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, sob a direção de Madame Helena Antipoff, tendo sido aluna da francesa e artista plástica, professora Jeanne Milde, "com quem muito aprendi", revelou para Dinorah, sua colega de trabalho, na Secretaria Estadual de Cultura (1989/92). Ela deu aulas na disciplina de Artes Manuais, no Instituto de Educação de MG que, até a década de 1970, foi a escola-modelo desta Capital e abrigava, sobretudo nas décadas de 1950 e 60, uma plêiade de professores nomináveis, como Lúcia Monteiro Casasanta, Maria Angélica de Castro, Alda Lodi, Anita Fonseca (do *Livro de Lili*), Alaíde Lisboa, professor Raimundo Nonato Fernandes e outros.

Assim, formada em Belas Artes, escultora, desenhista e pintora, a jornalista/crítica de Artes Plásticas e artista plástica da geração de Álvaro Apocalipse, Rui Flores, Inimá de Paula e Sarah Ávila, pertencia à Associação Internacional de Críticos de Arte. Democrática, a todos recebia, mas a

cada um reservava uma palavra franca e decisiva: se deviam persistir ou não era algo que a mentora não se privava de explicitar aos neófitos. Não media palavras. Mas, ciente da possibilidade de crescimento através dos tempos, "todos podem dar uma contribuição" – punha a maioria para frente.

"Sou uma formiga saúva. Da cor da formiga saúva. Minha pele tem a cor da mistura racial, sou brava e centralizadora, obreira da crítica e das artes, e da Feira de Artesanato Mineiro. Gosto das coisas feitas a meu modo. No Brasil, se não formos incisivas, às vezes somos passadas para trás", dizia. Nos anos 1980, foi homenageada pela Embaixada dos Estados Unidos na exposição "Mulheres Negras Mudando Minas" — que atraiu milhares de visitantes à Galeria da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, durante o Mês da Cultura afro-brasileira e norte-americana. "Tenho orgulho de ter ascendência negra, afirmava", com aquele jeito de mulata brejeira.

Tristão idealizara e implantara a Feira de Artesanato de Belo Horizonte, antes na Praça da Liberdade, agora aos domingos na Avenida Afonso Pena, como Feira Popular de BH. Era ela quem fazia as seleções de expositores. "Tento separar o joio do trigo, embora às vezes sofra pressões políticas. Peças industrializadas não são artesanato. Às vezes é dificil incentivar a pureza da criação por parte do povo", ponderava.

Foi mulher vaidosa, mãe de duas bailarinas clássicas da Fundação Clóvis Salgado, Lúcia e Lídice Tristão, estando a primeira há anos residindo no Exterior. Viveu seu apogeu amoroso no limiar da terceira idade, ao lado do Dr. Clementino Dotti, de quem viria a cuidar: fazia-lhe carinhosamente o bigode e a barba, deixando-o, a pedido do interessado, com a aparência de um dos "Três Mosqueteiros". Já em seu leito de morte, Clementino afirmou: "Ela é a mulher de minha vida."

Sozinha em seu apartamento, superou uma depressão profunda para voltar, pouco antes de falecer, a atuar como crítica de artes plásticas, a fazer belas esculturas para uma jamais concretizada exposição em que planejava mostrar, também, uma seleção de seus bicos-de-pena em preto e branco. Mecenas, pró-artistas, defensora da arte mineira íntegra, não diferenciava famosos e iniciantes, simplórios e consagrados.

Era ciente da transitoriedade e da premência de continuadamente apresentar ao público valores originais. "Minas tem de deixar de ser uma 'terra de panelinhas'. Temos de crescer disso, amadurecer, instituições fechadas não garantem qualidade" – afirmaria numa entrevista

ao jornal *Fundac-Bh* concedida à jornalista Magi Mappa, matéria feita a pedido da própria Mari'Stella ao então editor, que agora dá esse depoimento sobre ela. A reportagem foi levada a público, infelizmente, uma semana depois de seu falecimento. Foi extensa a lacuna deixada por essa figura humana valorosa no espaço reservado às artes locais na grande mídia, especialmente no que se refere às plásticas criações brasileiras – com destaque para Minas Gerais.

Marta Nair Monteiro, seu nome é liderança

Dinorah Carmo

Marta Nair Monteiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), foi a primeira deputada de Minas Gerais, juntamente com Maria Nogueira Pena, esposa do deputado Ribeiro Pena, pelo PSD. Sua vitória na política em 1962, em que ficou por um mandato, e posteriormente como vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte (1993/96), deve-se à sua capacidade de trabalho e a uma liderança vibrante, firme e espontânea que ela sempre teve, desde que deflagrou, como presidenta da APPMG, a primeira greve de professores primários em Minas e no Brasil (1959)!

A professora e poeta mineira Mercês Maria Moreira, grande amiga de Marta, desde os tempos da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais, quando Marta Nair foi presidenta, é que sabe falar de sua "sensibilidade, bravura e inteligência maior".

Certa vez, em 1995, em reunião de aniversário na casa de Mercês, tive oportunidade de com ela "bater um longo papo". E pude sentir seus ideais libertários e uma preocupação muito grande para com a mulher – feminista que sempre foi –, pelas perguntas que me fazia, ou pelas respostas que me dava.

Lembro-me de que falamos do carisma que envolve o nome Marta. Ela disse-me que tinha de "ter muita responsabilidade por se chamar Marta Nair" e foi desfiando informações sobre as inúmeras Martas, como a da Bíblia, amiga de Jesus; Marta Fernandes, a portuguesa condenada pela inquisição por bigamia; Marta Rocha, que permaneceu como o símbolo da era dos concursos de beleza; Marta Suplicy, sexóloga, feminista e política; Marta Vanucci, cientista, italiana de nascimento, mas radicada desde a infância no Brasil, quando a família veio, fugindo do fascismo; e Marta Abranches, espanhola de nascimento, pioneira na educação feminina em São Luís do Maranhão (1800-1855).

No livro *Dicionário Mulheres do Brasil* (organizado por Schuma Schumaher e Érico Vital Brasil), podemos encontrar os seguintes dados sobre aquela que nos deixou no ano de 2001. "Marta Nair Monteiro, nascida em 24 de dezembro de 1913, em Nossa Senhora das Candeias, distrito de Campo Belo, atual cidade de Candeias/MG, filha de Maria Barreto Maia e de Gastão Demétrio Maia. Começou seus estudos secundários em Campo Belo e concluiu-os em Belo Horizonte/MG, onde se diplomou, em 1943, pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, em Administração Escolar.

Respeitada por suas colegas de magistério, iniciou cedo sua militância na Associação de Professoras Primárias de Minas Gerais – APPMG, na qual exerceu os cargos de vice-presidente e conselheira, antes de assumir, em 1959, a presidência da APPMG. Neste mesmo ano, liderou a primeira greve de professores de Minas Gerais e do Brasil, lutando por melhores salários. Vitoriosa a mobilização, elegeu-se deputada estadual em 1962, pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Marta Nair Monteiro integrou a Comissão de Educação e Cultura e liderou a bancada do PDC até a extinção dos partidos, pelo regime militar instaurado pelo golpe de 1964. Continuou com sua militância sindical, assumindo, em 1966, a vice-presidência da Confederação dos Professores Primários do Brasil. Depois de um tempo de afastamento da política, elegeu-se vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 1993, exercendo seu mandato até 1996."

Myriam Sousa Lima: na serenidade das ações, ela exalta as causas femininas

Dinorah Carmo

Quem é essa senhora distinta, elegante e de fala mansa, que chega ao Conselho Estadual da Mulher, procurando por mim, no horário britânico da entrevista marcada? Ah! É a Dra. Myriam Salles de Sousa Lima, Presidenta de Honra e fundadora da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ – que, durante anos, encampou a causa pela reintegração ao cargo da 1ª Juíza de Direito de Minas Gerais, Rafaela Alves Costa. Esta foi cassada pelo AI-1, por perseguições políticas subjetivas, em 1964, na cidade de Mercês, na Zona da Mata, onde iniciava sua profissão, após brilhante concurso em que se classificou em 1º lugar.

Depois de 33 anos de espera para a reintegração da Juíza Rafaela Costa ao cargo, com marchas e contramarchas, que beiram o surrealismo, finalmente a ação teve êxito em final de 2007, graças à defesa de Dr. Sérgio Monteiro de Andrade, o advogado da juíza injustiçada. A advogada Myriam diz, gratificada: "A Justiça tarda, mas não falta", explicando que a Dra. Rafaela, que tantos dissabores e frustrações tivera, estendidos à sua família ao longo desse tempo, finalmente voltou às lidas do Fórum, na cidade de Ferros e em Governador Valadares, onde se aposentou. Mas sabe-se que tais 33 anos foram perdidos para a carreira da magistratura que ela poderia ter feito, pois não fosse a cassação, estaria hoje como desembargadora e, quiçá, ministra.

Sempre firme e atuante, não obstante o rosto de *biscuit*, meigo, feminino, sob o qual se esconde uma brava mulher, a Presidenta de Honra da ABMCJ, criada por ela e filiada à Associação Internacional, vai jogando dados, muitas informações e desfazendo dúvidas. A primeira é a de que ela não foi a primeira coordenadora do Siadema (Sistema de Assistência, Integração e Defesa da Mulher Advogada), órgão criado na década de 1970 pela OAB, tendo sido sua primeira coordenadora a advogada Kátia Vasconcelos, hoje residindo em Brasília.

A Dra. Myriam sucedeu Kátia no Siadema e esta entidade gerou o que é hoje a OAB Mulher, organismo muito atuante. O Siadema transformou-se primeiro em Departamento Feminino da OAB e, como enfatiza Myriam Salles, "foi Minas Gerais o primeiro Estado a criar um departamento brasileiro pelos direitos das mulheres advogadas, na gestão do Presidente da OAB/Seção MG, Sidney Safe Silveira. Posteriormente, o movimento de mulheres da área jurídica, pelo próprio reconhecimento da OAB Federal, expandiu-se aos direitos civis e trabalhistas, criando-se nacionalmente a Comissão OAB/Mulher.

E como essa líder determinada queria mais espaço para colocar coisas específicas na linha de ação, para tanto criou, no ano de 1985, a ABMCJ/MG, cujo principal objetivo é defender os direitos da mulher advogada de todo o Brasil. Em 1984 houve em Belo Horizonte importante Encontro de Mulheres Advogadas de todo o Brasil, pelo Departamento Feminino da OAB, e foi como conseqüência desse Encontro que surgiu a idéia de criação da ABMCJ. A Diretoria dessa entidade não só participou, como liderou muitas ações de garantia da cidadania plena às mulheres brasileiras. Myriam de Souza Lima presidiu a entidade de 1985 a 88, ali deixando profícuo trabalho.

Ela e sua diretoria fizeram uma campanha bem-sucedida junto à Secretaria de Segurança para que se viabilizasse a criação da Casa da Detenta. Para tanto, foi realizado um trabalho estatístico da situação irregular dessas mulheres e a entidade atuou junto às encarceradas do Presídio Estevão Pinto, visando a um trabalho de aproveitamento daquela mão-de-obra.

Ainda segundo a Dra. Myriam, a ABMCJ participou, em 1985, do Projeto de Atendimento Integral à Mulher Vítima de Violência, junto ao CEM e Federação Mineira de Mulheres, o qual foi formulado pelas advogadas Judith Viegas e Ilma Inês Alves, ao tempo de Sandra Lima e Raquel Scarlatelli, na liderança das duas entidades. Em fevereiro de 1990, foi inaugurado o Espaço Mulher, aonde se localiza a sede própria da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica/MG.

E ela finaliza, dizendo: "Nossa entidade atuou, também, em parceria com o Conselho Estadual da Mulher pelo projeto *Jus Mulher*, desenvolvido pelas advogadas Helena Delamônica (atual Presidenta da ABMCJ, hoje mais voltada para cursos) e Marisa Taranto, nos anos de 2002 e 2003." Como trabalho de suporte à Defensoria Pública, o *Jus Mulher* prestava assessoria jurídica às mulheres carentes, em serviços tais como investigação de paternidade, certidão de nascimento, violência doméstica, cursos para mulheres de periferia e favelas sobre direitos civis e trabalhistas.

Misabel e Miriam, as irmãs Abreu Machado: referências respeitadas na jurisprudência

Dinorah Carmo

A Dra. Misabel Abreu Machado Derzi foi a primeira Advogada Geral do Estado de Minas Gerais, de 1999 a 2003, no Governo Itamar Franco, cargo até então ocupado só por advogados, o que quebrou um tabu de quase cem anos. A advogada Misabel Derzi é também consultora e professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG; professora titular de Direito Tributário das Faculdades Milton Campos; atual presidenta da Associação Brasileira de Direito Tributário (Abradt); membro do Grupo Europeu de Pesquisas de Finanças Públicas (Gerfip, Paris I); membro do Movimento das Advogadas Mineiras (MAM) e membro do Movimento Pró-Justiça Previdenciária (MJP).

Tamanha competência e liderança participativa por certo não caíram do céu, pois é sabido que a ilustre jurista, com vários livros publicados, é referência nacional na área do Direito, o que decorreu de muitos estudos centrados em graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Sobre os 25 anos do CEM e a condição feminina sob a ótica jurídica, eis seu depoimento:

Ao longo de minha carreira universitária, como professora da Faculdade de Direito da UFMG, como advogada do setor privado, ou como titular de cargos públicos esporadicamente ocupados (Advogada Geral do Estado/MG e Procuradora Geral do Município de Belo Horizonte), participei de muitos eventos, campanhas e iniciativas patrocinadas ou apoiadas pelo Conselho Estadual da Mulher (CEM), que homenageio pelos seus 25 anos de existência.

Dentre essas realizações, recordo-me especialmente da Marcha Mundial de Mulheres em Defesa do Brasil que, estimulada pelo então governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco, almejou alcançar dois objetivos fundamentais: homenagear as mulheres de todo o mundo, em

sua luta histórica pela realização da justiça e da igualdade, e, mais do que isso, unir-se efetiva, concreta e definitivamente aos ideais que a marcha e a luta feminina buscam alcançar.

Depois desse evento muitos outros movimentos se seguiram, até que integramos o Movimento das Advogadas Mineiras e o Movimento Pró-Justica Previdenciária. Têm sido temas recorrentes dessas lutas: a) O fato de as mulheres, no mercado de trabalho, continuarem sendo aquilo que os estudos especializados revelam, nessa área, isto é, mão-de-obra de reserva, a que recorrem empresas e órgãos públicos nas fases de "Boom" econômico, para serem depois dispensadas e engrossarem a fila dos desempregados, ao apontarem os mais leves indícios de recessão econômica. Sofrem elas, assim, mais rápido e de forma muito mais dura do que os homens, os impactos do desemprego e da miséria, embora sejam, em percentual cada vez mais elevado, arrimo de família; b)em segundo lugar, mesmo quando empregadas no mercado de trabalho, as mulheres obtêm por trabalho igual, em condições iguais, salários inferiores aos dos homens (estatísticas de 2002 comprovam índice de 11% a 30% mais baixos).

E continua a professora Misabel Derzi, ainda no item b: "Portanto, se a distribuição de renda em nosso País é péssima, porque desigual e injusta, as mulheres sofrem, também, de forma mais rápida e muito mais dura do que os homens, os impactos negativos dessa cruel distribuição de renda. A pobreza tem se tornado muito mais feminina; c) a justiça prospectiva, no Brasil, tem poucos reflexos na ordem positiva, pois somente conhecemos a justiça comutativa ou a redistributiva." Pela justiça prospectiva, o Direito Tributário e o Previdenciário seriam contemplados favoravelmente, protegendo o cônjuge (a mulher, principalmente) como já acontece em alguns países europeus e norte-americanos.

Daí sua declaração final, cheia de expectativa: "Esperamos que os movimentos e as lutas, que comprometem o CEM e todos nós, não esmoreçam, enquanto não tivermos, entre nós, a consciência plena da justiça prospectiva. E que essa consciência se faça sentir nas normas que regem o imposto sobre a renda das famílias brasileiras, e que ela se faça sentir em efeitos, direitos e valoração nas regras que regem o direito à aposentadoria e à pensão."

A Dra. Miriam de Abreu Machado e Campos tornou-se conhecida pela intensa dedicação aos seus estudos e aulas na Faculdade Mílton Campos, de

Direito Civil III (graduação); Direito do Consumidor (pós-graduação de Direito Civil); Direito Empresarial Contemporâneo e Direito do Consumidor (Curso de Mestrado em Direito Empresarial), e ainda consegue tempo para alimentar sua sensibilidade poética. Foi uma das fundadoras do Grupo de Literatura Ptyx, célebre na década de 1960, quando uma geração intelectual queria mudar o mundo, nos tempos da sofisticada Livraria do Estudante, localizada à Rua Tupis, na Galeria Castor.

São tempos que a centrada professora e escritora Miriam de Abreu recorda com alegre saudade, mas preferindo falar de seus 17 anos vividos na Alemanha, como bolsista e pesquisadora do CNPQ, para efetuação da pesquisa "Viabilidade da Aplicação da Compensação de Amparo no Direito Brasileiro". Esta se inspirou, ou melhor dizendo, se expandiu com base em sua tese de doutorado defendida perante Banca de Qualificação da UFMG, denominada: Família no Direito Comparado, Divisão das Expectativas de Aposentadoria entre Cônjuges.

Essa tese, somada à pesquisa e toda a sua vivência na Universidade de Friedrich Alexander, em Erlanger/Nuremberg, na Alemanha, bem como naquele país, resultaram no livro com o mesmo título, cuja primeira edição, em 2007, da Editora Del Rey, já se encontra esgotada em todas as capitais do Brasil. Também essa tese serviu de inspiração para o movimento Pró-Justiça Previdenciária, composto por integrantes de vários setores da sociedade, para lutar contra as injustiças do sistema previdenciário e para que a sociedade participe e estabeleça com o Estado um discurso amplo e democrático. Em seu bojo de discussões surgirá, certamente, a importância dos princípios dessa obra, os quais se voltam, sobretudo, para o favorecimento das famílias de baixa renda.

Tendo em vista a importância dos princípios propostos na obra para a sociedade brasileira, principalmente para as famílias de baixa renda, a professora Miriam apresenta, aqui, os traços fundamentais de sua tese: "O tema central repensa o instituto jurídico da Compensação de Amparo (CA), considerado a maior inovação do Direito de Família alemão. Ele é, simultaneamente, uma das criações jurídicas mais fascinantes e difíceis do Direito Alemão e significa o ponto de intersecção entre o Direito de Família e o Direito Social."

Segundo a Dra. Miriam de Abreu Machado e Campos, a Compensação de Amparo constitui, pelos seus aspectos positivos, um retrato e um produto de condições de vida extremamente complexos, sendo geral e certamente uma instituição tipicamente representativa da cultura jurídica alemã, podendo ser considerado o último grau da altamente refinada doutrina do princípio da equiparação dos sexos, nas relações provenientes do casamento.

E leva em consideração, nos seus desenvolvimentos posteriores, os efeitos surgidos no momento da dissolução, com aspectos que são na atualidade imprescindíveis: os previdenciários.

Como no Brasil só conhecemos as justiças comutativa e redistributiva, é importante salientar as vantagens da justiça prospectiva, dentro da qual a CA seria contemplada. E é a professora Miriam, corroborada pela Dra. Misabel, sua irmã, que esclarece: "A justiça prospectiva valora o tempo passado e o presente, mas também o futuro e, nesse sentido, a confiança desempenha papel central. As repercussões da concepção da justiça prospectiva ainda não se fizeram sentir quer no Direito Tributário (como já ocorre em países como Alemanha, Portugal e França), quer no Direito Previdenciário (o que, ao contrário, também já se dá na Alemanha, na Suíça, no Canadá, e em alguns estados norte-americanos). Em todos esses países o Direito protege o cônjuge (na maior parte das vezes é a mulher) que se dedica à nobilíssima tarefa de cuidar do lar e de educar os filhos, nobilíssima função que não encontra, no Brasil, nenhuma resposta adequada do legislador."

Impressionado com essas argumentações — exemplificam — o senador Augusto Botelho já apresentou a PEC n. 93, que acrescenta o parágrafo 9º ao artigo 226 da Constituição da República, nos seguintes termos: Por ocasião do divórcio, será assegurada a compensação entre cônjuges das expectativas e das previsões de aposentadoria por idade e por redução da capacidade profissional, adquiridas e mantidas, total ou parcialmente, com o auxílio do trabalho ou do patrimônio de um deles ou de ambos, durante o período de duração do casamento.

Aqui, dois parágrafos fundamentais retirados da própria tese da professora Miriam: "A concretização da Justiça prospectiva se realiza por meio do princípio da repartição das expectativas de aposentadoria por ocasião do divórcio. Com isso é possível mediante a redistribuição, pelo Direito de Família, de prestações sociais e outras prestações de amparo, a um dos cônjuges, considerado desfavorecido economicamente, tornando-o titular dessas prestações sociais em uma conta aberta em seu nome, na Previdência Social. Assim, quando o cônjuge, que se tornou titular, à época do divórcio, das expectativas de aposentadoria tiver alcançado a idade para se aposentar, encontrará na conta que lhe foi aberta na Previdência Social as expectativas que lhe couberam relativas ao período de casamento que fracassou, já transformadas em aposentadoria por idade.

Portanto, essa divisão de expectativas de aposentadoria é independente da necessidade concreta; independente do regime de bens sob o qual viviam os cônjuges; independente de um novo casamento dos cônjuges; e possui conformação neutra em relação aos sexos, ou seja, homem e mulher podem ser favorecidos pela Compensação de Amparo, obedecendo ao princípio da igualdade."

Nilza Rocha Féres: jamais encontraremos o que passou, tal qual o guardamos em nossa memória

Dinorah Carmo

Ninguém conheceu mais minha alma do que a psicanalista Nilza Rocha Féres!

Lembro-me de quantas perdas e mortes concretas e simbólicas eu chorara no divã do consultório, em 12 anos de sessões de psicanálise ininterrupta a que eu me submetia por três vezes/semana, naqueles quase sempre sofridos 50 minutos de atendimento, tempo rigorosamente obedecido, uma tradição freudiana.

Nilza, de saudosa memória, falecida no dia 12 de agosto de 1999, aos 60 anos! Partiu assim de repente, deixando todos, família, amigos, pacientes e ex-pacientes (meu caso) perplexos e tristes. Quase dez anos se passaram e parece que foi ontem. Era uma profissional-mulher preocupada e sintonizada com o feminino, a condição feminina, o masoquismo feminino, enfim, todo esse sofrimento que permeia a vida da mulher. Escreveu interessante trabalho sobre a Sexualidade Feminina e foi professora de Psicologia Social nos cursos de Psicologia e Comunicação Social da UFMG. Era casada com o também psicanalista Jaime Féres, com quem teve duas filhas, Laila e Luciana.

Retorno ao 13 de agosto, dia seguinte à sua partida, quando fui surpreendida com a notícia no jornal sobre seu falecimento/sepultamento. Quedei-me perplexa, diante dessa coisa que nos deixa impotentes: a morte. E que nos traz o espanto, a certeza do nunca mais, a perda, a dificuldade de lidar com a falta, o "tudo está consumado". E eu fiquei a ler, entre acreditando e não querendo acreditar, o artigo intitulado "Uma Guerreira da Psicanálise", escrito pela jornalista Clara Arreguy, que enumerava as qualidades da professora da UFMG e da competente psicanalista, de respeitável nome no *metier*, que deixou livros publicados e trabalhos importantes em sua marcante atuação no Círculo Psicanalítico de Minas Gerais e, posteriormente, no Gru-

po Matema, quando rompeu com o primeiro. Também deixou o Matema, para fundar seu próprio grupo de estudos, reflexão e discussão, o *Pórtico em Minas*. Na *Revista do Círculo*, ela publicou diversos artigos, ensaios e outras considerações psicanalíticas.

Vejo sua imagem em minha retina, sempre bonita, chic, discreta. E é com os olhos marejados – são as lágrimas da recordação e da saudade – que tento perfilar Nilza Féres, que foi tão importante na minha vida, sinalizando-me os caminhos de busca da verdadeira identidade, ajudando-me, mas naquela postura freudiana, a vencer e superar minhas dificuldades e angústias. Sutil e pacientemente, Nilza trabalhava mais pelo silêncio do que pela palavra (o que me causava um desespero só), na condução de minhas resistências e transferências, durante o processo psicanalítico. Entretanto, nos momentos de grandes sofrimentos, ela agia com empatia e consoladora solidariedade. E aí falava. Falava e até dialogávamos.

Com minha psicanalista Nilza Rocha Féres, que me fazia descobrir as coisas por mim mesma, seja nos fatos desagradáveis do dia-a-dia ou nos sonhos maus e bons que lhe revelava, aprendi a quebrar os meus bloqueios, mesmo saindo com as mãos feridas; a conhecer os meus limites, respeitar o limite do outro e não admitir que outros desrespeitassem o meu.

Grande estudiosa de Sigmund Freud e Jacques Lacan, Nilza Féres fazia tudo com brilhantismo e profundidade e ajudou a formar gerações nessa área profissional. Era muito estudiosa, centrada, empenhada no que fazia. E sempre com aquele jeito discreto, discretíssimo, serena, falando macio, embora, em certos momentos, tivesse seus lances irônicos e bem humorados. Determinada, ia até o fim, quando lutava por uma causa, um projeto. Entrevistei-a, certa vez, sobre o projeto *Meninas da Rua*, para o jornal *Hoje em Dia*, que ela tentava desenvolver com o apoio da Fundep e que se estenderia, mais tarde, aos meninos de rua. O carinho, o respeito e a preocupação com que ela falava sobre "as meninas de rua" deixou-me sensibilizada. Posteriormente, no ano 2000, foi lançado *post-mortem*, em parceria com a psicanalista Elisa Arreguy Maia, pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (Gestão Célio de Castro, também de saudosa memória), o livro *Meninos da rua*: *Uma intervenção*. Ela conseguiu alcançar seu objetivo, pena que não estava mais aqui para ver.

Procurei duas profissionais, amigas e colegas de trabalho de Nilza Féres, para uma palavra sobre ela. A psicanalista Ghislainne Penna, outra competente estudiosa do ramo, emocionada declarou: "A característica maior de Nilza era a disponibilidade em acolher as pessoas que a pro-

curavam. Ela estimulava e se interessava muito pelo crescimento das pessoas, estava sempre pronta a iniciá-las em estudos, no debate das idéias, nos projetos de vida. Ela acreditava no ser humano, em sua potencialidade de crescimento."

Exemplifica-se a opinião acima pelas palavras de Laila Rocha Féres, sua filha; e da psicanalista, professora de pós-graduação da PUC/Betim e Faculdade Newton Paiva, também colunista especializada do *Estado de Minas*, Regina Teixeira da Costa, sua analisanda, discípula e, depois, grandes colegas, amigas e parceiras na superlida coluna "Em dia com a Psicanálise", no jornal *Estado de Minas*: "Lembramos de Nilza assim, trabalhadora incansável, obrigando-nos a ir em frente, a seguir sempre, apesar das perdas. Vãose os anéis, ficam os dedos', disse-me ela uma vez."

Na apresentação do livro póstumo, que Regina Teixeira da Costa publicou em 1999, com o mesmo nome da coluna, autoria de ambas, Laila e Regina assim se expressam: "Essa perda impossível de ser revogada, ao mesmo tempo, nos faz deparar com o real. Real que nos obriga a reconhecer, apesar do inconformismo imediato, que não desaparecerão, também, as marcas deixadas por ela em nossas vidas, porque são profundas. Essas marcas tatuadas em nossas memórias para sempre viverão e nos remetem a Goethe: 'Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu'."

Em sua lembrança de Réquiem, duas sábias mensagens da própria lavra de Nilza: ... Cada um tem de descobrir por si mesmo a melhor forma de poder ser salvo da infelicidade e obter sua pequena libra de felicidade. Ou sua comovente frase que serviu de título para seu próprio perfil: Jamais encontraremos o que passou, tal qual o guardamos em nossa memória.

Nina Sanzi, a diva do Scala e do esquecimento

Eustáquio Trindade Netto Jornalista e professor da Faculdade Newton Paiva

A pequena Freguesia de Carmo do Rio Verde, que depois se chamou também Carmo de Cristina, Carmo do Pouso Alto da Cristina, Silvestre Ferraz e hoje leva o nome de Carmo de Minas, é uma daquelas pequenas jóias das Alterosas, das quais só se ouve falar muito de vez em quando. Hoje, este pequeno município, ao sopé da Mantiqueira e a 300 km de Belo Horizonte, está de novo nos noticiários. É de lá que sai o melhor café do Brasil, com direito até mesmo a premiações internacionais. Não fosse assim, e a vida, nos velhos casarões das centenárias fazendas ou nas ruas da cidadezinha de apenas 13 mil habitantes, seguiria como antes, simples, pacata, mas sem abrir mão de um orgulho que só cabe aos mineiros...

No entanto, vem dos distantes tempos de Silvestre Ferraz outro motivo de orgulho para a região. Era um tempo em que os fazendeiros ricos tinham por hábito mandar os filhos ao velho continente, para versá-los nas mais finas artes. De lá saiu, em meados do século XIX, com apenas sete anos de idade, a mineira Nina Sanzi, para estudar bel canto e piano em Paris e Milão. Pouco ou nada conhecida no Brasil, La Sanzi é nome de rua em Belo Horizonte, na região do Calafate/Gameleira, mas é possível que o reconhecimento a ela não passe disso. Na Câmara Municipal ninguém sabe quem foi o vereador que propôs seu nome para dar vida a uma rua pequena, modesta, cheia de oficinas e lojas.

Mesmo em Carmo de Minas, sua terra natal, o nome de Nina Sanzi está praticamente esquecido. "Nina de quê?" – perguntou a moça que atendeu ao telefone na prefeitura local, para emendar, algum tempo depois, que "a pessoa que sabe está viajando e só volta no fim do mês". Qual o nome da pessoa que sabe? A moça da prefeitura, que também não quis dizer seu nome e parecia estar fazendo, ao mesmo

tempo, as funções de telefonista, secretária e recepcionista, não sabia... Coisas do Brasil.

Nada disso, no entanto, tira os méritos de La Sanzi. Diva do bel canto, mas não da ópera, ela triunfou nos palcos europeus ao mesmo tempo em que por lá rodavam as duas divas máximas dos teatros do velho mundo, a francesa Sarah Bernhardt e a italiana Eleonora Duse. Foi contemporânea delas – na verdade, se iniciou na companhia da própria Duse, de quem era grande amiga –, pisou os mesmos palcos e recebeu as mesmas honrarias.

Sanzi começou sua carreira como pianista, estudando em Paris, mas logo foi estimulada a investir no canto lírico, do qual se tornou uma das maiores estrelas do século XIX. Seu campo de ação eram as operetas e um tipo de teatro que se aproximava do vaudeville, mas ainda preso ao espírito conservador da época. O crítico francês Edmond Piccard não escondia seu entusiasmo quando dizia que, "Se a interpretação da Duse é mais requintadamente estética, a de La Sanzi é profundamente mais humana". Consta que foi especialmente para ela que o dramaturgo alemão Hermann Suddermann (1857-1909) escreveu seu maior sucesso, "Magda", em que foi dirigida por Fedderico di Fillippo, o mais famoso diretor da cena italiana da época, até então exclusivo de Eleonora Duse. Piccard também cita como "memoráveis" suas atuações em "Gioconda", de D'Annuzio, e "O Escândalo", de Medeiros de Albuquerque. Com essas três peças, La Sanzi chegou a excursionar por diversas cidades brasileiras, com o status de grande atração internacional.

Há registros de sua passagem por São João Del Rey e Juiz de Fora e também pelos teatros do Rio de Janeiro e São Paulo. Talvez por causa do nome italiano, La Sanzi tenha sido quase sempre confundida com as grandes estrelas européias que de vez em quando aportavam nos principais palcos brasileiros. É por isso que a crítica, que vivia a exigir mais espaço para os artistas e para a produção nacional, nunca lhe deu o merecido destaque. *A Província*, um dos jornais da época, se refere a ela como "uma artista mineira que fazia sucesso na Europa", ignorando que La Sanzi era uma das raras estrelas que subiam aos palcos do Politeama e do Scala, o templo máximo do bel canto.

Quando de sua temporada carioca no Teatro Municipal, por volta de 1904, *A Provincia* não perdoou: "O Rio de Janeiro, termômetro cultural do Brasil, refletia o descaso com que era tratada a arte de representar,

desde que o palco estivesse – ou pretendesse estar – ocupado por elencos e dramaturgia nacionais. O palco, em detrimento dos artistas nacionais, foi ocupado, em agosto, pela companhia francesa de Rèjane, sendo esta substituída logo depois pela Companhia Italiana Nina Sanzi."

Mesmo críticos renomados, como Sábato Magaldi, são econômicos em suas referências a Nina Sanzi. Em *Cem anos de teatro em São Paulo – 1875 a 1974*, que escreveu junto com Maria Thereza Vargas, há mais espaço para a portuguesa Adelina Abranches, que em 1888 passou por São Paulo com o "Tartufo", de Molière, do que para a brasileira Nina Sanzi. Estudioso de sua obra, o grande pesquisador mineiro Geraldo Fonseca, já falecido, chegou a colecionar páginas inteiras de jornais europeus em que o nome de Nina Sanzi aparecia com absoluto destaque. Em uma rara entrevista, La Sanzi confessava seu amor pelo Brasil e o sonho de se estabelecer aqui com sua companhia de teatro. Sonho que nunca se consumou, como contava Fonseca. Nina Sanzi morreu justamente em seu retorno definitivo ao Brasil, quando o vapor em que viajava naufragou no Atlântico, já em águas brasileiras.

Olga Mazzetti: A versatilidade conquista Minas

Rogério Zola Santiago Mestre em Comunicação Social pela Indiana University (EUA) Membro da Academia Municipalista de Letras/BH

Viveu 86 anos esta nobre personagem do jornalismo, da moda e da cultura erudita em Minas Gerais. Dotada de bom humor constante - "Adoro dar risadas!" -, disse ao microfone a sábia senhora italiana, aos 80 anos de idade, no jantar para 150 convivas que a ela oferecemos no Salão Azul do Hotel Del Rey da Rede HORSA de Hotéis. Olga, sob o pseudônimo de "Marchesa di Lucca", assinou durante vinte anos uma coluna de prestígio no Jornal de Minas, na qual enfatizava as artes e o canto erudito, além do trabalho de pintores e artistas do teatro. Amava o circo: nos anos 1980, fomos visitar o empresário circense Orlando Orfei. À frente assentávamos comendo pipoca e apreciando os palhacos, os trapezistas e os elefantes: "Sou como eles, disse a grande dama - rio e faço rir; vivo e sobrevivo na selva dos homens e das mulheres, esquecendo-me da morte de meu filho (acidente) e de meu esposo; e estou agora bem gordinha, não acha? Mas tive belas pernas...". E às vezes tirava da bolsa um frasco metalizado, de onde sorvia um pequeno gole de seu uísque predileto.

após ter sido eleita "Glamour Girl" de Belo Horizonte. Não se contentando com o sucesso de seus vestidos nas passarelas do *haute monde*, Olga passou a dedicar-se a causas sociais, usando de seu espaço jornalístico para promover eventos beneficentes, voltados aos menos favorecidos. Fiel a sua tradição italiana, juntamente com o promoter

Para ela desfilou Elke Maravilha, no auge de sua beleza e juventude,

Olga Mazzetti foi modista da alta costura nos anos 1950 e 60.

favorecidos. Fiel a sua tradição italiana, juntamente com o promoter Palhano Júnior, criou e entregou o "Troféu Lira de Ouro" no Teatro Francisco Nunes e no Grande Teatro do Palácio das Artes, premiando aqueles que anualmente se destacavam no bel canto, na arte da regência

orquestral e coral e na ópera, da qual era profunda conhecedora. Escreveu sábias críticas sobre as atuações de sua época: às vezes mordaz, disse após assistirmos a uma apresentação da "Cavaleria Rusticana" em sala nobre: "acabamos de testemunhar um blefe!". Inteligente, criativa e versátil, Dona Olga, "Mi Olga" para os mais próximos, foi uma mulher de fibra, modelo de imorredoura alegria de viver e de luta pela sobrevivência em um país estrangeiro. Aqui jovem chegou sem falar o português, trazida da Itália pelo marido. Nos anos 1960, abriu seu primeiro restaurante, onde recebia o cliente favorito: o ex-prefeito, governador e então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Olga Mazzetti viveu praticando o bem e ajudando os outros e a família, embora no final tenha residido na casa de Irene Marçola, empresária amiga revisora de seus textos. Fez da amizade um ícone de existência, voltando-se ao Outro(a) toda vez que se sentia só. Sua partida deixou a capital de Minas menos contente – e seu "gatino" sem os sanduíches de galinha que ela comprava na madrugada, depois de eventos socioculturais. Na última vez em que a vi, às vésperas de minha partida para Indiana, EUA, nos idos de 1984, minha velha senhora amiga, inesquecível mulher que se destacara numa sociedade tantas vezes podadora dos valores femininos, chorou e previu que era um adeus. Pediu-me que não a esquecesse. Mas sabemos que, caso não existam benfazejas obras como esta, infelizmente isto quase sempre acontece – não fosse uma última imagem gravada em meu coração: arrumo uma cadeira de rodas e apanho Dona Olga em seu apartamento no Edifício Automóvel Clube. Ao descermos à frente do Palácio das Artes – íamos assistir à produção de "Madame Butterfly" dirigida por Susuki Yamasaki -, tive de chamar dois seguranças a fim de que me ajudassem a colocála na cadeira e a carregá-la degraus acima. Em um de seus famosos vestidos pretos de seda, bordado em cores e vidrilhos por ela mesma na altura do colo, ela adentrou a sala de espetáculos a dizer, sorridente: "Que honraria! Lá vou eu carregada por três guapos cavalheiros!".

Priscila Freire: cultura, trabalho e arte

Dinorah Carmo

Ela era e continua bonita, elegante, culta e chic. Bem casada, nenhum filho. Por opção. Freqüentava a alta sociedade, nomes nos jornais, essas coisas que aparentemente podem gratificar o ego, mas nem sempre é o essencial para espíritos inteligentes e inquietos. Participava da Sociedade Amigas da Cultura, de que posteriormente foi presidenta, mas isso também não lhe bastava. Estou falando de Priscila Freire, e remontando à década de 1960, marcante na vida de todo mundo.

Priscila Euler Freire de Carvalho buscava mais, como tantas outras, principalmente naquela década, quando o mundo eclodia em protestos contra a guerra no Vietnã, fome na Biafra africana, ousadia de pensar/sentir/agir na atitude das artes; os Beatles revolucionando a música traduzida em modos de ser descontraídos, com reflexos no mundo inteiro; e quando o universo eclodia em novas mudanças de comportamento, propostas impulsionadas e facilitadas pelo advento da pílula contraceptiva.

Foi nessa época que se destacaram, em Belo Horizonte, duas personalidades: Priscila Freire, atriz e diretora de teatro e hoje diretora geral do Museu de Arte da Pampulha; e a artista plástica Teresinha Soares, com algumas incursões como atriz de teatro, de cinema, e autora de peças infantis. Elas ousaram nas artes, quando estas ainda eram um tabu, olhadas com desconfiança pela tradicional família mineira, principalmente o teatro. Elas eram e são até hoje muito amigas.

Priscila Euler Freire de Carvalho, natural de Belo Horizonte, com ascendência suíça-alemã paterna e mãe mineira (da cidade de Oliveira), casada com o médico Alberto Freire de Carvalho, nasceu em Belo Horizonte, em agosto de 1933. Seu sobrenome Euler (em alemão, Oiler) significa coruja. Será que foi por influência inconsciente de seu sobrenome que ela adotou o *hobby* de colecionar corujas de todos os tipos e tamanhos? Ou será pelo seu símbolo, a sabedoria? Sim, porque Priscila é uma mulher sábia.

Priscila Freire graduou-se em Biblioteconomia, pela UFMG, em 1951, foi aluna de Guignard na Escola de Belas Artes e diplomou-se pela Sociedade de Cultura Inglesa, possuindo ainda cursos ligados à arte cênica e à museologia. Assim é Priscila Freire: culta, estudiosa, séria. Esta seriedade sempre se manifestou nas circunstâncias mais diversas: como atriz, professora de teatro, diretora de peças infantis, produtora, ou simplesmente quando é Priscila, viajando pelo mundo, saboreando sua arte, observando sua cultura, convivendo com sua gente. Conhece todo o Brasil, vários países da América do Sul, toda a Europa, o Oriente Médio e os Estados Unidos.

Nas artes cênicas estreou no Teatro Marília, quando de sua inauguração em 1965, sob os auspícios da Cruz Vermelha, presidida por Dayse Prates Goulart, e também pela Sociedade Amigas da Cultura, criada e presidida pela italiana naturalizada mineira, Anita Uxa. Coube à Dayse e Anita importarem do Rio de Janeiro nada mais nada menos que a grande atriz e diretora de teatro, Dulcina de Morais, para dirigir a peça *Oito Mulheres*, marcando a inauguração daquele teatro. A sugestão para a escolha de Dulcina partiu de Haydée Bittencourt, diretora do Teatro Universitário da UFMG.

Já havia na cabeça daquelas mulheres a preocupação de valorizar o feminino e o feminista. O elenco foi todo tirado da Sociedade Amigas da Cultura, tanto que Priscila e Teresinha eram duas dessas "Oito Mulheres." A peça foi sucesso de interpretação e de público.

Na seqüência, Priscila Freire, em montagem independente, fez Sonhos de Teodoro e Uma Carta Perdida. E seguiram-se outras peças, como Seis Personagens à Procura de Um Autor (Pirandello, com direção de Haydée Bittencourt), que lhe valeu, em 1967, o Destaque Teatral do Ano, pela imprensa mineira; Senhorita Júlia, de Strindberg; A Casa de Bernarda Alha (García Lorca, com direção de Jota Dangelo). Trabalhou também em peças de Maquiavel e de Bertold Brecht. Também fez cinema, sendo atriz de dois filmes: Puro Fantasma, de Olívio Tavares de Araújo; e Balada dos Infiéis, de Geraldo Santos Pereira.

Fundou, no Teatro Marília, uma Escola de Arte Dramática, o TESC (Teatro Escola da Cruz Vermelha/Filial de Minas Gerais), dirigindo e produzindo peças de teatro para crianças e, experimentalmente, para adultos. Salienta-se, nessa fase, *A Bruxinha que era boa*, peça infantil da mineira Maria Clara Machado que, sob sua direção, foi premiada por duas vezes. E também a produção de *O Filho do Boi Curinga* (autoria do jornalista Blay Barbosa, de saudosa memória e, na opinião de muitos, o melhor texto jornalístico de Minas), espetáculo de vanguarda experimental, dirigido por

Paulo César Bicalho, envolvendo diversas manifestações culturais e uma fantástica coreografia! Esta foi baseada em pesquisas da coreógrafa brasileira, radicada na França, aluna de Maurice Bèjart, Juliana Carneiro da Cunha, bem ao estilo roseano, a qual estando, à época, no Brasil, foi convidada por Priscila para coreografar aquele fascinante espetáculo! Priscila também escreveu e publicou os livros: *Conversa de Corpo, A Viagem do João de Barro* e *Histórias de Guignard*.

Foi presidenta da Sociedade Amigas da Cultura, Superintendente de Museus do Estado de MG, Diretora do Museu Mineiro, Coordenadora do Sistema Nacional de Museus (Brasília). No momento é a atual presidenta da Sociedade de Amigos do Museu Casa de Guignard, criado por ela em Ouro Preto. Convidada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a assumir o Museu de Arte da Pampulha em 1993, promove sua grande reestruturação museológica, profissional e técnica. Traz exposições de grande impacto popular a Belo Horizonte, como as de Camille Claudel, Salvador Dali e Pablo Picasso, vindas diretamente dos museus de seus países de origem.

Depois de uma ausência de dois anos, Priscila Freire retorna em 2001 à direção do Museu de Arte da Pampulha, onde permanece até os nossos dias, dirigindo-o com muita competência, empenho e dedicação. Na atual fase, tem estimulado exposições de jovens artistas e, em especial, a produção da arte contemporânea brasileira, no que ela tem de mais significativo, a exemplo das exposições pela comemoração dos 50 anos do MAP (dezembro/2007 a março/2008).

Entre as constantes demonstrações de reconhecimento público a seu trabalho, por meio de prêmios e medalhas, estão as do Mérito Legislativo Estadual e Municipal; Medalha de Honra da Inconfidência Mineira, pelo Conselho Permanente da Medalha e Governo do Estado de Minas Gerais; e Medalha da Universidade Federal de Minas Gerais, como destaque entre seus ex-alunos.

Teresinha Soares, a vanguarda dos anos 60

Dinorah Carmo

A artista plástica Teresinha Soares, que se afastou por longo período de exposições, fez sua *reentrée* triunfal, comemorando 40 anos de vida artística, ao participar da exposição NEOVANGUARDAS, sob a curadoria de Marconi Drummond, Márcio Sampaio e Marília Andrés, de dezembro/2007 a março/08, no Museu de Arte Moderna –MAM, que comemorou seus 50 anos, na Pampulha. Essa artista, num passado distante, aos 21 anos, foi a primeira vereadora de sua cidade (Araxá) e de Minas Gerais, pela legenda do PSD, no pleito político de 1947.

A política ficou para trás e aqui enfocaremos a artista plástica arrojada que Teresinha Soares sempre foi. Com impactante e bela instalação escultural, em sala especial do MAM, ela confirmou a marca de seu talento questionador e inovador, além de ter exposto, também, uma de suas pinturas/objetos (Box Form) premiadas em 1967/68. Depois de intensa atividade nas décadas de 1960 e 70, marcada por suas pinturas engajadas e denunciativas ("O Altar do Sacrifício"/1976, sobre as agressões ao rio São Francisco; "Protesto Político"/1974, sobre a Guerra no Vietnã) que lhe valeram muitos prêmios, além de suas criativas instalações, a talentosa artista plástica reaparece com todo gás e demonstra que continua vanguardista. Relembrando a década de 1960, ela afirma: "Naquela época, experimentávamos de tudo. Os anos 60 foram uma escola de experimentação."

Na década de 1960, com seu espírito irriquieto e ousado, Teresinha Soares se arrojou na arte pictórica, sacudindo todos os cânones tradicionais da pintura vigente, com a exposição "Caixa de Fazer Amor", onde questionava a sexualidade feminina, um marco na inauguração da Galeria Guignard, em 1967, localizada no Teatro Marília. Com essa exposição, composta de objetos eróticos e quadros inovadores, e que ficou célebre na História, Teresinha revolucionou a técnica e a temática das

artes plásticas mineiras. Consequentemente, anos depois, seu trabalho foi objeto de estudo e abordagens em duas teses de doutorado: do professor da UFMG José Alberto Nemer (Sorbonne/Paris), e da professora da UFMG Marília Andrés (USP/São Paulo).

Nessa linha conceitual, o crítico de Artes Plásticas, Márcio Sampaio, afirma no catálogo de sua última exposição no Museu do MAM: "Teresinha Soares irrompe em 1967 no cenário das artes plásticas, com uma explosiva exposição de objetos eróticos e trabalha, inicialmente, com os elementos da Pop Art, aclimatada ao modo brasileiro. Constrói caixas com recortes de madeira em relevo e pintadas com cores fortes, incorporando objetos do cotidiano, nas quais prevalece o teor erótico. Provocativa, ironiza a sociedade, a elite fechada e reprimida de Minas, conspira pela liberdade de expressão, celebra a sexualidade. Publica um álbum de gravuras e poemas sintomaticamente intitulado *Eurótica*."

E continua Márcio Sampaio: "Depurando essas construções, constrói relevos brancos, nos quais ressalta, com elegância, formas orgânicas e ainda alusivas ao universo erótico. Ampliando-a, cria instalações, convocando o público para a celebração, numa proposta multidisciplinar e interativa. Suas performances, sempre surpreendentes, exaltam o amor e ritualizam a morte."

Apreciadora de arte, sobretudo teatro e artes plásticas desde meus tempos no interior mineiro, fui ver a primeira exposição de Teresinha Soares, em 1967, com minhas colegas do curso de Biblioteconomia para Magistério Primário, do Instituto de Educação, defronte ao Marília. Ficamos impressionadas, boquiabertas. Os desenhos e pinturas em cores vivas, mas harmoniosas, alguns em estilo surrealista e abstrato, eram em compensado de madeira, tudo recortado em altorelevo e sobreposto em telas de madeira bem grandes. A artista botou os desenhos do *Kama Sutra* no chinelo! Um escândalo para uns e uma vanguarda para outros!

Em nossa entrevista recente, Teresinha Soares comentou que uma senhora distintíssima, já bem idosa, dos tradicionais meios políticos destas Gerais, teria lhe segredado: "Fui ver e gostei demais. Tomei um táxi, fui sozinha, sem falar para ninguém, numa hora de pouco movimento. Você está de parabéns!"

Era Teresinha Soares fazendo as coisas acontecerem, denunciando e sacudindo, pela arte, em nome de muitas mulheres reprimidas ou não, a bandeira da emancipação. Foram mais de 20 quadros que

desmistificavam a moral burguesa, o moralismo mineiro, a falsidade das aparências.

Teresinha teve multiatividades ao longo de seus bem vividos 81 anos. Natural de Araxá, ela foi aos 21 anos, há exatos 60 anos, eleita a primeira vereadora de sua cidade, pelo extinto PSD, e na qual também exercera o magistério primário, além de trabalhar como bancária na Caixa Econômica Federal. Ao casar-se com o jornalista Britaldo Silveira Soares, hoje presidente dos Diários e Emissoras Associados, Teresinha passou a dedicar-se ao lar e à criação dos filhos (três homens e duas mulheres, que já lhe deram seis netos).

Entretanto, achava tempo para estudar francês e italiano e, não contente, buscou a Faculdade para estudar Letras. Depois, vieram as artes plásticas, tendo freqüentado cursos de História da Arte e de Gravura; simultaneamente, vieram o teatro, o cinema, convivendo com artistas de vanguarda do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte; e a dramaturgia infantil, com sua peça *Luno e Lunika no País do Futuro*, diversos meses em cartaz em Belo Horizonte e Brasília. Foi quando os astronautas pisaram a lua, pela primeira vez (1969).

Essa formação eclética, na opinião de Márcio Sampaio, "constituiu o lastro que lhe permitiu conduzir sua atividade artística no campo experimental, traduzindo uma personalidade inquieta e vivamente crítica". No cinema contracenou com o ator Paulo César Pereio, no filme *Sagrada Família*. Gravou marchinha de carnaval da autoria de Jota Dangelo, presidente-carnavalesco da Escola de Samba *Qualquer Nome Serve*, em São João del Rey.

As instalações, tão em moda nesta década de 2000, como se artistas estivessem "descobrindo a roda" agora, Teresinha Soares já as realizava nas décadas de 1960/70, em surpreendentes trabalhos de multimídia, envolvendo música, espetáculo, obra plástica. As instalações TÚMULO, com o chopp transbordando do túmulo/tonel, e o próprio CORPO da artista, deitado e coberto por poesia, são dois exemplos vistos no foieux do Palácio das Artes, na década de 60.

E, por incrível que pareça, sua vanguarda sempre teve o apoio admirativo de seu marido Britaldo que, não obstante a fisionomia austera, mas por ser um homem inteligente e culto, incentivava-a com entusiasmo. Teresinha pondera: "Ele sempre foi um grande companheiro e era meu mecenas, pois eu não trabalhava mais como em solteira e

ele bancava todas as minhas loucuras e inovações, que não davam nenhum retorno financeiro. Quem iria comprar um túmulo?"

A artista relembra que em 1976, com o trabalho "O Altar do Sacrifício", parou de pintar, optando por ficar em casa na adolescência dos filhos, para tornar-se mais presente na sua educação/formação de vida. "Virei dona-de-casa, uma experiência nova para mim," confessa, esclarecendo: "Nas fases anteriores, talvez não tenha sido tão companheira para Britaldo quanto ele o foi para mim, pois eu me dividia em mil atividades, inclusive à noite (ensaio de peças teatrais, por exemplo). Sou o inverso dele, com sua objetividade, personalidade empresarial e inteligência de negócios, mas Britaldo é também cabeça aberta e sensível às artes, à cultura. Por sermos diferentes, um completa o outro. E o amor, o companheirismo e respeito nos unem nestes 57 anos de convivência."

Considerada ótima mãe, esposa amorável, dizem que na década de 60, com uma escadinha de filhos, a artista Teresinha transitava da escola das crianças para suas outras atividades libertárias e se atrevia a fazer coisas que muita mulher de sua classe social jamais faria. E muito menos as da classe média, cheias de insegurança e preconceito. Tudo era tão reprimido e repressor naquela época! E, para piorar, veio o golpe militar de 1964, implantando a ditadura no País.

Com firmeza e maturidade, Teresinha Soares, em nossa entrevista recente, analisa: "A revolução industrial foi o marco provocador da curva evolutiva e histórica da civilização ocidental. A afirmação da burguesia, toda uma reviravolta nos quadros sócio-político-econômicos, os grandes centros urbanos, a socialização do ensino, o trabalho salarial, a expansão demográfica, os meios de comunicação e a globalização, tudo isso foi um rasgo no horizonte do homem. E, para a mulher, a grande transformação psíquica, emocional, rica de experiências; interiorização de novos valores e aquisição de diferentes *status*, numa ascensão vertiginosa, para colocar-se junto ao homem, numa caminhada de igualdade, sem competição."

Dinorah Carmo

A Marca de Minas Gerais no gênio criador de Yara

Yara Tupynambá, artista plástica e professora aposentada da Escola de Belas Artes da UFMG, faculdade que ela ajudou a fundar, é um dos ícones da criação pictórica moderna e contemporânea do Brasil. Também é diretora-fundadora do Instituto Yara Tupynambá, seu projeto e escola atual, em Belo Horizonte, que estimula talentos artísticos. Personalidade firme, culta, auto-determinada, independente, criativa. Muito simples na convivência com seus pares, amigos, alunos, colegas, colecionadores e até desconhecidos, ela é sempre a mesma mulher guerreira, autêntica e extrovertida, de uma segurança que causa a muitos admiração e, a alguns poucos, inveja.

Ela se auto-identifica, dizendo-se "uma operária que gosta de pintar o dia todo, simplesmente uma operária da arte". E como ser humano, define-se:"Sou uma mulher que trabalha muito, dedicada a tudo que faço, não perdendo a alegria de viver, embora muito brava, ao ser exigente."

Em reportagem de Marina Alves, publicada no jornal "O Tempo", ela declarou à jornalista: "Tenho três prazeres, pintar, viajar e cuidar das plantas do meu jardim. Para todos não pode faltar dedicação.Já tive um filho, plantei várias árvores, escrevi um livro, Pelos Caminhos de Minas. Já cumpri minhas obrigações para com a vida".

E sua filha Ismar, do seu ex-casamento com o professor e crítico de arte, Pierre Santos, em recente encontro sociocultural, falou-me que "Yara é artista em todos os sentidos, como mãe, pintora, mestra, dona-de-casa, o que me faz feliz e orgulhosa de ser filha dela".

Desde a infância, Yara Tupynambá conviveu com as artes e se encantava por elas, por meio dos trabalhos de sua avó, que estudou pintura em Paris. E as paredes e tetos de sua casa em Montes Claros, cidade do Norte mineiro onde nasceu, foi toda pintada por um artista italiano. Ela ficava, desde tenra idade, contemplando aquelas figuras e

os barrados em guirlandas de flores nas paredes e no teto de pé-direito alto da sua casa.

Yara fez seus estudos artísticos com Alberto da Veiga Guignard e Oswaldo Goeldi, já residindo em Belo Horizonte, e foi bolsista do Pratt Institute em New York. É da geração dos artistas Álvaro Apocalipse, Santa, Wilde e Jarbas Juarez, seus grandes amigos. Com uma monumental obra, presente nos Salões e Bienais mais importantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Paraná, Porto Alegre, Salvador, Campinas, Ouro Preto e Pernambuco, a artista participou com destaque de várias mostras internacionais, por países da América do Sul, Estados Unidos e Europa. Além de pintura, Yara Tupynambá trabalha com perfeição em xilogravura (gravura sobre madeira).

Selecionada para representar a arte mineira em todas as grandes coletivas organizadas por entidades oficiais como Palácio da Artes, Cemig, Secretaria da Cultura e Fundação Newton Paiva Ferreira, dentre outras, ela ainda tem 92 painéis e murais espalhados por numerosas cidades brasileiras. Seu mais recente trabalho nessa área é um mural sobre a Trajetória de Santos Dumont, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins/MG.

E um dos painéis mais antigos, do fim da década de 60, foi quando convidada a pintar a Igreja Matriz da cidade de Ferros. Yara escolheu como tema bíblico a Gênesis, numa delicada pintura de Adão e Eva. A criação sobre a Criação causou o maior reboliço naquela pequena cidade, pois a população rejeitou o casal semi-nu, a igreja idem, com o assunto repercutindo por meses na imprensa local, mineira e nacional. Mas "no frigir dos ovos", o mural permaneceu e Yara, ousando, saiu vencedora, conseguindo convencer a sisuda Igreja Católica Apostólica Romana. Pensando bem, hoje, com os escândalos dentro da Igreja Católica, o painel tornou-se motivo de polêmica até ingênua.

Detentora de diversos prêmios nacionais e homenageada com as mais altas comendas oficiais de Minas e do Brasil, a artista se inclui em numerosos livros sobre arte brasileira como Dicionário das Artes Plásticas do Brasil, Roberto Pontual; a Escola Guignard na Cultura Modernista, professora Ivone Maria Vieira; Tiradentes, edição da Caixa Econômica Federal e Ministério da Educação; Arte Brasileira Contemporânea, publicação Júlio Louzada; Panorama da Arte Brasileira, várias tendências, Editora RMB; Artes Plásticas no Brasil, vols. 10 e 11, Júlio Louzada; Anuário da Arte Brasileira 2001; Sessenta Obras Selecionadas, Gravadores Brasileiros, publicação do ICBEU; Gabinete de Arte, livro publicado pela Prefeitura de Belo Horizonte/2000;

Vários Perfis da Arte Brasileira, Editora RBM; Um Século de Artes Plásticas em Belo Horizonte, Editora Conarte e Fundação João Pinheiro; Brasil 500 Anos, Artes Plásticas, RMB Editora; Brasil Art Show, Editora Jardim Contemporâneo Ltda.

Sobre ela, os críticos de arte, jornalistas e outros artistas assim se expressaram em catálogos, livros e jornais:

"A arte de Yara reflete os ícones das Minas Gerais por todos os lados, não importa a técnica. Seu domínio e perfeccionismo sempre se fazem presentes, revelando objetos e lugares, síntese do habitat mineiro". (Jornalista Alécio Cunha)

"Yara Tupynambá - detentora de uma obra, de um nome, de um público - vem enriquecendo, há muito, a arte brasileira como intérprete por excelência de boa parte dos ícones de Minas Gerais, das coisas que aqui chegaram antes de nós: as arcas, os oratórios, as igrejas, os arabescos, os santos, as flores do sertão. E, além de as paisagens e montanhas, os sobrados, os casarios, os balões, as bandeirinhas e os mastros. Quem não se lembra das festas de São João?" (Crítico e colecionador Renato Sampaio, em apresentação do catálogo da Artista).

É de Yara Tupynambá o seguinte depoimento:

"Foi o século XX que reconheceu o papel relevante que as mulheres poderiam desempenhar na vida econômica, social e política do País. Durante a Segunda Grande Guerra, com a ausência dos homens que lutavam na frente de batalha, as mulheres foram convocadas para a produção nas fábricas de armamentos e ocupação dos postos de comando nas áreas de medicina, negócios, produção agrícola. Assim, aos poucos, a mulher foi ocupando um espaço social e produtivo de importância capital, criando seus grupos de interesses comuns e suas agremiações.

Em Minas não foi diferente: aos poucos, lideranças femininas foram aparecendo, incorporadas aos movimentos políticos, ao trabalho no comércio e na indústria, aos movimentos culturais; e, os homens, inicialmente com resistências, foram absorvendo aos poucos os novos papéis desempenhados pelas mulheres e que hoje são plenamente aceitos.

O papel do Conselho Estadual da Mulher, desde sua criação em 1983, corresponde a estas buscas de lideranças e luta por uma sociedade mais justa e produtiva, encetada pelas mulheres de Minas.

Debatendo, procurando levar novos conhecimentos a suas participantes, por meio de conferências, palestras e encontros, o Conselho achou seu caminho para incentivar as mulheres a se tornarem mais atualizadas e participantes da vida desta cidade e do País."

3. A mulher mineira e a política

Dinorah Carmo

No universo da política brasileira, uma corrida com obstáculos para as mulheres

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007, teve como um de seus temas centrais a participação das mulheres nos espaços de poder. Pela necessidade e importância dessa ação transformadora das estruturas de poder e das instituições, bem como da cultura e das mentalidades, gerando novas relações sociais, um dos aspectos desse *empoderamento* é estimular o feminino na ocupação dos espaços políticos.

Entretanto, o universo da política brasileira é uma espécie de corrida com obstáculos para as mulheres. Esta imagem é usada pela professora do Departamento de Ciência Política da Fafich/UFMG, Marlise Matos, também Conselheira do Conselho Estadual da Mulher, que declara: "As mulheres enfrentam desde problemas de socialização e auto-estima, até entraves típicos da estrutura dos partidos políticos, que é fundamentalmente patriarcal." Conseqüentemente, elas ocupam menos de 9% das cadeiras da Câmara dos Deputados e são apenas 7 entre 77 parlamentares na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ressalta a professora, que também coordena o estudo A política na ausência das mulheres, na UFMG.

Atualmente, as mulheres representam 51% da população, 51,7% do eleitorado e 42% da população economicamente ativa do Brasil, mas não chegam a ocupar 9% das cadeiras da Câmara dos Deputados. A professora Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher – Nepem – daquela universidade, reuniu recentemente ONGs e representantes do feminismo acadêmico de 23 Estados, para um Encontro que gerou importantes reflexões. Segundo a professora e conselheira, o grupo de trabalho *Gênero, Política e Políticas Públicas* foi o que mais recebeu trabalhos/candidatos à apresentação.

Desde a década de 1990 os partidos políticos são obrigados a apresentar listas de candidatos com, no mínimo, 30% de mulheres. Mas a lei não contribui para aumentar a presença feminina na política, pois com o aumento do número máximo de candidaturas por partido, acaba que essas organizações não precisam cumprir a cota, se não atingirem o teto das indicações. Portanto, como diz o ditado popular, "troca-se cebola por cebola".

Na reportagem feita pelo jornalista Itamar Rigueira Jr., *Corrida de obstáculos para mulheres*, no *Boletim UFMG*, Marlise Matos ainda analisa: "As dificuldades enfrentadas pelas mulheres não terminam antes das eleições. Depois de eleitas, uma série de fatores complica sua permanência, pois os espaços são extremamente masculinizados. Os projetos das parlamentares têm pouca visibilidade dentro das próprias bancadas. E há casos de assédio moral e sexual, o que faz com que algumas mulheres entrem em depressão e abram mão de seus mandatos."

Desde 2003 Marlise Matos coordena a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (RedeFem). Conforme cita Rigueira Jr., grande parte dos dados e impressões citados pela professora constam da primeira etapa da pesquisa *A política na ausência das mulheres*, realizada pela equipe do Nepem, sob sua coordenação.

A participação das mulheres nas instâncias de poder no país vem crescendo paulatinamente, ainda que de forma muito tímida. É importante destacar que se passaram décadas entre a conquista do direito de voto das mulheres, em 1932, e a conquista de mandatos eletivos na esfera federal. Senão vejamos: somente em 1986 foram eleitas deputadas federais em número mais expressivo (26 deputadas); somente em 1990 foi eleita a primeira senadora com mandato efetivo; a primeira prefeita só foi eleita em 1988; e apenas no ano de 1994 elege-se a primeira governadora do país.

Assim podemos constatar que, no Brasil atualmente, a presença das mulheres em *cargos-chave* ocorre de forma mais expressiva no âmbito das organizações e associações, em alguns grupos da sociedade, mas é menor nos sindicatos, nos partidos políticos e, menor ainda, nos parlamentos e governos. Então a que motivos estaria ligada essa redução de participação feminina, especificamente na política? Enumeremos os principais, apontados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: 1) a persistência da cultura patriarcal que associa os homens ao espaço público e, as mulheres, ao espaço privado; 2) o peso do poder econômico no processo eleitoral e o custo crescente das campanhas que favorecem as

candidaturas masculinas; 3) o pouco tempo dedicado à ação política pelas mulheres, devido à sobrecarga de responsabilidades, pelo acúmulo das tarefas domésticas e cuidado com filhos, familiares, doentes, idosos e a vida laboral; 4) e as trajetórias políticas das mulheres, menos consolidadas relativamente aos homens.

É importante destacar que essa sub-representação política se agrava com o racismo e preconceitos de toda ordem. Assim, mulheres negras, indígenas, judias, jovens, lésbicas, deficientes físicas, trabalhadoras rurais, domésticas e mulheres de setores populares são ainda menos presentes nos espaços de poder institucionalizados, tais como o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

A mulher face à política

Fiquemos com alguns dados retirados de nosso Estado de Minas Gerais. Nunca tivemos uma governadora mineira, nem uma prefeita na Capital. Pela pesquisa do PNUD, atualmente nos 853 municípios mineiros, o interior tem demonstrado favorável evolução quanto à aceitação feminina na política: temos 43 prefeitas.

A primeira Prefeita de Minas Gerais tomou posse em janeiro de 1973, para uma cidade pequena, Barão de Cocais, localizada a 93 km de Belo Horizonte. Seu nome é Cléria Maria da Silva, casada, à época com 25 anos, um casal de filhos, Jaqueline e Jader. Parece que a cidade de Barão de Cocais nasceu predestinada a acolher mulheres líderes e fortes, pois a revolucionária-feminista Elvira Komel também ali nasceu.

Em entrevista interurbana, Cléria Maria conta que já vinha de uma militância política, pois antes fora vereadora (1966/69) naquela cidade, tendo retornado à edilidade em período posterior (1983/87), quando foi presidenta da Câmara Municipal de Barão de Cocais. A família de Cléria gosta de política, tanto que o atual prefeito de Barão de Cocais, Geraldo Abade das Dores, é seu irmão.

Quando se candidatou ao cargo de Prefeita, em 1972, em plena ditadura militar, ela concorreu pelo partido da Arena 2, enquanto seu concorrente era da Arena 1. Contou com o estímulo e apoio de seu marido, o mecânico/metalúrgico José di Bellis da Silva. Ela era funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Barão de Cocais, trabalhando como secretária. Seu mandato como Prefeita foi de 1973 a 1976.

Entre modesta e contente, por estar sendo lembrada para uma entrevista, Cléria afirma: "Minha votação foi muito expressiva, pois tive total apoio dos metalúrgicos, grande representação em nossa cidade, além de outros grupos sociais de Barão. Na minha gestão muita coisa foi feita, lutei demais pelo asfaltamento da MG, interligada à Rodovia 262, o que trouxe muita indústria de porte para Barão que, antes, ficava isolada e não tinha o desenvolvimento que existe hoje." Ela contou, também, que em sua gestão foi reaberto o Posto de Saúde, fechado há tempos, e um grande trabalho na área da Saúde Preventiva foi realizado.

Em todo o Estado, os municípios mineiros contam, atualmente, com 854 vereadoras. A primeira vereadora de Minas Gerais foi a jovem professora Teresinha Soares, da cidade de Araxá (região do Alto Paranaíba) que, aos 21 anos, pela legenda do PSD, elegeu-se com expressiva votação, tendo tomado posse em 1947. Mais tarde, Teresinha Soares, já em Belo Horizonte, se revelaria como uma das mais importantes artistas plásticas da arte contemporânea.

Em Belo Horizonte, a professora Alaíde Lisboa, que fora também presidenta da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APPMG), de 1943 a 45, nessas mesmas eleições, ficara como primeira suplente. Dois anos depois, com o afastamento do vereador Otacílio da Fonseca, em 18 de julho de 1949, Alaíde Lisboa (1904-2006) ocupa sua vaga, tornando-se a segunda vereadora de Minas Gerais e a primeira de Belo Horizonte.

Atualmente, a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, conforme sua última eleição, conta somente com 7 (sete) parlamentares mulheres, num universo de 41 vereadores. São elas Ana Paschoal, Elaine Matosinhos, Luzia Ferreira, Maria Lúcia Scarpelli, Neila Batista, Neusa Santos e Sílvia Helena Rabelo.

Na Assembléia Legislativa, as primeiras deputadas de Minas foram Marta Nair Monteiro (PDC) e Maria Ribeiro Penna (PR), tomando posse em 1963. A primeira vinha de uma gestão profícua na Associação das Professoras Primárias de MG (1960 a 69). Um ano antes, ela deflagrou e comandou a primeira greve do magistério público estadual (1959), com o apoio da APPMG, que encampou a causa, e cujos resultados foram exitosos. Maria Pena, esposa do deputado Ribeiro Pena, já possuía todo aquele envolvimento político de apoiar e acompanhar o marido nas campanhas políticas, além de suas qualidades pessoais. No último pleito, em outubro de 2006, foram eleitas somente 7 deputadas, dentre 77 outros parlamentares. São elas Ana Maria Rezende, Cecília Ferramenta, Elbe Brandão,

Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis. A Deputada Elbe Brandão encontra-se licenciada do cargo, por ocupar a Pasta da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas.

Com relação ao Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados), a participação de Minas, nessa última legislatura, é de 3 deputadas, a saber: Jô Morais, Maria do Carmo Lara e Maria Lúcia Cardoso, o que significa menos de 9% na Câmara Federal. Já no Senado Federal apenas uma única mulher mineira ocupou a sua tribuna, como senadora: Júnia Marise (1991-1999).

No Poder Judiciário, temos duas mulheres em Minas, como primeiras Juízas de Direito togadas: a Juíza Rafaela Alves Costa que, no princípio de sua carreira, teve seus ideais ceifados, pois foi cassada, em 1964, pelo AI-1 e só reintegrada ao cargo 33 anos depois, em 29 de outubro de 1997; e a segunda magistrada deste Estado foi a Dra Branca Margarida Renó, no Tribunal de Alçada, a primeira a atingir a segunda instância em agosto de 1985, tendo se aposentado como a primeira e única desembargadora do Estado de MG.

Mulheres em Instâncias de Poder no Brasil em 2007/2008

 Mulheres: 10
 Mulheres: 123
 Mulheres: 6.556
 Mulheres: 0
 Mulheres: 4
 Mulheres: 418
 Mulheres: 02
 Mulheres: 04
 Mulheres: 01
 Mulheres: 01

Mulheres em Instâncias de Poder no Estado de Minas Gerais em 2007/2008

Deputados Federais	S:	
Homens: 50		Mulheres: 03
Deputados Estadua	is:	
Homens: 71		Mulheres: 06
Prefeitos:		
Homens: 810		Mulheres: 43
Vice-Prefeitos:		
Homens: 791		Mulheres: 72
Vereadores:		
Homens: 6.999		Mulheres: 854

Conforme dados oficiais da Gerência-Geral de Documentação e Informação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; dos anais Câmara Municipal de Belo Horizonte; e de consulta realizada na página eletrônica do Senado Federal, pela internet, relacionamos, a partir de 1947, as Deputadas mineiras – estaduais e federais –, as Vereadoras belorizontinas, uma vez que não foi possível a obtenção da listagem das vereadoras nos demais municípios; e as Senadoras brasileiras, dentre as quais destaca-se a senadora e única mineira, Júnia Marise.

Na política, por exemplo, para sintetizar a pouca receptividade que as mulheres encontram nesse espaço, pode-se exemplificar com a seguinte declaração da profa. Marlise Matos, também conselheira do CEM: "Elas enfrentam desde problemas de socialização e auto-estima, até entraves típicos da estrutura dos partidos políticos, que é fundamentalmente patriarcal." Conseqüentemente, as mulheres ocupam menos de 9% das cadeiras da Câmara dos Deputados, e são apenas 7 entre os 77 parlamentares na Assembléia Legislativa.

4. Na linha do tempo, histórias da mulher brasileira

Constância Lima Duarte

1534 – Madalena Caramuru, filha da índia Moema, casada com Afonso Rodrigues, teria sido a primeira mulher brasileira a aprender a ler e a escrever, segundo antigos historiadores. Em 1561, ela escreveu uma carta ao Padre Manoel da Nóbrega, pedindo que as escravas fossem tratadas com dignidade e oferecendo a quantia de 30 peças para o resgate de algumas crianças. Em 2001, quando o Correio lançou o selo para representar a luta pela alfabetização da mulher no Brasil, foi estampada uma figura representando Madalena Caramuru.

1551 – Portugal passou a enviar ao Brasil grupos de moças órfãs para se casarem com os "homens de bem", visando gerar descendências legítimas. Depois de D. João III, a rainha Catarina de Áustria, que o sucedeu no trono português, manteve a política de enviar para as colônias mulheres brancas solteiras, atendendo aos pedidos dos homens que cá estavam. As moças ficaram conhecidas como "as órfãs da rainha".

1595 – Fundação do Recolhimento da Conceição, em Olinda, que não tinha caráter religioso, e pretendia acolher e "preparar as órfãs de boa família para o casamento".

1645 – No Engenho de Ana Paes d'Altro (1605-?), situado em Pernambuco, ocorreu uma sangrenta luta entre luso-brasileiros e holandeses, com perdas de muitas vidas em ambos os lados. As mulheres e filhas dos líderes da revolta pernambucana, que se encontravam recolhidas no Engenho, foram ameaçadas pelos holandeses para obrigar a rendição. Mas com o incêndio que tomou conta do engenho, os invasores fugiram deixando a vitória com os portugueses e pernambucanos. Ana Paes, também conhecida como Ana de Holanda, por ter se casado em segundas núpcias com um

comandante da guarda do príncipe Maurício de Nassau, teve uma agitada vida amorosa. Ela teria se casado ainda com um membro da Companhia das Índias Ocidentais, com quem foi para a Holanda e onde passou o resto de sua vida. Nos anos de 1970, Chico Buarque escreveu com Rui Guerra o musical "Calabar", em que a personagem Ana de Holanda, meio heroína, meio prostituta, destaca-se como pivô dos desentendimentos entre os nativos e os estrangeiros.

1678 – Fundado em Salvador o primeiro convento brasileiro, para onde eram levadas as mulheres cujos pais ou maridos viajavam ou morriam. Naturalmente, muitas devem ter ido por espontânea vontade também.

1685 – Fundado o Recolhimento de Santa Tereza, primeiro convento de São Paulo. Apenas mais tarde outros aparecerão: sendo dois no Rio de Janeiro, em 1750 e 1780, e outros dois em São Paulo, em 1774 e 1811. Nestes conventos eram recolhidas as órfãs e qualquer mulher que estivesse sem família, ou esperando o casamento. Há registros de que, em 1728, havia doze mulheres estudando no Recolhimento de Santa Teresa. Em meados do século XIX o governo, preocupado com o povoamento da Colônia, passou a exigir que os conventos realmente preparassem as mulheres para a vida mundana, pois a educação que ministravam fazia com que muitas abraçassem a vida religiosa.

1700 – Aos 18 anos, Maria Úrsula de Abreu e Lencastre (1682-?) fugiu de casa disfarçada de homem, embarcou em um navio para Lisboa e, chegando lá, alistou-se como soldado para lutar na Índia. Consta que teria se destacado em vários combates e sem que descobrissem seu sexo. Em 1714, depois de ter recebido algumas rendas e honrarias do rei D. João V, abandonou o disfarce e casou-se com um oficial. Não retornou mais ao Brasil; morreu em Goa, na Índia, em data ignorada.

1822 – A baiana Maria Quitéria (1792-1853) foge de casa com o uniforme militar de um cunhado, de quem adotou o nome e a patente, para tornar-se conhecida como "soldado Medeiros", e lutar pela Independência. Semanas depois foi descoberta e transferida para outro batalhão, onde continuou se destacando pela bravura. Ao final da luta, recebeu, como condecoração, a Insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro, que lhe deu direito ao soldo de alferes. Em 1996, seu nome foi reconhecido como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, em uma das poucas divisões do Exército que aceitam integrantes do sexo feminino.

1823 – O governo abre o debate em torno da educação formal que deveria ser oferecida às meninas. A vinda da Corte Portuguesa foi determinante para a vida das mulheres, ao autorizar a abertura de escolas não religiosas para que elas pudessem estudar.

1824 – Com a Independência, surge a necessidade de oferecer escolas para a população. Os deputados propõem um "ensino elementar para as meninas", tomando como modelos o que era realizado na França e em Portugal. As professoras, vindas principalmente da França, Portugal e Alemanha, deviam ensinar apenas as quatro operações, a Língua Pátria, e dar toda ênfase para os trabalhos de agulha. A sociedade esperava que elas fossem apenas donas de casa, esposas e mães de família.

1827 – É deste ano a primeira legislação relativa à educação de mulheres, que admitia a abertura de escolas elementares para as meninas, nas vilas mais populosas.

1829 – Domitila de Castro (1797-1867), após uma violenta briga com o marido, decide abandoná-lo e voltar para a casa dos pais. Ao solicitar ao rei D. João VI a guarda dos filhos e o divórcio, conheceu D. Pedro e tornouse sua amante oficial, dando-lhe cinco filhos. Na Corte, ficou conhecida como Dama do Paço, Viscondessa e, finalmente, Marquesa de Santos. Com a morte de D. Leopoldina, D. Pedro casou-se com D. Amélia, e rompeu com ela, exigindo que se retirasse do Rio de Janeiro. Com a indenização recebida, Domitila foi para São Paulo, onde se casou novamente. Continuou dedicada à política e promovendo animados saraus literários e festas carnavalescas. Consta que, em sua velhice, ajudava às pessoas pobres e estudantes que a procuravam.

1832 – A norte-riograndense Nísia Floresta (1810-1885) publicou em Recife o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* – o primeiro no país que defende os direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, e que exige que as mulheres sejam consideradas seres inteligentes e merecedoras de respeito. Inspirado no *Vindications of the rights of woman*, da feminista inglesa Mary Wollstonecraft, e na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges, seu livro pode ser considerado o texto fundante do feminismo brasileiro.

1842 – Dona Josefa Carneiro de Mendonça, mineira de Araxá, se destaca como líder política. Casada com o capitão de milícias João José Carneiro de Mendonça, participou, ao lado dos homens da família, do movimento

absolutista de Araxá, tendo sido detida e feito prisioneira por mais de dois meses, aos sessenta anos de idade.

1845 – Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?) publicou, em Porto Alegre, o livro intitulado *A philosopha por amor*, contendo contos, versos e a peça de teatro "Diálogos", que traz o diálogo entre dois homens e uma mulher a respeito das reivindicações femininas. A personagem Mariana repete diversos argumentos de Nísia Floresta, cujo livro, aliás, tinha sido reeditado em Porto Alegre, em 1833.

1838 – Nísia Floresta (1810-1885) funda o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, que vai inovar na proposta educacional para meninas ao incluir o ensino da Geografia, da História e de línguas estrangeiras. O Colégio resiste até 1857.

1852 – Lançamento do primeiro jornal feminino – o *Jornal das Senhoras*, no Rio de Janeiro, por Joana Paula Manso de Noronha, escritora argentina radicada no Rio de Janeiro. No primeiro editorial, o jornal informava que pretendia "falar nos direitos e na missão da mulher", incentivando-a a se ilustrar e a buscar seu "melhoramento social e emancipação moral".

1855 – Havia na Corte dezessete escolas públicas para meninos, com 909 alunos, e nove para meninas, com 533 alunas. Na rede particular, eram cinqüenta e uma escolas para 4.490 meninos; e quarenta e seis escolas para 2.854 meninas.

1859 – A escritora maranhense mulata Maria Firmina dos Reis (1825-1917) publica um romance que deve ser considerado o primeiro romance abolicionista de autoria de uma mulher brasileira. Seu título: Úrsula. Maria Firmina publicou ainda outros romances, poemas e colaborou ativamente na imprensa de seu tempo. Em 1880, fundou uma escola gratuita e mista para ensinar as primeiras letras às crianças pobres, mas acabou interrompendo seu trabalho, tal o escândalo que a escola representou na época.

1862 – Surge o jornal *O Belo Sexo*, no Rio de Janeiro, de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar. No primeiro número revela ter consciência do pioneirismo de sua iniciativa, bem como da condição inferiorizada das mulheres e de sua capacidade intelectual, tão pouco utilizada. Diferente do que ocorreu em *O Jornal das Senhoras*, várias colaboradoras assinam o próprio nome, incentivadas pela diretora.

1868 – Luciana de Abreu (1847-?), importante professora e escritora gaúcha, costuma ser apontada como a primeira mulher no Rio Grande do Sul que teria subido numa tribuna para fazer conferências públicas a respeito da emancipação da mulher, do seu direito a uma melhor educação, e também à causa abolicionista. Neste ano, como membro da Sociedade Partenon Literário, de Porto Alegre, aliás, a única mulher a participar desta agremiação, proferiu o discurso "A educação das mães de família", que mereceu elogios e deu à escritora um lugar de destaque na sociedade letrada de então. Formada em 1872, foi nomeada professora do Ensino Público do Sexo Feminino no ano seguinte, destacando-se sempre por sua dedicação e competência.

1870 – Foi instalada no Rio de Janeiro a Sociedade da Libertação, uma organização feminina em defesa da abolição da escravatura. No mesmo ano surgia em São Paulo outra associação, a Sociedade Redemptora, com os mesmos propósitos.

1871 – A jovem baiana Ana Autran (1856-1933) inicia sua longa e profícua trajetória literária publicando o artigo "A mulher e a Literatura" no jornal *Diário da Bahia* (15/07/1871), em que defende a participação intelectual da mulher na esfera pública. Seu artigo provocou intenso debate com jornalistas e escritores da província, que não concordavam com a novidade. Em sua militância feminista, abolicionista e republicana, Ana Autran publicou trabalhos em periódicos nacionais e até de Portugal, divulgando suas idéias apesar da intensa e virulenta oposição que recebeu dos contemporâneos.

1872 — Narcisa Amália (1836-1924), escritora, jornalista e professora, publica o livro de versos *Nebulosas*, no qual defende a abolição, as mulheres e a democracia. Ela dizia que sua musa inspiradora era a Liberdade, a única que permitiria aos homens e mulheres viverem em paz e sem violência. Consta que foi a primeira mulher no Brasil a se profissionalizar como jornalista, e publica em diferentes jornais de todo o país, tornando seu nome conhecido e prestigiado. Entre os jornais em que publicou estão, *O Sexo Feminino, Diário de Pernambuco, O Espírito Santo, O Fluminense, Diário Mercantil, A República, Almanaque das Senhoras*, entre outros.

1872 – De acordo com o censo deste ano, o Brasil tinha uma população de 10.112.061 habitantes, mas apenas 1.012.097 homens livres, 550.981 mulheres livres e 958 escravos sabiam ler e escrever. As mulheres alfabetizadas no Rio de Janeiro representavam 29,3% da população da cidade.

1873 – Neste ano, o Império possuía 5.077 escolas primárias, públicas e particulares, e um total de 114.014 alunos e 46.246 alunas. Nas famílias ricas as crianças costumavam ser educadas em casa. A educação das meninas era sempre mais atrasada em relação à dos meninos, pois até a leitura era controlada e não devia ir além dos livros de orações.

1873 – A professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz edita o jornal *O Sexo Feminino* na cidade de Campanha da Princesa, em Minas Gerais, no dia 7 de setembro, iniciando uma carreira de sucesso. Nesta época a tiragem era de 800 exemplares e o jornal contava com assinantes de diferentes partes do país. Em 1875, Francisca Senhorinha transfere-se para o Rio de Janeiro, com a filha Elisa Diniz Machado Coelho, e inaugura a segunda fase do seu jornal. Entusiasmada com a Proclamação da República, muda seu nome para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, informando, no subtítulo, tratar-se de um periódico "especialmente dedicado aos interesses da mulher". O jornal resiste até 1876, quando ela resolve deixar a Corte devido à epidemia de febre amarela. Elisa Diniz Machado Coelho, que também foi jornalista e autora de romances-folhetins, fundou no Rio de Janeiro o Colégio Santa Isabel, que obteve enorme sucesso entre as moças de família.

1873 – Os jornais se multiplicam no Rio de Janeiro: neste ano surge *O Domingo*, sob a direção de Violante Ataliba de Bivar e Vellasco, e *O Jornal das Damas*, que defendiam o direito das mulheres de fazerem cursos superiores, ao mesmo tempo que enalteciam a maternidade e a religião. Como suas contemporâneas, Violante de Bivar sustentava que "o progresso de um país dependia de suas mulheres", e os que não reconhecessem seus direitos "mereceriam o epíteto de bárbaros". Seu jornal só parou de circular em 1875, com sua morte aos 57 anos.

1873 – Um grupo de jovens brasileiros que estudava em Itaca, em Nova Iorque, criou o jornal *Aurora Brasileira*, que durou mais de ano, para defender o ingresso das mulheres no ensino superior, pois entendiam que apenas assim elas poderiam conseguir melhores formas de trabalho remunerado.

1874 – Maria Augusta Generosa Estrella, então com catorze anos, transferiu-se para os Estados Unidos a fim de estudar. Três anos depois ingressou no New York Medical College and Hospital for Womem, sendo contemporânea da também pernambucana Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira que mais tarde fundará com ela o jornal *A Mulher*.

1875 – Em Recife, surge Myosotis, de Maria Heráclia.

1875 – Tereza Pizarro Filha, natural de Santos, transfere-se para o Rio de Janeiro e funda o Colégio Santa Teresa, que oferecia o ensino secundário para as moças. Aliás, Tereza Pizarro redigiu uma proposta para a "organização do ensino secundário para o sexo feminino", que se encontra publicada em *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução*, Rio de Janeiro, 1884.

1875 – Após trinta anos da criação da Escola Normal de São Paulo, é permitido o ingresso das primeiras normalistas. No final do século XIX, as poucas escolas profissionais existentes no país não apenas preparavam as moças para o magistério como se configuravam como a única possibilidade de continuarem os estudos. A Escola Caetano de Campos, antiga Escola Normal de São Paulo, foi a primeira da cidade a empregar mulheres.

1877 – Estréia de Chiquinha Gonzaga (1847-1935) como compositora com a polca "Atraente". Primeira compositora da música popular brasileira, e autora de cerca de duas mil composições, foi uma transgressora em sua vida. Casada aos 16 anos, separou-se do marido com três filhos, provocando grande escândalo na sociedade da época. Sua estréia como maestrina se deu em 1885, com a opereta "A Corte na Roça", de grande sucesso. Ao lado da carreira de maestrina, compositora e pianista, dedicou-se também às campanhas abolicionista e republicana, tendo inclusive comprado a liberdade de escravos com a venda de suas músicas. Tornou-se conhecida principalmente pela autoria da primeira marcha carnavalesca, "Ô abre alas", composta em 1899.

1877 – Como a maioria das mulheres instruídas de seu tempo, também Anália Franco dedicou sua vida a denunciar o estado de indigência cultural em que vivia o sexo feminino e a exigir um estudo de melhor qualidade. Uma notícia encontrada no jornal A Província de São Paulo (28/12/1877), contendo rasgados elogios ao seu desempenho nos exames para "professora pública da cadeira do sexo feminino da cidade de Jacareí", atesta sua distinção, inteligência e dedicação aos estudos. Artigos de sua autoria encontram-se em diversos periódicos feministas da época, como o jornal A Família, Eco das Damas e A Mensageira.

1878 – Josefina Álvares de Azevedo (1851-?), uma das mulheres mais lúcidas e combativas de seu tempo, escreveu e conseguiu encenar no Teatro Recreio, neste ano, a peça *O voto feminino*, que depois é publicada em livro, em 1890. Josefina deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a defender o direito feminino ao voto e à cidadania. Ao longo do ano de 1877 empreendeu uma campanha nacional a favor do sufrágio feminino, tendo viajado por vários Estados, como Pernambuco e São Paulo, fazendo palestras e recolhendo assinaturas.

1879 – Josefina Álvares de Azevedo publica o livro *A mulher moderna*, contendo uma seleção de artigos que havia publicado em jornais, sempre tratando da condição feminina. Um dos últimos registros a seu respeito é a publicação do livro *Galeria ilustre: mulheres célebres*, em 1897.

1879 – O Deputado Tobias Barreto fez um discurso exigindo o direito de matrícula de uma moça na Faculdade de Medicina de Recife, por considerar justo que a mulher fosse emancipada civil e socialmente.

1879 – Surge o *Echo das Damas*, no Rio de Janeiro, jornal editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que será publicado até 1885, com uma breve interrupção em 1880, sempre defendendo a igualdade e o direito da mulher à educação.

1879 – Para a decepção das feministas, quando o governo permite o acesso das mulheres às instituições de ensino superior do país, apenas um número reduzido de mulheres se matricula. Além da exigência do curso secundário, era preciso superar os preconceitos e a pressão social, que insistia em afirmar que o lugar de uma "boa moça" não era nos bancos escolares.

1887 – Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a receber o grau de médica no Brasil.

1890 – O médico e intelectual baiano, César Zama, na sessão da constituinte que elaborava a 1ª Constituição Republicana do Brasil, defende o sufrágio universal.

1891 – No 1º dia deste ano, 31 constituintes assinaram uma emenda do deputado federal Saldanha Marinho, conferindo o voto à mulher brasileira. Epitácio Pessoa, que depois seria eleito Presidente da República, retira apoio à emenda dez dias após subscrevê-la. E o Brasil deixa de ser o primeiro país no mundo a conceder o voto sem restrições à mulher. A Nova Zelândia saiu na frente, em 1893.

1881 – O Jornal *A Mulher*, editado em Nova York, surge no cenário nacional também para "defender os interesses e os direitos da mulher". As responsáveis eram as estudantes de medicina Maria Augusta Generoso Estrella (1861-1946) e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira (1864-?). No editorial, elas afirmam pretender "convencer as mulheres brasileiras de suas aptidões latentes e mostrar que, tanto a mulher como o homem, podem se dedicar ao estudo das ciências". Maria Augusta teria sido a primeira médica brasileira, a se formar, no ano de 1881, pelo New York Medical College and Hospital for Women.

1881 – É publicado a *Poliantéia Comemorativa da Inauguração das Aulas para o Sexo Feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios*, de 1881, que revela a diversidade de opiniões entre os intelectuais brasileiros sobre a educação feminina, nas últimas décadas do século XIX. Em um universo de 127 respostas, por exemplo, sete pensavam que a educação devia completar a formação feminina; nove, que a educação devia preparar a mulher apenas para o lar e jamais contribuir para sua emancipação intelectual ou profissional; dezesseis, que a educação da mulher devia consistir, sobretudo, em sua preparação religiosa e moral; e sessenta e três opinaram que educar a mulher é contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo. Apenas vinte e três disseram que a educação da mulher poderia representar sua emancipação. Nove respostas foram tão evasivas que não foram consideradas (BERNARDES, 1989, p. 23).

1881 – A Lei Saraiva determina que as nomeações de senadores e deputados para a Assembléia Geral seriam feitas por eleições diretas. Na Constituinte de 1890, por iniciativa de Lopes Trovão e outros, foi apresentada uma emenda concedendo o direito de voto à mulher, que depois foi rejeitada por não haver um movimento feminino para acompanhar os debates.

1882 – Publicação do jornal *O Direito das Damas*, no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Idalina D'Alcântara Costa. Capital do Império e centro intelectual do país, o Rio de Janeiro concentrou o maior número de periódicos feministas.

1882 – No Plano Geral de Organização do Ensino, fica estabelecido que as meninas devem estudar em classes separadas, entrar e sair da escola em horário diferente dos meninos, e aprender principalmente trabalhos de agulha e demais "prendas femininas".

1884 – Surge em Recife a associação feminina de caráter abolicionista, "Ave Libertas", sob a direção de Leonor Porto. Autora de artigos e panfletos inflamados, Leonor foi a única mulher a participar do "Clube do Cupim", de Recife, liderado por José Mariano (*Ave libertas* foi o título de um livro de versos de Inês Sabino, também engajado na causa abolicionista).

1884 – A artista plástica Abigail Andrade (1864-?) expõe pela primeira vez suas pinturas no Salão de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, recebendo elogios da crítica e do público. Participou ativamente da renovação cultural promovida por Manuel de Araújo Porto Alegre, escritor de renome e também, à época, diretor da Academia de Belas-Artes.

1884 – Surge em Porto Alegre o jornal literário *O Corimbo*, sob a responsabilidade das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, visando promover a consciência feminina de seus direitos e de sua capacidade criadora. Como o jornal teve uma vida surpreendentemente longa – foi publicado até 1944 –, encontra-se em suas páginas a produção literária de várias gerações de escritoras gaúchas. Os editoriais, geralmente assinados por Revocata Melo, continham veementes apelos a favor do voto feminino, do acesso à educação superior e à profissionalização feminina.

1885 – Surge o jornal *Voz da Verdade*, no Rio de Janeiro, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz. Há notícias de três números: em 12 de maio; em 28 de maio; e em 25 de junho. O aumento do número de mulheres alfabetizadas nas classes média e alta nas principais cidades possibilitou o rápido surgimento de um público leitor, bem como de intercâmbio entre os periódicos dirigidos por mulheres.

1885 – O Colégio Pedro II, considerado o melhor ensino secundário público do país, delibera permitir a matrícula de moças. Mas o governo suspendeu os recursos destinados a pagar as mulheres que seriam contratadas para acompanhar as jovens durante as aulas e zelar por sua "segurança" naquela instituição dominada pelo sexo masculino. O Colégio Pedro II apenas quebrará o preconceito no século XX.

1886 – Publicação do jornal *Echo das Damas*, no Rio de Janeiro, dirigido por Amélia Carolina da Silva Couto.

1890 – Nas páginas do jornal *A Família*, encontram-se interessantes artigos assinados por Isabel Dillon, uma cirurgiã-dentista, a respeito dos direitos políticos da mulher.

1887 – A pernambucana Maria Amélia de Queiroz, colaboradora em vários jornais e revistas de seu tempo, como *A Família*, de Josefina Álvares de Azevedo, pronuncia vibrantes palestras na defesa da abolição.

1887 – Os jornais femininos saúdam com entusiasmo Rita Lobato Velho Lopes, a primeira mulher a diplomar-se médica no Brasil. Segundo o *Echo das Damas*, de 4 de janeiro de 1887, dirigido por Inês Sabino e Zalina Rolim, ela era um "exemplo para as jovens brasileiras, que só pela instrução poderão aspirar à independência e dignidade pessoal".

1887 – É publicado em Salvador um volume intitulado *As mulheres* – *Um protesto por uma mãe*, por uma escritora que prefere não assinar sua obra,

deixando-a anônima. O veemente protesto dirige-se especificamente para o papel subalterno que as mulheres ocupavam na sociedade, e para o trabalho infantil, que considera vergonhoso e injusto.

1888 – Encenada no Rio de Janeiro a peça de teatro O voto feminino, de autoria de Josefina Álvares de Azevedo.

1888 — Surge o Jornal *A Família*, em São Paulo, dirigido por Josefina Álvares de Azevedo, e dedicado "à educação da mãe de família". No ano seguinte, ao se transferir com o jornal para o Rio de Janeiro, ela opera uma mudança fundamental no periódico. O primeiro editorial esclarece aos leitores e leitoras que a publicação pretendia "advogar a causa da emancipação feminina". À frente de seu jornal, ela realizou um intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão feminina e aos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao trabalho remunerado e ao voto. Nesta segunda fase, o jornal sobrevive até 1897, testemunhando momentos decisivos da história brasileira, bem como as investidas das mulheres na luta por mais direitos. Diferente de outras contemporâneas, feministas ou não, Josefina foi também uma ardente defensora do divórcio.

1888 – Mais conquistas acadêmicas: Ermelinda Lopes de Vasconcelos recebe o grau de médica, seguida por outras jovens, como Antonieta Dias, no ano seguinte. Os jornais feministas comemoram cada uma delas, mas a resistência à profissionalização feminina continuava enorme: as mulheres pobres podiam trabalhar em "casas de família"; as outras, da classe média ou alta, deviam permanecer e se dedicar unicamente ao próprio lar, ocupando-se em supervisionar as atividades das serviçais.

1888 - A Princesa Isabel (1846-1921) foi a primeira mulher a exercer o poder político no Brasil, ainda que em caráter provisório na ausência do pai, o Imperador D. Pedro II. Sua presença na história do Brasil se deu após a guerra do Paraguai, quando se tornou Regente do Império. Sua primeira Regência foi marcada pela vitória do abolicionismo com a promulgação da Lei do Ventre Livre, a 28 de setembro de 1871. O marco de sua administração foi a assinatura da lei que aboliu a escravidão no país, no ano de 1888.

1890 – A proporção de alfabetizados na população feminina total do Rio de Janeiro subiu de 29,3% em 1872 para 43,8% em 1890.

1891 – Na Assembléia Constituinte, reunida para a elaboração da constituição republicana, debateu-se também o sufrágio feminino, entre outros

temas, mas sem muito entusiasmo. Era praticamente um consenso entre os deputados a opinião de que ou as mulheres não estavam capacitadas mentalmente para o exercício do voto, ou elas não se interessavam por isso ou ainda que o voto não devia ser concedido em nome da harmonia do lar. Bem poucos foram os republicanos favoráveis, entre eles, Lopes Trovão. Os ares republicanos ainda fizeram mais mal às mulheres: Benjamin Constant Botelho de Magalhães, positivista e membro do governo provisório, achou por bem vetar a entrada das mulheres nas instituições de ensino superior... Entre os protestos, um dos mais irados deve ter sido o de Josefina Álvares de Azevedo, que publicou um artigo atacando a "estúrdia e flagelada filosofia positivista" que concebia a mulher como um "ser descerebrado, um animal sem desenvolvimento" (HUHNER, 1981, p.86-7).

1894 – Promulgada a Constituição da cidade de Santos. O artigo 42 concedida capacidade jurídica aos maiores de 21 anos e às mulheres que exercessem profissão honesta, sabendo ler e escrever e residindo no município há mais de um ano, o direito ao voto. Houve protestos e o artigo foi anulado.

1897 – Surge em São Paulo mais um periódico "dedicado à mulher brasileira", que resiste até 1900, e terá grande destaque no cenário nacional por sua ampla distribuição, pelas idéias que defendia e pelas escritoras que nele colaboravam. Seu título: *A Mensageira;* e sua diretora: Presciliana Duarte de Almeida. Essa revista desempenhou um papel importante na luta das mulheres brasileiras, defendendo em todos os números o direito a uma educação mais consistente e em todos os níveis, que não devia preparar a menina apenas para o casamento e ávida doméstica.

1897 – Josefina Álvares de Azevedo publicou *Galleria illustre – Mulheres célebres* contendo perfis de algumas mulheres que se destacaram, conforme era feito para os "homens notáveis". Dentre as biografadas, estão George Sand, Cleópatra, Joana d'Arc e Isabel da Espanha.

1898 – Fundação da prestigiosa escola Liceu Artes e Ofícios – Instituto Profissional Feminino, no Rio de Janeiro, que muito contribuiu na formação profissional das moças mais pobres. Em 1948, mudou o nome para Ginásio Industrial Orsina da Fonseca, por seu trabalho de assistência aos necessitados, e tornou-se um internato feminino gratuito até 1960. Atualmente, é a Escola Municipal Orsina da Fonseca.

1899 - Inês Sabino, importante poetisa, memorialista, romancista e biógrafa do final do século XIX, colaborou nos principais jornais de seu tempo,

inclusive em *A Mensageira*, de Presciliana Duarte, com interessantes artigos a respeito do feminismo e da causa abolicionista. Publicou livros importantes, entre eles *Mulheres illustres do Brasil*, neste ano de 1899, que reúne tanto mulheres que se destacaram em revoluções e guerras, como Clara Camarão, Catarina Paraguaçu e Anita Garibaldi, como também aquelas que se dedicaram às letras, como Nísia Floresta, Délia e Corina Coaracy.

1899 – Apesar de algumas mulheres terem se diplomando no curso superior, poucas exerciam as profissões, tal a resistência que encontravam na sociedade. Por isso, quando Myrthes de Campos foi admitida no Tribunal para defender uma causa, os jornais feministas a saudaram com entusiasmo. Segundo *A Mensageira*, em de 15 de outubro de 1899, "as brasileiras acabam de obter um grande triunfo no terreno de suas irrefregáveis reivindicações".

1900 - Em Diamantina, surge o jornal *Voz Feminina*, criado por três mulheres de famílias tradicionais, e logo no ano seguinte começa a defender o voto feminino.

1901 – As operárias e as crianças eram 72,74% da mão-de-obra do setor têxtil, trabalhavam de 12 a 14 horas nas fábricas e ganhavam muito menos que os homens para as mesmas tarefas. Jornais operários da época denunciam a falta de higiene nas fábricas, o assédio sexual, as péssimas condições de trabalho, a falta de pagamento de horas extras. As trabalhadoras costumavam ser consideradas por seus patrões, chefes e empregados, como prostitutas.

1903 – Em Recife surge *O Lyrio*, uma revista mensal dirigida por Amélia de Freitas Beviláqua, que, ao lado de poemas, contos e textos com pretensões literárias, traz outros com intenção de esclarecer as leitoras e conscientizá-las dos "novos" direitos.

1905 – Ernestina Lesina funda um jornal especialmente destinado a trabalhadoras, de nome *Anima Vita*, visando conclamar as mulheres a lutar pela defesa da regulamentação do trabalho feminino.

1905 – Três mulheres de Minas Gerais conseguem alistar-se e votar.

1906 – Um grupo de costureiras de São Paulo deflagra uma greve que se alastra por outras fábricas e empresas da cidade, conseguindo paralisar as atividades por algum tempo. Este importante feito encontra-se registrado no jornal *Terra Livre*, de 25 de julho de 1906, através do manifesto assinado por Maria Lopes, Teresa Cari e Tecla Fabri, todas costureiras, que denunciam a exploração dos patrões, o absurdo da exigência de 16 horas

diárias de trabalho e as condições degradantes a que tinham que se submeter no trabalho noturno.

1906 – Fundado em Aracaju, o primeiro educandário feminino: o Colégio Nossa Senhora de Santana.

1906 – O Rio de Janeiro sediou o I Congresso Operário Brasileiro, que percebeu a necessidade de um maior engajamento das mulheres em sindicatos.

1907 – Uma greve das costureiras no Rio de Janeiro deflagrou uma série de movimentos em favor da jornada de trabalho de 8 horas.

1908 – Nicolina de Assis recebe a medalha de ouro na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, sendo considerada uma pioneira na arte da escultura. Suas obras encontram-se perdidas em praças, jardins e cemitérios de diversas cidades.

1910 – Leolinda de Figueiredo Daltro, educadora baiana, funda a Junta Feminina Pró-Hermes da Fonseca, para colaborar com a eleição presidencial, e inicia campanha pela participação da mulher brasileira na política. Funda o Partido Republicano Feminino, que clamava pela "emancipação das mulheres brasileiras" em sentido amplo, principalmente visando ao acesso aos cargos públicos. Recebeu o registro oficial em 1911. A presidenta honorária do partido era Orsina da Fonseca, a primeira esposa do Presidente Hermes da Fonseca.

1910 – Surge em Salvador (BA) a revista *A Paladina do Lar*, considerada o primeiro periódico escrito por mulheres na Bahia. Fundada por um grupo de escritoras católicas, entre elas Amélia Rodrigues, teve 84 números, sendo publicada até 1917. Apesar da ligação com a igreja, a revista foi importante para a divulgação da produção literária feminina, como também para conscientizar as mulheres de seus direitos e permitir o intercâmbio de idéias.

1913 – Data deste ano o casamento de Nair de Teffé (1886-1981) com o Presidente Hermes da Fonseca. Caricaturista famosa, publicou seus desenhos nas principais revistas de seu tempo. Foi uma entusiasta da música popular brasileira e de compositores como Catulo da Paixão Cearense e Chiquinha Gonzaga e responsável pelos animados saraus que fizeram fama no Palácio do Catete.

1914 – A mineira Eugênia Moreira (1898-1948), aos 16 anos, escreve artigos em jornais afirmando que "a mulher será livre somente no dia em que passar a escolher seus representantes". Participou da fundação da União

364

Feminina do Brasil, em 1935, por mulheres simpatizantes do Partido Comunista do Brasil e foi considerada a primeira mulher repórter do país, tendo trabalhado nos jornais *Última Hora, A Rua, A Notícia* e *O País*. Com Leocádia Prestes, participou ativamente da campanha pela libertação de Anita Leocádia Prestes, nascida em 1936 no campo de concentração nazista.

1914 – Surge a revista *Via-Láctea*, em Natal, sob a direção de Carolina (1891-1975) e Palmira Wanderley (1894-1978), e com a participação de inúmeras moças da sociedade norte-riograndense. Circulou até o final de 1915 e, apesar de não se declarar feminista, em vários momentos tratou dos direitos das mulheres, da educação de meninas e da guerra.

1915 – Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) tenta se inscrever para votar, mas tem seu pedido negado. Leolinda nasceu na Bahia, mas mudou-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu papel tanto no movimento feminista como no incipiente movimento em prol dos índios no Brasil, que queria integrar à sociedade através da educação. Chegou a visitar algumas tribos indígenas de Minas Gerais, Goiás, Pará e Maranhão para promover a alfabetização. Foi amiga pessoal de Orsina da Fonseca (1858-1912), a primeira esposa do Presidente Hermes da Fonseca, que também reivindicava a cidadania plena para as mulheres.

1916 – O Grêmio Literário "Julia Lopes", de Cuiabá, cria a revista *A Violeta*, que resiste até 1950, e torna-se um importante órgão de divulgação das letras do Estado de Mato Grosso. Apesar da revista não ter se identificado integralmente com as propostas feministas, abriu espaço para as escritoras que aí publicavam artigos e poemas em prol da defesa do sexo.

1917 – O deputado Maurício de Lacerda apresenta a Emenda 47, de 12 de março, alterando a lei eleitoral de 1916, e incluindo a participação de mulheres maiores de 21 anos, mas perde na Comissão de Constituição e Justiça.

1917 – As mulheres ganham o direito de ingressar no serviço público.

1917 – O Partido Republicano Feminino, liderado por Leolinda Daltro, organiza uma passeata de 90 mulheres no Rio de Janeiro, chamadas pela imprensa de *sufragettes*, para reivindicar o direito ao voto. A ousadia do grupo obteve uma repercussão significativa na imprensa e o tema do sufrágio manteve-se em evidência, provocando debates e dividindo opiniões.

1917 – Maria José de Castro Rebelo participa de um concurso no Ministério do Exterior e obtém o primeiro lugar. A imprensa dividiu-se: houve

opiniões favoráveis, e outras que achavam que as mulheres iam se masculinizar se assumissem funções dos homens.

1918 – Bertha Lutz (1894-1976), formada em Biologia pela Sorbonne, retorna da Europa e se logo torna uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil. Neste ano, publicou na *Revista da Semana* uma carta que denunciava o tratamento dado às mulheres e propondo a criação de uma associação para "canalizar todos os esforços isolados", em prol da mulher. Submete-se a uma seleção no Museu Nacional do Rio de Janeiro, tornando-se funcionária da instituição e a segunda mulher a ingressar no serviço público. A primeira foi Maria José Rabelo Castro Mendes, que meses antes havia ingressado no Itamaraty.

1918 – Maria Lacerda de Moura (1887-1945) inicia sua luta pela "libertação total da mulher", com o livro Em torno da educação, que considera a instrução feminina condição indispensável para a mulher poder transformar suas vidas. Nascida em Barbacena, MG, formou-se pela Escola Normal Municipal de Barbacena, e desde os primeiros escritos revelou interesse pelas lutas femininas e o sofrimento do povo brasileiro. Colaborou com Bertha Lutz na fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mas logo deixou o grupo para abraçar a causa do operariado. Escritora lúcida, inteligente e engajada, Maria Lacerda de Moura desafiou e enfrentou a sociedade de seu tempo, mantendo-se íntegra e coerente até o final. Publicou ainda: Renovação (1919), A mulher e a maçonaria (1922), A mulher hodierna e seu papel na sociedade atual e na formação da civilização futura (1923), A mulher é uma degenerada? (1924); Religião do amor e da beleza (1926), Amai e... não vos multipliqueis (1932), entre outros.

1919 – Clarisse Índio do Brasil (1864-1919), da alta sociedade carioca e envolvida com trabalhos de assistência social em instituições de caridade, morreu em plena rua atingida por um tiro disparado por um transeunte. Os jornais deram grande espaço para o acontecido, tornando-a primeira vítima de violência urbana no Rio de Janeiro. No mesmo ano, o escultor Honório Cunha Melo realiza um monumento para homenageá-la, o primeiro para uma mulher, que é colocado inicialmente nos Jardins da Glória, depois no Largo dos Leões, no bairro em que ela viveu. Após sua morte surgiu uma publicação – *Livro da sandade* – reunindo cartas de amigos e de

desconhecidos, chocados com o episódio, e farto material da imprensa. Ela provocou ainda um debate na Câmara e no Senado sobre o porte de arma e a falta de fiscalização na venda de armas.

1919 – Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura fundam a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que começa com quarenta sócias e alguns homens, dispostos a fazer reconhecer os direitos das mulheres e sua participação na vida pública.

1919 – Bertha Lutz participa como delegada oficial do Brasil no Congresso da Organização Internacional do Trabalho, sobre as condições de trabalho das mulheres.

1919 – O senador Justo Chermont, por pressão de um grupo de sufragistas lideradas por Leolinda Daltro, apresentou o Projeto de Lei 102 em favor do voto feminino. Parte da imprensa aliou-se ao antifeminismo existente no Senado e na Câmara, para ridicularizar as mulheres e os homens que as apoiavam, conseguindo, por fim, atrasar o processo até 1928. Os argumentos partiam da concepção masculina de família e dos deveres femininos que consideravam incompatíveis com qualquer participação na esfera pública.

1919 – A representação feminina brasileira – Bertha Lutz e Olga de Paiva Meira – faz a proposta de "salário igual para trabalho igual" junto ao Conselho Feminino Internacional do Trabalho, que é aprovada.

1919 – Criada no Rio de Janeiro a Legião da Mulher Brasileira, uma organização de serviço social, cujo lema era "Amparar e elevar a Mulher", dirigida por Alice Rego Monteiro. A escritora Júlia Lopes era presidenta honorária.

1919 – Bertha Lutz funda a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, juntamente com Maria Lacerda de Moura, com o objetivo de ir além dos propósitos filantrópicos que costumavam ser a tônica das associações femininas. A Liga deveria arregimentar um "pequeno exército de propagandistas da educação racional e científica da mulher para a sua perfeita emancipação intelectual" (HUNER, 1981, p.102).

1919 – Leolinda Daltro tenta se candidatar à Intendência Municipal do Distrito Federal, mas não consegue formalizar sua candidatura. Aos poucos, afasta-se da luta feminista e se dedica apenas ao magistério. Em 35 faleceu em um acidente de carro.

1920 – Bertha Lutz participa da Conferência Pan-Americana de Mulheres, em Baltimore, EUA, como delegada oficial do Brasil. Nesta ocasião, fez

contatos importantes com feministas de todos os países das Américas, inclusive Carrie Chapman Catt. Ao regressar, em entrevista a um jornal, ela comenta o movimento feminista europeu e o americano, que lhe parecia um modelo mais apropriado para as brasileiras.

1921 – É fundada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que duraria quase meio século, com Bertha Lutz como presidenta perpétua. Era a antiga Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher que se transformava em Federação, agora filiada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino. Em pouco tempo amplia suas bases pelo país: é fundada a Liga Paulista pelo Progresso Feminino, o Conselho Paulista de Senhoras, e a Liga Mineira pelo Progresso Feminino, além de filiais em onze Estados. Segundo os estatutos, cabia à Federação promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; assegurar à mulher os direitos políticos que a Constituição lhe confere, prepará-la para o exercício destes direitos, entre outros pontos. A autorização para as meninas poderem estudar no Colégio Pedro II, por exemplo, em 1923, foi uma conquista da Federação.

1921 – A conquista do primeiro prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras por Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975), com o livro de poemas *Rito pagão*, foi saudado como o "triunfo da intelectualidade feminina brasileira", tal o ineditismo que representava. Filha de professor e diretor do Colégio Pedro II e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Rosalina foi educada em casa por professores estrangeiros, e desde cedo colaborou em revistas literárias. Defendia a participação da mulher na política e a igualdade de direitos entre os sexos. Representou a Paraíba no Congresso Feminino Internacional, em Porto Alegre, e foi a primeira mulher a ser designada pelo governo brasileiro para uma missão cultural no exterior, no caso, Montevidéu, em 1932.

1921 – Maria Lacerda de Moura, presidente da Federação Internacional Feminina, inseriu nos estatutos da Federação a proposta de incluir a disciplina "História da mulher, sua evolução e missão social" no currículo das escolas femininas do país.

1921 – É realizada a primeira partida de futebol feminino em São Paulo.

1921 – Os deputados Octávio Rocha, Bethencourt da Silva Filho e Nogueira Penido apresentam projeto de lei para conceder o voto à mulher. O

Deputado Juvenal Lamartine de Faria, do Rio Grande do Norte, dá parecer favorável, mas a iniciativa é novamente rejeitada.

- 1922 Durante a realização do Congresso Brasileiro de Ensino Secundário Superior, ocorrido no Rio de Janeiro, fica assegurado o ingresso de alunas no ensino secundário oficial.
- 1922 Realização do I Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, por iniciativa da FBPF, com a presença da feminista Carrie Catt. Na busca de legitimação e publicidade, alguns homens foram convidados, como o senador Lauro Muller e representantes de nove governadores. Havia a preocupação em convencer os anti-sufragistas de que a conquista do voto não alteraria o papel da mulher junto à família, e muito menos seria um elemento de desestruturação.
- 1922 Ercília Nogueira Cobra (?-1938) lança seu primeiro livro e dá início a uma obra polêmica que discute a exploração e sexual e trabalhista da mulher e provoca intenso debate entre os intelectuais contemporâneos. O título de seu livro era *Virgindade inútil novela de uma revoltada*. Dois anos depois, publicava *Virgindade anti-higiênica preconceitos e convenções hipócritas*; e, em 1931, ainda um terceiro livro, em Paris, reunindo os dois anteriores: *Virgindade inútil e anti-higiênica novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens*.
- 1922 O Congresso Jurídico Brasileiro aprovou por grande maioria a constitucionalidade e a oportunidade do voto feminino.
- 1922 Bertha Lutz representa as brasileiras na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana.
- 1923 Diva Nolf Nazário, feminista, militante sufragista, acadêmica de Direito e secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino, publica o *Voto feminino e feminismo*, que tem como subtítulo "Um ano de feminismo entre nós". O livro reúne artigos a respeito do "voto feminino" e dos "direitos políticos da mulher", que a autora recolheu da imprensa (como *A Cigarra, Vida Moderna, Jornal do Commercio* e *Revista Feminina,* entre outros), com comentários lúcidos que faz a cada um deles. Diva Nazário tentou diversas vezes alistar-se para votar, provocando sempre a divulgação pela imprensa de suas investidas. Com Walkyria Moreira da Silva, fundou a Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino.

- 1924 O deputado Basílio Magalhães apresenta o projeto de lei 247, visando conceder o voto à mulher brasileira.
- 1926 O jornal *Folha da Noite* noticia que o Congresso de MG discutiu um projeto de reforma da Constituição do Estado, que tinha uma emenda que concedia às mulheres o direito de votarem e serem votadas nas eleições estaduais.
- 1926 O senador Juvenal Lamartine encaminha um novo projeto de sufrágio feminino, de sua autoria, pressionado pela FBPF.
- 1927 Após tomar conhecimento de que o Presidente da República Washington Luís manifestou-se a favor do voto feminino, o presidente da Comissão de Justiça no Senado, Adolfo Gordo, desarquiva o projeto de lei 102 e o coloca em pauta.
- 1927 O governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, antecipou-se à União e conseguiu aprovar uma lei em seu Estado dando o direito ao voto às mulheres. A primeira a se inscrever foi Celina Guimarães Viana, em Mossoró (RN), seguida de Júlia Barbosa, de Natal, e outras dezoito mulheres. Dessas vinte, quinze votaram nas eleições de abril de 1928 no Rio Grande de Norte, mas a Comissão de Poderes do Senado, inconformada com o fato, deliberou considerar nulos aqueles votos, argumentando que a "legislação federal vigente não reconhecia o direito de voto das mulheres..."
- 1927 A FBPF envia ao Senado Federal uma mensagem contendo duas mil assinaturas de mulheres, reivindicando o voto feminino. A entidade se aproveita do precedente aberto no Rio Grande do Norte, com a inclusão de um dispositivo na Lei Eleitoral pelo senador Juvenal Lamartine que estabelecia igualdade de direitos políticos para homens e mulheres.
- 1927 Basílio de Magalhães faz uma conferência no Salão Nobre da Liga de Defesa Nacional, a convite da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 12 de novembro. O texto da conferência, intitulado "A mulher e os seus direitos políticos e o papel que lhe incumbe na actual evolução do Brasil", é publicado no ano seguinte pela Livraria Editora Leite Ribeiro, no Rio de Janeiro.
- 1928 Os juízes eleitorais de vários Estados alistam mulheres eleitoras, seguindo o exemplo do Rio Grande do Norte na interpretação da Constituição.
- 1928 Alzira Teixeira Soriano é eleita a primeira prefeita do Brasil, no município de Lages, RN, pelo Partido Republicano Federal.

1928 – A Comissão de Poderes do Senado Federal, ao examinar as eleições no Rio Grande do Norte, consegue a anulação de todos os votos dados pelas mulheres, alegando haver a necessidade de uma lei especial a respeito.

1928 – A FBPF lançou um manifesto à nação, chamado de "Manifesto Feminista" e também de "Declaração dos Direitos da Mulher", assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso, e por outras mulheres de importantes famílias políticas, como Clotilde de Mello Vianna, esposa do vice-presidente do Brasil.

1928 – As mulheres conquistam o direito de disputar oficialmente as provas olímpicas. O Barão Pierre de Coubertin – criador das Olimpíadas da era moderna e severo opositor à participação feminina – pede demissão do cargo de presidente do Comitê Olímpico Internacional.

1928 – Publicação do livro de poemas eróticos de Gilka Machado (1893-1980) – *Meu glorioso pecado* – que se tornou um escândalo pela afronta à moral sexual patriarcal e cristã que representava. Além de poetisa talentosa, participou dos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, principalmente ao lado de Leolinda Daltro, com quem criou o Partido Republicano, em 1910, e foi sua segunda-secretária.

1928 – É permitida a entrada de meninas no Colégio Pedro II, bem como a redução do horário feminino no comércio, que de doze horas passou a oito.

1929 – A advogada gaúcha Natércia da Silveira funda a Aliança Nacional das Mulheres, no Rio de Janeiro, e apóia o candidato da Aliança Liberal à Presidência da República. Tal gesto representou sua independência para com o grupo liderado por Bertha Lutz, que sempre foi contra o envolvimento das feministas sufragistas com partidos políticos. A Aliança Nacional das Mulheres, que chegou a ter mais de três mil sócias em todo o país, inclusive operárias, promoveu, em 1937, em Belo Horizonte, um congresso feminista que contou com a presença de Elvira Komel, a conhecida advogada mineira. O decreto do Estado Novo de 37, fechando o Congresso e os partidos políticos, conseguiu também desmobilizar e enfraquecer a Aliança, que termina por se dissolver.

1929 – Dois anos após a aprovação da lei que permitia o voto feminino no Rio Grande do Norte, uma mulher – Alzira Soriano (1897-1963) – era eleita prefeita do município de Lajes, com 60% dos votos, derrotando o adversário, um coronel da região, e tornando-se a primeira mulher prefeita

da América do Sul. Sua eleição repercutiu até no exterior, através de jornais dos Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Em seu governo, que durou quase dois anos, realizou obras de infra-estrutura na cidade, e diversas melhorias na vida da população do município. A partir de 1945, candidatouse novamente pelo Partido Social Democrata (PSD), sendo eleita vereadora, cargo que exerceu em diversos mandatos, nunca perdendo uma eleição. Até 1958 ela liderava a bancada da UDN.

1929 - Em Os tempos dramáticos da mulher brasileira, de Irede Cardoso, no ano de 1929 havia, em todo o país, no curso de Medicina, 5.789 homens matriculadas e 72 mulheres, e os formandos neste ano eram 609 homens e 4 mulheres. Em Odontologia havia 680 homens e 71 mulheres matriculados, e formando 156 do primeiro grupo e 13 do segundo. Em Farmácia, havia apenas 13 mulheres; em Filosofia e Letras eram 62 homens e 3 mulheres, sendo que 62 deles se formaram e apenas 1 mulher. Em Ciências Jurídicas e Sociais havia 3.180 homens matriculados e 20 mulheres, e dentre os formandos 401 homens e 2 mulheres. Em Engenharia Civil havia 2.007 homens e 24 mulheres, e formaram-se 212 homens e 1 mulher. Em Engenharia Industrial, havia 16 homens e nenhuma mulher; em Engenharia Elétrica havia 282 homens matriculados e 2 mulheres, sendo que se formaram neste ano 42 homens e nenhuma mulher. Em Arquitetura, 23 homens matriculados e uma mulher; em Agronomia e Veterinária havia 970 homens e 10 mulheres, 145 deles se formaram e 2 mulheres concluíram o curso. No ensino comercial havia 18.892 homens matriculados e 4.260 mulheres. Destes, formaram-se 2.458 homens e 627 mulheres. Em Arte Dramática eram, em 1929, 47 homens matriculados e 53 mulheres, e apenas uma mulher estava se formando. Em Belas-Artes estavam matriculados 1.146 homens e 153 mulheres, e 29 se formavam e nenhuma mulher. O curso de Música vai ser uma exceção: havia 616 homens matriculados para 4.910 mulheres, e entre os formandos 31 eram homens e 588 mulheres.

1929 – Bertha Lutz, sempre incansável, funda a União Universitária Feminina.

1929 – Emiliana Emery Viana (1874-1957) conseguiu que um Juiz de Direito desse um despacho positivo para que fosse admitida como eleitora de uma cidade do Espírito Santo, tornando-se a primeira eleitora daquele Estado. Tal gesto mereceu um telegrama de congratulações de Bertha Lutz e o convite para ingressar na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

1930 – A FBPF promove o II Congresso Internacional de Mulheres, com grande mobilização e repercussão na imprensa. Aos poucos, e como resultado

do empenho das mulheres, o feminismo torna-se respeitado e cada vez mais mulheres reivindicam o direito ao voto. A luta pelo sufrágio deixou de representar uma subversão para tornar-se elegante na elite. Textos sobre a mulher eram editados com maior frequência e as fortes exigências para a emancipação eram substituídas por expressões mais moderadas, que não causassem constrangimento aos homens.

1930 – A paraibana Anayde Beiriz (1905-1930) ingere veneno para ratos e morre no asilo Bom Pastor, instituição religiosa que atendia mães solteiras e prostitutas, em Recife. Anayde, que concluiu em primeiro lugar a Escola Normal aos 17 anos e que ganhou um concurso de beleza, escrevia versos e era a favor da emancipação das mulheres, viveu um caso de amor com João Dantas, o adversário político de João Pessoa. Por causa dele, foi perseguida, humilhada e acusada de ser prostituta. Sua conturbada história de vida mereceu um filme de Tizuka Yamazaki, com Tânia Alves representando a protagonista.

1931 – No dia 11 de junho, inaugura-se o II Congresso Internacional Feminino, em que se destacam resoluções solicitando medidas protetoras do trabalho feminino.

1931 – Um grupo de mulheres da Federação, com o apoio de Alzira Vargas, se reúne com o governo provisório de Getúlio Vargas para apresentar suas reivindicações. Vargas acolhe a argumentação em favor do voto feminino e a incorpora ao Código Eleitoral em 1932. Fizeram parte do grupo: Jerônima Mesquita, Carmem Portinho, Maria Eugênia Celso, Maria Sabina, Diva Miranda Moura, Carmem de Carvalho e Maria Luiza Bittencourt.

1932 – Em junho, uma comissão de mulheres é recebida pelo Presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete, que lhe entregam um documento com 5 mil assinaturas pleiteando a indicação da cientista e líder feminista Bertha Lutz para a comissão que iria elaborar o anteprojeto da nova Constituição. A comissão é nomeada em 27 de outubro deste ano, com 23 membros, entre eles Bertha Lutz e Nathércia da Cunha Silveira. Elas trabalham pela igualdade salarial, pela proibição de se demitir mulheres grávidas e pela regulamentação do trabalho feminino.

1932 – O governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo decreto 21.076, de 24 de fevereiro, garantindo o direito de voto às mulheres brasileiras casadas, com o consentimento dos maridos, e às mulheres solteiras e viúvas que tivessem renda própria, excluindo apenas as

- analfabetas. O Brasil passava a ser o quarto país nas Américas a conceder o voto às mulheres, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador. Mas como Getúlio Vargas suspendeu as eleições, as mulheres só foram exercer o direito conquistado na disputa eleitoral de 1946.
- 1932 Neste ano a nadadora Maria Lenk, de 17 anos, embarca para Los Angeles como a única mulher da delegação olímpica. Foi a primeira atleta brasileira a participar de uma Olimpíada.
- 1933 A médica paulista Carlota Pereira de Queiroz é a primeira deputada federal eleita no país, em um total de 214 deputados. Em maio, na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, a mulher brasileira podia votar e ser votada.
- 1933 A FBPF promove a II Convenção Feminista Nacional, Salvador (BA). Com a conquista do voto, as sufragistas perderam sua principal bandeira e tem início uma crescente desmobilização das mulheres. Para muitas, o direito ao voto resolveria tudo em pouco tempo.
- 1933 Para a decepção das feministas, poucas mulheres se inscrevem para votar. No Rio de Janeiro, por exemplo, apenas 15% dos eleitores eram do sexo feminino. Ainda assim, nas eleições deste ano, foram eleitas oito deputadas estaduais em todo o Brasil, três delas ligadas à FBPF.
- 1933 A alagoana Almerinda Farias Gama (1899-1992), conhecida feminista e ativista sindical, foi a única mulher eleita delegada, entre quarenta delegados classistas (trabalhadores e empregados), para votar em seus representantes para a Assembléia Nacional Constituinte. Almerinda provavelmente foi também uma das primeiras mulheres negras que participou da política no país. Foi líder sindical e presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Rio de Janeiro, para onde havia se mudado à procura de emprego. Sempre apoiou as iniciativas da FBPF, e chegou a se candidatar para a Câmara Federal nas eleições de 1934, apresentando-se como representante dos trabalhadores, mas não logrou eleger-se.
- 1934 A Assembléia Constituinte assegurou o princípio da igualdade entre os sexos, o direito ao voto feminino, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre homens e mulheres.
- 1934 A constituição republicana deste ano garante a idade mínima para voto aos 18 anos, somente sendo alterada em 1988, quando se institui o voto para os maiores de 16 anos. Eliminadas as restrições do código eleitoral para as mulheres, o voto é obrigatório apenas para as mulheres funcionárias públicas. Neste ano são realizadas eleições em todo o país.

1933 – Publicação do romance *Parque industrial*, de Patrícia Galvão (1910-1962), importante representante do feminismo-marxista, que defendia que a liberação de todos oprimidos, aí incluída a mulher, apenas seria possível com o fim da sociedade de classes. No romance, Pagu, como era chamada pelos poetas modernistas, denuncia o abuso sexual que as moças pobres sofriam de homens da classe dominante, articulando as questões de gênero e de classe. Desde 1931, ingressou no Partido Comunista e, com o companheiro Oswald de Andrade, participou das agitações revolucionárias de outubro de 1930 e criou o jornal panfletário *O homem do povo*. Era responsável pela coluna "A mulher do povo", que satirizava as feministas burguesas. Primeira mulher a ser presa no Brasil por motivos políticos, Pagu, foi também "musa" da antropofagia e estrela de primeira grandeza nos salões da aristocracia paulista.

1934 – Fundação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, inaugurado com a presença do Presidente Getúlio Vargas.

1934 – Inauguração da Federação Mato-Grossense pelo Progresso Feminino, filial da FBPF, em Cuiabá, com grande participação feminina e ampla divulgação na imprensa.

1934 – Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça é a primeira mulher membro do Tribunal Eleitoral, a fazer parte da mesa apuradora. Filha de importante família pioneira da indústria do ferro no Brasil, foi feminista militante, autora de livros de poemas e fundadora da Casa do Estudante do Brasil, da qual foi presidenta vitalícia.

1934 – A médica Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), eleita a primeira deputada federal do Brasil, participou com Bertha Lutz da elaboração da Constituição que consagrou o voto feminino em seu artigo 108. A Doutora Carlota, que se formou em 1926, foi a primeira brasileira a se dedicar ao estudo do câncer feminino, tema de sua monografia de doutoramento que mereceu o Prêmio Miguel Couto. Em 1928, assumiu a Clínica Pediátrica da Faculdade de São Paulo, e, no ano seguinte, viajou para a Suíça e a Alemanha para se especializar em alimentação infantil. Por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, ela organizou um grupo de setecentas mulheres para dar assistência aos feridos, trabalho esse que lhe rendeu muito prestígio. Como parlamentar, criou o primeiro projeto para serviços sociais no país. Na Constituinte integrou a Comissão de Saúde e Educação, trabalhando pela alfabetização e assistência social. Após a promulgação da Carta, elegeuse novamente exercendo seu mandato até o fechamento do Congresso

Nacional por Vargas. Foi fundadora da Associação Brasileira de Mulheres Médicas, membro da Academia Paulista de Medicina e da Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, e ainda trabalhou em hospitais da Alemanha, França e Suíça. Nas décadas de 1950 e 1956 tentou a reeleição, sem sucesso.

1934 – Bertha Lutz, após ser nomeada pelo governo provisório a representante oficial do movimento feminista organizado, empreendeu uma ampla consulta às mulheres de todo o país, através da imprensa e do Correio, solicitando sugestões para a emancipação feminina.

1934 – A Aliança Libertadora, que criou a União Feminina em 1934, no ano seguinte foi considerada fora da lei, sendo suas dirigentes presas.

1934 – É eleita a primeira deputada estadual de Sergipe, e uma das primeiras do Brasil, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878-1942). Em 1906 havia fundado o primeiro educandário feminino de Aracaju, o Colégio Nossa Senhora de Santana, do qual foi diretora muitos anos e onde praticava muitas de suas idéias feministas. Amparada em seu prestígio de educadora, e com o apoio da FBPF e da União Universitária Feminina, lançou-se candidata a deputada constituinte nas eleições de 1934.

1934 – Outra mulher eleita com a nova Constituição de Vargas foi a catarinense Antonieta de Barros (1901-1952), a primeira deputada negra do país, pelo PSD. Foi também a primeira mulher eleita para o Legislativo Estadual de Santa Catarina. Filha de jardineiro e de uma lavadeira, ingressou em 1921 na Escola Normal Catarinense. Logo que se formou, criou o Curso Particular Antonieta de Barros, que dirigiu até sua morte, convencida de que a instrução era a única condição de libertação das pessoas pobres. Foi professora em diversos colégios e diretora do Instituto de Educação no período de 1937 a 1945. Na década de 1930, manteve contato com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mantendo intensa correspondência com Bertha Lutz. Depois da redemocratização do país, tornou a se candidatar a deputada estadual nas eleições de 1945, conseguindo a primeira suplência. Em 1947 assumiu a vaga e cumpriu seu mandato ate 1951.

1935 – Maria do Céu Fernandes foi diplomada como a primeira deputada estadual, no Rio Grande do Norte.

1935 – Fundação da União Feminina do Brasil, por mulheres simpatizantes do Partido Comunista do Brasil. Entre elas estava a mineira Eugênia Moreira (1898-1948), considerada a primeira mulher repórter do país, que trabalhou nos jornais Última Hora, A Rua, A Notícia e O País. Casada também

com jornalista, transformou sua casa em espaço de reunião para militantes da esquerda e também de pessoas ligadas ao teatro. Foi presa em 35, e solta no ano seguinte por falta de provas. Com Leocádia Prestes, participou ativamente da campanha pela libertação de Anita Leocádia Prestes, nascida em 1936 no campo de concentração nazista. Em 1945, filiou-se ao PCB, e candidatou-se a deputada federal constituinte, mas nem ela nem nenhuma outra mulher foi eleita nesta ocasião.

1935 – Realização do III Congresso Nacional Feminista no Rio de Janeiro, cujo tema central era "O Estatuto da Mulher". Ao final, deliberaram pleitear junto ao governo a criação do Departamento Nacional da Mulher.

1935 – Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça representou oficialmente o Brasil na Comissão Internacional de Mulheres, em Istambul, na Turquia.

1935 – Dra. Nise da Silveira (1905-1999), alagoana, médica psiquiátrica, militante da Aliança Nacional Libertadora, foi denunciada como comunista, ficando presa durante 16 meses na Casa de Detenção da Rua Frei Caneca. Quando Nise da Silveira ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, aos dezesseis anos, era a única mulher da turma. Aos vinte e um anos, ao concluir o curso, escreveu interessante trabalho a respeito da criminalidade entre as mulheres baianas, destacando ladras, prostitutas e assassinas. Foi pioneira na utilização de terapia ocupacional como tratamento para a doença mental.

1936 - Adalgisa Cavalcanti (1907-2003), integrante da Aliança Liberal, participou da comissão de solidariedade aos presos políticos após o levante comunista de 1935, foi presa e permaneceu detida durante quatro meses na Colônia Penal do Bom Pastor. Com o fim do Estado Novo e a legalização do PCB, filiou-se ao partido e concorreu às eleições, tendo se tornado a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

1936 – Olga Benário (1908-1942), militante comunista e mulher de Luiz Carlos Prestes, é entregue aos alemães pelo governo brasileiro, apesar de grávida e da intensa campanha para que não fosse deportada. Olga havia participado com Prestes da articulação e direção do movimento ocorrido em novembro de 1935, conhecido como Intentona Comunista, nas cidades de Natal, Rio de Janeiro e Recife, mas, após a derrota, foram levados para a Casa de Detenção, da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Não se sabe ao certo a data de sua morte, mas supõe-se que tenha sido em 1942, que foi quando Dona Leocádia, mãe de Prestes, obteve permissão para retirar a única filha dos dois, Anita, da prisão em que se encontrava desde o nascimento.

1936 - Bertha Lutz, que havia sido eleita como suplente para a Câmara dos Deputados pela Liga Eleitoral Independente, seção feminista do Partido Autonomista, assume o mandato na Câmara devido à morte de seu titular. Assim que assumiu o mandato, apresentou projetos de lei voltados para a questão do trabalho feminino, a proteção à maternidade e às crianças, como a criação do "Departamento de Maternidade, Infância, Trabalho Feminino e Lar", que chegou a ser aprovado e recebeu até verba no orçamento, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso. Também, ajudou a criar a Comissão de Estatuto da Mulher, que dirigiu, e foi importante para articular e mobilizar pessoas em torno das questões de interesse das mulheres.

1936 – Duas jovens – Piedade Coutinho e Seyla Venâncio – participam da prova dos 400 metros nado livre. Piedade fica em 5º lugar. Maria Lenk, apesar de favorita dos 200 metros, não conseguiu classificação.

1936 – A curitibana Cordélia Ferreira (1898-?), de família de artistas e que desde os oito anos integrava um grupo de teatro amador, inaugura o rádio-teatro, na rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, tornando-se a primeira rádio-atriz brasileira. Os primeiros textos representados foram *A dama das camélias, A ré misteriosa* e *A ponte de Waterloo*, sempre com enorme sucesso. Também trabalhou no cinema e com dublagem.

1937 – O Estado Novo criou o decreto 3.199 que normalizava a prática esportiva feminina. Entre outros, proibia às mulheres os esportes considerados incompatíveis com as condições femininas, como luta de qualquer natureza, o futebol de salão, futebol de praia, pólo, pólo aquático, halterofilismo e beisebol. O decreto foi regulamentado em 1965.

1937 – Bertha Lutz apresenta o projeto de lei do Estatuto da Mulher, que incorporava os benefícios da Constituição de 1934 e acrescentava outros, como o aumento da licença maternidade para seis meses e o recebimento integral do salário pela gestante licenciada, ainda que em caso de aborto. Nesta ocasião ocorre o rompimento entre Bertha Lutz e Carlota Pereira de Queiroz, após longos e calorosos debates que quase provocam uma cisão irreversível no movimento feminista. O motivo teria sido justamente a criação do Departamento Nacional da Mulher.

1937 – Fundada a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas no Rio de Janeiro.

1939 – Maria Lenk bate dois recordes mundiais nos 200 m e 400 m de nado de peito.

1942 – Anna Amélia Carneiro de Mendonça representa o Brasil na Comissão Internacional de mulheres, em Washington, EUA.

1942 – Em função do fim da Segunda Guerra Mundial, as mulheres voltam à ativa e fundam a Frente Única de Mulheres. No ano seguinte, a primeira conquista: a mulher não necessita da autorização do marido para trabalhar. Mas ele pode impedi-la se considerar o serviço "prejudicial aos vínculos familiares" ou perigoso às "condições peculiares das mulheres".

1942 – A Reforma no Ensino do Ministro Capanema contribui para atrasar as conquistas femininas, ao "sugerir" que as meninas não freqüentassem classes ao lado de meninos, usando o argumento da especificidade da "natureza" e de sua "missão dentro do lar"... Muitas famílias recuam, não permitindo que as filhas fizessem os cursos secundários que já eram mistos, restando à jovem apenas o Curso Normal, que, por sua vez, vedava o acesso ao ensino superior. Apenas depois de 1949 será possível ingressar em cursos superiores a partir do Normal e, mesmo assim, em alguns cursos, como Pedagogia, Letras, Geografia e História. De professora primária a professora de ensino médio – um pequeno passo era dado. E em 1953 finalmente caíram estas barreiras, podendo a normalista ingressar em qualquer curso superior. (Irede Cardoso, *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*, p. 29-30)

1945 – Organização de comitês femininos em prol da defesa dos direitos da mulher, da infância e da soberania nacional.

1945 – Ivete Mariz torna-se recordista brasileira e campeã sul-americana de arremesso de disco e de dardo e vice-campeã carioca de atletismo e de arremesso de peso.

1945 – Apenas neste ano as mulheres brasileiras votaram pela primeira vez, apesar da lei que lhes facultava o voto ser de 1932, devido ao regime ditatorial do país.

1945 – Adalzira Bittencourt torna-se a primeira mulher eleita deputada estadual de Pernambuco.

1946 – Gilda de Abreu (1904-1979), nascida em Paris, mas naturalizada brasileira, trabalhou no teatro musicado na década de 1930, tornando-se muito popular. Seu primeiro filme foi *Bonequinha de luxo*, dirigido por Oduvaldo Viana. Obteve grande sucesso com os filmes que dirigiu, como *O Ébrio*, que realizou com o marido, o cantor Vicente Celestino, *Pinguinho de gente*, de 1949, e *Coração Materno*, em 1949. Seu último filme foi um curtametragem para homenagear o marido, chamado *Canção de amor*, em 1977.

1946 – Adalzira Bittencourt (1904-1976), advogada, escritora e feminista, organizou no Palace Hotel do Rio de Janeiro, com livros de sua biblioteca particular, a Primeira Exposição do Livro Feminino, de enorme repercussão na imprensa. No ano seguinte, 1947, realizou o mesmo evento em São Paulo, na Biblioteca Mário de Andrade, reunindo mais de mil livros de quinhentas e sessenta escritoras. Durante a Exposição, foram realizadas palestras sobre a mulher na história nacional, na música, o divórcio, o papel da imprensa, a literatura de autoria feminina, entre outras. Adalzira Bittencourt foi uma incansável divulgadora da causa da mulher, sempre preocupada com a construção da memória feminina brasileira. Entre outros trabalhos, publicou: Mulheres e livros (1948), que contém um catálogo de livros da "Biblioteca Pública Feminina Brasileira"; A mulher paulista na história (1954); Sua Excia. a presidente do Brasil (1938); Ana Pimentel: governadora; Antologia de letras femininas (1948); e o Dicionário de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil, que não concluiu.

1946 – A professora e pedagoga mineira, de Santo Antônio do Monte, Maria Angélica de Castro, torna-se a 1ª Secretária de Educação no Acre, um ano antes transformado de Território em Estado.

1946 – Ano da 4ª Constituição da República, que garante o voto pleno às mulheres, nos mesmos termos estabelecidos para os homens. Com o retorno do período democrático, nenhuma mulher é eleita para o Congresso Nacional.

1947 – Zuleika Alembert (1922) foi a primeira mulher eleita deputada estadual pelo Partido Comunista, com 4.654 votos, destacando-se sempre na luta da causa operária e das mulheres. Em 1948, com a cassação do PC, continuou a agir na clandestinidade, redigindo documentos e panfletos e participando da Liga de Defesa Nacional em defesa dos presos políticos. Colaborou na organização da primeira greve portuária, em Santos, na tentativa de impedir o desembarque de mercadorias espanholas, numa represália ao ditador Franco. Terminou sendo expulsa do partido ao denunciar a sujeição da mulher no seu próprio partido.

1947 – Registrados os estatutos do Conselho Nacional de Mulheres, organização não-governamental.

1947 – Lançado o jornal *Momento Feminino*, editado pela Federação das Mulheres do Brasil, no Rio de Janeiro, sob a direção de Ana Montenegro e Arcelina Machel, que sobreviveu por nove anos e tinha como principal

objetivo divulgar a luta pela emancipação feminina. Entre outras colaboradoras, Eneida de Moraes publicou artigos nele.

1947 – Em São Paulo, Conceição da Costa Neves obtém uma vaga como deputada estadual. Foi reconduzida cinco vezes, até ter seus direitos políticos cassados pelo AI-5, em 1969. Foi a primeira mulher a assumir a Presidência do Legislativo no Brasil.

1948 – Criada a Federação de Mulheres do Brasil, que incluía diferentes tendências da esquerda e com forte influência do PCB, que vai organizar a Conferência Latino-Americana, cuja primeira presidenta foi Alice Tibiriçá. Suas bandeiras eram basicamente três: a luta pela paz; a luta contra o aumento do custo de vida e em defesa do abastecimento; e a defesa dos interesses da mulher.

1948 – Após doze anos sem a presença de nenhuma mulher, a delegação brasileira segue para as Olimpíadas de Londres com onze mulheres e sessenta e oito homens. Esta olimpíada vai consagrar a mulher através da holandesa Fanny Blakers-Keon, que arrebatou quatro medalhas de ouro no atletismo, superando todos os homens.

1950 – Ivete Vargas, então com vinte e dois anos, foi eleita Deputada Federal pelo PTB. Reelegeu-se em 1954, 1958, 1962 e 1966, até ser cassada pelo Regime Militar. Com a anistia, elegeu-se novamente deputada em 1982.

1950 - Fundada a Associação Brasileira da Mulher Médica.

1951 – É aprovada na OIT, Organização Internacional do Trabalho, a obrigatoriedade da igualdade de remuneração entre o trabalho masculino e o feminino para função igual.

1951 – A paulista Ada Rogato (1920-1986) voa sozinha sobre as três Américas, tornando-se a primeira aviadora do mundo a percorrer uma quilometragem tão extensa em vôo solitário. Antes, havia feito cursos de aviação e se habilitado em 1936. Sobrevoou a Cordilheira dos Andes, percorreu quatro países da América do Sul, saltou de pára-quedas no Chile, recebendo, por sua coragem e competência, inúmeras medalhas e condecorações, entre elas o título de "Piloto Honoris Causa" da FAB, e a comenda "Asas da Força Aérea Brasileira".

1953 – A Federação de Mulheres do Brasil organiza a Passeata da Panela Vazia.

- 1954 A escritora Olívia Enciso (1909) é eleita a primeira vereadora de Campo Grande (MT), e em 1958 tornou-se a primeira Deputada Estadual de Mato Grosso, pela UDN. Em seus mandatos trabalhou pela melhoria de vida do povo mato-grossense.
- 1955 Números colhidos em *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*, de Irede Cardoso. Na época, havia 8.570.524 homens analfabetos e 10.311.962 mulheres nas mesmas condições.
- 1956 Conferência Nacional das Trabalhadoras: luta por creches e direitos trabalhistas.
- 1956 O governo de Juscelino Kubitschek, provavelmente influenciado por empresários e mulheres reacionárias, suspendeu arbitrariamente várias organizações femininas e feministas, como a Associação Feminina do Distrito Federal e a Federação das Mulheres do Brasil. E de nada adiantaram os recursos e a luta de suas participantes, pois, depois de seis meses da suspensão, a Justiça proibiu definitivamente o funcionamento dessas entidades.
- 1958 Elisabete Teixeira funda, com o marido João Pedro, a Liga Camponesa de Sapé, no Nordeste. Após o assassinato do marido, em 1962, a mando de usineiros paraibanos, Elisabete assumiu a liderança da organização, até ser também assassinada. O filme de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*, conta um pouco sua trajetória de luta.
- 1959 Criação da Liga Feminina do Estado da Guanabara, que organiza a campanha contra a carestia e contra os monopólios internacionais. Sua campanha pelos direitos da criança defendeu a bandeira "Leite = alimento social", denunciou as multinacionais do mercado e exigiu o barateamento do produto. Foi fechada com o golpe de 64, e muitas das participantes foram perseguidas.
- 1960 É fundada a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que atuou na organização de cursos profissionalizantes para mulheres, na fundação de bibliotecas e em campanhas contra o custo de vida, chegando a elaborar um minucioso estudo a respeito. O grupo responsável, inclusive, foi a Brasília entregar um abaixo-assinado com cerca de mil assinaturas, sugerindo medidas para o combate da inflação. O golpe militar de 64 pôs fim às suas atividades.
- 1961 Pesquisa revela que 17,9 % da força de trabalho no Brasil é feminina.
- 1962 Romy Medeiros (1921) e Orminda Bastos (1899-1971), feministas e advogadas ligadas à Federação, tiveram atuação decisiva junto ao Congresso

Nacional ao apresentarem, em 1952, um novo projeto de Estatuto Jurídico, que ampliava os direitos da mulher casada, até entao comparada aos índios em sua dependência. Apenas dez anos depois, após a pressão das associações femininas, o texto foi sancionado pelo Presidente João Goulart, como lei 4.121. A principal alteração referia-se ao direito de trabalhar fora de casa.

1962 – Maria José Nogueira Pena e Marta Nair Monteiro foram as pioneiras da Assembléia de MG.

1962 – O Código Civil Brasileiro passa por reforma e concede direitos à mulher casada na chefia da família, até então considerada incapaz e comparada a menores de idade.

1962 - A pílula anticoncepcional chega ao Brasil.

1963 – O Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotada por ocasião da VII Assembléia Geral das Nações Unidas, depois do Congresso Nacional o ter aprovado em 1953.

1963 – Criação da SOF – Sempreviva Organização Feminista, de São Paulo, que contribuiu na construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Seus principais temas: políticas públicas de gênero e direitos reprodutivos.

1964 – Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, liderada por mulheres das camadas dominantes contra o governo constitucionalmente eleito, foi considerada como um elemento detonador do golpe militar de 31 de março.

Década de 1960: Eram deputadas Federais: Nancy Novaes, Nita Costa, Nísia Carone, Maria Lucia Araújo, Ligia Doutel de Andrade e Julia Streibruch.

1964 – Concluíram o curso superior ao final deste ano 20.282 homens e 6.890 mulheres. Prevalecia a idéia de que mulher não precisa estudar, e que, ao casar, devia deixar a escola e o trabalho. No máximo era permitido o exercício do magistério primário, cujo salário era tão pouco que só dava para os próprios gastos ou "para os alfinetes", como se costumava dizer.

1964 – O Conselho Nacional de Desportos – CND – proíbe a prática do futebol feminino no Brasil. A decisão apenas será revogada em 1981, com a exigência da obrigatoriedade do teste de feminilidade (ou exame cromossomático) nos Jogos Olímpicos de Tóquio, para impedir que atletas masculinos travestidos de mulher se inscrevessem.

1965 – Cora Coralina (1889-1987) publica, aos 75 anos, seu primeiro livro – Poemas dos becos de Goiás e estórias mais, surpreendendo os contemporâneos e a crítica nacional. Dizia ela: Entre pedras/ cresceu a minha poesia./ Minha vida.../ quebrando pedras/ e plantando flores. Nascida em Goiás Velho, como Ana Luís dos Guimarães Peixoto Bretãs, casou-se com um homem bem mais velho e teve seis filhos. Durante quarenta e cinco anos residiu em diversas cidades do interior de São Paulo. Ao ficar viúva, em 1956, voltou para Goiás e para a antiga casa de sua infância, conhecida como a Casa Velha da Ponte, na margem do Rio Vermelho. Dedicou-se, então, a escrever e fazer doces. Foi membro efetivo de importantes entidades culturais, e recebeu inúmeras homenagens e prêmios literários.

1966 – A Campanha da Mulher pela Democracia é reconhecida como de utilidade pública.

1966 – O Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas na legislação eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres em suas chapas proporcionais.

1967 — É promulgada a nova Constituição brasileira, que concede às mulheres o direito de aposentadoria integral ao completarem trinta anos de serviço.

1967 – A revista *Realidade* publica uma edição especial sobre a mulher brasileira. Parte das revistas foi apreendida pela Policia Federal, que julgou o contexto do periódico imoral.

1967 – Anna Amélia Queirós Carneiro de Mendonça é convidada pelo governo de Israel para representar a mulher brasileira no Congresso Internacional Feminino pela Paz e Desenvolvimento.

1967 – Na primeira Constituição após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, declara expressamente o preceito que garante a igualdade legal, sem distinção de sexo.

1968 – Uma estudante de Letras da USP, Helenira Resende, tornou-se vice-presidente da União Nacional dos Estudantes e participou da guerrilha do Araguaia. Foi uma das muitas mulheres revolucionárias assassinadas pela ditadura militar. Consta que teria morrido a golpes de baioneta, lutando contra os militares, em 29 de setembro de 1972. O abrigo que a Prefeitura de São Paulo tem para mulheres vítimas da violência doméstica e em risco de morte tem o seu nome.

- 1968 O trabalho feminino é regulamentado no Brasil, proibindo a discriminação de sexo na nomeação de cargos de trabalho.
- 1968 Surgem denúncias de mulheres presas, torturadas e mortas na guerrilha contra a ditadura militar.
- 1969 A Rádio Mulher vai ao ar como a primeira, no Brasil, exclusivamente feminina.
- 1969 Leila Diniz torna-se símbolo da liberação feminina depois de entrevista bombástica ao jornal *O Pasquim* e de posar grávida de biquíni, deixando a barriga à mostra.
- 1970 É permitido às mulheres exercerem a profissão de cobradoras de ônibus.
- 1970 É assassinada em frente à família, na sua própria casa, Alceri Maria Gomes da Silva, gaúcha, operária, que liderava um movimento local contra a ditadura militar. Tinha na época 27 anos.
- 1971 Um grupo de mulheres, lideradas por Romy Martins Medeiros da Fonseca (1921), reúne-se no Restaurante da Mesbla, no Rio de Janeiro, para estudar uma estratégia para comemorar um dia das mulheres, já que o governo militar proibia qualquer manifestação no 8 de março. Foi sugerida a criação do dia 30 de abril, data de nascimento de Jerônima Mesquita, importante líder feminista que havia servido na Primeira Guerra Mundial.
- 1971 A Escola Politécnica de São Paulo forma a primeira doutora. Até então nenhuma mulher havia recebido o título na instituição.
- 1971 Betty Friedam, conhecida líder feminista americana, visita o Brasil por ocasião do lançamento da tradução em português de seu livro *Mística feminina*. Suas entrevistas à imprensa do país inflamam os grupos de mulheres.
- 1972 As empregadas domésticas têm lei de trabalho regulamentada no Brasil.
- 1972 Morre Leila Diniz, em acidente de avião, na Índia.
- 1972 As mulheres são maioria em escolas e o índice de trabalhadoras remuneradas sobe para 29%.
- 1972 Em São Paulo, as mulheres representavam 35% do total da força de trabalho, das quais 75,3% eram empregadas domésticas, ou seja, o equivalente a 26,2% da força de trabalho feminino. (*Breve história do feminino no Brasil*, Amélia de Almeida Teles, SP: Brasiliense, 1993. p.170)

1972 – O Conselho Nacional de Mulheres, através de Romy Medeiros, organiza um Seminário da Mulher, patrocinado pela BENFAM e pela CocaCola, no Rio de Janeiro.

1972 – Ana Maria Nacinovic Correa, carioca, estudante de Belas-Artes na UFRJ, é metralhada dentro de um restaurante, aos 31 anos de idade, por militar no movimento estudantil e na Aliança Nacional Libertadora. Outras mulheres que se engajaram na luta armada e também foram mortas: Ana Rosa Kucinski Silva, paulista e professora do Instituto de Química da USP, Áurea Elísia Pereira Valadão, mineira e estudante de física da UFRJ, Dinaelza Santana Coqueiro, baiana, estudante de Geografia na UFBA, Gastone Lúcia Beltrão, alagoana, estudou em Cuba, dentre muitas outras.

1973 – A prática de topless é proibido nas praias brasileiras.

1973 – No Brasil tem-se a primeira mulher no cargo de delegada de polícia.

1975 – Neste ano são fundados: o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, o Pró-Mulher; o Movimento Feminino pela Anistia; a Sociedade Brasil Mulher; e ainda os grupos Nós Mulheres, Ação Mulher, Associação de Mulheres Profissionais de Negócios de São Paulo.

1975 – A lei proibindo a demissão de mulheres grávidas, no período da gestação e nos dois meses após o término do auxílio-maternidade, finalmente é aprovada.

1975 – A ONU institui o 8 de março como Dia Internacional da Mulher, em homenagem às cento e vinte e nove tecelãs americanas queimadas vivas dentro de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, em 1857, porque estavam em greve pela redução da jornada de trabalho de 17 horas para dez horas.

1975 – Durante a Conferência da ONU no México, é divulgado o Plano de Ação do México aprovando o Decênio da Mulher (1975-1985), que definia as metas a serem atingidas nos dez anos seguintes para eliminar a discriminação. A ONU e a Cúria Metropolitana de São Paulo promovem o Encontro para Diagnóstico da Mulher; e surgem inúmeras organizações de mulheres, como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, o Movimento Custo de Vida (depois Movimento contra a Carestia – MCC), e o Centro da Mulher Brasileira (CMB), considerada a primeira organização do novo feminismo, entre outros.

1975 – Em São Paulo, um grupo de mulheres cria o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira – CDMB. Surge o Movimento Feminino pela

Anistia – MFA –, unindo a luta pela redemocratização do país, presidido por Terezinha Zerbini, cujo marido tinha sido perseguido após o golpe de 64.

1975 – Surgem os jornais *Brasil Mulher* (porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia, formado principalmente por ex-presas políticas) e o *Nós Mulheres* (primeiro grupo a se denominar feminista), que refletiam sobre a anistia, o direito ao aborto, os altos índices de mortalidade materna, a insignificante participação das mulheres na política, a remuneração menor do trabalho feminino, a dupla jornada, a prostituição, entre muitos outros.

1975 – A ABI – a Associação Brasileira de Imprensa, do Rio de Janeiro, promove uma semana de debates sobre "o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", sob o patrocínio do Centro de Informações da ONU.

1976 – Zuzu Angel, estilista brasileira, morre em circunstâncias estranhas, quando investigava o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel, militante de uma organização de luta armada.

1976 – O Ministério do Trabalho realiza pesquisa que mostra que os salários dos homens são superiores aos das mulheres com mesmo nível de instrução.

1976 – O assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, pelo torpe motivo de ciúme e porque ela queria romper o relacionamento, repercute por todo o país mobilizando as mulheres em torno da questão da violência doméstica e da impunidade. "Quem ama não mata!", é a frase mais pichada nos muros das grandes cidades brasileiras.

1976 – Íris Carvalho e Maria Lenk, representando as atletas brasileiras, recomendam na CPI da Mulher que o decreto 3.199, que cerceava a participação feminina nas modalidades esportivas, fosse revogado.

1976 - Criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

1976 – A escritora Nélida Piñon participa da redação e da organização do Manifesto dos 1000, contra a censura e a favor da democracia no Brasil.

1977 – Rachel de Queiroz (1910) é a primeira mulher a ser admitida na ABL – Academia Brasileira de Letras. Em 1930, Rachel lançou o primeiro romance – O Quinze – que trata do drama dos flagelados e de questões sociais. Em 1992, lançou Memorial de Maria Moura, que ganhou diversos prêmios. Apesar de sua história de vida e das personagens femininas que criou, decididas e independentes, Rachel sempre negou o feminismo.

1978 – Grandes estréias no campo cultural marcam o debate sobre comportamento e a nova mulher: as peças *Bodas de Papel*, de Maria Adelaide Amaral, e *O grande amor de nossas vidas*, de Consuelo de Castro; e as novelas *Dancing'days*, de Gilberto Braga, e *Sinal de Alerta*, de Dias Gomes.

1978 – Feministas apresentam aos candidatos a deputado, no Rio de Janeiro e em São Paulo, documento com suas reivindicações.

1978 – Realização do I Congresso da Trabalhadora Metalúrgica, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos e o jornal *Brasil Mulher*. Cerca de 400 mulheres participam e denunciam os problemas que sofriam em casa e nas fábricas. Criam então um departamento feminino no sindicato, apesar da oposição da direção sindical, que pensava que organizar as mulheres era dividir a classe operária.

1978 – Surge no Rio de Janeiro o jornal homossexual *Lampião da Esquina*, e, em São Paulo, foi organizado o Grupo SOMOS, formado por gays e lésbicas.

1978 - São eleitas quatro deputadas federais.

1979 – Instituída no Brasil a Frente de Mulheres Feministas.

1979 – Eunice Michelis é a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado, tendo assumido em função da morte do senador amazonense João Bosco de Lima. Enquanto senadora, defende sobretudo a cidadania feminina.

1979 – Júnia Marise, deputada mineira, é a primeira mulher eleita para o Senado.

1979 – Criação do Grupo sobre Estudos da Mulher na Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais), que contribui para a legitimação do tema no espaço da academia.

1979 – Acontece o I Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar, organizado por feministas e mulheres da periferia para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Participaram cerca de 800 mulheres trazidas pela Associação das Donas de Casa, pelo Movimento Custo de Vida, a Frente Nacional do Trabalho, a Casa da Cultura de Guarulhos, a Sociedade Brasil Mulher, o Centro de Desenvolvimento da Mulher da Associação de Mulheres. Ao final de três dias, foi elaborado um documento reivindicando melhores salários, direito de greve, equiparação salarial para homens, mulheres e

crianças, o fim do trabalho noturno, melhores condições de vida, moradia e trabalho, entre outras questões. Também foi criado o Movimento de Luta por Creches, que obteve grandes vitórias, pois, nos anos seguintes, conseguiu que a prefeitura de SP construísse 120 creches (das 830 que havia prometido).

1980 – Acontece o Encontro Feminista de Valinhos, São Paulo, que recomenda a criação de centros de autodefesa, para coibir a violência contra a mulher. Surge o lema: "Quem ama não mata, não humilha, não maltrata". Ganha fôlego o SOS Mulher, que se traduziria, em seguida, na criação de delegacias especiais de atendimento à mulher.

1980 – Instituído, pela lei 6.971, de 9 de junho de 1980, o Dia Nacional da Mulher a ser comemorado em 30 de abril.

1980 – O seriado *Malu Mulher* e o programa *TV Mulher* estréiam na TV Globo como os primeiros programas a discutirem abertamente sobre sexo.

1980 – São criados o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, em Minas Gerais; a Comissão de Violência, no Rio de Janeiro; e o SOS Mulher, em São Paulo.

1980 – Realização do II Encontro Nacional Feminista na SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

1980 – Criado na PUC/RJ o NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher, responsável pelo desenvolvimento da pesquisa e do estudo de temas relevantes para as mulheres e também pelo incentivo para a criação de outros núcleos de estudos nas universidades brasileiras.

1980 – Criado em São Paulo o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, o SOS Mulher, que recebia as denúncias de agressões, ao mesmo tempo que dava um apoio jurídico e psicológico à mulher agredida e denunciava a impunidade.

1980 – Criada a Comissão contra a Violência, no Rio de Janeiro.

1980 – Realização do II Congresso da Mulher Paulista, que contou com a participação de 4.000 mulheres, 54 entidades, entre sindicatos, associações de bairro, grupos feministas, que debateram exaustivamente os rumos do movimento feminista. O ingresso de integrantes do Grupo SOMOS e do grupo Ação Lésbico-Feminista provoca amplo debate durante o congresso. A destruição do material que haviam levado e se encontrava exposto no *hall* do evento, motivou ampla discussão em trono das diferenças, das opções sexuais, e ainda motivou uma reflexão a respeito da necessidade de se introduzir a questão da sexualidade no movimento feminista.

1980 – Em agosto, houve uma passeata de mulheres em Belo Horizonte contra crimes passionais, levantando a bandeira: "Quem ama não mata".

1981 – O Banco Lar Brasileiro contrata apenas mulheres para trabalhar em sua agência no Rio de Janeiro.

1981 – Cai o veto à prática do futebol feminino no Brasil. Imediatamente surgiram alguns times, que provocavam ironias, surpresa ou espanto. Vai perdurar ainda alguns anos o preconceito contra mulheres jogando futebol, vistas como masculinas, ridículas, ou simplesmente "pernas-de-pau".

1981 – III Congresso da Mulher Paulista, realizado na PUC/SP, com 300 delegadas representando 6.000 mulheres.

1981 – O II Congresso da Mulher Fluminense, e vários outros são realizados em diferentes capitais do país, sempre com as mulheres divididas.

1981 – Criação da Federação de Mulheres, inspirado na antiga Federação da década de 1950, a partir de uma divisão das mulheres paulistas.

1981 - Criado o SOS Mulher em Porto Alegre.

1981 – Movimento de mulheres é vitorioso com a condenação de Doca Street. A defesa de "legítima defesa da honra" é desmoralizada.

1981 – Lançamento do jornal *Mulherio*, por um grupo de mulheres ligadas à Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, que se tornará em um importante divulgador das pesquisas que estavam então sendo realizadas nas universidades. No primeiro número, Adélia Borges conclamava as leitoras a participarem ativamente do jornal como forma de garantir sua sobrevivência. Diferentemente dos anteriores, este jornal conseguiu se estruturar profissionalmente e resistir ao longo de quase sete anos. A participação ativa em movimentos organizados pela descriminalização do aborto, pelo direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço, pelo direito das mulheres de terem creches no local de trabalho, e na campanha das Diretas Já, por exemplo, permitem avaliar a dimensão política da inserção do jornal na realidade nacional, bem como sua importância pra a conscientização da cidadania e o avanço das conquistas sociais da mulher brasileira.

1981 – Criação do CIM – Centro Informação Mulher, por iniciativa de mulheres militantes do movimento feminista, que se ressentiam de um centro de informação e documentação que subsidiasse o movimento e, ao

mesmo tempo, registrasse a história das lutas. O grupo fez questão de afirmar, desde o início, não ter vínculo orgânico com partidos políticos ou instituições.

1981 – Fundação da União de Mulheres em São Paulo e no Ceará, que pretende, principalmente, organizar as mulheres nos bairros da periferia das grandes cidades.

1982 – A psicóloga/sexóloga Marta Suplicy sofre censura e teve retirado do ar seu quadro no programa *TV Mulher*, da Rede Globo.

1982 – Esther de Figueiredo Ferraz é eleita ministra da Educação, primeira mulher a ocupar esse cargo no Brasil.

1982 – Nas eleições diretas para os governos estaduais, o movimento de mulheres elabora uma plataforma feminista que era apresentada aos candidatos aos cargos eletivos. Recebeu o título de "Alerta Feminista", que acabou virando uma tradição. Neste ano, o eleitorado feminino representava 45% dos votos, e as mulheres se candidataram a todas as instâncias, mas não em todos os Estados, provocando a elevação do número de candidatas eleitas, apesar da maioria não ter sido eleita. Das duas candidatas ao Senado, nenhuma conseguiu se eleger; das 58 que se candidataram para a Câmara dos Deputados, oito se elegeram; e para as Assembléias Legislativas foram 134 candidatas, tendo sido eleitas 28 em todo o país.

1982 – São eleitas as primeiras candidatas feministas: Irede Cardoso (PT-SP), vereadora, Lúcia Arruda (PT-RJ) e Ruth Escobar (PMDB-SP), como deputadas estaduais, e Cristina Tavares (PMDB-PE), deputada federal. Benedita da Silva (1942), militante ativista do Movimento Negro e feminista, também é eleita vereadora pelo PT, no Rio de Janeiro. Bené, como é conhecida, foi a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos da história do Brasil: vereadora, deputada federal constituinte, reeleita para um segundo mandato em 1990, senadora em 1994 e vice-governadora em 1998. É autora do projeto que colocou Zumbi no panteão dos heróis nacionais e declarou o 20 de novembro o "Dia Nacional da Consciência Negra", e, também, a criação de delegacias especiais para crimes raciais, a obrigatoriedade do quesito cor nos documentos, e a lei contra o assédio e o direito trabalhista extensivos às empregadas domésticas.

1982 – SOS Mulher organizou um debate sobre a violência contra a mulher. As lésbicas compareceram mascaradas e distribuíram um folheto em que falavam da necessidade de o movimento feminista politizar a questão,

ou seja, tornar-se "um espaço onde as homossexuais não precisem utilizar nenhuma máscara".

1983 – Criação do Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais e em São Paulo, os primeiros do país. Os Conselhos pretendiam ser um espaço para os movimentos femininos e feministas veicularem suas reivindicações dentro do mecanismo do Estado, e, também, para a articulação de políticas públicas para as mulheres. O Ministério da Saúde anuncia o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que assume a reivindicação feminina de acesso à contracepção na rede pública e chama os grupos de mulheres para participar de sua implantação. Estava fundamentado no principal modelo de assistência: o da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.

1983 - Surge o Coletivo de Mulheres Negras, em São Paulo.

1983 – É assassinada a líder sindicalista rural Margarida Maria Alves.

1984 – As mulheres participam intensamente da Campanha Diretas Já.

1984 – É criado o Banco Brasileiro de Mulheres, visando dar condições de desenvolvimento de negócios próprios às mulheres.

1984 – Aprovado o Novo Código Civil que garante direitos iguais a homens e mulheres no casamento; o pátrio poder sobre os filhos, até então exclusivo do homem, passa a ser de ambos (mulher e homem).

1984 - Criação do Conselho Nacional de Defesa da Mulher.

1984 – A ginástica olímpica, quase exclusivamente praticada por mulheres, passa a fazer parte dos esportes olímpicos. Anaelise foi a primeira brasileira portadora de deficiência visual a ganhar medalha de ouro no atletismo.

1984 – Manifestação de 4.000 mulheres em Brasília às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira pelas eleições diretas.

1985 – Instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); acontece a I Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher.

1985 – A Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei n. 7353, que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

1985 – Participação de mais de 200 grupos de mulheres de todos os Estados no Fórum das Organizações Não-Governamentais, em Nairóbi, em julho, dias antes da Conferência Oficial da ONU que avaliaria o resultado do Decênio da Mulher.

1985 – A USP promove um grande evento para comemorar dez anos do Ano Internacional da Mulher: "Assim se passaram 10 anos: Feminismo, História e Memória", com grande afluência de público universitário. Dentre as conferencistas estavam as principais intelectuais brasileiras que militavam na academia, como Eva Blay, Carmem Barroso, Albertina Oliveira Costa, Ruth Cardoso, Neuma Aguiar, Elizabeth Lobo, Heleieth Saffiotti, Cristina Bruschini, Cynthia Sarti, Moema Viezzer, entre outras. Estava criado o NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, da USP, que será importante incentivador para a criação de outros, em diferentes universidades brasileiras, assim como para a articulação futura entre dos núcleos universitários.

1985 – Roseli Nunes participou da histórica ocupação da fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, na mobilização que marcou a consolidação do MST, Movimento dos Sem-Terra. Prosseguiu sua luta por políticas voltadas para os pequenos agricultores e morreu no dia 31 de março de 1987, assassinada no trevo da estrada de Sarandi (RS). Sua história foi contada nos filmes *Terra para Rose* e *O Sonho de Rose*.

1985 – O índice de mulheres brasileiras com trabalho remunerado sobe para 37,3%.

1985 – Morre o Presidente brasileiro Tancredo Neves (21-04-85), criador do Conselho Estadual da Mulher, quando governador de Minas (1983).

1985 – É criada a primeira Delegacia da Mulher, em São Paulo.

1985 – Maria Luíza Fontenelle foi eleita Prefeita de Fortaleza, pelo PT, rompendo um ciclo de poder masculino na política local.

1986 – A Câmara dos Deputados elege 26 mulheres como parlamentares, que, juntas, vão atuar na defesa dos direitos reprodutivos e no combate à violência contra as mulheres. A atuação ficou conhecida como "lobby do batom".

1986 – Criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência (DEAM), em São Paulo. Logo, outras são implantadas em todo o país, o que vai permitir uma reavaliação mais realista da situação da violência contra a mulher.

1986 – Alzira Rufino organiza, com um grupo significativo de mulheres, o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada, no Rio de Janeiro.

1987 – É criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDIM/RJ), por reivindicação dos movimentos de mulheres, com o objetivo de assessorar, formular e fomentar políticas públicas voltadas para a valorização e promoção feminina. Atualmente, é vinculado ao Gabinete Civil do Governo do Estado.

1987 – O Fórum Feminista do Rio de Janeiro passa a se reunir regularmente.

1987 – Arlete Vitória Ziolkowski torna-se a primeira mulher co-piloto de aviação comercial do Brasil.

1987 – O Festival de Berlim concede o Prêmio Urso de Ouro de melhor atriz a Ana Beatriz Nogueira pela atuação no filme brasileiro *Vera*, de temática lésbica.

1988 – A Nova Constituição Brasileira, promulgada em outubro, aprova os seguintes direitos às mulheres: licença-maternidade de quatro meses; aposentadoria aos sessenta anos de idade ou trinta de serviço; número de divórcio ilimitado.

1988 – Metalúrgicas realizam um importante congresso.

1988 – Surge em São Paulo o Geledés, Instituto da Mulher Negra.

1989 – I Congresso Nacional de Mulheres Rurais conta com a presença de 350 delegadas de todo o país.

1989 – O governo do Presidente Collor tira a autonomia financeira e administrativa do CNDM, esvaziando o órgão. Em resposta, o movimento de mulheres volta à luta e cria o Fórum Nacional de Presidente de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher, uma instância de articulação política.

1989 – Realização do X Encontro Nacional Feminista, em Bertioga (SP), que reúne cerca de 4.000 mulheres em torno do debate de questões relativas à mulher.

1989 – Luísa Erundina (1934) é eleita a primeira prefeita da cidade de São Paulo, pelo PT, para o mandato de 89 a 92. Nascida no sertão da Paraíba, sua trajetória de vida faz dela um importante exemplo de luta, de determinação e de competência profissional e administrativa. Enquanto prefeita privilegiou os setores da educação, da saúde e do transporte público.

1989 – O Ministério do Trabalho tem Dorothéa Werneck de Castro, de Minas Gerais, como ministra.

- 1989 A lei que regulamenta o divórcio é sancionada neste ano.
- 1990 São eleitas as duas primeiras mulheres para o Senado: Júnia Marise (PDT-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR).
- 1990 I Encontro Nacional de Mulheres Negras é realizado em Valença, no Rio de Janeiro.
- 1990 O Fórum Nacional de Presidentes de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher consegue alguns avanços, ao acompanhar de perto as ações do Congresso Nacional e por estar articulado aos movimentos de mulheres nos diversos Estados. Junto aos Ministérios, encaminhou propostas de políticas públicas e manteve contatos formais com as agências especializadas, organismos e fundos das Nações Unidas.
- 1990 É inaugurada a Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, que vai promover o 1º e o 2º Encontro das Mulheres Negras da Baixada Santista e representar o Brasil como entidade não governamental na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993, em Viena, na Áustria.
- 1991 Realização do Seminário Rural das Trabalhadoras Domésticas.
- 1992 Criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.
- 1992 Eva Blay é eleita senadora da República.
- 1992 Realizada no Rio de Janeiro a ECO 92 Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, com a participação ativa das mulheres através do Planeta Fêmea e da Agenda 21.
- 1993 A CUT (Central Única dos Trabalhadores) aprova a cota mínima de 30% de mulheres na direção da central.
- 1993 É assassinada Edméia da Silva Euzébia, líder das Mães de Acari, que liderava o grupo de nove mães que ainda hoje procuram seus filhos onze jovens da favela de Acari (RJ), seqüestrados e desaparecidos em 1990, quando saíam do metrô.
- 1994 Criada a Articulação da Mulher Brasileira (AMB).
- 1994 Aprovada a Lei de Cotas, que estabelece 20% de candidatas mulheres nas listas partidárias para as eleições de 1996 (Lei 9.100/95).
- 1994 869 mulheres se candidatam a cargos eletivos no país. Foram eleitas 82 deputadas estaduais, 32 federais e 3 senadoras. Benedita do PT foi a primeira negra na história do Senado brasileiro.

1994 – No Cairo (Egito), ocorre a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, com a presença de centenas de mulheres que participam ativamente, interferindo e expondo suas reivindicações nos documentos finais.

1994 – Inicia a articulação das mulheres brasileiras para a redação do documento reivindicatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, a ser realizada em Pequim, na China, no ano seguinte. Foram então realizados 91 eventos envolvendo mais de 800 grupos femininos em todo o país.

1994 – Roseana Sarney é a primeira mulher eleita governadora de um Estado brasileiro: o Maranhão. Foi reeleita em 1998.

1995 – Na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, reconheceu-se "que os direitos das mulheres são direitos humanos", bem como o inegável papel econômico e social da mulher, a consagração das conquistas femininas e o respeito à especificidade das culturas. Foi um acontecimento histórico, ao qual compareceram 51 países e quase quarenta mil mulheres de todo o mundo. Pela primeira vez na história das Conferências da Mulher organizadas pelas Nações Unidas, a presença das lésbicas adquiriu um papel preponderante enquanto presença, visibilidade e propostas. Uma das grandes conquistas nesse momento foi conseguir que os temas relativos à sexualidade, orientação sexual e direitos sexuais fossem também incorporados e discutidos plenamente.

1995 – O Brasil é campeão mundial do Vôlei Feminino. Também neste ano, é realizado o campeonato mundial de futebol feminino.

1995 – No governo de Fernando Henrique Cardoso, é reativado o CNDM, voltando a ter peso político na estrutura do Governo Federal. Para ocupar a direção do órgão foi nomeada Rosiska Darcy de Oliveira, carioca, professora universitária, especialista na temática de gênero e autora de livros importantes na área, como *Elogio da diferença*.

1995 – A escritora Nélida Piñon ganha, no México, o Prêmio Juan Rulfo, considerado o Nobel da literatura latino-americana.

1995 – É aprovada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como a Convenção de Belém do Pará.

1996 – O Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei n. 9.100/95 - § 3°, art. 11), e a Lei n. 9.504/97 eleva para 30%, que era a cota proposta no projeto original de autoria da deputada federal Marta Suplicy.

1996 – Visando aumentar o número de vereadoras e de prefeitas em todo o país, é articulado o movimento "Mulheres sem Medo do Poder", que é vitorioso.

1996 – Recorde de participação brasileira nas Olimpíadas de Atlanta: 3.700 atletas de diversos países. As atletas Sandra e Jacqueline, pela primeira vez, ganham medalhas olímpicas de ouro, em dupla de vôlei de praia. O futebol feminino também chega à olimpíada, e o Brasil fica em quarto lugar. O *softbol*, versão mais suave de beisebol, passa a ser um esporte olímpico exclusivo de mulheres.

1997 – Criada a Organização das Mulheres Negras: o Fala Preta!, em São Paulo.

1997 – A bancada feminina federal sofre pequena alteração para menos e cresce ligeiramente nas assembléias estaduais. As mulheres agora ocupam 75 das cadeiras da Câmara dos Deputados; 7,4% do Senado Federal; 6% das prefeituras brasileiras. O índice de vereadoras aumentou 5,5% em 92, para 12% em 96. No Rio de Janeiro, as mulheres ocupam 12% das vagas nas Câmaras dos Vereadores.

1997 – Cerca de duas mil mulheres testemunham no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, a assinatura da Convenção Fluminense pela Efetiva Cidadania da Mulher, pelo governador Marcello Alencar e 71 prefeitos do Estado do Rio de Janeiro. A Convenção é resultado do trabalho realizado através do Programa Cidadania Feminina – Direito Humano Universal, Prioridade Local, que levou a Plataforma a Pequim a todos os 91 municípios fluminenses.

1997 – Aprovação da Lei do Planejamento Familiar que liberava a esterilização tubária.

1999 – A advogada e socióloga paulista Ana Maria Brasileiro está à frente de um projeto inédito: o Programa de Liderança e Representação da Mulher. Promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é o primeiro projeto institucional em grande escala que tem como objetivo ampliar a participação da mulher latino-americana no poder e diminuir sua desvantagem na tomada de decisões e na liderança política.

397

2000 – Encontro Nacional Feminista de João Pessoa, ocorrido de 26 a 29 de abril, proporcionou às participantes uma intensa atividade, com conferências, apresentação de pesquisas acadêmicas, atividades artísticas, oficinas e debates. Segundo foi divulgado, 15% das participantes tinham de 20 a 30 anos, e para 62% aquela era a sua primeira reunião feminista. No balanço das últimas décadas que foi feito, poder-se-ia ter concluído que "a cidadania feminina está ainda em construção".

2000 – Nas Para-Olimpíadas de Sidney, na Austrália, a nadadora Fabiana Sugimori, portadora de deficiência visual, recebe a medalha de ouro nos 500m livre.

2000 – A indicação da juíza Ellen Gracie Northfleet para o Supremo Tribunal Federal é um símbolo da ascensão feminina no país, um movimento que pode ser verificado em diversas áreas de atuação profissional, nos indicadores de salário e riqueza e nas estatísticas de escolaridade.

2001 – Estão no mercado de trabalho do país 34.852 milhões de mulheres, cerca de 12 milhões a mais que em 1990. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), a parcela feminina da população economicamente ativa (PEA) passou de 35,5% em 1990 para 41,9% em 2001. As mulheres continuam a ganhar menos do que os homens, mesmo desempenhando papéis idênticos. Em São Paulo, as mulheres recebiam em 2001, em média, 64,1% dos rendimentos masculinos, e hoje ganham 65,5%.

2002 – A eleição de 6 de outubro vem sendo comemorada por ativistas que defendem uma maior participação das mulheres na vida política do Brasil. O próximo Congresso terá 42 mulheres e 12 senadoras, contra 29 e 5 da atual legislatura. Mas os números empalidecem quando comparados com os de outros países. Na Câmara, por exemplo, as 42 deputadas vão representar 8,2% do total dos deputados, contra 45% na Suécia, país onde as mulheres são mais presentes no Parlamento. Em um ranking elaborado pela União Interparlamentar, o novo Congresso do Brasil ficaria em 87º lugar, logo atrás da Costa do Marfim. O contraste com a situação da Argentina também é eloqüente – lá, mais de 30% das vagas no Congresso são ocupadas por mulheres. No Supremo Tribunal Federal, nos ministérios, também a participação das mulheres ainda é pequena: entre os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, há apenas uma mulher. No Superior Tribunal de Justiça, há três mulheres entre 31 ministros.

2002 – Em Rondônia, dos 52 municípios, 5 passam a ser administrados por mulheres.

2002 – O novo Código Civil acabou com o direito do homem de mover ação para anular o casamento se descobrir que a esposa não era virgem, termo presente no antigo Código Civil, de 1916.

2003 – As mulheres são mais do que a metade da população paulista; têm em média 2,16 filhos; respondem pela chefia de 24% das famílias e têm expectativa de vida de 75 anos, quase 10 a mais que os homens. O universo feminino do Estado e cada um de seus 645 municípios pode ser conhecido pela internet, através do Banco de Informações SPMulheres em Dados, da SEADE.

2003 – A legislação eleitoral em vigor determina que cada partido ou coligação deve registrar o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo.

2003 – A ONU e a Federação Internacional Helsinque de Direitos Humanos afirmam que 75 mil brasileiras estariam sendo obrigadas a se prostituir nos países da União Européia. De acordo com as Nações Unidas, o Brasil é hoje o maior "exportador" de mulheres escravas da América do Sul. Segundo o governo brasileiro, há uma estimativa de que a maioria das mulheres nessa situação vem, pela ordem, de Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo.

2003 – A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Pestraf), realizada entre 1996 e 2002, com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente (Cecria) informa que o Brasil tem 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas de tráfico de crianças, jovens e mulheres para a exploração sexual no exterior e no interior do país. Um dos principais destinos dessas vítimas é a Espanha, para onde há 33 rotas, seguida pela Holanda (11), Venezuela (10), Itália (9) e Portugal (8).

2003 – A Secretaria dos Direitos da Mulher é transformada na Secretaria de Políticas para as Mulheres, agora com status de Ministério.

2004 - Instituído por lei como o Ano Nacional da Mulher.

2004 – Extinção da expressão "mulher honesta" no Código Penal, em vigor desde 1940. Os artigos 205, 206 e 207 do código exigiam que a mulher provasse ser honesta, ou seja, virgem para poder processar seu agressor.

2004 – As eleições para prefeitos e vereadores marcam um avanço significativo no número de mulheres eleitas. Nos dois cargos, a presença feminina dobrou em relação ao período anterior.

2006 – Nas eleições desse ano, somente três mulheres são eleitas governadoras, e dos 513 deputados na Câmara, foram 46 mulheres eleitas. E no Senado, de 81 vagas, apenas quatro são ocupadas por mulheres.

2008 – E em 24 de agosto de 2008, o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais completa 25 anos de sua criação. Para registrar a efeméride tão significativa, a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT – lançou um Selo Comemorativo, no Auditório do BDMG. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais prestou sua homenagem ao CEM através de uma Sessão Especial, no dia 25 de agosto, quando foi lançado o presente livro Mulheres de Minas: lutas e conquistas. E, em 29 de agosto, o CEM fará a inauguração do Centro de Documentação e Informação em Gênero.

Mulheres

Rita Liks

Mulheres são tecelãs. tecem sonhos com fios de lágrimas.

Mulheres são tecelãs, tecem vidas em suas barrigas com esperanças e alegrias infantis.

Mulheres são feiticeiras inventam magias e encantamento e atraem e cativam com um simples olhar.

Mulheres são meninas acreditam em príncipes e finais felizes.

Mulheres são guerreiras enfrentam a luta com galhardia e não esmorecem, mesmo quando cansadas.

Mulheres são sábias

trazem em si toda a sabedoria do mundo, ao repartir entre os filhos o pão, o carinho e o proprio tempo.

Mulheres são especiais. Mulheres são anjos. Mulheres são mães a "mais perfeita tradução do mistério da eternidade".

ANEXOS

Data: 24/08/1983

DECRETO 22971

Cria o Conselho Estadual da Mulher.

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 76, item X, da Constituição do Estado,

DECRETA:

- Art. 1º Fica instituído, junto da Secretaria de Estado do Governo e Coordenação Política, o Conselho Estadual da Mulher, destinado a promover melhores condições para a integração desta, em todos os seus aspectos, na vida comunitária, competindo-lhe:
- I aprovar o plano de ação de suas atividades, definindo prioridades de atuação;
- II recomendar medidas que viabilizem a participação da mulher em todos os setores que compõem a sociedade;
- III propor medidas e atividades que visem à defesa dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações que atingem e à sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural;
- IV desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à condição da mulher;
- V firmar convênio, com órgãos e entidades, governamentais ou não concernente à mulher, e promover entendimentos com organizações e instituições afins;
- VI promover entendimentos visando à captação de recursos para a operacionalidade dos programas desenvolvidos pelo Conselho;
- VII zelar pelo respeito e ampliação dos direitos da mulher, como trabalhadora e cidadã;

- VIII promover entendimentos junto aos órgãos competentes visando à implementação de programas de atendimento ao menor, estabelecendo convênios para ampliação de creches para filhos de mulheres trabalhadoras e integração, à rede escolar de programas de assistência ao pré-escolar.
- Art. 2º O Conselho será composto de 20 (vinte membros), designados pelo Governador do Estado:
 - I 8 (oito) mulheres representativas da sociedade;
- II -1 (uma) representante de cada um dos seguintes órgãos, ocupantes de cargo constante dos respectivos quadros:
 - a) Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS);
 - b) Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social;
 - c) Secretaria de Estado da Saúde;
 - d) Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
 - e) Secretaria de Estado da Educação;
 - f) Coordenadoria de Cultura;
 - g) Secretaria de Estado da Segurança Pública.
- III 5 (cinco) membros designados pelo Governador do Estado, que comporão a Secretaria Executiva, à qual caberá organizar e coordenar as atividades do Conselho.
- \S 1° As funções de membro do Conselho serão gratuitas e consideradas como serviço público relevante.
- \S 2° O término do mandato dos membros do Conselho coincidirá com o do Governador do Estado.
- § 3° Os membros do Conselho são dispensáveis a qualquer tempo, a pedido ou a juízo do Governador do Estado.
- Art. 3º O Governador do Estado designará a Presidente do Conselho, cabendo a esta a direção da Secretaria Executiva, a orientação dos programas a serem elaborados, a apresentação de proposição de matérias, a fixação das tarefas dos demais membros, bem como convocar e presidir as sessões. Art. 4º O Conselho terá uma Secretaria Executiva, que coordenará a execução de suas atividades, competindo-lhe:
- I programar os recursos necessários à execução dos trabalhos e elaborar o respectivo plano de aplicação, que será submetido ao Conselho;
- II criar Comissões Técnicas temporárias para elaboração e acompanhamento de projetos;
 - III articular programas junto aos órgãos do Estado;

- IV solicitar informações junto aos órgãos da Administração Direta e Indireta, e fundações que estejam relacionados com os objetivos do Conselho;
- V manter entendimentos com autoridades de outras esferas do poder, após anuência do Governador do Estado, no caso de medidas que, compreendidas nos objetivos do Conselho, escapem à competência estadual;
- VI cooperar com as autoridades dos Poderes Judiciário e Legislativo, inclusive recolhendo sugestões, para exame do Governador, em iniciativas que envolvam a competência do Poder Executivo.
- Art. 5º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho e de sua Secretaria Executiva será prestado pela Secretaria de Estado do Governo e Coordenação Política, inclusive quanto às instalações, equipamentos e recursos humanos.
- Art. 6° No prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação deste Decreto, o Conselho elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o ao Governador do Estado, que o aprovará por Decreto.
- Art. 7º O Conselho poderá ter, na forma que dispuser o seu Regimento Interno, representantes credenciadas em Municípios do interior do Estado.
- Art. 8º As representantes mencionadas no inciso II do artigo 2º serão indicadas pelos titulares dos respectivos órgãos.
- Art. 9° Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual prestarão ao Conselho o assessoramento de que ele necessitar.
- Art. 10° As despesas com a instalação do Conselho e com a execução dos seus programas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado do Governo e Coordenação Política.
- Art. 11° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 24 de agosto de 1983. Tancredo de Almeida Neves - Governador do Estado

Carlos Alberto Cotta

Ronan Tito de Almeida

Dário de Faria Tavares

Ronaldo Costa Couto

Octávio Elísio Alves de Brito

Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto

Bibliografia

- AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- ALBANO, Celina. Consideraciones sobre la experiencia del Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte. In: *Mujeres latino americanas. Diez Ensayos y uma historia colectiva*. Lima (Peru): Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 1988.
- ALBANO, Celina. Centro de Defesa dos Direitos da Mulher e SOS Belo Horizonte. In: *As Mulheres em movimento*. Org. pela Equipe do Projeto Mulher do Instituto de Ação Cultural. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 44).
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- ÁVILA, Maria B. *Textos e imagens do feminismo*: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001.
- BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; CAMPELLO, Eliane. (Org.) *Políticas públicas e violência contra mulheres* metodologia de capacitação de agentes públicos. Brasília: Cadernos AGENDE, v. 6, agosto de 2006.
- BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *A participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.
- BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e Estado no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, UNICEF, 1982.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- BLAY, Eva. (Org.) Relações sociais de gênero X relações de sexo. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989.
- BLAY, Eva; COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). *Gênero e universidade*. São Paulo: NEMGE/ USP, 1992.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *A mulher e o espaço público*. Número 18. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, 1989.
- BUITONI, Dulcília S. Imprensa feminina. São Paulo: Ática, 1986.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero* Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Irede. *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1981. (Coleção História Popular, n. 2).
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascenção. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, v. 3, n. 2, 1995.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Porto Alegre: Paz eTerra, 2001.
- COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo*. Org. Zahidé Lupinacci Muzart. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.) *Uma questão de gênero.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- DUARTE, Constância L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP/SP, v. 17, n.49, set./out. 2003.
- DUARTE, Constância L. Floresta vida e obra. Natal: Editora da UFRN, 1995.
- DUARTE, Constância L. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação? *O Eixo e a Roda*, Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, 2001.
- FLORESTA, Nísia. Os direitos das mulheres e injustiça dos homens. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

- FRASER, Nancy. From redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a Post-Socialist age, 1995.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Trad. Áurea Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GAMA, Lélia Vidal Gomes da. *Elvira Komel:* uma estrela riscou o céu. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Imprensa Oficial, 1987.
- HAHNER, June E. *A mulher no Brasil.* Trad. Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Retratos do Brasil, 112).
- HAHNER. June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) Y nosotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992. (Relatório de Eventos)
- KONDER, Leandro. *Flora Tristan:* uma vida de mulher, uma paixão socialista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- LEITE, Míriam Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.
- LEOCADIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene. O desafio de contruir Redes de Atenção às Mulheres em situação de violência. Brasília: AGENDE Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, 2006.
- MAGALHÂES, Basílio de. A mulher. Os seus direitos políticos e o papel que lhe incumbe, na actual evolução do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1928.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru (SP): EDUSC, 2000.
- MORAES, Jô. Esta imponderável mulher. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000.
- MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher brasileira:* corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983
- MUZART, Zahidé L. (Org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Antologia. 2 ed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. Volume I.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). Feminismo e literatura ou quando a

- mulher começou a falar. In: *História da Literatura: teorias, temas e autores*. Org. Maria Eunice Moreira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- PORTELLA, Ana P. Novas e velhas questões sobre corpo, sexualidade e reprodução. Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 2001.
- PRIORE, Mary Del. (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord. de Textos). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- PRIORE, Mary Del. *A mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. (Repensando a História).
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *A mulher e o espaço público*, n. 18, ago./ set. 89. São Paulo: ANPUH, Editora Marco Zero, 1989.
- REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Florianópolis: Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, v. 9, n. 2, 2001.
- REVISTA USP. Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo n. 1 (mar. mai. 1989). São Paulo: USP, CCS, mar. mai. 2001. (Dossiê Política e Participação).
- RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A mulher brasileira Direitos políticos e civis.* 3 ed. Brasília: Senado Federal, 1993.
- SABINO, Ignez. Mulheres illustres do Brazil. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro e Editor, 1899.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* Prefácio de Antonio Candido de Melo. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade, com 270 ilustrações. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SILVA, J. Norberto de S. Brasileiras notáveis. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1862.
- SOUSA, Heloísa Galvão Pinheiro de. Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos Soriano, primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA; UFRN, 1993.

- SOUTO-MAIOR, Valéria A. O florete e a máscara. Florianópolis: Editora Mulheres, 2001.
- STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e me*sa. Rio de Janeiro: Vozes, Cosmovisão, 1980.
- TABAK; Fanny e VERUCI, Heloisa (Org). *A difícil igualdade*. Rio de Janeiro: Relume, 1985.
- TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1989.
- TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. Mulher & política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1993. (Tudo é História, 145).

Internet:

Fundação Perseu Abramo Secretaria Especial de Políticas para Mulheres Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Periódicos:

Jornal Mulher Urgente. Publicação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Belo Horizonte, ano 1, número zero, 1980.

Jornal de Casa, exemplares de 1972 a 1978.

Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 de agosto de 1980.

Diário da Tarde, Belo Horizonte, 19 e 20 de agosto de 1980.

Revista A Mulher em Debate, outubro de 1975.

Revista Manchete, julho de 1975 (Notícia do Centro da Mulher Mineira).

Revista Manchete, agosto de 1980 (Notícia do Ato Público).

Boletim da UFMG, n. 1616, ano 34, 30.06.2008.

Boletim PUC Minas, n. 285, nov-dez. 2007.

As Autoras

Constância Lima Duarte

Pesquisadora do CNPq, Doutora em Literatura Brasileira pela USP, com a tese Nísia Floresta: vida e obra. Em 1996, aposentou-se pela UFRN, e em 1998 assumiu a Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG, em Belo Horizonte, através de concurso público. No Pós-Doutorado, realizado em 2002 na UFSC e UFRI, desenvolveu o projeto de pesquisa "Literatura e Feminismo no Brasil: trajetória e diálogo". É pesquisadora do Centro de Estudos Literários - CEL, e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade - NEIA, da UFMG. Atualmente, realiza as seguintes investigações: "Mulher e Escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil" e "Literatura e Feminismo em Minas Gerais: história e personagens". Participa regularmente de Congressos e Seminários na área e tem ensaios e artigos publicados em periódicos e revistas do país. Também é responsável pela publicação, reedição e organização de alguns livros, tais como a Direitos das mulheres e injustiça dos homens, de Nísia Floresta (1989); Mulher e literatura no RN (1994); Nísia Floresta: vida e obra (1995); Coleção Mulher & Literatura (5 livros de ensaios, co-autoria; 2002), Nísia Floresta e Auguste Comte – Correspondência (2002), Revista Via Láctea - 1914-1915, primeira revista feminina de Natal (2003); Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil (2005); entre outros.

Dinorah Maria do Carmo

Comunicadora social (jornalismo, relações públicas e publicidade, com efetivo exercício nas duas primeiras áreas), professora e atriz, em cursos de graduação pela UFMG. Prêmio Geraldo Teixeira da Costa, como a melhor aluna do curso de Comunicação (1974) e Atriz Revelação do Ano (1970), pela Crítica Especializada, na estréia pelo T.U./UFMG. Trabalhou no Servico Público e principais jornais e revistas de BH. Uma das idealizadoras do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, participou de sua primeira e única Diretoria Executiva (1980/83). No I Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), ocorrido na PUC Minas, BH/1973, defendeu tese: A Problemática do Teatro Brasileiro e Particularmente Mineiro. Membro da Academia de Letras de Santo Antônio do Monte/MG (ACADSAL), sua terra. Da liderança estudantil e sociocultural, iniciada aos 14 anos naquela cidade, para as presidências da Casa do Jornalista de Minas (1987/90) e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de MG (1999/2002), registra-se sua trajetória na militância político-sindical. Foi a primeira e única mulher a dirigir o SIPMG, nos seus 63 anos. Diretora do Comitê Feminino do PCB (1988/92). Descasada, dois filhos: Marupiara Carmo Guimarães (falecido) e Leandro Carmo Guimarães. Recebeu a Medalha da Inconfidência em 1995, pelo Governo do Estado e tornou-se Cidadã Honorária de Belo Horizonte em 2002, pela CMBH.

Jalmelice Luz Ferreira

Jornalista, pós-graduada em Comunicação pela UFMG e Centro Universitário Newton Paiva. Integrante da União Brasileira de Mulheres (UBM) e do Movimento Popular da Mulher (MPM), sindicalista, ex-Diretora do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e do Conselho Consultivo do SJPMG. Integra o Comitê Brasileiro do Fórum Social Mundial. Integra a Rede de Mulheres do Rádio. Foi repórter nos jornais Diário do Comércio/Jornal de Casa, O Estado de São Paulo, Estado de Minas e nas rádios Itatiaia, Inconfidência e BandNews FM. Na assessoria de imprensa da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, foi co-editora de várias produções acadêmicas: dossiês temáticos sobre a mulher e do livro A presença da mulher no controle social das políticas de saúde. Organizadora e facilitadora de cursos patrocinados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no País, sobre Controle Social e Saúde da Mulher, para lideranças do movimento social, jornalistas e radialistas. Coordenou a Comunicação do I Fórum Social Brasileiro, em 2004, e participou da organização da Marcha Zumbi + 10, em 2005. É também co-autora do Protocolo de Atendimento à Mulher vítima de Violência na Rede de Saúde do Estado e colaboradora do Observatório da Imprensa.



Av. Augusto de Lima, 270 - Centro/BH - Fone: (31) 3237-3400 www.iof.mg.gov.br

Revisão: Responsabilidade do Encomendante